

Clarice Lisandra David

**PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO EM ITABIRA DO MATTO DENTRO/MG
(1860-1889)**

Belo Horizonte
2008

Clarice Lisandra David

PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO EM ITABIRA DO MATTO DENTRO/MG
(1860-1889)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: História da Educação

Orientador: Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho

Belo Horizonte
Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Educação
2008

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada em 27 de agosto de 2008, pela banca examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho (UFMG – Orientador)

Prof. Carlos Roberto J. Cury (PUC-Minas)

Prof. Dr^a Cynthia Greive Veiga (UFMG)

Prof. Dr. Marcus Vinicius Fonseca (FaE/FAPEMIG - suplente)

Prof. Dr^a Maria Cristina Soares Gouvêa (UFMG- suplente)

Para meus pais, Maria José de O. Fernandes e Ijair E. David e meus avós, Tereza de O. Fernandes e Valdemar V. Fernandes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que de alguma forma me ajudaram e estiveram do meu lado nesses anos de trabalho e estudo:

À ex-diretora do Museu do Ferro, Maria José Pandolfi e aos vários estagiários que trabalharam no Museu do Ferro desde 2005, ano em que comecei a frequentá-lo, em especial Marina e Altair;

Aos funcionários do APM, principalmente, Elma, Silvana e Dênis;

À Rejane Assis, diretora da Câmara Municipal de Itabira, por possibilitar o acesso a documentos que estão em poder dessa instituição, em especial, à Verinha que disponibilizou espaço em sua sala de trabalho para que eu os pudesse consultar;

Aos colegas do GEPHE, em especial, Larissa Pinho, Aleana, Carol Mafra, Andrea Moura, Betânia, Cida Gerken, Matheus Zica, Mônica Yumi, Eliana de Oliveira e Agda Conti;

À Fernanda Rocha pela troca de textos, conversas e sugestões sobre nossas pesquisas, pela amizade construída desde o início do curso;

Ao Hércules, pela imensa disponibilidade em me ajudar, pela formatação das imagens dos anexos e pela amizade;

Aos colegas de mestrado: Eliezer, Ismael, Alessandra, Juliana, Claudinha, Fernanda e Adair;

Aos professores do curso da Pós da Faculdade de Educação;

À professora Cynthia G.Veiga, pela leitura do projeto e sugestões apontadas no parecer;

À Marileide, pela amizade, troca de textos, conversas, pela leitura de versão deste trabalho, obrigada por me acolher de braços e coração abertos;

À Cecília, pela alegria e simpatia contagiante e disponibilidade em me ajudar;

À Cleide Maciel, que sempre me ouviu, incentivou e me ajudou em momentos difíceis;

À Ana Cristina, professora da graduação, agora, colega na Pós, amiga e sempre gentil, obrigada pelos empréstimos de livros;

À Marcilaine, pela leitura e sugestões sobre meu projeto no início do curso;

Ao professor Luciano Mendes de Faria Filho, por acolher minha proposta, pelas orientações com as quais muito aprendi, pela paciência, profissionalismo e competência, só posso dizer muito obrigada;

À Maria Aparecida Pinto Coelho Rodrigues Alves, pela revisão do texto;

Ao Flávio Saldanha, colega de graduação e muito solícito, sempre buscou esclarecer minhas dúvidas;

Aos amigos de longa data, os quais sempre torceram por mim: Aender Assis, Sirlei Alves, Priscila Lizardo, Heulália Charalo e Eliane Magalhães;

À Natali, “amiga de alma”, pessoa de uma espiritualidade elevada, sempre presente na minha vida e competente pesquisadora;

À Diana, outra “amiga de alma”: ouvinte das minhas idéias, leitora atenta dos meus escritos, obrigada por me acolher em sua casa e pela sinceridade de sua amizade, a finalização deste trabalho não seria possível sem a sua imensa ajuda;

À família da Diana, ao Wanderson e Ayana, pessoas que eu adotei porque família também “é quem você escolhe pra você, é quem você escolhe pra viver”, serei eternamente grata a todos vocês;

Aos colegas de trabalho, em especial: Adriano, Fernanda, Natali, Diana e Júlio, pelo aprendizado, companheirismo, pelas risadas, sinceridade e harmonia no ambiente de trabalho;

Ao Eduardo, ex-colega de trabalho e que me ajudou com o SPSS;

Ao Mauro, pelo incentivo na época da seleção, pela ajuda no francês e por ter feito parte de minha história...

À minha família, referência constante em minha vida:

- A meus avós, que tão pouco pude curtir nesses últimos tempos, agradeço pelo amor e carinho incondicional;
- A todos meus tios, que estiveram durante todo o tempo torcendo por mim, em especial, à Mercês por me hospedar em sua casa, Agnaldo (*in memoriam*) pelo que foi em vida e pelo que representa para todos nós, Glauciane e Emerson por me ajudarem em várias oportunidades e a todos os meus primos, em especial à Grazy, por nossa cumplicidade e pelo apoio no momento da seleção;
- Aos meus irmãos, Odamir L.David e Ivair L.David, minhas cunhadas e amigas, Dulcinéia e Priscila: vocês fazem a diferença na minha vida; às minhas pretinhas Ana Liz e Clara, amores da tia!
- À minha mãe, pela ajuda nos gráficos e tabelas, por me ouvir no momento da escrita e a meu pai, sempre me auxiliando no que eu precisava: obrigada por estarem sempre do meu lado.

A lembrança da vida da gente se guarda em trechos diversos, cada um com seu signo e sentimento (...). Tem horas antigas que ficaram muito mais perto da gente do que outras, de recente data.

(...)

Vivendo, se aprende; mas o que se aprende, mais, é só a fazer outras maiores perguntas.

João Guimarães Rosa

RESUMO

Nesta dissertação, buscamos analisar como ocorreu o processo de escolarização na cidade de Itabira do Matto Dentro/MG entre os anos de 1860 a 1889. Nesta pesquisa, tentamos acompanhar como se deu o processo de expansão da escola na sociedade tomando como base a lei mineira de nº 1064 de 1860, a qual prescreveu a criação de escolas nas localidades mineiras sem a necessidade de que possuíssem um número mínimo de habitantes livres. Esta disposição foi reafirmada nas legislações posteriores, o que indica a tentativa por parte do Estado de efetivar a expansão da escolarização na sociedade. O incentivo por parte do governo provincial de que as Câmaras Municipais mineiras poderiam criar ou subvencionar escolas, a partir da década de 1880, foi também identificado como uma das maneiras postas pelo Estado para o aumento da escolarização da população. A análise de aspectos referentes à composição populacional, ao surgimento das diversas freguesias da cidade e de suas escolas foi uma das maneiras de entender a escola no contexto em que estava inserida. Para a efetivação da instrução, o Estado instituiu um órgão o qual seria o responsável por sua gerência, a Inspeção Geral de Instrução Pública, analisada aqui na forma em que estava estruturada e quais atribuições delegava aos sujeitos responsáveis pela fiscalização das escolas. Os representantes dessa instituição eram os inspetores e examinadores que buscavam a confirmação da escolarização das crianças mineiras e daqueles a quem cabia ensinar as crianças, os professores. Assim, ao analisar as questões da escolarização a partir das redes existentes entre esses sujeitos, foi possível identificar as diretrizes no processo de escolha desses sujeitos (professores e examinadores) na sociedade local e as possíveis tensões no exercício de suas funções. Nosso olhar, também, se deteve sobre algumas questões que possibilitavam ou não a frequência das crianças à escola na busca de acompanhar como as mesmas foram submetidas aos ditames escolares, o que resultou na paulatina inserção da escola na sociedade mineira e local, como espaço privilegiado de instrução das referidas crianças.

LISTA DE ABREVIATURAS

APM: Arquivo Público Mineiro
AMF: Arquivo do Museu do Ferro
ACMI: Atas da Câmara Municipal de Itabira

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: População Livre de Itabira do Matto Dentro por cor	27
GRÁFICO 2: População de Itabira do Matto Dentro por cor independente da condição	28
GRÁFICO 3: População de Itabira do Matto Dentro que sabe ler e escrever	33
GRÁFICO 4: Categoria dos professores públicos de Itabira do Matto Dentro	124
GRÁFICO 5: Entrada de homens e mulheres no magistério em Itabira do Matto Dentro	125

LISTA DE TABELAS

TABELA 01: Principais atividades/ocupações da população de Itabira do Matto Dentro.	31
TABELA 02: Crianças de 06 a 15 anos que freqüentam e não freqüentam a escola.	35
TABELA 03: Número de crianças em idade de freqüentar a escola.	36
TABELA 04: Escolas públicas na cidade de Itabira do Matto Dentro.	38
TABELA 05: Movimentação dos professores que atuaram em Itabira do Matto Dentro.	128
TABELA 06: Matrícula, freqüência e aprovação por tipo de escola.	154
TABELA 07: Matrícula da escola rural do professor Damaso A. de Paula Campos.	157
TABELA 08: Número de crianças por idade matriculadas na escola rural do professor Damaso A. de Paula Campos.	159
TABELA 09: Total de freqüência das alunas por trimestre em 1887 e 1888	168

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01: Escolas criadas na freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Itabira.	44
QUADRO 02: Escolas criadas na freguesia de Sant'Anna dos Ferros	50
QUADRO 03: Escolas criadas na freguesia de Sant'Anna do Alfié	53
QUADRO 04: Escolas criadas na freguesia de São José da Lagoa	54
QUADRO 05: Escolas criadas na freguesia de Nossa Senhora do Carmo	56
QUADRO 06: Localidades que tiveram padres como examinadores	91
QUADRO 07: Examinadores com formação específica	93
QUADRO08: Atividades diferentes do magistério em que professores se envolveram	114
QUADRO 09: Funções relacionadas a instrução desenvolvidas por professores em localidades diferentes de onde lecionavam	134
QUADRO 10: Movimentação de professoras pelas freguesias de Minas e de Itabira do Matto Dentro.	136
QUADRO 11: Relação das meninas matriculadas em 1881 na escola rural do professor Damaso A. de Paula Campos	164
QUADRO 12: Avaliação ao longo do ano de 1881 das alunas feita pelo professor Damaso	165
QUADRO 13: Meninas matriculadas no ano de 1887	166
QUADRO 14: Grau de instrução das alunas em 1887 e 1888	167

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 A FORMAÇÃO DA CIDADE E A ESTRUTURAÇÃO DE SUAS ESCOLAS	23
1.1. A população de Itabira do Matto Dentro	25
1.2. Caracterização das escolas criadas na cidade	38
1.3. As freguesias da cidade e suas escolas	42
2 O ESTADO EDUCADOR: A AÇÃO DOS INSPETORES E EXAMINADORES DE ITABIRA DO MATTO DENTRO	60
2.1. A organização dos serviços referentes a instrução em Minas Gerais: a Diretoria ou Inspeção Geral de Instrução Pública	60
2.2. A inspeção e seus sujeitos na cidade	69
2.3. Os examinadores das escolas públicas da cidade	85
3 OS PROFESSORES DE ITABIRA DO MATTO DENTRO: SELEÇÃO, FORMAÇÃO, CIRCULAÇÃO E TENSÕES.	102
3.1. Seleção, recrutamento e formação de professores.	102
3.2. Formação artesanal e formação institucional de professores	119
3.3. Caracterização dos(as) professores(as) da cidade	122
3.4. Circulação e tensões no exercício do magistério	126
4 OS ALUNOS DAS ESCOLAS DE ITABIRA DO MATTO DENTRO	146
4.1. Condições sociais dos alunos das escolas públicas de Itabira do Matto Dentro.	146
4.2. A trajetória escolar dos alunos a partir dos mapas de frequência das escolas subvencionadas de Itabira do Matto Dentro	154
CONSIDERAÇÕES FINAIS	171
REFERÊNCIAS	178
FONTES	187
ANEXOS	196

INTRODUÇÃO

O estudo aqui apresentado buscou analisar o processo de escolarização em Itabira do Matto Dentro/MG entre os anos de 1860 a 1889. A maneira como este objeto foi construído está intimamente ligado tanto com a minha história pessoal, como com o interesse adquirido pela área da História da Educação, ainda no meu curso de graduação, em História.

Natural desta cidade, cresci ouvindo sobre as dificuldades de se realizar um estudo local, devido à escassez de documentos, ao mesmo tempo, como até os dias atuais, sempre no mês de outubro, mês em que se comemora a sua emancipação política, em revistas da cidade circulam reportagens que apontam os problemas de não se ter uma “história oficial” da cidade, da falta de organização do acervo do arquivo da cidade localizado no Museu do Ferro, o que dificulta, senão impossibilita, a produção de estudos que tenham como foco a cidade.

Ao decidir fazer o curso de graduação, o incômodo sobre as questões anteriores se tornaram maiores e a vontade de realizar uma pesquisa que contemplasse a cidade nunca esteve ausente de meu horizonte¹. Ao tomar conhecimento da documentação existente no arquivo pude perceber as imensas possibilidades de pesquisas existentes ali. É evidente que a documentação, realmente, encontra-se desorganizada e a falta de uma política ou de interesse sobre a conservação da memória da cidade podem ser percebidas nessa falta de organização, o que ocasiona a perda desnecessária de muitos documentos, além da existência de muitos documentos relativos à vida da cidade se encontrarem em mãos de particulares. Estes fatores, contudo, não impossibilitam a produção de pesquisas que focalizem a cidade².

Além disso, as condições de trabalho do historiador estão permeadas por condições como as apontadas anteriormente, ou por de outras naturezas. A construção de um estudo está na produção de uma inteligibilidade por meio dos recortes que as

¹ No V Encontro Inter-grupos de Pesquisa de História da Educação, realizado em 2007, na Faculdade de Educação da USP, a professora Maria Lúcia S. Hilsdorf ao relatar sua trajetória profissional pontuou que em seu caso, muitos de seus estudos estavam permeados de uma memória afetiva que ao se propor estudá-los os incluíam dentro dos procedimentos científicos pertinentes. Acredito que a minha relação com o objeto de pesquisa insere-se dentro desta mesma perspectiva.

² Existem já alguns estudos que focalizam a cidade dentre eles destacamos: o livro lançado em 2005, pelos professores Santos Guerra e Myriam Becho sobre a paisagem rural de Itabira e a dissertação de mestrado de Cristiane M. Magalhães sobre a fábrica de tecidos do Gabiroba na Fafich/UFMG. Além disso, Jorge F. Botelho está desenvolvendo uma pesquisa de mestrado sobre a Escola Agrícola do Rio Piracicava, localizada na cidade.

fontes nos apresentam e por meio das perguntas que fazemos, perguntas estas situadas no momento presente (CERTEAU, 2001). A minha proposta insere-se na perspectiva de possibilitar novos olhares sobre história da cidade de Itabira, sem pretender, entretanto, produzir uma “história oficial” sobre a mesma.

Já o interesse pela área da História da Educação se iniciou também ainda na graduação, despertado pelas aulas ministradas pelo prof. Luis C. Villata, o que fez que eu e um grupo de amigas buscássemos conhecer algumas produções da área³. O primeiro encantamento, talvez refletido na pesquisa que desenvolvi, foi a desnaturalização da escola, ao tomar conhecimento de que a escola de antes não era a mesma dos dias atuais.

Ao apresentar minha proposta de estudo no Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão da Faculdade de Educação da UFMG, esta foi acolhida pelo interesse que o prof. Luciano Mendes de Faria Filho possui sobre estudos que se debrucem sobre a escolarização na sociedade mineira, tanto no século XIX quanto no século XX e também, pela perspectiva que o mesmo tem de realizar estudos que contemplem as diversas localidades mineiras.

Estudiosos sobre Minas Gerais têm apontado para a diversidade do desenvolvimento demográfico e econômico no século XIX. É comum dizer que as Minas são muitas. Se a diversidade é uma característica das Minas e já é um fator aceito na historiografia pertinente, a escolarização em suas diversas localidades deve guardar suas especificidades e similitudes com o processo mais amplo de escolarização da sociedade (MARTINS *et al* 2002; PAIVA & BOTELHO, 1995).

O meu interesse está em compreender melhor como a escola foi sendo construída ao longo do século XIX tendo como foco a cidade de Itabira do Matto Dentro. A necessidade de dar à população uma instrução, dentro de certos limites, que a capacitasse para a vida em sociedade tornando os habitantes do país em cidadãos e trabalhadores ordeiros, que acatassem as determinações postas pelo Estado, foi sentida como fundamental no Brasil com a sua independência.

Vários estudos têm demonstrado como a escola está intimamente ligada à experiência urbana e vários autores têm buscando compreender o processo de expansão da escolarização nas sociedades modernas (HAMILTON, 2001; VARELA &

³ A este momento de descoberta e de interesse compartilhado agradeço às minhas amigas Diana, Heulália e Gustamara, interesse intensificado e que ocasionou a escolha de todas em realizar o mestrado na área da Educação.

ALVAREZ-URIA, 1992). Estes apontam que fatores como o surgimento de espaços específicos para a educação de crianças, a constituição de saberes escolarizados e de um corpo de especialistas e, ainda, a construção da noção de infância, bem como a necessidade de um maior disciplinarização dos sujeitos, para fins religiosos e como forma de afirmação dos Estados Modernos, engendraram a escola como locus privilegiado para a formação dos futuros cidadãos.

Revelam também que propostas distintas de escolarização sempre tiveram uma diferenciação quanto ao público a que se destinavam. Desse modo, para as crianças das camadas de elite, foi direcionada uma educação pautada nas humanidades e para as crianças das camadas populares, a educação restringiu-se aos rudimentos do ler, escrever, contar e de uma moralização de conduta com vista a inculcar noções de obediência, ordem e trabalho. Assim, a expansão da escolarização referente à instrução primária, empreendida pelos estados nacionais, foi uma forma de instituir um povo civilizado, ordeiro e consciente de seus deveres.

A construção do Estado imperial brasileiro se deu a partir de várias medidas e dentre elas, o oferecimento da instrução para o grosso da população realizada por meio da promulgação de leis, movimento este distinto para as diversas províncias brasileiras que desde o ato adicional de 1834 delegou às mesmas a gerência de vários assuntos e entre eles o da instrução. A legislação foi neste caso, uma “das principais formas de intervenção do Estado no serviço de instrução.” (FARIA FILHO, 2003, p.82).

A partir da metade do século XIX, principalmente da década de 1860, com o crescente refinamento das escolas, foi surgindo a idéia de que a educação primária deveria estar articulada com modernos preceitos educativos e a instrução, sempre ligada aos preceitos de progresso e ordem, voltava-se não apenas para formação do Estado mas para várias questões relacionadas a sua manutenção (FARIA FILHO, 2000). Entre elas, podemos destacar a necessidade de se pensar em políticas, não apenas educacionais que contemplassem a inserção de ex-cativos na arena social, posto que a abolição da escravidão tornava-se uma questão de tempo. Estes deveriam ser conhecedores de seus lugares na sociedade e como trabalhadores ordeiros ajudassem na construção de um país civilizado e “ao nível do século”, como dizia um grupo de intelectuais conhecidos como a geração de 1870 (BOTELHO, 1998, BARROS, 1986).

As divergências entre a elite governante sobre os direcionamentos a serem dados à abolição da escravidão, as reivindicações de descentralização política dando maior autonomia às províncias, de separação entre a Igreja e o Estado, a laicização dos

cemitérios, a implantação dos registros civis de nascimento eram alguns dos pontos apontados como necessários para a modernização do país e se não tiveram de todo ausente no período anterior, foi a partir da década de 1870 que se tornaram mais agudos (DOLHNIKOFF, 2003; MACHADO, 2002).

A formação de um corpo de dirigentes por meio de preceitos científicos em circulação colocava-se como uma questão necessária e a instrução para o grosso da população era uma das alternativas para preparar o Brasil para ser incluído entre os países civilizados, principalmente Estados Unidos e países do Velho Mundo, a expansão da escolarização na sociedade era, então, uma das maneiras de se efetivar este intento.

A criação de escolas pelo Estado durante boa parte do século XIX, sempre colocou como uma de suas prerrogativas a existência de um número mínimo de habitantes livres nas freguesias mineiras, o que muitas vezes impossibilitava a criação de escolas públicas em certas localidades. A proposta de uma expansão mais efetiva da escolarização na sociedade pode ser percebida a partir de 1860, lei nº 1064, artigo 4º, que prescreveu a criação de escolas primárias masculinas em cada paróquia da província sem a necessidade de terem estes lugares um número mínimo de habitantes livres, disposição esta reafirmada nas leis posteriores.

Entretanto, esta disposição de criação de escolas sem a necessidade de um número mínimo de habitantes livres nas localidades parecia ter seus limites já que em 1882, com a lei nº 2892, artigo 21 §21, se reafirmou novamente a criação de escolas, tanto masculinas nas freguesias que ainda não a possuíam, como de escolas femininas em todas as freguesias da província.

Ainda que o Estado propusesse a criação de escolas, a efetivação desta proposta esbarrou em diversos limites sejam eles orçamentários, seja pela própria imposição a partir de 1873, lei 1977 artigo 2º em que estas escolas fossem instaladas apenas com o oferecimento dos habitantes das freguesias de um edifício próprio para a escola de primeiras letras do sexo masculino⁴. Foi, contudo, a partir de 1860 que a escolarização, ao menos no plano legal, passou a ter uma proposta mais expansionista na sociedade com a criação destas escolas. Neste movimento, percebemos que de início a criação de escolas estava voltada em sua maioria para o sexo masculino passando principalmente a partir da década de 1870 a contemplar a população feminina mineira.

⁴ Neste movimento de afirmação da escola como local de ensino das crianças foi promulgada a lei nº 1828 de 1872 em que determinava que nenhuma povoação poderia ser elevada à freguesia, vila ou cidade se não tivesse um prédio público para a escola de primeiras letras para o sexo masculino.

Inserido neste movimento de expansão da escolarização, visto a necessidade de preparar a população para a vida em sociedade, principalmente aquela advinda da escravidão, constatamos também um movimento em que o Estado provincial passou a incentivar que as Câmaras Municipais criassem escolas subordinadas ao poder local, consubstanciadas na resolução nº 2717 de 18 de dezembro de 1881, artigo 11.

Em Itabira do Matto Dentro, esta lei proporcionou a subvenção de escolas localizadas nas zonas rurais de suas freguesias. A denominação utilizada ao longo do trabalho, como escolas subvencionadas e/ou escolas rurais e professores rurais indicam a localização espacial das mesmas. Neste caso, estas escolas rurais não são as escolas de ensino agrícola do período oitocentista e por se apresentarem deste modo na documentação, optamos por tratá-las como escolas rurais e seus docentes, como professores rurais.

Nosso período de análise encerra-se com o fim do regime monárquico em 1889. A mudança de regime político no país trouxe outras implicações para a instrução pública e mesmo que estas já estavam sendo gestadas antes da promulgação da República decidimos por compreender a escolarização na sociedade itabirana sob o regime monárquico.

Por meio da legislação mineira, dos discursos dos dirigentes e da ação de seus sujeitos, pudemos visualizar a maneira como o Estado concebia a questão da instrução, quais as ações efetivamente levadas a cabo e quais as tensões existentes neste processo entre o grupo governante. De todo modo, não consideramos que os sujeitos os quais essas ações se direcionavam foram meros receptores das determinações do Estado, estes sujeitos foram também definidores dos caminhos da escolarização na sociedade, percebidas por meio de resistências e das mais diversas reivindicações e denúncias.

Acompanhar este movimento em que tanto o Estado como a sociedade em geral levaram a cabo a implantação da escola na sociedade mineira e mais especificamente em Itabira do Matto Dentro é a proposta da pesquisa em questão. Deste modo, o conceito de escolarização, como trabalhado por Faria Filho (2007, p.194/195) foi norteador da presente análise, entendendo que a mesma é um movimento que pode ser percebido em três direções que se complementam na organização da escola na sociedade.

A primeira direção refere-se à produção de políticas que visam à constituição de rede, ou redes de instituições ocupadas no ensino do ler, escrever e contar como também da moral e da religião; na segunda, a escolarização é o movimento de “ produção de representações sociais que têm na escola o *locus* fundamental de articulação de seus

sentidos e significados”, Faria Filho (2007) propõe que busquemos atentar para as “implicações/dimensões sociais, culturais e políticas da escolarização” voltando nosso olhar para o movimento de “reconhecimento ou não das competências culturais e políticas dos diversos sujeitos sociais” que participam do processo de escolarização. E por fim, a escolarização também é o movimento em que pessoas, conhecimentos, sensibilidades e valores são submetidos aos imperativos escolares. Neste caso, o autor designa como o processo do *ato ou efeito de tornar escolar*.

A produção de uma escolarização da sociedade direcionada pelo Estado e executada por seus diversos agentes serão aqui analisadas como estratégias que é

O cálculo (ou manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um *lugar* suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com *uma exterioridade* de alvos ou ameaças... (CERTEAU, 2001, p. 99)

As ações estratégicas são definidas por um lugar de poder que elaboram lugares teóricos conseguindo definir lugares físicos onde as forças se distribuem (CERTEAU, 2001, p. 102). Entendida dessa forma, podemos conceber como estratégicos os discursos e atos legais que a elite governante disseminou nesse período como forma de instituir um lugar próprio, nesse caso, o da educação. Assim, por meio da análise da legislação mineira, dos discursos dos dirigentes e da ação de seus sujeitos, pudemos visualizar a maneira como o Estado concebia a questão da instrução, quais as ações efetivamente eram levadas a cabo e quais as tensões existentes neste processo entre o grupo governante.

Entretanto, uma ação estratégica sempre é direcionada a um outro que não é apenas passível de receber e realizar as determinações do Estado. Na prática cotidiana, este outro buscava estabelecer diferentes maneiras de *fazer* frente a estas imposições. Estas maneiras de fazer são denominadas de táticas. Tática é definida por Certeau (2001, p.100) como a “ação calculada que é delimitada pela ausência de um próprio”. Elas são

procedimentos que valem pela pertinência que dão ao tempo – às circunstâncias que o instante preciso de uma intervenção transforma em ação favorável, (...) apontam para uma hábil utilização do tempo,

das ocasiões que apresenta e também dos jogos que introduz nas fundações de um poder. (CERTEAU, 2001, p. 102).

E é neste jogo que os sujeitos se movimentam e criam possibilidades frente às ações impostas por aquele que detém o poder. Desta forma, não consideramos que os sujeitos foram meros receptores das determinações do Estado, estes sujeitos foram também definidores dos caminhos da escolarização na sociedade, percebidas por meio de resistências e das mais diversas reivindicações e denúncias.

Para acompanhar a expansão da escolarização orientada pelo Estado e posta a cabo por seus agentes e pela população, tivemos que visitar alguns arquivos e bibliotecas para coletar e analisar as fontes que poderiam ser utilizadas na pesquisa sobre Itabira do Matto Dentro. No Arquivo Público Mineiro, localizado em Belo Horizonte, foram consultadas uma gama de fontes documentais: livros de registro dos professores por Círculos Literários; livros de registro de inspetores paroquiais e de Círculo em que a cidade fazia parte; registros de matrícula e freqüência dos alunos; correspondências recebidas pela Inspeção Geral de Instrução Pública dos Círculos Literários; atas de exames e de visitas, provas e pareceres referentes aos professores, todos pertencentes ao Fundo Instrução Pública. A coleta desta documentação visou identificar a criação de escolas na cidade, quem eram os professores e inspetores que ali atuavam e como se deu o exercício de suas funções.

No Fundo Seção Provincial, foram consultados os códigos referentes aos ofícios dirigidos ao Governo sobre a Instrução Pública como também os expedidos pelo Governo e o livro de Termo e juramento dos professores. No Fundo Secretaria do Governo também foram consultados os ofícios recebidos pelo Governo e expedidos por este, referentes à Instrução Pública.

No Fundo Presidência da Província foram consultadas séries distintas: a de correspondências recebidas referentes à Instrução Pública; as correspondências recebidas pelo Comando da Guarda Nacional de Itabira do Matto Dentro e as da Câmara Municipal de Itabira. A análise desta documentação visou perceber as questões que apareciam no exercício dos agentes da instrução, quais soluções encontradas pelo governo e também a identificação de diversos sujeitos, moradores da cidade e que se envolviam com a questão da instrução.

A consulta do Almanak Administrativo Civil e Industrial da Província de Minas Geraes dos anos de 1864, 1865, 1870, 1873 e 1874 foi importante para a identificação de diversos sujeitos ligados à instrução na cidade e que também desenvolviam outras atividades e ocupavam outros cargos na mesma, bem como sobre informações mais gerais sobre a cidade. As Coleção de Leis Mineiras referentes aos anos de 1860 a 1889 foram pesquisadas para a coleta de leis e atos referentes à instrução e para a identificação de criação de escolas durante o período na cidade, criação e mudança das freguesias que a compunham⁵.

No Arquivo existente no Museu do Ferro, em Itabira, foram consultadas as atas das reuniões da Câmara Municipal de Itabira. Estas atas referem-se aos seguintes períodos: de 06/1861 a 17/01/1867; de 07/07/1873 a 18/04/1878 e de 04/01/1884 a 19/02/1889. Este último livro de atas foi consultado na Câmara Municipal de Itabira já que se encontra em poder desse órgão e não no arquivo do Museu do Ferro.

Como o acervo, sob a guarda deste Museu não se encontra organizado, não podemos determinar em quais caixas encontram-se as correspondências recebidas e expedidas pela Câmara, pois elas se encontram misturadas nas várias caixas que compõem o acervo referente à Câmara, apesar de nas mesmas encontrar-se a designação de ser um ou outro tipo de documentos. Além disso, os documentos guardados nessas caixas não correspondem necessariamente a periodização informada nas mesmas.

Esta documentação foi importante para acompanhar o início do processo de subvenção das escolas rurais da cidade, para a identificação dos sujeitos que se encontravam a frente da política local e que se envolviam com a instrução seja a demandada pelo Estado como pelo poder local. Foi também nesta documentação que pudemos ter acesso aos mapas das escolas rurais de Itabira do Matto Dentro.

Os relatórios dos presidentes de província, importantes para acompanharmos como as questões referentes à instrução eram discutidas pela elite governante e o andamento da escolarização na província foram consultados por meio do sítio da Universidade de Chicago. O Recenseamento de 1872, fonte de informação sobre a

⁵ Agradeço ao esforço de integrantes do GEPHE/UFMG que coletaram e digitaram algumas das principais leis e regulamentos da instrução do século XIX, o que facilitou a leitura das leis concernentes ao meu período de análise, poupando o meu tempo e possibilitando que a leitura dos Livros de Coleção de Leis Mineiras fosse direcionada para as resoluções mais pontuais sobre Itabira do Matto Dentro.

população da cidade, foi consultado na base de dados do CEBRAP⁶, também disponibilizado em seu sítio.

Além desta documentação, foram consultados alguns livros de memória existentes sobre algumas cidades que, no século XIX, eram freguesias da cidade de Itabira. Estes livros e outros produzidos no período sobre a história de Minas Gerais foram consultados na biblioteca do Instituto Cultural Amílcar Martins – ICAM.

A proposta de acompanhar a criação das escolas no município e entender como diversos sujeitos (inspetores, examinadores e professores) são considerados aptos e chamados a participar da efetivação da escolarização e como os professores e alunos foram submetidos aos ditames escolares estão presentes nos quatro capítulos que compõem esta dissertação. Deste modo, no primeiro capítulo, pensando no contexto em que a escola está inserida, buscamos identificar como a cidade e suas freguesias foram formadas e o perfil populacional das mesmas. Em um segundo momento do capítulo, acompanhamos a criação das escolas públicas e subvencionadas na cidade e freguesias bem como a possível existência de outros espaços de instrução, mobilização da sociedade local referentes a mesma e, para que tipo de público, se feminino ou masculino, estas escolas eram destinadas.

No segundo capítulo, nosso olhar procurou se deter sobre a estruturação da Inspeção Geral de Instrução Pública em Minas Gerais, órgão responsável pela administração dos diversos assuntos relacionados à instrução pública, quem eram os sujeitos incumbidos de fiscalizarem as escolas, os professores da cidade e as possíveis tensões existentes no exercício de suas funções. Nosso olhar também se direcionou para os examinadores das crianças das escolas públicas da cidade. Como agentes do Estado, na confirmação ou negação das aprendizagens apresentadas pelos alunos, buscamos perceber que questões poderiam estar envolvidas na escolha desses sujeitos.

No terceiro capítulo, a(s) maneira(s) como o Estado buscou selecionar, recrutar e formar os professores e professoras das escolas públicas foi nosso alvo de atenção. Durante um período de nosso estudo, entre 1860 e 1870, não existiam escolas normais na província, deste modo, procuramos acompanhar como se dava a formação destes professores antes e após o (re)surgimento das escolas normais em Minas Gerais. Finalmente, investigamos sobre a hierarquização criada pelo Estado dentro do grupo de

⁶ O CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento é uma instituição de pesquisa acadêmica na área de Ciências Humanas, desenvolvendo estudos sobre a realidade brasileira.

professores que implicaram uma intensa movimentação dos mesmos por Minas e pelas freguesias da cidade e as possíveis tensões advindas desta movimentação e outras tensões existentes no exercício de seu ofício.

No quarto e último capítulo, tentamos acompanhar as questões relativas aos alunos que freqüentavam as escolas do município. Deste modo, retomamos questões sobre o perfil da população local, condições materiais das famílias dos alunos que influenciavam na possibilidade de freqüência à escola, a idade de entrada dos alunos na escola, o tempo de permanência e as categorias que, no exercício docente, foram sendo agregadas à categoria aluno. Assim, procuramos, apreender como as crianças da cidade foram submetidas aos imperativos escolares.

1 A FORMAÇÃO DA CIDADE E A ESTRUTURAÇÃO DE SUAS ESCOLAS

A formação de grande parte das cidades mineiras esteve diretamente ligada ao processo de povoação das Minas Gerais com a descoberta do ouro no século XVIII. De acordo com Roberto L. de M. Monte-Mór (2001, p.5-6) algumas características como “concentração e centralização das atividades de produção, reprodução/consumo, circulação/distribuição e gestão em um mesmo espaço (urbano)”, marcaram o surgimento dos espaços urbanos em Minas Gerais. Por outro lado, as atividades mineradoras propiciaram o desenvolvimento de uma gama de atividades complementares, já que os que se dedicavam à extração do ouro e diamantes raramente se dedicavam a outros serviços.

Foram estes fatores que transformaram algumas cidades mineiras, o que resultou na constituição de uma rede urbana voltada, tanto, diretamente para a produção mineral como indiretamente, voltada para abastecimento, serviços e transportes. Assim, os mercados urbanos, que até então não existiam nas localidades voltadas para economia de subsistência e nas fazendas escravagistas, ganharam espaço nas terras mineiras.

A extração aurífera e a de diamantes condicionaram outras características da formação urbana das cidades mineiras, pois era a descoberta do ouro que definia o assentamento e a construção de capelas erigidas nos morros ou encostas próximas. No entorno destas construções, o arraial se organizava com o prolongamento de construção de casas e mesmo do comércio, em direção aos caminhos das minerações. Assim, “o tecido urbano era via de regra linear, compondo-se espontaneamente a medida que caminhava a mineração e se fortaleciam suas interligações”(MONTE-MÓR, 2001a, p.4).

O caminho principal e os outros caminhos, com o passar do tempo, recebiam ordenações e eram transformados em espaços institucionalizados onde o comércio e o abastecimento se faziam presentes. Neste momento, estes espaços deixavam de ser apenas *locus* de produção para também ser o *locus* de reprodução subordinados ao controle da ocupação urbana

Essas cidades são caracterizadas deste modo pela co-existência no mesmo espaço dos locais de produção e reprodução e sua característica física devedora de sua ocupação estava diretamente ligada ao momento de descoberta do metal precioso e de sua extração. “(MONTE-MÓR, 2001a, p.4).

Sérgio da Mata (2002), ao se deter sobre a proto-urbanização mineira, chama a atenção para o fato de que o surgimento das cidades pode advir de vários fatores, não apenas da mineração, e várias foram as cidades mineiras surgidas tanto no século XVIII e XIX que não tiveram seu surgimento condicionado à extração mineral.

Alguns arraiais⁷ surgiram ligados a fatores religiosos, com a edificação de uma capela e eram locais em que as famílias se encontravam para cumprir os deveres religiosos. Assim,

As primeiras casas que nele se levantam não são propriamente residências, mas simples pousos nos quais as pessoas se preparam para o rito da missa. Estes pousos têm originalmente, portanto, uma *função ritual*. (...) Simultaneamente, surgem os primeiros estabelecimentos comerciais, as primeiras ‘vendas’. Elas são aceitas de bom grado, afinal o arraial não é (nem pode ser) um espaço exclusivamente devotado à religião. Caso as condições oferecidas pelo meio e as perspectivas econômicas sejam favoráveis, o núcleo se desenvolve. (MATA, 2002, p.265)

Para o autor citado anteriormente os povoados nascidos a partir de uma capela possuem um modelo diferente daqueles surgidos às margens de um local de mineração. Estes vivem em função das lavras enquanto aqueles possuem a capela como o seu ponto de rotação.

Diversos são aspectos que podem influir no surgimento de uma localidade. As freguesias que compunham a cidade de Itabira do Matto Dentro espelhavam essa diversidade em aspectos que influíam no seu povoamento. Mas o que não podemos perder de vista, seguindo as orientações dos autores mencionados, é que as freguesias que compunham a cidade surgiram a partir da imbricação de questões políticas, econômicas e naturais que possibilitaram o seu povoamento. Tais fatores justificam a diversidade de modos de existência em locais pertencentes a uma mesma cidade e revelam a complexidade da composição populacional mineira no século XIX.

Itabira do Matto Dentro estava localizada na zona central mineradora⁸ e pertencia à Vila de Caeté, parte da Comarca⁹ do Rio das Velhas. Em 1833, recebeu o título de Vila e de cidade em 1848. No ano de 1840, passou a pertencer à Comarca do Piracicava, a qual permaneceu até o fim do período analisado, diferente de outras

⁷ “Arraial: lugarejo; povoação de caráter temporário (...). O crescimento populacional dos arraiais pressupunha, posteriormente, sua elevação à condição de Vila.” In: Botelho & Reis, 2003, p.18

⁸Regionalização utilizada por alguns estudiosos da província de Minas Gerais do século XIX tais como Rodarte (1999), Paiva & Botelho (1995).

⁹ “Comarca: era uma circunscrição judiciária sob a jurisdição de um ou mais juizes de direito. Cada comarca poderia englobar um ou mais termos. Um destes termos, geralmente o mais antigo, era a sede, ou cabeça, da comarca.” In: Martins, 2000, p. 201.

cidades que pertenceram à referida comarca ou foram desmembradas desta comarca ao longo do período (CARVALHO, 1922).

A cidade possuía no início do período de análise¹⁰ as seguintes freguesias: a da sede da Cidade, Antônio Dias Abaixo, São José da Lagoa, Joanésia ou Parahyba do Matto Dentro, Cuiethé, Sant'Anna dos Ferros, Sant'Anna do Alfié, Santa Maria e Nossa Senhora do Carmo¹¹. Fazia ao norte limite com a cidade de Conceição do Serro; ao sul, com Mariana; a oeste, com Caeté; a sudoeste, com Santa Bárbara; a leste, com as matas do sertão do Rio Doce (SILVA, 1997, p.107).

Resgatar um pouco da formação da cidade, de sua população e de suas escolas no século XIX é o que se pretende com este capítulo. No primeiro momento, analisaremos o perfil populacional em seus aspectos étnicos sociais: cor, condição, ocupação, quem sabe ler e escrever, quem frequenta e não frequenta a escola. No segundo momento, mapearemos as escolas públicas primárias existentes nas freguesias de Itabira do Matto Dentro.

1.1 A população de Itabira do Matto Dentro

Os levantamentos estatísticos são fontes importantes para podermos compreender melhor as sociedades passadas. A produção deste tipo de dados esteve ligada à própria configuração de idéia de território nacional em que o Estado deveria ter conhecimento da realidade de seu domínio com vista a “apreender um corpo político e social, funcionamentos administrativos e econômicos no interior de um espaço.” (REVEL, 1989, P.124/125).

Jacques Revel (1989, p.126) indica a presença de dois tipos de estatística: uma que busca medir evoluções cujos resultados poderão ser comparados com novos dados e incidem sobre um tema único como, por exemplo, a evolução de preços, de salários. O outro tipo de estatística se detém sobre o espaço cujo interesse é todos os aspectos de uma dada localidade desde as condições naturais às condições sociais. O objetivo desta última é “compreender melhor as organizações sociais e para as gerir da melhor maneira, é preciso conhecer o conjunto das suas determinações(...)” Esse melhor

¹⁰ Algumas freguesias foram desmembradas do município e outras foram criadas como veremos mais a frente.

¹¹ Ver mapa anexo V.

conhecimento do território liga-se aos destinos da nação com vistas a integrar todas as suas localidades.

No Brasil, a produção de dados estatísticos para o recolhimento de impostos já se fazia presente desde o período colonial. Com a independência, de acordo com Botelho (1998, p.6), o Estado via-se pressionado por necessidades distintas daquelas do Estado imperial português. A implementação de políticas públicas como as relacionadas ao fim da escravidão demandavam levantamentos censitários mais elaborados dos que aqueles feitos até então. Outro fator decisivo para esta demarcação foram as eleições que exigiam o número de habitantes de todas as paróquias.

Duarte (1995) aponta também que, na configuração do Estado brasileiro entre várias ações implementadas, a estatística foi uma ferramenta importante posta a cabo pelos governos tanto central como provinciais para conhecer a população; as atividades desenvolvidas e produção dentre outras que tinham como objetivo controlar e fomentar a consolidação do Estado monárquico. Assim, os censos buscavam conhecer a população brasileira e estavam relacionados à própria sobrevivência do Estado; com a construção da nação brasileira; relacionada à questão do trabalho escravo, estas questões durante todo período imperial foram alvo da atenção do Estado.

Desta forma, os dados populacionais da cidade Itabira do Matto Dentro apresentam alguns aspectos que nos ajudam a traçar o perfil desta população por meio de sua condição, cor, profissão, os que sabiam ler e escrever, os analfabetos, os que freqüentavam ou não a escola e mesmo realizar um exercício sobre quantas pessoas no município estavam em idade de freqüentar a escola no contexto pesquisado.

Para a realização desta análise, tivemos como base o recenseamento que ocorreu em todo o Império no ano de 1872¹². O decreto nº 4856 de 30 de dezembro de 1871 regulou e determinou como o censo seria realizado e definiu que todos os habitantes do império fossem recenseados: nacionais, estrangeiros, livres e escravos. Deviam ser declarados: nome, sexo, idade, cor, estado civil, naturalidade, nacionalidade, residência, grau de instrução, religião, enfermidades aparentes, grau de parentesco ou de convivência de cada pessoa com o chefe de família e, para as crianças entre 6 e 15 anos de idade a freqüência escolar¹³ (BOTELHO, 1998, p.57).

¹² Em Minas Gerais, o levantamento ocorreu em 1º de agosto de 1873, mas vários estudiosos sobre o assunto têm como tradição adotar a data de 1872, pois é o ano em que ele deveria iniciar em todo o Império, o que também faremos aqui.

¹³ De acordo com Botelho (1998, p.57) o decreto também previu o recenseamento para “domicílios especiais: marinheiros, militares arregimentados, presos, alunos internos de colégios e seminários,

Este Recenseamento é considerado como o primeiro censo moderno do Brasil, já que atendeu a alguns critérios importantes para sua realização como, por exemplo, ter sido realizado em nível nacional e pelo menos ter sido proposto para ocorrer concomitante em todas as províncias. Todavia, ele apresenta alguns problemas como a subcontagem de algumas parcelas da população como veremos mais a frente. De todo modo, devemos ter em mente que é uma fonte histórica, versão parcial do passado que como tal não é totalmente objetiva (MARTINS *et al*, 2002).

Os dados deste levantamento serão aqui tratados como pistas, indicativos de como se compunha a sociedade de Itabira, na segunda metade do século XIX. A menor base de coleta de dados feita pelo Recenseamento se fez a partir das paróquias ou freguesias¹⁴. Os dados levantados por freguesia posteriormente foram agrupados por município e será a partir deles que realizaremos a nossa análise¹⁵.

Vejamos como a cidade de Itabira do Matto Dentro foi apreendida por este levantamento. Ela era composta de 42.614 almas destas, 35.150 eram pessoas livres (82%) e 7.464 (18%) eram cativos. Ao desmembrarmos os dados da população livre por sua cor temos:

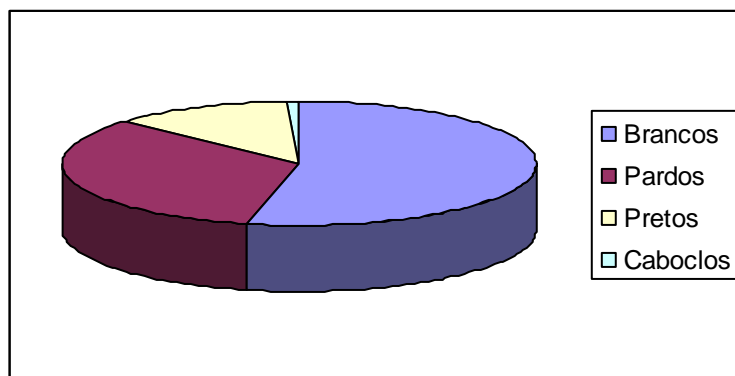


Gráfico 1: População livre de Itabira do Matto Dentro por cor.
Fonte: Recenseamento de 1872.

hospedes de hotéis e assemelhados, pessoas hospitalizadas, trabalhadores em fábricas, oficinas industriais e obras públicas, o clero regular, as recolhidas e os expostos, órfãos e mendigos recolhidos em asilos.”

¹⁴ “Freguesia ou Paróquia: era divisão territorial de uma diocese sobre a qual tinha jurisdição ordinária um sacerdote. Freguesia era o termo mais utilizado. Embora fossem divisões eclesiásticas, as freguesias também estavam sujeitas ao regime do padroado exercido pelo poder civil. A lei provincial nº 314, de 8 de abril de 1846, determinava que nenhum território fosse elevado à freguesia sem ter o mínimo de oito mil almas.” In: Martins, 2000, p. 201.

¹⁵ O banco de dados sobre o Recenseamento de 1872 foi organizado e disponibilizado para consulta pelo CEBRAP em seu sítio. Pudemos perceber alguns erros na escrita de nomes de alguns lugares como parece ter acontecido com as freguesias de Nossa Senhora do Rosário de Itabira e Nossa Senhora do Carmo de Itabira. Estas freguesias não constam no banco de dados, mas aparecem no mesmo, duas freguesias com estes nomes que no lugar de Itabira está escrito Itapira. Mesmo que seja um erro de ortografia, optamos não trabalhar nesta análise com os dados por freguesia.

A população branca se sobressaía em relação às demais perfazendo um total de 54% do total da população livre. Os pardos constituíam 33% e pretos 12%, os caboclos perfaziam apenas 1% da população livre. A população escrava era constituída por pretos e pardos. Eram no total 7.464 indivíduos: 1.932 (25.89%) eram pardos e 5.532 (47.11%) pretos.

Ao agruparmos os dados referentes à cor dos indivíduos, independente da condição, ou seja, livre ou escravo, temos um perfil mais próximo da população total do município:

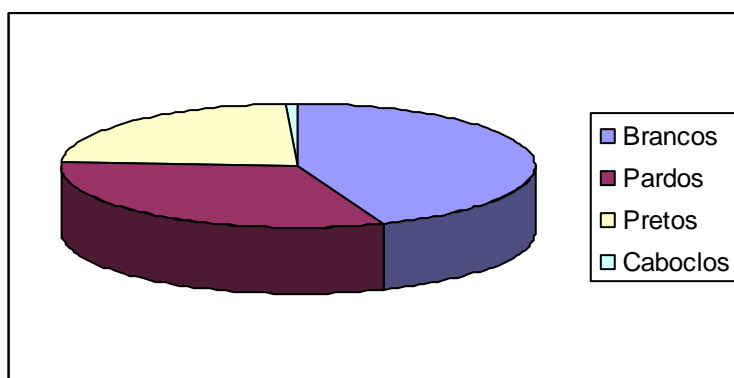


Gráfico 2: População de Itabira do Matto Dentro por condição independente da condição.

Fonte: Recenseamento de 1872

Os caboclos continuam a perfazer 1% da população, os brancos 44%, pretos 23% e pardos 32%. Deste modo, ao trabalharmos com os dados, independente da condição – se livre ou escravo, conseguimos identificar que a população de Itabira era composta em sua maioria por descendentes de africanos.

As terminologias encontradas neste Recenseamento – branco, pardos, pretos e caboclos trazem algumas reflexões. De acordo com Fonseca (2007, p.11), para o período em que analisou o perfil racial das escolas mineiras na primeira metade do século XIX, os termos preto e africano poderiam ser considerados como equivalentes já que neste período a entrada de africanos por meio do tráfico era bastante intensa.

E para o período ora analisando em que o tráfico internacional já havia sido suprimido e o fim do regime escravista estava cada vez mais iminente? As reflexões de Fonseca (2007, p.118), ainda que realizadas para um período diferente ao desta análise nos ajuda a entender melhor estas terminologias. Deste modo, a designação preto poderia ter significações diferentes levando-se em conta o contexto em que estava inserida. Essa designação também passou por um processo de transformação de

significação podendo de forma genérica ser atribuída aos descendentes de africanos. Logo, em nosso período de análise, provavelmente, os indivíduos denominados de pretos referiam-se àqueles descendentes de africanos.

A categoria pardo ajuda a entender um pouco sobre estas diferenciações que não eram apenas raciais, mas também sociais. Para Fonseca (2007, p.126-128), a categoria pardo se constituía no grupo mais enigmático. O entendimento mais comum para essa denominação é a da miscigenação e braqueamento em que o pardo seria um indivíduo mestiço de pele mais clara. Esse autor, citando Mattos, nos esclarece que a designação pardo possuía também uma forte conotação social em que essa designaria o lugar social do indivíduo. Em uma sociedade em que as relações eram estabelecidas mediante a condição e da cor, em que de um lado estava o branco livre e do outro, o negro cativo, o aumento de pessoas negras ou mestiças livres fez com que a denominação pardo passasse a ter mais uma significação social do que simplesmente o resultado da miscigenação.

Essas considerações são elucidativas para que os termos preto e pardo possam também ser entendidos como uma construção social, mas não descartamos a possibilidade de que a cor da pele poderia influenciar na designação das pessoas. Para o caso de Itabira, o termo negro está designando tanto pessoas nascidas no Brasil como os africanos. Isso se torna mais evidente já que os africanos moradores na cidade, independente da condição, perfaziam apenas 1.37% da população total do município.

Quanto a denominação caboclo? Pelos dados do gráfico 2 constatamos que as pessoas incluídas nesta categoria eram bem poucas em relação ao restante da população. Mas quem eram as pessoas assim denominadas? Mais intrigante fica esse grupo quando Botelho (1998, p.58) informa que houve um abandono por parte do Estado em relação aos grupos indígenas desconsiderando as especificidades desta parcela da população, já que neste censo estes foram agrupados indistintamente com os caboclos. A categoria caboclo, tal como a preto e pardo, parece possuir um conjunto de significações mescladas entre cor de pele, mestiçagem e condição social dos indivíduos incluídos nesta categoria.

O caso da freguesia de Cuiethé, localizada no Vale do Rio Doce e ocupada ao redor da sede por vários aldeamentos indígenas, parece indicar que essa categoria poderia possuir mais de um significado. Por outro lado, nos faz perguntar se teria sido a população indígena realmente recenseada. O total de habitantes da freguesia era de 798 almas destas, em relação ao perfil racial, sem levar em conta a condição, temos que

39.34% eram brancos, 29.57% pardos, 29.44% pretos e apenas 1.6% desta população foi incluída na categoria caboclo. Esse percentual é bastante pequeno, principalmente por ser bastante forte a presença de índios nesta região.

Podemos também pensar que os recenseados foram, provavelmente, os descendentes indígenas que já haviam passado por um processo de aculturação. De todo modo, esta hipótese não responde as nossas indagações sobre o que englobava a terminologia caboclo e o seu real significado.

Por meio do Recenseamento de 1872, percebemos uma gama de atividades desenvolvidas pela população local: agricultura, metais, fabricação de chapéus¹⁶, tecidos, madeira, calçados dentre outros. Como as categorias apresentadas referentes às atividades desenvolvidas no município são bastantes amplas, abordaremos aquelas atividades que tiveram uma parcela maior da população envolvida além das profissões liberais e de comércio.

A diversidade de atividades desenvolvidas pela população ajuda a afirmar que a economia mineira no século XIX não estava estagnada, apenas se apresentava de maneira diferente da economia do século XVIII, pois não se baseava quase que exclusivamente na extração mineral (LIBBY, 1988). Assim, a presença de pessoas envolvidas com a mineração no município não estava ausente, mas já não era tão expressiva como nas atividades de agricultura é o que o tabela a seguir demonstra:

¹⁶ De acordo com Libby (1988, p.125) no ano de 1855 existiam várias fábricas de Chapéus em dois distritos da cidade.

TABELA 1 - PRINCIPAIS ATIVIDADES/OCUPAÇÕES DA POPULAÇÃO DE ITABIRA DO MATTO DENTRO

Atividade/ Ocupação	População livre				População escrava			
	Homem	%	Mulher	%	Homem	%	Mulher	%
Proprietários/ Capitalistas	13	0.03	7	0.01	-	-	-	-
Comerciantes/ guarda livros e caixeiros	321	0.75	1	0	12	0.02	-	-
Profissões liberais	41	0.09	12	0.02	-	-	-	-
Professores/ Homens de letras	27	0.06	1	0	2	0	-	-
Religiosos Seculares	8	0.01	-	-	-	-	-	-
Religiosos Regulares	4	0	-	-	-	-	-	-
Jornaleiros/ Criados	3.490	8.18	382	0.89	117	0.27	-	-
Costureiros	-	-	2988	7.01	-	-	272	0.63
Serviço Doméstico	188	0.44	5.074	11.90	707	1.65	991	2.32
Lavradores	5.087	11.93	1.863	4.37	1.537	3.60	643	1.50
Mineiros	12	0.02	-	-	1	0	-	-
Trabalhador em metais	243	0.57	-	-	22	0.05	-	-
Sem profissão	7.697	18.06	6.410	15.04	16.32	3.82	1.527	3.58

Fonte: Recenseamento de 1872.

A atividade desenvolvida que mais mobilizava pessoas, era a relacionada com a agricultura. Temos que 21.42% da população estava envolvida com atividades agrícolas. Outra atividade em que significativa parcela da população se envolvia era a denominada de serviços domésticos: 16.33%. Nesta categoria, estavam inseridas uma diversidade de atividades relacionada a plantio para subsistência e venda, criação de animais, também, para consumo e venda (LIBBY, 1998).

No que diz respeito às atividades relacionadas com metais, diminuta parcela da população estava envolvida com a sua extração. Por outro lado, a presença de indivíduos trabalhando com metais é um pouco mais expressiva. Eram atividades envolvidas tanto com o trabalho com o ouro como com o beneficiamento do minério de ferro na produção de ferramentas nas forjas existentes na cidade.

A categoria jornaleiros/ criados perfazia 9.36% da população em atividade. Os jornaleiros eram pessoas assalariadas mas sem profissão definida (LIBBY, 1988, p.34), para Martins (2001, p.201) os jornaleiros eram uma espécie de diaristas. Os cativos aí presentes seriam provavelmente aqueles escravos que seus donos alugavam para outros a fim de exercerem as mais diversas tarefas.

Duas atividades se destacaram por só terem a presença de mulheres envolvidas: a de costureira e a de parteira¹⁷, esta era incluída na categoria profissões liberais. Foram contabilizadas doze mulheres livres que se dedicavam ao ofício de parteira. As costureiras em sua maioria eram mulheres livres, mas temos a presença de escravas que tinham o ofício de costurar perfazendo um total de 7.65% da população do município.

Importante destacar que muitas destas atividades, mesmo não fazendo parte de uma formação institucional, requeriam dos indivíduos um tempo de aprendizagem que ocorria no próprio espaço de produção/execução do serviço tais como a de costureira, trabalho com metais, o de parteira e os ligados ao comércio. Isto demonstra a pluralidade de práticas educativas existentes na sociedade que necessitavam de um tempo de aprendizagem, preparavam as pessoas para desenvolverem atividades diversas, mas que não passavam necessariamente pela escola.

Entre aqueles que o Recenseamento contabilizou como proprietários apenas 20 pessoas foram assim classificadas o que dá uma percentual muito baixo 0.04% da população demonstrando ser um grupo restrito da sociedade local. As pessoas que viviam do comércio na cidade representavam 321 homens e 13 mulheres, ou seja, 0.07% da população.

Dentre as profissões liberais, em Itabira, no Recenseamento foram contabilizados dois juízes, seis advogados, dois médicos, onze farmacêuticos, sete escrivãos e notários, um procurador, nove oficiais de justiça, três cirurgiões e doze parteiras. Ao agruparmos essas profissões, compunham 0.12% da população.

Entre professores e homens das letras havia vinte sete professores homens e uma mulher. Neste caso, houve uma subcontagem das mulheres professoras, pois existiam entre os anos de 1872 pelo menos mais três professoras públicas na cidade.¹⁸

Importante ressaltar que na categoria professores e homens das letras constam dois homens escravos. Entretanto, não conseguimos informações sobre quem seriam esses sujeitos. A presença dos mesmos indica que o ensino e a aprendizagem do ler,

¹⁷ A atividade parteira foi incluída na categoria “profissões liberais” seguindo o agrupamento realizado por Libby (1988) em seu estudo sobre a economia mineira no século XIX. De acordo com Figueiredo (2000, p.142-143) no século XVIII, as Câmaras promoviam provas práticas que eram assistidas por médicos e sangradores, as mulheres ao passarem por estas provas recebiam cartas de exame podendo exercer legalmente a função de parteiras.

¹⁸ Através dos livros de registros de professores encontramos as seguintes professoras atuando em Itabira na época do Recenseamento: D. Ricardina H. Hemetria em Itabira desde 1871; D. Senhorinha Gomide Sanches em Antônio Dias Abaixo em 1873 e D Maria do Carmo S. de Andrade em Sant’Anna dos Ferros em 1873.

escrever e contar não ocorriam apenas nas escolas públicas em que era vedada a presença de escravos.

Por fim, foram contabilizados 40.51% da população total do município na categoria sem profissão. Nesta, estão incluídos pessoas com algum tipo de doença que as impediam de trabalhar, estudantes e aqueles que não declararam que profissão ou atividade desenvolviam (LIBBY, 1998)

De forma geral, essas eram as atividades desenvolvidas pelos habitantes de Itabira do Matto Dentro. Destacamos aquelas em que possuíam mais pessoas envolvidas e aquelas pertencentes a um grupo restrito da população, pois era essa camada que detinha o controle de cargos e funções importantes na cidade e vários sujeitos dessa pequena parcela da população itabirana estiveram à frente de vários assuntos referentes à instrução.

Nosso olhar agora se deterá sobre a escolarização dessa população. Dos 42.614 indivíduos, 5.429 sabiam ler e escrever, ou seja, apenas 12.73% da população total do município. Quando refinamos nossa análise por sexo e por condição temos o seguinte quadro na cidade

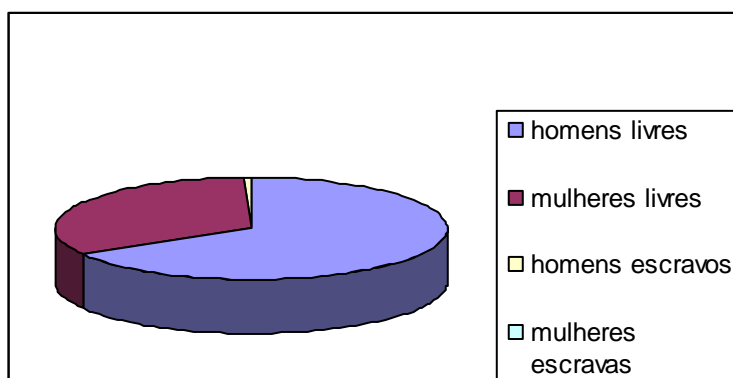


Gráfico 3: População de Itabira do Matto Dentro que sabe ler e escrever. Fonte: Recenseamento de 1872

Neste universo de 5.429 sujeitos, 3.608 (66.45%) eram homens livres, 1.796 (33.09%) eram mulheres livres. Entre a população escrava, 20 (0.36%) homens escravos sabiam ler e escrever e cinco (0.10%) mulheres escravas.

Da população de Itabira do Matto Dentro, majoritariamente, os homens livres eram os que detinham o conhecimento da leitura e da escrita; em seguida, vinham as mulheres livres. Isso demonstra que a escolarização levada a cabo pelo Estado e, mesmo a instrução fornecida no seio do lar, voltava-se muito mais para a população masculina que a feminina. De acordo com Gouvêa (2004a, p.190) o projeto de escolarização da

sociedade, ainda que na metade do século XIX o número de escolas femininas tenha tido um aumento significativo, era voltado inicialmente para a população masculina.

De todo modo, quando pensamos no contingente total de pessoas moradoras de Itabira percebemos que as pessoas que detinham esse conhecimento eram bastante diminutos independente do sexo.

Entre a população escrava, o número de pessoas que sabia ler e escrever era mais diminuto ainda. Em estudos realizados sobre as escolas públicas mineiras, Veiga (2005) identificou a presença de escravos em algumas delas, isto anteriormente à promulgação da lei nº 3 de 1835 que passou a vedar a presença de crianças escravas nas escolas públicas.

Estes homens e mulheres cativos poderiam assim ter aprendido a leitura e a escrita em escolas públicas, anteriormente à promulgação desta lei. Por outro lado, podem ter sido instruídas por meio do ensino particular ou doméstico em que seus senhores buscaram capacitá-los para o exercício de funções que necessitavam deste conhecimento.

Tal hipótese é reforçada com a contabilização feita pelo Recenseamento de dois escravos que seriam professores ou homens da letra. E os demais escravos e escravas que sabiam ler e escrever e que não foram identificados nesta categoria, quais atividades desenvolviam? Podiam estas atividades ser exercidas apenas por pessoas que tinham o conhecimento da leitura e da escrita? São algumas questões que estes dados nos apontam.

O Recenseamento de 1872, como já indicado, também contabilizou as crianças entre 6 e 15 anos que freqüentavam a escola. Neste caso, apenas as crianças livres foram contabilizadas. Provavelmente, o agente encarregado de contabilizar a população tenha se pautado na legislação que vedava a presença de escravos nas escolas públicas, o que não descarta a possibilidade de existirem crianças escravas nesta faixa etária que freqüentavam a escola. Devemos ressaltar que a configuração de uma rede de instrução pública esteve ligada a uma tentativa de controle de práticas educativas distintas existentes na sociedade diferentes daquela autorizada pelo Estado (FARIA FILHO, 2000, SHUELER, 2002).

Na Tabela 2 estão relacionadas as crianças livres, que freqüentavam e não freqüentavam a escola no município, levando-se em conta a sua distinção por sexo.

TABELA 2 - Crianças de 06 a 15 anos que freqüentam e não freqüentam a escola		
	Freqüenta a escola	Não freqüenta a escola
Homens	441	2.248
Mulheres	285	2.410
Total	726	4.658

Fonte: Recenseamento de 1872.

O número de crianças que freqüentavam a escola era bastante diminuto em relação àquelas que não a freqüentavam. A presença de meninos na escola era maior que a de meninas. Realizando um movimento contrário, a presença de meninas fora da escola era maior que a de meninos.

No período de realização deste levantamento a legislação referente à instrução estipulava a obrigatoriedade do ensino, em que os pais ou responsáveis pelas crianças livres, dentro de uma certa faixa etária, deveriam enviar seus filhos a escola. No período do Recenseamento, a faixa etária de crianças que deveriam freqüentar a escola era de 8 a 15 anos de idade. Pelo número de pessoas na cidade que não freqüentavam a escola, podemos deduzir a não-execução da lei apontando as dificuldades que o Estado teve durante todo o período para efetivar a freqüência nas escolas (FARIA FILHO & GONÇALVES, 2004)

A legislação oscilou bastante na determinação de qual seria a idade certa das crianças para freqüentarem as escolas. Essa preocupação com a idade das crianças em freqüentar a escola estava relacionada à concepção de qual seria a idade ideal para a aprendizagem das crianças em um processo de produção de uma idade escolar e do aluno.¹⁹

Antes de 1871, quando foi retomada a lei de obrigatoriedade²⁰, a legislação mineira oscilou entre um mínimo de 5 anos de idade a 15 anos de idade para demarcar a idade de freqüência às escolas. A partir de 1871, temos tratamentos distintos: as escolas públicas poderiam ser freqüentadas por pessoas de no mínimo cinco anos de idade até os quinze anos, contudo o período etário de freqüência obrigatória seria de 8 a 15 anos de idade no regulamento nº 62 de 1872, no regulamento nº 84 de 1879 de 7 a 12 anos. Essa determinação foi reafirmada no regulamento nº 100 de 1882 incluindo que, para as meninas a obrigatoriedade se daria entre os 6 a 11 anos de idade.

¹⁹ Para uma discussão sobre a configuração da idade escolar no século XIX ver: Gouvêa (2004).

²⁰ A lei nº 13 e seu regulamento foram as primeiras leis que previram a obrigatoriedade escolar logo após a promulgação do ato adicional de 1834 que, ao criar as assembleias legislativas provinciais deixou a cargo destas a gerência sobre a instrução.

Ao estipular a obrigatoriedade do ensino, também determinaram-se os critérios sobre quais seriam as crianças que estariam passíveis desta lei. As crianças que deveriam freqüentar a escola obrigatoriamente seriam os meninos que não morassem a mais de um a dois quilômetros da sede da escola e as meninas que não morassem mais de meio a um quilômetro de distância da sede da escola (Lei nº 1769, 1871; Regulamento nº 62, 1872; Regulamento nº 84, 1879).

Gouvêa (2004) aponta que de acordo com Rousseau o período das aprendizagens denominada de idade da razão estaria situada entre os 7 e 12 anos. Assim, a legislação ainda que incluísse faixas etárias fora da idade da razão, ao estipular as idades de freqüência obrigatórias, levou em conta o período denominado como a idade da razão.

O Recenseamento também traz informações sobre a idade da população agrupada em faixas etárias; neste caso, a contagem das crianças não foi completa. Ao realizarmos uma comparação entre os dados amostrados por faixa etária e aqueles por quem freqüenta e não freqüenta a escola, percebemos a diferença na contagem das crianças²¹.

Ainda que os dados por faixa etária não sejam tão confiáveis como os sobre as crianças que freqüentam e não freqüentam a escola, apresentaremos os números de crianças escravas que se encontravam entre 6 a 15 anos de idade em 1872. Neste caso, trabalhamos com os dados por faixa etária, já que as crianças escravas não foram contabilizadas freqüentando a escola.

TABELA 3 - Número de crianças em idade de freqüentar a escola

	6-10 anos de idade	11-15 anos de idade
Homens livres	1.274	1.266
Mulheres livres	1.274	1.335
Total parcial	2.548	2.601
Homens escravos	265	313
Mulheres escravas	239	276
Total parcial	504	589
Total geral	3.052	3.190

Fonte: Recenseamento de 1872

Pela Tabela 3, em que se computou a população livre por faixa etária, percebemos a subcontagem deste segmento. Foram contabilizadas 5.384 crianças que freqüentam ou não freqüentam a escola, entretanto, o Recenseamento contabilizou por

²¹ Agradeço a Marcos Mario Sampaio Rodarte pela confirmação de que a contagem por faixa etária do Recenseamento de 1872 não foi completa.

faixa etária 5.149 crianças entre 6 e 15 anos de idade, o que dá uma diferença de 235 crianças.

Para as crianças escravas entre 6 e 15 anos, existem informações apenas por faixa etária, podendo ter ocorrido o mesmo problema de contagem como com a parcela de crianças livres. Atentos a estes problemas, visualizamos que 1.093 crianças escravas estariam em idade de freqüentar a escola, o que é um contingente populacional expressivo.

Segundo Botelho (1998), as estatísticas eram ferramentas importantes para a identificação da população para que políticas, principalmente aquelas relacionadas com o fim da escravidão fossem colocadas em prática pelo Estado. Conhecer o contingente populacional escravo era uma ferramenta importante na definição de leis que paulatinamente aboliriam a escravidão. Saber o número de crianças escravas provavelmente foi definidor nas políticas implementadas pelo Estado relacionado com a educação dos negros, a partir da lei do Ventre Livre como demonstrou Fonseca (2002).

Os dados trabalhados objetivaram fornecer informações sobre a população da cidade e as atividades a que ela se dedicava. Foi possível perceber que a população era em sua maioria mestiça, independente da condição jurídica. O número de pessoas que sabia ler e escrever também era bastante restrito, entre a população livre que detinha este conhecimento, os homens eram a maioria.

Entre a população escrava o número de pessoas que sabia ler e escrever foi menor ainda, entretanto, é importante frisar a presença de pessoas escravas que tinham estes conhecimentos.

A população em idade de freqüentar a escola, apesar de expressiva, não estava presente na escola, já que o número de crianças entre 6 e 15 anos freqüentando a escola era expressivamente menor do que o número total de crianças nesta faixa etária.

Estas questões apontam para o próprio movimento, ocorrido durante o século XIX de crescente afirmação da escola como local privilegiado para a instrução das crianças. O Estado como promotor e gerenciador da ampliação da escolarização, passou cada vez mais a criar escolas nas localidades mineiras, além de vários outros mecanismos tais como a inspeção, com vistas a formar cidadãos e constituir uma nação civilizada aos moldes dos países do Velho Mundo.

A criação de escolas é um destes primeiros movimentos que objetivam a ampliação da escolarização. Neste momento, acompanhar o movimento de criação das escolas públicas e subvencionadas, em Itabira do Matto Dentro, é o nosso objetivo.

1.2 Caracterização das escolas criadas na cidade

O levantamento que empreenderemos agora é de acompanhar a criação na cidade, ao longo do século XIX, das escolas públicas primárias e das subvencionadas bem como caracterizá-las quanto ao público a que se destinavam.

Na Tabela 4 acompanhamos a instituição das escolas públicas primárias no século XIX.

Dentro	
Data	Nº de escolas criadas
Antes de 1860	9
Década de 1860	1
Década de 1870	12
Década de 1880	20
Total de escolas²²	42

Fonte: APM; Coleção de Leis Mineiras.

Ao longo do século XIX, houve um número significativo de criação de escolas na cidade. As décadas de 1870 e 1880 foram os anos em que mais escolas foram estabelecidas. Importante destacar que todas estas escolas que foram criadas pelo poder provincial funcionaram efetivamente. Apenas a terceira cadeira de instrução primária do sexo masculino da sede da cidade foi suprimida após quatro anos de existência e ao que parece não voltou a funcionar.

É importante ressaltar que na década de 1860, o Estado estabeleceu apenas uma escola na cidade, talvez um reflexo do direcionamento de verbas para a Guerra do Paraguai por parte dos governos provinciais, deixando de lado áreas consideradas não tão importantes, naquele momento, quanto a defesa do território nacional.

Em relação a que tipo de público estas escolas se destinavam temos o seguinte movimento: nas décadas anteriores a de 1860, o governo provincial criou oito escolas primárias para o sexo masculino e apenas uma para o sexo feminino. Na década de 1860, foi criada apenas uma escola primária para o sexo masculino. Na seguinte, a

²² Destas quarenta e duas escolas não foi possível identificar em qual freguesia se localizava a escola de Matto Grosso criada na década de 1880.

província criou quatro escolas destinadas ao público masculino e oito escolas para o sexo feminino. Na década de 1880, revelou o movimento contrário ao da década anterior, das vinte escolas criadas, apenas uma se destinava ao público feminino e dezanove ao masculino.

No que diz respeito a uma preocupação do Estado com a escolarização das meninas da província, podemos dizer que ela se fez de forma mais efetiva na década de 1870. Em todo o século XIX, a tentativa de escolarizar a população se direcionou de forma efetiva ao público masculino, o que pode ser percebido na criação de escolas primárias para esta parcela da população de maneira mais sistemática do que com as escolas voltadas para o sexo feminino.

A criação destas escolas femininas, na década de 1870, foi definidora, na cidade, para a entrada das mulheres no magistério. Antes deste período, existia apenas uma escola pública feminina e, portanto, apenas uma professora atuando no magistério público.

Do ponto de vista legal, no município não foram criadas escolas mistas, prática que se tornou mais comum nas últimas décadas do período imperial. Contudo não podemos afirmar que as escolas de Itabira do Matto Dentro, ainda que criadas tendo como foco um segmento específico da população em idade escolar, não tenha atendido a ambos os sexos. Nas atas de exame de algumas escolas, constatamos que escolas masculinas eram freqüentadas por meninas e escolas femininas por meninos.

Além destas escolas estabelecidas pelo governo provincial, a partir de 1881, a Câmara Municipal de Itabira do Matto Dentro passou a subvencionar escolas localizadas em zonas rurais de seu município. A defesa de que os municípios mineiros deveriam ajudar na difusão da instrução pública foi detectada principalmente no ano de 1880 quando o segundo vice-presidente da província Joaquim Jose de Sant'Anna (1880,p. 11) na abertura dos trabalhos da Assembléia Provincial daquele ano deu o seu parecer sobre o assunto

As camaras municipaes tem na lei de 1º de Outubro de 1828 a attribuição de fiscalisar e promover o ensino. Sem recursos e incentivos, não satisfazem a prescripção legal; entretanto, em todos os paizes da Europa, à excepção da Rússia e da Inglaterra, as camaras em grande parte fundão e subvencionão as escolas. É um regimen que pode-se adoptar com feliz exito. As camaras municipaes terão a administração e inspecção das escolas nos districtos mais populosos. Para mantel-as com os recursos dos seus orçamentos, sendo ordinariamente de uma receita exigua, lembre a creação de imposto de applicação especial, conforme as circunstancias de cada municipio. Nenhum inconveniente resultará da plena liberdade na

direção das escolas municipaes, porque ao lado dellas estarão as escolas provinciaes nas cidades e freguesias, mantidas pelo governo, cujos methodos e disciplina servirão de modelo. Quando trata-se de dar vida e prestígio às municipalidades, não convem desprezar a sua cooperação em um objeto de grande interesse social.

Por esse trecho, percebemos que o governo provincial retoma a lei de 1828 reclamando a ajuda mais concreta dos municípios mineiros na disseminação da instrução. Contudo, a questão da precariedade das rendas das câmaras constituía em um problema. Desta forma, a sugestão de se criar um imposto especial para ajudá-las na criação ou subvenção de escolas era uma boa solução, além de propor também que essas escolas fossem criadas nos distritos mais populosos.²³

A retomada das atribuições dos municípios nos assuntos referentes à educação encontravam-se nesse momento nas mudanças que ocorriam na sociedade em que medidas mais categóricas estavam sendo levadas a cabo pelo Estado na supressão do trabalho escravo. A inclusão dos negros na sociedade como cidadãos, colocava em pauta a necessidade de prepará-los para a vida em liberdade em que a educação seria um meio imprescindível para manter a “continuidade da estrutura social originária daquele período” o da escravidão (FONSECA, 2002, p.35)

A partir da década de 1870, vários sujeitos se propuseram a pensar e propor soluções para os problemas que dificultavam a modernização do país. Este grupo conhecido como a Ilustração Brasileira acreditava na ciência como fator de promoção da sociedade e do indivíduo e esta se daria por meio da educação o que fez intensificar os discursos em prol da valorização da mesma. Pois seria por meio dela que se daria uma atuação política mais eficaz, promoveria a preparação para o trabalho ajudando na resolução dos problemas nacionais e no alcance do progresso (GONÇALVES NETO, 2007, p. 2; BARROS, 1986).

Deste modo, a colaboração dos municípios de forma mais efetiva na escolarização da população colocava-se como um fator de necessidade para ajudar a sanar os problemas do país e garantir a continuidade da estrutura social já existente. Além disso, percebemos, com esse movimento, o início do repasse dos encargos da instrução para os municípios o que se dará de forma mais efetiva no período republicano.

²³ De acordo com Martins (2001, p.200) os distritos eram divisões estritamente administrativas para os serviços de fiscalização e de polícia, denominando regiões povoadas ou que iniciavam seu povoamento. A partir da década de 1830 vários distritos foram criados pelas câmaras municipais como subdivisões de municípios.

A proposta apresentada pelo segundo Vice-presidente foi acatada ainda com algumas modificações na resolução nº 2717 de 18 de dezembro de 1881 (anexo I). No artigo 11 das disposições permanentes, autorizava as Câmaras a criarem escolas primárias ou auxiliarem as já existentes em seu município.

Esse artigo, em seus quatro parágrafos, estabelecia em linhas gerais como seriam o estabelecimento ou o auxílio a estas escolas. Os professores seriam contratados ou nomeados pelo poder local cabendo a ele também a inspeção dos mesmos. Deveriam apresentar anualmente informações sobre aproveitamento dos alunos, métodos e condições do ensino, além de ser dependente a manutenção destas escolas a frequência exigida pelo regulamento nº 84²⁴ que estava em vigor no momento. Nele não se mencionava a questão da criação de um imposto, apenas que as câmaras deveriam apresentar o orçamento concernente ao assunto. Também não se determinava o local de estabelecimento das escolas criadas ou subvencionadas pelos municípios.

O 4º parágrafo do artigo 11 colocou que, se as escolas criadas pelo município tivessem uma frequência maior daquelas criadas pela Província, seriam as escolas provinciais suprimidas e as verbas destinadas a elas, repassadas ao município. Se a proposta era a ampliação de escolas e, por conseqüência, uma maior parcela da população escolarizada essa condição na verdade poderia não promovê-la. Se a intenção era de fato repassar aos municípios paulatinamente, os encargos com a instrução, essa resolução poderia atingir seu objetivo.

Se não podemos fazer afirmações categóricas, podemos pensar que os dirigentes da Câmara Municipal de Itabira do Matto Dentro perceberam a ambigüidade dessa resolução porque as escolas que o município subvencionou localizavam-se todas na zona rural, em locais em que não existiam escolas provinciais. O Código de Posturas de 1883 regulou de maneira mais detalhada as condições para a subvenção de escolas rurais do município (anexo II). Nele, foram delimitados forma de seleção de professores, valor anual da subvenção, modo de pagamento, frequência mínima da escola entre outros.

A subvenção destas escolas teve dois movimentos. Em um primeiro momento, a Câmara Municipal dirigiu-se a pessoas das localidades que já lecionavam particularmente, foi o caso das primeiras subvenções no ano de 1881. Após esse período

²⁴ O artigo 28 deste regulamento estipulava como frequência mínima vinte alunos para as escolas masculinas e quinze alunas para as escolas femininas.

inicial, os vereadores indicavam a necessidade de criação de escolas em determinadas localidades e também sugeriam quem seriam os professores das mesmas.

A subvenção de escolas ou a criação das mesmas pelo poder local não se fez de modo contínuo, durante toda a década de 1880, foram subvencionadas nove escolas rurais. Destas, quatro passaram a receber subvenção, no ano de 1881, logo após a resolução 2717 de 1880. A Câmara Municipal só iria subvencionar novamente em 1885 três escolas e uma em 1887. Uma escola rural não foi possível obter informações sobre o início da subvenção.

Tanto a resolução 2717 de 1880 quanto o Código de Posturas de 1883 não declaram a que tipo de público estas escolas se destinavam: se para meninos ou para meninas, ou ainda, para ambos os sexos. Embora a legislação não tenha sido explícita sobre essa questão por meio de mapas de frequência de algumas destas escolas, constatamos que apenas em duas escolas rurais existia a frequência de meninas. Ainda assim, essa presença feminina era bastante pontual como veremos no capítulo quarto quando nos detivermos sobre os alunos destas escolas.

A partir deste panorama mais geral sobre a criação das escolas públicas no município, procuramos responder algumas perguntas mais pontuais tais como: a criação destas escolas se deu de maneira uniforme nas várias freguesias da cidade? Foram criadas escolas situadas em localidades rurais ou apenas as sedes das freguesias puderam contar com escolas públicas provinciais? Que outros tipos de escolas foi possível identificar nas freguesias? Iremos agora identificar as localidades em que estas escolas foram criadas ao longo do século XIX.

1.3 As freguesias da cidade e suas escolas

O município de Itabira do Matto Dentro era composto por nove freguesias no ano de 1860. Neste momento, iremos nos deter sobre o início do povoamento destas localidades e como a suas escolas foram sendo criadas ao longo do século XIX. Além disso, buscamos considerar outros espaços de instrução e possíveis movimentos da população local para a criação de escolas para a instrução de suas crianças.

A freguesia de **Nossa Senhora do Rosário de Itabira** era a sede da cidade. Várias são as versões sobre qual foi o momento em que esta região foi “descoberta” e teve início ao seu povoamento. Para o Cônego Trindade, teria sido em 1705, quando o P.e Manoel do Rosário e João Teixeira Ramos descobriram ouro (BARBOSA, 1971,

p.37-38) ou por volta de 1737, quando alguns indivíduos para ali se dirigiram para a extração do ouro (FERREIRA, 1999, p.30). Para Saint-Hilaire, (1938, p.235) a povoação teve seu início em 1720, quando os irmãos Albernás descobriram o Pico do Cauê.

A extração aurífera foi a força motriz para que o povoado crescesse e se tornasse a freguesia de Nossa Senhora do Rosário em 1827. Em 1833, foi elevada à vila e em 1848 à cidade. A partir da descrição seguinte conseguimos visualizar um pouco de como era o espaço urbano da cidade influenciado por sua origem mineratória

É uma extensa e tortuosa rua que segue ao longo da estrada, que leva a N á capital donde dista 120Km, desde o bairro chamado campestre até outro de nome Areião²⁵, distancia de 2 KM, bifurcando-se, no centro, em duas, uma que dá saída a E. e outra terminada em praça, que dá saída às paragens de S.E.; e algumas viellas. Forão estas tuas formadas pelas estradas ou por ocasião das mesmas, provavelmente em vista de posição commercial. Também a topografia não permite larguezas de construcções por precipitada e acanhada,(...). Este desfilar de ruas é interrompido por sete pequenas praças irregulares e mal alinhadas, como o são também as ruas (...) (ENGRACIA, 1898, p. 334)

Como a(s) escola(s) estava(m) presente(s) neste cenário? A sede da freguesia foi o local em que mais escolas públicas foram instituídas ao longo do século XIX. Diferente das demais freguesias em que as escolas públicas tanto para o sexo masculino quanto para o sexo feminino eram de primeiro grau, a sede possuía também uma escola para o sexo masculino de segundo grau. Estas, de acordo com a legislação, deveriam ser criadas nas sedes das cidades e das vilas. Outras escolas também foram criadas pelo Estado na cidade visualizados no quadro a seguir.

²⁵ Estes dois bairros ainda existem com essa denominação na cidade.

QUADRO 1 - Escolas criadas na freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Itabira				
Local	Nível de ensino	Data da criação	Data da extinção	Data da restauração
Itabira - sede	Instrução primária de 1º grau sexo masculino	Criada pelo conselho em 27 março de 1828		
Itabira - sede	Instrução primária de 2º grau sexo masculino	Criada por portaria de 18 setembro de 1853	Cadeira suprimida em 24 de abril de 1868 de acordo com o reg. nº 56	Permanência desta escola foi confirmada art. 23 da lei nº 1601 de 20 de julho de 1868
Itabira - sede	Instrução primaria sexo feminino	Criada pelo governo da Província em 14 de novembro de 1835		
Itabira - sede	2º Cadeira de instrução primária sexo feminino	Criada pela lei 2163 de 19 de novembro de 1875		
Itabira - sede	3ª cadeira instrução primaria sexo masculino	Criada por Lei nº 2875 de 20 de setembro de 1882		Suspensão o ensino a 20 de março de 1886.
Itabira - sede	Latim e Francês	?	?	
Itabira - sede	Cadeira de ensino comercial prático	Lei 3137 de 1884 (5)?		
Rocinha - Itabira	Instrução primária de 1º grau sexo masculino	Lei 3285 de 30 de outubro de 1884		
Palmital - Itabira	Instrução primária de 1º grau sexo masculino	?		

Fontes: APM, Coleção de Leis Mineiras.

A única cadeira voltada para o ensino secundário criada pela província foi a de Latim e Francês. Não sabemos precisar, contudo, qual a data de sua criação. A primeira informação, que conseguimos sobre a mesma, data de 1865. O Almanak Administrativo de Minas Geraes (1865, p.189) traz a informação da existência de uma companhia de musica dirigida pelo prof. Emílio S. Gouvêa Horta Júnior²⁶ que era o professor da

²⁶ Esse sujeito foi deputado provincial pela cidade na 14ª e 15ª Legislatura, o que indica sua ligação com a cidade ou ser natural dela. (SP-1323, SP-1324; ALMANAK ADMINISTRATIVO DE MINAS GERAES, 1864, rolo 01 e 02 gaveta G-7)

cadeira de Latim e Francês da cidade. Em 1869, lecionava Latim no externato da capital, na época solicitou transferência para a cadeira de Latim e Francês de Itabira, mas não obteve sucesso (SP-1323, SP-1324).

Além de Emílio S. Gouvêa Horta Júnior, localizamos mais um professor que atuou em Itabira na cadeira de Latim e Francês: José Theodoro de Sousa Lima que em 1870 pediu e obteve transferência (SP-1374, 27/01/1870). Ela parece ter sido suprimida, pois em 1877, a lei nº 2390, artigo 3º, estabeleceu *uma cadeira de latim e francez na cidade de Itabira, anexa ao Colégio do cidadão Julio da Costa Lage*.

Já em meados da década de 1880, o Estado também criou uma escola de ensino comercial prático. De acordo com o relatório do Inspetor João Nepomuceno Kubitschek, enviado ao Presidente da província Olegário Herculano de Aquino e Castro, informa que esta cadeira em 1885 estava ocupada interinamente por Emilio Pereira de Magalhães. Este professor também atuou como professor da cadeira de Latim e Francês da cidade (KUBITSCHEK, 1885, p.7)

A primeira escola pública primária criada em 1828 destinava-se a atender a população masculina da freguesia. Em 1835, foi criada a para o sexo feminino e no ano de 1853 criou-se a segunda escola destinada ao sexo masculino. Esta era de segundo grau o que implicava mais conteúdos a serem ensinados aos alunos que a freqüentavam. As escolas de segundo grau também estavam todas localizadas nas sedes de cidades e vilas mineiras revelando diferentes propostas do Estado na escolarização das crianças mineiras.

Para as crianças residentes em zonas mais urbanizadas os conteúdos a serem ensinados deveriam ser mais abrangentes do que os destinados aos meninos residentes em zonas mais rurais. Para as meninas, mesmo que a escola estivesse situada na sede de cidade ou vila, o conteúdo a ser ministrado era o mesmo que o das escolas masculinas de primeiro grau, além de serem incluídos os trabalhos de agulha.

Antes da década de 1860, na sede da freguesia da cidade, já existiam, portanto, três escolas públicas para atender às crianças do sexo masculino e feminino, ali residentes. Na década de 1870, apenas uma escola foi criada na sede da freguesia e destinava-se a atender crianças do sexo feminino da cidade. Em junho de 1876, esta cadeira ainda não havia sido instalada, o que fez com que um grupo de moradores da cidade enviasse uma petição reivindicando o provimento da mesma (SG-988, 06/06/1876). O Inspetor Geral de Instrução Pública se posicionou contra o provimento alegando ao presidente da Província que de acordo com a lei nº 1769 de 1871

determinava em seu artigo 1º §11 que a criação de uma segunda cadeira dependia de uma frequência maior de sessenta alunos na primeira (SG-988, 30/06/1976).

A primeira cadeira do sexo feminino de Itabira contava então com uma frequência de 47 alunas, o que impossibilitava o provimento da segunda. As alegações do Inspetor Geral parecem ter sido acatadas, pois apenas em 1878 ocorreu o concurso para o provimento da segunda cadeira do sexo feminino da sede da cidade (IP-1/2 ex.13, Pc 2 e 3).

Na década de 1880, foram criadas mais três escolas primárias: uma estava localizada na zona urbana da cidade e as outras duas em distritos da sede da freguesia. A terceira cadeira do sexo masculino foi fundada em 1882 e suprimida depois no ano de 1886. A da Rocinha foi criada em 1884 e a do Palmital, embora criada na década de 1880, não foi possível precisar a data.

Além destas escolas instituídas pelo Estado, tanto as de ensino primário, secundário e de ensino profissional localizamos outras iniciativas de escolarização da população local.

Para o ensino primário, localizamos o professor Francisco Carolino Rosa que além de atuar pontualmente no magistério público (1872) desde 1865 tinha licença para atuar particularmente. Após a proclamação da República, localizamos um pedido de subvenção para sua escola à Câmara Municipal de Itabira indicando que este professor atuou durante boa parte do século XIX no ofício de professor (caixa 31, 1888-1889).

Encontramos informações sobre a existência de um colégio particular que se chamava Colégio Itabirano – Amor as Letras. Dois de seus diretores²⁷ estiveram presentes em assuntos ligados à instrução pública como veremos mais à frente. Não sabemos precisar a data de criação deste Colégio. A referência mais antiga deste colégio foi no relatório do presidente de província de 1864. A última foi no ano de 1877, quando o Estado criou a cadeira de Latim e Francês anexa a este colégio.

A partir da década de 1880, a cidade passou a sediar o Instituto Agrônômico do Vale do Piracicaba²⁸. Esta escola, voltada para o ensino agrícola pretendia ensinar de

²⁷ São eles: José Antônio da Silveira Drumond e Julio da Costa Lage. O primeiro além de Delegado literário e Inspetor municipal também foi examinador dos alunos das escolas primárias da sede. O último, formado no Colégio do Caraça também atuou como examinador.

²⁸ Esta escola está sendo objeto de estudo do mestrado de Jorge Florentino Botelho no CEFET-MG.

forma mais racional o cultivo da terra. Era dirigida pelo médico Domingos Martins Guerra.²⁹

Entre as escolas subvencionadas pela Câmara Municipal em localidades rurais que pertenciam à freguesia da sede, conseguimos localizar uma em Ribeirão São José, no ano de 1881. A sede da cidade teve, deste modo, oito escolas voltadas para o ensino primário criadas tanto pela província como pelo poder local para escolarizar suas crianças.

A freguesia de **Nossa Senhora de Nazareth de Antônio Dias Abaixo** era um centro minerador ela é, segundo Engracia (1898, p. 343), o mais antigo povoado do Vale do baixo Piracicaba. Seu povoamento teria tido início, segundo esse autor ainda no século XVI. Já Barbosa (1971, p.38) acredita que este tenha se dado no início do século XVIII quando Antônio Dias e Padre Faria se dirigiram para o rio Piracicaba.

Ainda assim, Antônio Dias Abaixo se tornou freguesia apenas em 14 de julho de 1832. No período do Recenseamento a atividade mineratória estava abandonada, pois não foi identificado nenhum morador se dedicando a esta atividade, fato indicado também por Engracia em 1898.

Pelo Recenseamento de 1872 esta freguesia possuía 4.947 almas. Destas, 242 homens (4.97%) e 63 mulheres (1.27%) sabiam ler e escrever. Foram contabilizadas 402 crianças entre 6 e 15 anos de idade: 177 meninas e 225 meninos; destes, apenas 33 meninos e 4 meninas encontravam-se freqüentando a escola³⁰.

A primeira escola pública de Antônio Dias Abaixo foi criada em 1828. A escola primaria para o sexo feminino foi criada em dezembro de 1873, ou seja, no ano em que ocorreu o Recenseamento na província.

Até o ano de 1873 apenas a população masculina contava com uma escola pública para a sua instrução. As pessoas do sexo feminino desta localidade aprenderam a ler e escrever por meio do ensino doméstico ou particular.

²⁹ Este médico atuou em várias áreas na cidade. Além de exercer a medicina, também criou uma fábrica de Chapéus, foi o iniciador das discussões para a criação da fábrica de tecidos União Itabirana e esteve presente também na criação da outra fábrica denominada Pedreira. Foi médico do partido, ou seja, era contratado pela Câmara Municipal para atender aos doentes pobres do município, e foi algumas vezes vereador na cidade. A atuação deste médico elucida a constituição da medicina social no Brasil em que a atuação profissional dos médicos direcionava-se por intervenções em várias áreas buscando constituir uma sociedade higiênica física e moralmente. Sobre esse assunto ver Machado *et al*, 1978 e Gondra, 2004.

³⁰ Nesta freguesia o número de crianças identificadas pelo Recenseamento como freqüentando ou não a escola é maior do que a contagem das crianças por faixa etária, já que foram contabilizadas pelo Recenseamento 357 crianças nesta faixa etária, problema este já apontado no item anterior. Para o cálculo acima estamos levando em conta o total de crianças que freqüentam e não freqüentam a escola.

Não conseguimos localizar nenhum tipo de documento que nos informasse sobre a existência de escolas particulares nesta localidade, mas a presença de mulheres que sabiam ler e escrever, mesmo sem a existência de uma escola pública para o sexo feminino, evidencia a existência de outros tipos de espaços de instrução.

Entre as iniciativas da população local para a ampliação de pessoas escolarizadas, localizamos um ofício do Inspetor Geral de Instrução Pública Antônio d'Assis enviando, em 18 de julho de 1873, para o então presidente da província José d'Oliveira Lisboa informando-o de que, em Antônio Dias Abaixo, no dia 18 de maio do mesmo ano havia sido criada uma *Sociedade popular protectora da instrucção dos desvalidos*, de iniciativa do delegado daquela localidade, Francisco de Paula Bhering (SG-979).

Em relatório apresentado ao presidente sobre o estado da instrução na Província naquele ano, o Inspetor Geral informa que o fim dessa sociedade era a construção de uma casa para a escola e promover a instrução dos desvalidos (MARTINS, 1873, p.14). A criação dessa Sociedade indica a presença de crianças pobres na localidade como também sinaliza que a escolarização das crianças moradoras desta freguesia era uma preocupação presente entre alguns de seus moradores.

A freguesia de **Nossa Senhora da Conceição de Cuiethé** começou a ser povoada por brancos por volta do século XVIII. Sua fundação está ligada à criação de um presídio para os degredados. Tornou freguesia em 1824 e passou a fazer parte do município de Itabira do Matto Dentro em 1844. Região ocupada pelos Botocudos, no Vale do Rio Doce, na documentação da Câmara Municipal de Itabira, essa localidade se destacava pelo seu isolamento, dificuldades de acesso e comunicação.

Para Costa (1997, p.177/78), Cuiethé foi incorporado ao município de Peçanha em 1881; já na documentação da Câmara essa freguesia deixou de fazer parte de Itabira do Matto Dentro em 1875, quando foi incorporada a Abre Campo (2º caixa 24 1873/1874).

Em ofício de 16 de março de 1870, encaminhado à Câmara Municipal, Manoel Almeida da Fonseca reclama da situação da estrada que dá ligação a Cuiethé que se encontra em péssimo estado e, como a navegação do Rio Doce estava paralisada, “Cuiete acha-se isolada de communicações e soffre falta dos mais necessários recursos para a vida.” (Caixa 23, 1870-1871) Em 1863, o procurador da Câmara Bernardino de Souza Brandão enviou um ofício ao presidente da mesma informando que havia meses

que a correspondência destinada a Cuiethé estava paralisada em Antônio Dias Abaixo por não ter canoas para realizar a travessia do rio. (Caixa 19, 1862-1863).

A freguesia possuía em 1872, 798 almas; destas setenta e duas pessoas sabiam ler e escrever: quarenta e um homens (5.13%) e trinta e uma mulheres – 3.88%. Noventa e duas crianças de ambos os sexos estavam com idade entre 6 e 15 anos. Entre estas, nove meninos (9.78%) e oito meninas (8.69%) freqüentavam a escola, 44.56% dos meninos e 36.95% de meninas não freqüentavam a escola.

A escola primária para o sexo masculino foi criada pelo Conselho Geral entre os anos de 1828 a 1830. Durante o período em que Cuiethé pertenceu ao município de Itabira não foi criada nenhuma escola destinada a atender o público feminino. Da mesma forma que para a freguesia de Antônio Dias Abaixo não podemos afirmar que não houvesse outras escolas funcionando na freguesia de Cuiethé. A presença de meninas na única escola pública da freguesia pôde ser detectada, bem mais tarde por meio da ata de exame dessa escola no ano de 1873 em que consta o nome de sete meninas.

De acordo com o artigo 31 do regulamento nº 62 de 1872, era franqueada a presença de meninas em escolas do sexo masculino nas localidades em que não houvesse escola para o sexo feminino mediante a condição de que o professor fosse casado e que as meninas ficassem em local separado dos meninos. A esposa do professor se encarregaria do ensino dos trabalhos de agulha recebendo para isso uma gratificação. O que parece ter ocorrido nessa freguesia já que não existia na localidade nenhuma escola pública voltada para atender à população feminina da freguesia.

A freguesia de **Sant'Anna dos Ferros**, banhada pelo Rio Santo Antônio, também era um centro de mineração. Sua origem é atribuída à ação de Pedro Fernandes Alves e José Ferreira S.Thiago. Elevada à freguesia, em 1832, pertenceu ao município de Itabira do Matto Dentro até o ano de 1884 quando foi elevada à vila incluindo entre suas freguesias a de Joanésia e Sete Cachoeiras (BARBOSA, 1971, p. 190).

Gostaríamos de destacar que mediante o Recenseamento desta localidade, pudemos perceber que esta população era composta em sua maioria por pardos. Também era nesta freguesia em que os vinte e cinco cativos que sabiam ler e escrever foram contabilizados.

Em Sant'Anna dos Ferros foram contabilizados dois escravos homens na categoria comerciantes/caixeiros/guarda livros e um outro como professor ou homens de letras. Estes três sujeitos provavelmente sabiam ler e escrever, e a atividade que

desenvolviam estava ligada à detenção deste tipo de conhecimento, o que também indica a presença de outros espaços de instrução já que era vedada na escola pública a presença de cativos.

Esta freguesia possuía 9.038 almas, 7750 livres e 1.288 escravos. 10.45% da população livre sabiam ler e escrever enquanto 0.27% dos escravos também tinham este conhecimento.

Para a população que frequenta e não frequenta a escola foram identificadas 1.981 crianças de ambos os sexos com idade entre 6 e 15 anos; destas, 173 frequentavam a escola e 1.808 não a frequentavam. Entre as crianças e jovens que frequentavam a escola 115 (5.80%) eram meninos e 58 (2.93%) eram meninas.

Mas desde que época podemos indicar a existência de escolas em Sant'Anna dos Ferros?

A primeira escola pública primária desta freguesia era destinada ao público masculino e foi criada provavelmente entre o final da década de 1820 e década de 1830 pois a única informação que obtivemos indica sua criação pelo Conselho Geral. No Quadro 2 visualizamos melhor a criação das escolas nesta localidade.

QUADRO 2 - Escolas criadas na freguesia de Sant'Anna dos Ferros

Local	Nível de ensino	Data da criação
Freguesia de Sant'Anna dos Ferros	Instrução primária do 1º grau sexo masculino	Criada pelo Conselho Geral – não informa data
Freguesia de Sant'Anna dos Ferros	2ª cadeira instrução primária do 1º grau sexo masculino	Criada pela lei nº 2478 9 novembro de 1878
Freguesia de Sant'Anna dos Ferros	Instrução primária sexo feminino	Criada pela lei nº 1876 15 de julho de 1872
Freguesia de Sant'Anna dos Ferros	2ª cadeira instrução primária sexo feminino	Criada pela lei nº 2478 9 novembro de 1878
Rio do Peixe Freguesia de Sant'Anna dos Ferros	Instrução primária para o sexo masculino	Criada por Lei nº 2945 23 de setembro de 1882
Esmeralda Freguesia de Sant'Anna dos Ferros	Instrução primária para o sexo masculino	Lei 3112 de 16 de outubro de 1883
N S. do Rosário dos Ferros	Instrução primária de 1º grau	1882(3)?
Freguesia de Sant'Anna dos Ferros	sexo masculino	

Fonte: APM, Coleção de Leis Mineiras.

Na década de 1870, foram criadas pelo Estado três escolas nesta freguesia. No ano de 1872 foi criada a primeira escola para o sexo feminino e no ano de 1878 fundou-se a segunda escola primária para o sexo masculino e feminino da freguesia.

Na década seguinte, as escolas criadas pelo Estado na freguesia de Sant'Anna dos Ferros encontravam-se em localidades rurais e eram escolas para o sexo masculino: 1882, no Rio do Peixe; 1883, em Esmeralda e Nossa Senhora do Rosário dos Ferros.

Para o caso dessa freguesia, podemos perceber dois movimentos distintos referentes à instituição de escolas: a década de 1870 caracterizou-se por atender à população residente na sede da freguesia e na década de 1880 a população localizada em zonas rurais.

Além dessas escolas criadas pelo governo provincial em Sant'Anna dos Ferros, identificamos a criação de mais duas escolas rurais que eram subvencionadas pela Câmara Municipal. Uma estava localizada em Santíssimo Coração de Jesus pertencente ao distrito do Rio do Peixe e começou a ser subvencionada em 1881. A outra situava-se em São Sebastião dos Ferreiras e foi criada em 1885³¹.

Por meio das atas de exames, sabemos que ao menos duas escolas particulares estavam em funcionamento em Sant'Anna dos Ferros, no final da década de 1870. Uma escola era dirigida pela professora D. Maria Bárbara dos Santos, situada no centro da povoação ao lado da Igreja Matriz e destinava-se ao público feminino (IP3/4 cx 14 P 10 doc 23). A outra escola estava distante da povoação mais ou menos dois quilômetros; era dirigida pelo professor Sebastião de Oliveira Pinto e pudemos identificar a presença de uma menina entre os alunos desta escola (IP3/4 cx 14 P 10 doc 24). Pelos nomes dos alunos e da aluna não foi possível identificar se a mesma era parente de algum dos meninos que freqüentavam a escola.

São Sebastião da Joanésia ou Parahyba do Matto Dentro foi elevada à freguesia no ano de 1852. Não sabemos se o início de seu povoamento se deu com a instituição de uma capela como apontado por Mata (2002) ou pela extração mineral ou vegetal.

No ano de 1864 passou a denominar Parahyba do Matto Dentro retornando à antiga denominação em 1881. Em 1884 quando Sant'Anna dos Ferros foi elevada à vila, Joanésia passou a pertencer a mesma. Além da sede da freguesia possuía mais três povoados: o de Parayba, Sete Cachoeiras elevada à paróquia em 1877 e Sant'Anna do Paraíso (ALMANAK ADMINISTRATIVO... 1865, p.199; Lei nº 2420, 1877).

³¹Importante destacar que no ano de 1885 Ferros já não fazia mais parte do município de Itabira do Matto Dentro já que desde o ano de 1884 possuía os foros de vila. Como não foi possível detectar por quanto tempo a Câmara Municipal subvencionou estas escolas, acreditamos que a subvenção não tenha se estendido por muito tempo.

A freguesia contava com 5577 almas sendo que apenas 8.42% destas sabiam ler e escrever. As crianças entre 6 e 15 anos de idade, ou seja, em idade de frequentar a escola, perfaziam um total de 504 pessoas³², 272 meninos e 232 meninas. Do total de pessoas nesta faixa etária, 38 meninos (7.54%) e 10 (1.99%) meninas frequentavam a escola. Mais uma vez a presença de crianças de ambos os sexos na escola era bastante diminuta.

A primeira escola criada em Joanésia ocorreu no ano de 1848 e era de ensino primário do sexo masculino. Entretanto, a manutenção desta escola na freguesia não foi tranqüila. No ano de 1864, ela foi suprimida por não apresentar frequência legal de alunos. Restaurada no próximo ano foi novamente suprimida em 1868 pelo mesmo motivo. Não foi possível localizar a data certa de sua restauração mas pelos dos nomes de professores que atuaram nessa localidade, provavelmente, voltou a funcionar no ano de 1872, pois entre os anos de 1865 a 1872 não foi localizado nenhum professor atuando nessa freguesia.

A escola pública para o sexo feminino foi instaurada no ano de 1875, assim na época do Recenseamento, não havia escola pública para o sexo feminino, o que não exclui a presença na freguesia de mulheres que sabiam ler e escrever e a presença de pessoas do sexo feminino frequentando a escola. As atas de exame das escolas localizadas iniciam no ano de 1874 e existem apenas para a escola do sexo masculino, contudo nelas não constam os nomes dos alunos impossibilitando perceber a presença ou não de meninas.

No ano de 1877 foi criada uma escola na zona rural da freguesia, no distrito de Sete Cachoeiras. Em 1883, a população local ofereceu uma casa à Província para o funcionamento da escola que de acordo com o ofício encaminhado a Câmara Municipal o imóvel fora construído com os recursos da população local com o auxílio do cofre municipal (caixa 29, 1882/1883). O distrito de Sant'Anna do Paraíso teve sua escola pública criada em 1880 e em 1884 foi a vez da localidade denominada Caratinga. Estas três últimas escolas se destinavam a atender prioritariamente o público masculino destas localidades.

Ainda na década de 1880 foram criadas mais três escolas rurais nessa freguesia pela Câmara Municipal. Como o próprio nome indica, essas escolas estavam localizadas em zonas rurais da freguesia. São elas: Arraial da Conceição dos Esmeraldas cuja data

³² Nessa freguesia ocorreu o mesmo caso de subcontagem foram contabilizadas apenas 456 crianças na faixa etária de 6 a 15 anos.

de criação não conseguimos identificar; Córregos dos Burrinhos e Ribeirão do Caratinga ambas, no ano de 1885³³. Entre escolas públicas e subvencionadas esta freguesia teve oito escolas criadas, sendo que apenas uma se destinava ao público feminino.

O povoamento da freguesia de **Sant'Anna do Alfié** ocorreu ainda no século XVIII, mas parece não estar ligada à extração mineral (BARBOSA, 1971, p.433). Foi elevada à freguesia de Itabira do Matto Dentro em 1840 (COSTA, 1997, p.385).

Além da sede da freguesia, existia a localidade Dionísio que foi elevada à freguesia em 1882 (Lei nº2876, 1882). Optamos aqui por trabalhar com esta freguesia juntamente com a de Sant'Anna de Alfié.

A freguesia contava com 3.888 almas; destas, 456 pessoas (11.72%) sabiam ler e escrever, 338 homens e 118 mulheres. Entre as crianças em idade de freqüentar a escola foram contabilizadas 880 indivíduos; destes, apenas 34 meninos e 16 meninas, ou seja, apenas 5.68% das crianças da freguesia freqüentavam a escola. No Quadro 3 indicamos a criação das escolas de Sant'Anna do Alfié, ao longo do século XIX.

QUADRO 3 - Escolas criadas na freguesia de Sant'Anna do Alfié

Local	Nível de ensino	Data da criação	Data da extinção	Data da restauração
Freguesia de Sant'Anna do Alfié	Instrução primária de 1º grau sexo masculino	Criada pela lei provincial nº 459 20 outubro de 1850	Suprimida parece que no ano de 1859	Restaurada por portaria de 22 de novembro de 1860
Freguesia de Sant'Anna do Alfié	Instrução primária de 1º grau sexo feminino	1874 (?)		
Povoação de Dionísio	Instrução primária sexo masculino	Criada pela lei nº 2478 9 novembro de 1878		
Povoação de Dionísio	Instrução primária para o sexo feminino	Criada por lei nº 2940 de 23 de setembro de 1882		

Fonte: APM, Coleção de Leis Mineiras.

Nesta freguesia não foi localizada nenhuma escola subvencionada pela Câmara Municipal. A escola para o sexo masculino da povoação de Dionísio foi criada em 1878 e na década posterior que se criou a escola voltada para o sexo feminino. Na sede da

³³ Importante destacar que no ano de 1885 Joanésia já não fazia mais parte do município de Itabira do Matto Dentro já que desde o ano de 1884 esta freguesia passou a pertencer a vila de Sant'Anna dos Ferros.

freguesia, percebe-se que a escola para o sexo feminino foi criada na década de 1870 como nas demais localidades.

Pela ata de exame da escola feminina, do ano de 1888, foi possível perceber a presença de um aluno. No entanto, nesta ata não constavam os nomes das crianças que ainda estavam “promptos” entre os quais incluía esse menino.

Não podemos saber também a idade do menino e se era parente de alguma aluna. De acordo com a legislação vigente, o regulamento nº 100 em seu artigo 48 previa que as escolas do sexo feminino poderiam ser freqüentadas por meninos de até 12 anos de idade.

Não foi possível identificar a presença de escolas particulares que atendessem tanto ao público feminino como ao masculino, o que não faz com que descartemos a possibilidade de existência deste tipo de escola nesta freguesia.

A freguesia de **São José da Lagoa** também teve seu povoamento iniciado com a mineração. Está localizada na margem esquerda do Rio Piracicaba. O povoamento inicial é atribuído a João Correia da Silva que teria fundado a fazenda do Rio do Peixe nos primeiros anos do século XVIII. Em 1832, era Curato de Antônio Dias Abaixo e em 1848 tornou-se freguesia de Itabira do Matto Dentro (BARBOSA, 1971, p. 319; ENGRACIA, 1898, p.147).

O quadro seguinte nos indica a criação de escolas nesta freguesia durante o século XIX

QUADRO 4 - Escolas criadas na freguesia de São José da Lagoa		
Local	Nível de ensino	Data da criação
Freguesia de São José da Lagoa	Instrução primaria de 1º grau sexo masculino	Criada pelo § 1º do art. 2º da Lei Provincial nº 286 de 12 outubro de 1846
Freguesia de São José da Lagoa	Instrução primaria de 1º grau sexo feminino	Criada pela lei nº 2164 20 novembro de 1875
Matto Dentro Freguesia de são José da Lagoa	Instrução primária de 1º grau sexo masculino	Lei 3217 de 11 de outubro de 1884

Fonte: APM.

Na referida freguesia, não foi identificada nenhuma escola rural subvencionada pela Câmara Municipal de Itabira. Entre as escolas públicas provinciais, localizamos duas para o sexo masculino: uma na sede da freguesia e outra criada já na década de 1880, na localidade Matto Dentro. A escola para o sexo feminino foi criada pela Província na década de 1870 como nas demais freguesias.

Por outro lado, conseguimos identificar a presença de pessoas que eram professores particulares. Mediante o registro de professores, sabemos que Mariano Fernandes de Mello, parente do primeiro professor público da freguesia Gabriel Fernandes de Mello, atuou como professor público interino e pelo livro de memórias escrito sobre a localidade o encontramos como professor particular (BAPTISTA FILHO, 1999, p.133). Recorrendo à memória local e oral, esse autor indica que Francisco José Pinheiro também lecionava em São José da Lagoa. Esse último ao que parece lecionou sempre particularmente, pois não encontramos nenhum registro sobre o mesmo na documentação sobre a instrução pública. (BAPTISTA FILHO, 1999, p.417).

A dificuldade com que nos deparamos para identificar escolas particulares já era sentida pelo governo provincial, no século XIX, que buscou durante todo o período inspecionar e controlar a criação destas escolas. Essa dificuldade em encontrar registros sobre as mesmas indica que, ainda que o Estado tenha procurado ter controle sobre as mesmas, vários sujeitos atuavam particularmente sem que o governo tomasse consciência da existência de tais escolas.

Nossa Senhora do Carmo foi elevada à freguesia no ano de 1870. Antes desta data era um distrito de Itabira. Não sabemos informar o início do povoado, mas parece datar do início do século XIX. De acordo com Barbosa (1971, p.487), seus primeiros habitantes eram mineiros e alguns poucos fazendeiros.

A partir do banco de dados utilizado sobre o Recenseamento não foi possível obter dados mais específicos para esta freguesia, mas, de acordo com Engracia³⁴ (1898, p.350), essa localidade possuía um número considerável de meninos e que a população local era composta de oitenta por cento de crioulos e mestiços. Após fornecer esta informação, o autor caracteriza a freguesia como inabitável e pessoas que não estivessem dispostas a matar e a morrer não teriam condições de ali morar. Indicou como característica da população a falta de educação e de princípios religiosos, além da existência de muitos crimes.

A movimentação de criação de escolas nessa localidade foi um pouco diferenciada das demais freguesias. A primeira escola pública para o sexo masculino do

³⁴ Este sujeito era padre e morador da cidade de Itabira. Entre as poucas informações localizadas sobre ele refere-se a sua atuação no hospital da cidade criado em 1854, pelo Monsenhor José Felicíssimo. Em 1898, como correspondente do Arquivo Público escreveu este artigo sobre a cidade e as freguesias que a compunham. Como não foi possível localizar outras informações sobre a freguesia de Nossa Senhora do Carmo optamos por trabalhar com as informações fornecidas por este sujeito tomando o cuidado para o fato de ser esta uma visão parcial do mesmo e portanto carregada de juízo de valor e preconceito.

Carmo foi criada em 1864. Somente na década de 1880 esta freguesia teria novamente escolas criadas pelo governo provincial, como visualizamos no Quadro 5.

QUADRO 5 - Escolas criadas na freguesia de Nossa Senhora do Carmo				
Local	Nível de ensino	Data da criação	Data da extinção	Data da restauração
Distrito do Carmo	Instrução primária do 1º grau sexo masculino	Criada por portaria de 19 de abril de 1864	Suprimida por ato de 21 abril de 1869	Restaurada por portaria de 9 de fevereiro de 1870
Freguesia do Carmo	Instrução primária do 1º grau sexo feminino	Artigo 21 da lei 2892 de 6 de novembro de 1882		
Macuco Freguesia do Carmo	Instrução primária do 1º grau sexo masculino	Criada por lei nº 2568 3 janeiro de 1880		
Duas Pontes Freguesia do Carmo	Instrução primária do 1º grau sexo masculino	Criada por lei nº 2847 25 out 1881	Transferida para a Chapada pela lei 3038 de 1882	
Turvo Freguesia do Carmo	Instrução primária do 1º grau sexo masculino	Criada por Lei nº 3038 20 outubro de 1882		
Gordura – Freguesia do Carmo	Instrução primária do 1º grau sexo masculino	Lei 3112 de 6 de outubro de 1883		
Alves – Freguesia do Carmo	Instrução primária do 1º grau sexo masculino	Lei 3721 de 13 de agosto de 1889		

Fonte: APM, Coleção de Leis Mineiras.

A primeira escola pública, criada em 1864, foi suprimida cinco anos após a sua criação e novamente criada em 1870. De acordo com ofício de 1º de outubro de 1869 da Diretoria Geral de Instrução Pública dirigido ao presidente de província José Maria Correa de Sá e Benevides, a supressão desta cadeira não se deu por não ter frequência legal, mas porque o distrito era pouco populoso recomendando então a sua restauração (SP-1340, p.22 f rente e verso).

Contrariando o movimento nas demais freguesias que tiveram suas escolas femininas criadas ao longo da década de 1870, esta freguesia teve sua escola pública para o sexo feminino apenas a partir de 1882. A localidade Macuco e Turvo tiveram

suas escolas públicas antes mesmo de que fosse criada a escola para o sexo feminino na sede da freguesia.

De acordo com Engracia (1898) esta freguesia possuía um grande número de meninos. Estariam todos eles freqüentando a escola? Existiam outros tipos de escolas na localidade, já que a presença de escolas públicas se fez sentir um pouco mais tarde que nas outras freguesias? Existiria por parte da população local um descaso com a instrução de seus filhos já que era um lugar inabitável, com pessoas sem educação e princípios religiosos? Ou seria um descaso do governo, já que era um local em que grande parte de sua população era mestiça?

O que pudemos constatar foi que a população local se importava com a escolarização de seus filhos e este interesse pôde ser percebido por meio da manifestação apresentada ao governo demonstrando discernimento que as pessoas possuíam sobre o que era ou não um bom professor público.

Após a restauração da escola para o sexo masculino, a partir de 1870, ela foi ocupada pelo professor provisório Augusto Pereira de Castro. Após dois anos de exercício, esse professor foi destituído de seu cargo o que fez com que a população local e de Itambé – pertencente a Conceição do Serro - fizesse dois abaixo-assinados pedindo a permanência dele na escola pública para o sexo masculino.

Interessante observar a argumentação dos assinantes do pedido:

Os abaixo assignados abitantes desta Freguesia do Carmo Municipio da cidade da Itabira, levão ao conhecim.tº de VExmª e no mesmo tempo gratas a **Exmª Presidencia, de ter a sertado tão bem em nomear provisoriamente o cidadão Augusto Pereira de Castro**, para reger esta cadeira de instrucção primária Sendo este o 5º que a ocupa, e que m.to tem cativado aos pais i alumnos pelo seo modo tratavel e religioso, e grande adiantam.to que em apresentado de instrucção nesta mocidade esperançosa, **e estando nós por esta forma bem servidos de Professor, e de úm bom exsecutor no cumprim.to de seos de veres o que não a conteceo com os seos anteçeor**, por isso thomamos a liberdade de apresentar o nosso assignando a VExmª para **não nos tirar da poçe de hum que nos serve (...).** (SG- 978) (grifos nosso)

Este pedido foi assinado por sessenta moradores do Carmo. Além de pais de meninos que freqüentavam a escola, temos também assinatura de vários fazendeiros e negociantes, criador e carpinteiro.

Além dos argumentos mais fáceis de encontrar, tais como o cumprimento do dever e a boa conduta moral e religiosa do professor, eles deixam claro que não ficaram satisfeitos com os professores anteriores e que o professor atual era considerado pela

população local como o professor ideal revelando que a anuência da população local era importante na avaliação da atuação do professor e que esta reivindica e resiste participando de modo ativo no processo de escolarização de seus filhos (ARROYO, 1985; GONDRA & LEMOS, 2006).

Santa Maria também foi elevada à freguesia em 1870, juntamente com a freguesia do Carmo. Seu povoado surgiu em meados do século XIX, em torno de uma Capelinha e no ano de 1870 foi elevada à freguesia (BARBOSA, 1971, p.427).

A primeira informação encontrada sobre essa localidade referente à instrução é a nomeação do professor Francisco Fernandes Vieira em 1874. A escola pública para o sexo masculino deve ter sido criada provavelmente em 1873 ou 1874. A escola para o sexo feminino foi criada ano de 1877.

Na década de 1880, a zona rural da freguesia passou a possuir escolas públicas: em 1883, foi criada a de Chaves; a da localidade Fome foi criada em 1884 e a de Panelleiros em 1889.

Além destas escolas, identificamos também a presença de escolas rurais subvencionadas pela Câmara Municipal. No povoado Fome, no ano de 1881, a Câmara Municipal iniciou a subvenção da escola regida pela professora D. Anna Fernandes Madeira. Três anos depois, a subvenção foi suprimida. Não sabemos, contudo, se a escola deixou de existir ou o poder local deixou de subvencioná-la. A outra escola subvencionada estava localizada no povoado denominado Correntes e foi criada no ano de 1887.

A partir dos dados apresentados, neste capítulo, pudemos traçar um perfil da população Itabirana, quais atividades eram desenvolvidas e identificar a presença da escola nesta cidade. A movimentação de criação de escolas nas diversas freguesias que compunham o município esteve ligada ao que parece a fatores políticos e econômicos que as mesmas apresentavam. Deste modo, em algumas freguesias, a criação de escolas seja pelo poder provincial ou local se fez de forma mais forte do que em outras, mas todas elas sentiram a ação do Estado na expansão da escolarização com a criação de escolas públicas.

Na criação destas escolas, pudemos perceber que a província criou mais escolas voltadas para o segmento masculino da população, o que não excluía a presença de meninas nestas escolas voltadas para o sexo masculino.

Como vimos até aqui, a década de 1870 foi o período em que a maioria das escolas para o sexo feminino foram criadas na cidade, o que trouxe uma mudança na

composição do professorado uma vez que a partir da criação destas escolas a presença de mulheres, no exercício docente na cidade passou a ser mais efetiva.

Apenas a freguesia de Nossa Senhora do Carmo possuiu um movimento de criação de escolas diferenciado; as demais freguesias tiveram as escolas destinadas ao público masculino, criadas primeiramente. Depois foram sendo criadas as para o sexo feminino, e sempre também primeiramente nas sedes das freguesias. Após a criação das escolas nas sedes é que o Estado passou a criar escolas localizadas nas zonas rurais.

Identificamos outros espaços de instrução das crianças e jovens bem como iniciativas e posicionamentos da população local frente à proposta de escolarizar estas crianças, como é o caso da criação de uma Sociedade protetora da criança na freguesia de Antônio Dias Abaixo e a reivindicação da população da freguesia do Carmo para a permanência de um professor público.

Pensar a escola no espaço da cidade e como foi sendo criada, ao longo do século XIX, é importante para percebemos como os poderes públicos, tanto provincial e local, foram estabelecendo prioridades e definindo em que locais deveriam ser criadas tais escolas.

Para uma melhor gerência dos assuntos que diziam respeito à instrução na província, foi criado um órgão que deveria se encarregar destes assuntos. A ele estão subordinados os professores e os agentes de fiscalização. A inspeção das escolas e dos professores era também considerada como essenciais para o bom andamento da instrução das crianças mineiras.

Representantes do Estado Educador, os inspetores e os examinadores das escolas públicas ajudavam ou deveriam ajudar a garantir o bom andamento da instrução das crianças. Como a Inspeção ou Diretoria Geral de Instrução gerenciava as questões da instrução, quem eram os agentes de fiscalização e os examinadores das escolas públicas são os tópicos abordados no capítulo seguinte.

2 O ESTADO EDUCADOR: A AÇÃO DOS INSPETORES E EXAMINADORES DE ITABIRA DO MATTO DENTRO

O Estado, como promotor da instrução, lançou mão de vários mecanismos para estruturar a instrução pública na sociedade. Dentre eles, destacamos a montagem de uma estrutura de inspeção das escolas nas suas diversas localidades, com a participação de sujeitos alheios ao cotidiano escolar para a avaliação do desenvolvimento da instrução. Estes sujeitos - inspetores e examinadores – colaboraram por meio de suas funções com a efetivação da escolarização na sociedade.

Neste capítulo, buscamos acompanhar como foi estruturada a Inspeção/Diretoria Geral de Instrução Pública, no período em análise; identificar os seus sujeitos em Itabira e quais funções desempenhavam para colaborar com o andamento da instrução. Em um segundo momento, nos deteremos sobre os examinadores das escolas públicas da cidade procurando identificar quais questões estavam envolvidas na escolha deles para esta função.

2.1 A organização dos serviços referentes a instrução em Minas Gerais: a Diretoria ou Inspeção Geral de instrução pública

O processo de maior racionalização dos serviços referentes à escolarização da população levada a cabo pelo Estado imperial ocorreu a partir da elaboração do órgão de fiscalização e inspeção das escolas, após a constatação da necessidade de uma melhor gerência dos vários assuntos que englobavam a instrução. Na província de Minas Gerais, a criação de uma inspeção ou diretoria geral não se deu com a lei nº13 de 1835. Isso pode ter acontecido pelo fato de que com a lei de 1º de outubro de 1828 foi delegado poder às câmaras municipais para fiscalizarem as escolas de seu município. Ainda que se tenha criado a Diretoria Geral de Instrução Pública em 1843 (VEIGA, 1999), nem sempre a legislação tenha se referido explicitamente ao papel das Câmaras Municipais na vigilância sobre a instrução em seus domínios, acreditamos que o governo provincial sempre contou com os representantes locais para a vigilância de suas escolas.

A própria existência de um órgão administrativo responsável pela instrução durante o período imperial sofreu revezes, e foi algumas vezes suprimido. Isso demonstra a existência de idéias divergentes no próprio seio da elite governante, mas

aponta também, como demonstrou Shueler (2002, p.09) para a tentativa por parte do governo em “estender o seu controle sobre o ensino (público e privado), fiscalizando-o e regulamentando-o na forma de leis.” De fato, à inspetoria ou diretoria da instrução pública mineira cabia o controle sobre os mais diversos assuntos referentes não só a instrução pública, mas em alguns momentos, também, ao ensino particular na província.

A função fiscalizadora, contudo, era a marca maior desse órgão administrativo que buscou zelar pelo estabelecido em lei; coibir práticas consideradas ilegais; controlar questões referentes a métodos, horários de aula, público alvo das escolas, espaço escolar, matérias a serem ensinadas, seleção e formação de professores dentre vários outros. Para Barra (2005, p.42), na organização que o governo buscava imprimir nas questões da instrução, a inspeção aparecia de forma privilegiada “como se o esmero na definição e ampliação das esferas de controle e de fiscalização fosse estratégia suficientemente capaz de inibir as práticas não autorizadas da parte dos agentes responsáveis pela efetivação do ensino.”

A mudança de denominação desse órgão administrativo bem como dos seus agentes em nível local parece ao primeiro olhar apenas uma mudança de nomenclatura. Em certa medida, podemos afirmar que sim, no entanto, observamos que as obrigações desse órgão vão se ampliando percebida no parcelamento de funções em “setores” dentro da própria Inspeção/Diretoria. As funções de seus agentes locais, da mesma forma tornaram-se mais amplas e porque não, mais complexas como apontou Veiga (1999). Essa paulatina ampliação das funções da Inspeção/Diretoria de instrução apontam para o que Shueler (2002) e Barra (2005) chamaram a atenção da progressiva intervenção do Estado nos assuntos da instrução.

O movimento da instauração de órgão administrativo encarregado da fiscalização da instrução na província mineira, no período em análise, ocorreu da seguinte forma: a lei 1064 e regulamento 49 criaram em cada freguesia o cargo de Inspetor Paroquial e, nas vilas e cidades, o de Inspetor. O Inspetor Municipal era o elo entre governo e professores, pois por esta lei não haveria um órgão central de fiscalização. Já o regulamento 56 e a lei 1400 de 1867 criaram a Diretoria Geral de Instrução Pública ficando a autoridade do Diretor Geral abaixo somente do presidente de província. Determinou a criação dos cargos de Delegados para os distritos mineiros e de inspetor de Círculo.

Em 1871, o órgão passa a denominar Inspeção Geral da Instrução Pública mantendo os cargos criados pelas leis de 1867 (Regulamento nº 60, 1871). A partir do

regulamento nº 62 de 1872, houve uma inflexão na legislação, pois essa lei além do cargo de Inspetor Geral, Inspetor de Comarca e Paroquial criou também o Conselho Diretor e o Conselho Paroquial, estrutura mantida pelas leis posteriores com pequenas alterações como as do regulamento nº 84 que retornou a denominação de Delegado Literário e não Inspetor Paroquial, e do regulamento nº100 de 1883 em que foi suprimido o cargo de Inspetor de Comarca instituindo o de Inspetor Municipal.

A outra maneira que o governo buscou controlar suas escolas foi mediante a divisão da província em Círculos Literários. Estes, ao longo do tempo, passaram por diversas modificações no que diz respeito a sua delimitação geográfica englobando diferentes cidades em um mesmo Círculo. Além das mudanças no critério de delimitação dos mesmos, em alguns momentos essa era feita a partir de alistamento paroquial, em outros por meio das divisões das comarcas e por fim levou-se em consideração que a sede dos Círculos seria em cidades que existissem escolas normais (VEIGA, 1999, p.139).

De forma geral descreveremos as funções do Diretor/Inspetor Geral, Conselho Diretor e Conselho Paroquial já que as funções dos inspetores de comarca e os delegados/inspetores paroquiais serão abordados mais à frente.

As obrigações do Diretor/Inspetor Geral mesclavam entre as de cunho administrativo e as de fiscalização propriamente dita. Shueler (2002, p.13) indica que o cargo de Diretor/Inspetor geral se instituía através da busca de uma hierarquização das funções e práticas educativas em que a figura do Diretor/Inspetor Geral sobrepunha-se ao dos demais funcionários na espera que esse fosse alheio aos interesses políticos tanto de professores como das escolas.

As funções desse cargo se referiam à direção do externato da capital; inspecionar pessoalmente e por intermédio de seus delegados as escolas, externatos públicos e todos os estabelecimentos particulares de instrução; presidir os exames dos alunos dos externatos da capital e conceder-lhes os títulos de aprovação; autorizar a abertura de escolas e estabelecimentos particulares; rever os compêndios adotados nas escolas públicas, corrigi-los e substituí-los quando necessário; coordenar os mapas gerais de freqüência da instrução pública e particular, organizar o orçamento da instrução pública; dirigir a repartição e dar expediente aos negócios da instrução de forma que somente O Diretor/Inspetor Geral corresponda com o presidente de província; instituir em cada localidade que houver escola pública ou particular um exame sobre a conduta do professor, nomear e demitir os delegados nos diversos distritos e instruí-los

devidamente nas suas funções; nomear professores substitutos, exame de professores, habilitação da capacidade de diretores de estabelecimentos particulares, informar sobre as pessoas que podem ser dispensadas da prova de capacidade para o magistério particular; dar andamento às jubilações dos professores e demais empregados, executar e fazer executar ordens do presidente de província; propor alterações na legislação; dar juramento e posse aos empregados da instrução pública dentre outras.

O Conselho Diretor criado a partir de 1872 era composto pelo Inspetor Geral, Diretor do Liceu, um professor do Liceu e da Escola Normal e de um professor primário público ou particular e de dois cidadãos ilustrados que não fizessem parte do magistério. O regulamento de 1879 apenas determinou que este conselho deveria ser composto de cinco membros. Já o regulamento nº 100 de 1883, além de ter ampliado o número de membros, incluiu outras categorias. Seria ele composto pelo Inspetor Geral; Diretores da Escola de Farmácia, Liceu Mineiro e Escola Normal da capital; cinco professores da instrução primária e secundária da capital.

Tinha como função examinar os melhores métodos a serem adotados no ensino; revisar e aprovar os compêndios; criar novas cadeiras e indicar o melhor sistema e matérias para os exames. Poderia ser ouvido em todos os assuntos referentes à instrução, revelando ter um caráter consultivo; além do caráter punitivo impondo as sanções aos professores que eram maiores que as de admoestação, repreensão ou multa. O regulamento nº 100 determinou que a função do conselho seria administrativa, literária e disciplinar acrescentando, ainda a de emitir parecer sobre concessão de gratificações; jubilação dos professores públicos; remoção dos mesmos a bem do serviço público.

A partir de 1872, também, foi criado o Conselho Paroquial que seria composto do respectivo Inspetor, do Pároco, 1º Juiz de Paz e de dois pais de família. Em 1879, com o regulamento nº 84 eliminou-se a presença dos pais de família, pois esse Conselho seria composto pelo delegado e “dous cidadãos esclarecidos e de influencia na localidade” preferindo-se o pároco e o primeiro juiz de paz prescrição mantida em 1883.

Tal conselho deveria se reunir ao menos uma vez por mês, mas a legislação de 1872 não indicou quais seriam as suas atribuições. Em 1879, determinou-se que cabia a ele realizar o levantamento dos meninos que estivessem na idade de frequentar a escola; publicar o arrolamento e receber as reclamações sobre o mesmo no período de quinze dias e remeter ao Inspetor de Comarca essa informação, administrar as caixas escolares, cuidar para que existissem no seu distrito escolas para o atendimento das crianças e dar

parecer sobre as faltas cometidas pelos professores; distribuir de modo proporcional as roupas e objetos comprados para os alunos pobres da localidade; promover a criação de associações que cuidem da infância, a criação de sociedades para a promoção da instrução mediante a doação de roupas e calçados e hospedar crianças que morem distantes da escola.

Além de um maior refinamento das funções a serem desempenhadas pela Diretoria/Inspetoria Geral na busca do estabelecimento de hierarquias e de repasse de atribuições aos seus agentes, percebemos também o incentivo de que a população se mostrasse mais participativa nos assuntos da instrução seja através da fiscalização propriamente dita, seja pela abertura de instituições que auxiliassem o Estado na expansão da escolarização sem deixar, no entanto, de fugir às hierarquias estabelecidas e sem perder o controle sobre como se realizava o processo de escolarização da população mineira.

Essa organização dos serviços da instrução e de sua vigilância se deu por meio da delimitação geográfica, estabelecida hierarquicamente. A partir de círculos concêntricos a referência ocorria a partir dos limites do município e da província; esta estava inscrita à fronteira nacional. Deste modo, a própria configuração da escola e de sua fiscalização estava inscrita dentro do projeto de constituição da nação:

Trata-se de um discurso geográfico que justifica as fronteiras, como tal, um discurso correspondente ao nacionalismo. As interfaces entre o debate sobre a obrigatoriedade escolar, o controle sobre a ação de agentes escolares diretos e indiretos, a demarcação territorial dos espaços da instrução e da inspeção sobre a mesma, contribuem para os esboços de um projeto de nação. A escola estava inscrita no coração deste projeto. (BARRA, 2005, p.128)

Apesar de todo o aparato que se criou e recriou ao longo do período imperial com vistas a uma eficiente fiscalização das escolas, essa sempre foi alvo de críticas pelo governo, pois era considerada como ineficiente. Um dos motivos apontados era o não pagamento por este serviço, originando, um grande rodízio de delegados/inspetores nas localidades mineiras. Como podemos observar na fala do presidente de província Cunha Figueiredo

No pessoal encarregado de fiscalisar o modo por que cumprem os seus deveres os Professores Publicos, há continuas mudanças, devidas talvez a não serem taes cargos remunerados (...) (1862, p.10)

Como os inspetores eram os sujeitos mais próximos dos professores, o fato desta função não ser remunerada fazia com não as cumprissem corretamente. O governo

determinava que esses cargos deveriam ser preenchidos tanto por “cidadãos de reconhecido merito, prudencia, moralidade, e intelligencia” . Algumas vezes incentivou o caráter beneficente do cargo ao determinar que “serão considerados relevantes e recommendados pelo Governo à Munificencia Imperial os serviços gratuitos, que forem prestados por dez annos pelos Inspetores Municipaes, e de Parochia” (Lei nº 1064, 1860, art. 30). Ou seja, os sujeitos incumbidos da inspeção nas localidades, além de apresentarem conduta moralizada e cívica, deveriam realizar esse serviço gratuitamente em prol do bem público.

Parece que as críticas referentes ao não pagamento destas funções fizeram com os indivíduos incumbidos dela passassem a receber uma gratificação. Mas tudo leva a crer que o pagamento a título de gratificação pelos serviços prestados se restringiu apenas aos Inspetores de Comarca ficando os Delegados/Inspetores Paroquiais a exercerem essa função gratuitamente (Lei nº 1400, 1867).

A questão sobre a remuneração dos inspetores não foi ponto pacífico. A partir de 1882 com o regulamento nº 100 ao suprimir o cargo de Inspetor de Comarca e instituir o de Inspetor Municipal, o Inspetor Geral João Nepomuceno Kubitschek, em relatório apresentado ao presidente de província em 1884 assegurou que, mesmo o Inspetor Municipal estando mais perto das escolas que o Inspetor de Comarca, não poderiam ser esperados grandes resultados na atuação dos mesmos já que havia sido retirada a pequena remuneração do cargo

Ora desde que o cargo se tornou um *mínus* publico, sem retribuição alguma, nem mesmo para as despesas de expediente, só é dado esperar fiel cumprimento dos deveres da parte de almas desinteressadas, dos corações aquecidos pela chama do patriotismo e do amor do bem publico; é de presumir que nem sempre seja zelosa, constante e efficaz a inspeção sobre a escola e o professor. (KUBITSCHKEK, 1884, p.8)

A esse órgão coube também gerir algumas questões que, ao longo do período, apresentaram divergências de opinião entre a elite governante. É o caso sobre a afirmação ou negação do ensino livre e também da obrigatoriedade escolar. Tentemos acompanhar um pouco esta tensão que cabia à Diretoria/Inspeção gerir.

A existência na província de um grande número de escolas particulares fez com que o governo se preocupasse com as mesmas. Ora elas deveriam ser fiscalizadas pelo poder público, ora era o ensino considerado livre, mesmo quando considerado livre, os professores, para abrirem escolas particulares deveriam se mostrar habilitados pela legislação em vigor. A divergência sobre ser ou não ser livre o ensino estava

relacionada tanto pela idéia de que existia um grande número de escolas particulares com grande freqüência, ao contrário das escolas públicas como também estava relacionada às discussões sobre liberdade de escolha dos pais de família em decidir de que forma instruir seus filhos.

Pela legislação identificamos que de 1860 até 1879 o governo teve uma única diretriz referente ao assunto colocando sob sua responsabilidade a concessão de autorização aos professores particulares para lecionarem e a fiscalização destas escolas por seus agentes. O regulamento nº 84 de 1879 considerou livre o ensino para “nacionaes e estrangeiros, às associações civis e religiosas” estando estas sujeitas à “vigilancia pela ordem publica e respeito devido aos bons costumes” (Regulamento nº.84, 1879). Ou seja, estas seriam fiscalizadas na medida que atentassem contra os bons costumes da sociedade. Somente as escolas subvencionadas pelo poder público estariam passíveis das mesmas obrigações das escolas públicas. Essa posição foi reafirmada pelo regulamento nº 100 de 1883.

Mesmo procurando controlar essas escolas, a existência de muitas sem a devida autorização era constantemente indicada pelos governantes como, quando no relatório apresentado á Assembléia Legislativa em 1863, o presidente João Crispiano Soares ao contabilizar as escolas e colégios em Minas informou a existência de “43 escolas particulares autorizadas, grande nº de outras não autorizadas” (1863, p.10). Em alguns momentos era constada que em face da precariedade do ensino e dos poucos resultados apresentados pelo mesmo, a liberdade de ensino não apresentava os resultados esperados qual seja, ajudar na difusão da escolarização entre a população mineira (GODOY, 1873, p.38).

Sobre a existência de um grande número de escolas particulares na província, mesmo sem bases empíricas já que o Estado nunca conseguiu de fato saber o número exato destas escolas, imputava-se a ela a causadora da baixa freqüência nas escolas públicas. Além do direito de escolha dos pais de família em decidirem de que modo iriam instruir seus filhos, muitos governantes apontaram o pouco apreço e confiança da família em relação aos professores públicos. Mas alguns gestores sabiam que não poderiam apenas responsabilizar a baixa freqüência das escolas públicas às escolas particulares pois “se essa infreqüencia fosse devida a concurrencia do ensino particular, bom seria; mas não possuímos dados para verificar até que ponto chega tal concurrencia.” (CHAVES, 1884, p.12). De fato, vários outros fatores estiveram

presentes na baixa frequência das escolas públicas tais como a precariedade material das famílias mineiras, grande distância entre a residência e a escola dentre outros.

Para além de ter uma frequência maior ou não do que as escolas públicas, a preocupação em controlar essas escolas tanto como as públicas estava ligada à coibição de práticas consideradas não autorizadas, no dizeres de Barra(2005), tais como ensino de preceitos contrários à religião católica e tentativa de uniformizar o processo de escolarização, considerada legal aquela posta em prática pelo Estado. Por outro lado, a prática de subvencionar escolas particulares mediante a aceitação destas de um número mínimo de alunos pobres, sobretudo de colocar sob controle do Estado, as mesmas se relacionava também à transferência de encargos do Estado para a iniciativa particular (SHUELER, 2002, p.09).

Resende e Faria Filho (2001, p.111-112.) ao analisarem os relatórios dos presidentes de província de Minas Gerais, perceberam uma defesa crescente do ensino particular ao longo do período. Para esses autores, a idéia de que o ensino particular seria melhor que o ensino público foi construído pelos próprios gestores públicos que, mesmo carecendo de bases empíricas, pois nunca souberam ao certo o número de escolas particulares na província, defenderam essa modalidade de ensino. O que também justificava a continuação da prática de auxiliar financeiramente as escolas particulares seja de ensino primário ou secundário que eram destinadas à elite mineira.

Sobre a obrigatoriedade do ensino, essa questão também esteve em pauta durante todo o período imperial. Em Minas, a primeira menção à obrigatoriedade do ensino se fez presente na lei nº 13 de 1835, logo após a promulgação do ato adicional em 1834 que delegou às províncias a gerência sobre vários assuntos e dentre eles a instrução. A gratuidade do ensino já fora garantida pela Constituição de 1824; em Minas os gestores foram além ao instituir a obrigatoriedade no ano de 1835. Mas essa questão não foi ponto pacífico pois a legislação do período oscilou em instituir e retirar a obrigatoriedade do ensino. É importante destacar que esta lei possuía seus limites tais como: a família poder instruir o filho em casa, idade, distância entre casa e escola.

De acordo com Faria Filho e Gonçalves (2004, p.164) ainda que a lei 1064 de 1860 não tenha estipulado o ensino obrigatório, o governo não deixaria de apontar a necessidade da mesma, uma vez que nesta década aumentou o debate sobre a questão da obrigatoriedade, “não raras vezes relacionada a questão da abolição da escravidão e sempre projetada como uma das condições para a construção da ordem e do progresso.”

Deste modo, seria pela lei de obrigatoriedade que a população poderia instruir-se e chegar às luzes tornando-se civilizada e moralizada.

Por meio dos relatórios dos presidentes de província e dos Inspectores/Diretores, percebemos que a aplicação da lei no que se refere à obrigatoriedade encontrava diversos obstáculos para se concretizar. O Inspetor Geral interino Antonio de Assis Martins, em 1872, em relatório apresentado ao governo, apontou que a baixa frequência das escolas, ainda que com a lei da obrigatoriedade, não se devia à omissão dos pais em enviar seus filhos à escola, mas também pela disseminação da população, poucos recursos dos cofres públicos, pobreza dos centros, indiferentismo da classe abastada para olhar pelos interesses vitais do país, falta de método na distribuição do ensino e de pessoal educado especialmente para o magistério (MARTINS, 1872, p.8).

Uma das maneiras de conseguir executar esta lei foi por meio da criação dos Conselhos Paroquiais que dentre suas principais atribuições se encontrava a de realizar o arrolamento da população em idade escolar para a execução da lei de obrigatoriedade. Ainda assim, a constituição desses Conselhos nas cidades mineiras foi problemática. Apesar dos esforços empreendidos, percebemos, seja através dos relatos da época, seja pelos estudos realizados por vários pesquisadores, as dificuldades para a aplicabilidade da lei. Na cidade de Itabira do Matto Dentro, como vimos no primeiro capítulo, a presença de crianças de ambos os sexos nas escolas sempre era abaixo do número total de crianças existentes em idade de frequentar a escola.

A não-execução da lei foi relacionada com a deficiência da fiscalização como relatou o segundo vice presidente Joaquim Jose de Sant'Anna, em 1881,

Nenhum resultado tem produzido a obrigatoriedade, que confiada a commissões parochiaes, continuará a ser simplesmente uma propaganda salutar, mas não a realidade que almejamos.
Até hoje somente um conselho paroquial funcionou!
[...] as funcções publicas precisam ser convenientemente remuneradas; nenhum resultado podendo esperar-se do appelo ao trabalho e dedicação de cidadãos que, occupados em outras profissões, são chamados a fazerem gratuitamente o recenseamento dos meninos na idade escolar e a lançarem multas sobre os paes que não mandão os filhos ás escolas. Os inspectores de comarca, em condições de habilitações, vitaliciedade e vencimentos proporcionaes ao trabalho virão talvez a preencher as lacunas dos conselhos parochiaes e neutralisar a resistencia contra a obrigatoriedade.

Segundo Sant'Anna a lei somente seria realmente executada por meio da devida remuneração e garantia de estabilidade, além da devida habilitação para o cargo de inspetor.

Deste modo, o que prevaleceu durante todo o período imperial foi a idéia da impossibilidade de se efetivar a lei de obrigatoriedade. Além disso, as divergências dentro da elite governante sobre esse assunto estavam de fato ligada à questão de uma “maior ou menor presença do Estado na cena social e na garantia de direitos sociais” (FARIA FILHO & GONÇALVES, 2004, p. 177).

No período analisado percebemos a crescente afirmação da necessidade da existência de um órgão administrativo que se encarregasse dos assuntos referentes à instrução na província com o aumento de “setores” dentro deste órgão dividindo as funções na busca de um maior controle da escola mineira. A oscilação sobre questões referentes ao ensino particular e à obrigatoriedade do ensino estava ligada a questões políticas mais amplas tais como a presença ou não do Estado, em diversas áreas sociais; a liberdade de escolha dos sujeitos e propostas de inclusão de ex-cativos na cena social; o que revela que a escolarização da população ainda que vista como necessária, a forma de realizá-la não era um consenso entre a elite governante.

Neste momento, iremos nos deter sobre os sujeitos que estiveram a cargo da inspeção na cidade de Itabira do Matto Dentro para percebermos um pouco da atuação e dos espaços que ocupavam na sociedade local, além das funções de vigilância das escolas públicas e de seus professores.

2.2 A Inspeção e seus sujeitos na cidade.

A constante mudança de pertencimento das cidades nos Círculos Literários na província mineira requer que de início indiquemos em quais Círculos Itabira pertenceu ao longo do período estudado. Em 1860, de acordo com o regulamento nº44 de 1859, Itabira fazia parte juntamente com a cidade de Santa Bárbara do 4º Círculo Literário. Por meio do levantamento dos inspetores que atuaram em Itabira detectamos que, em 1865 esta cidade pertencia ao 6º Círculo. Mediante a lei 1400 de 1867 inicia-se a divisão dos Círculos utilizando-se a divisão judiciária, assim o 6º Círculo passa a englobar a partir de então, além de Itabira, as cidades de Santa Bárbara e Ponte Nova que compunham a Comarca de Piracicava. Ao que parece, a sede do Círculo mudava de tempos em tempos por isso em alguns momentos o centro de correspondência entre governo e localidade se estabeleceu a partir de diferentes cidades que compunham o Círculo.

Durante toda a década de 1870, Itabira pertenceu ao 22º Círculo – o da Comarca do Piracicava que de 1870 a 1873 era composta pelas cidades de Itabira, Conceição e Santa Bárbara. Em 1878, essa comarca passa a possuir somente a cidade de Itabira. No que se refere à década de 1880, os livros de registro de professores e Inspetores designam essa cidade pertencendo ao 5º Círculo contudo pelo relatório, do ano de 1884 do presidente Antonio Gonçalves Chaves, Itabira consta como pertencendo ao 1º Círculo devido às mudanças feitas no regulamento nº 100 em que os concursos de professores só poderiam ser realizados na sede dos Círculos e esta era definida pela existência da escola normal³⁵ (CARVALHO, 1922, p.143-148; CHAVES, 1884, p.24).

Mas quem eram os Inspetores de Círculo ou de Comarca ou Inspetores Municipais? Quais suas atribuições? Dentre suas atribuições, destacamos: inspecionar as escolas e externatos públicos e qualquer estabelecimento de instrução de seu círculo; presidir os exames de professores; remeter os documentos dos exames à Diretoria/Inspeção; conceder licença para a abertura de escolas particulares; coordenar os mapas das escolas públicas e particulares de seu círculo e enviar para a Diretoria/Inspeção até um prazo estipulado em lei; pôr visto nos certificados de frequência dos professores públicos e particulares subvencionados, passados pelos Delegados/Inspetores paroquiais para o recebimento de seus salários; propor ao Diretor/Inspetor Geral nomes para Delegados/Inspetores paroquiais e instruí-los de suas obrigações; executar ou fazer executar ordens do Diretor/Inspetor Geral; dar posse aos funcionários de seu Círculo; indicar quais escolas particulares podem ser subvencionadas; admoestar e repreender os professores pela falta de cumprimento; impor multas aos mesmos quando reincidirem nas faltas; suspender as escolas que não tenham frequência; conceder licença aos professores de até um mês sem vencimento no prazo de um ano; nomear professores substitutos provisoriamente no impedimento ou falta de professores submetendo a aprovação ao Diretor.

As funções de fiscalização das escolas foram mais bem detalhadas a partir do regulamento nº 62 de 1872, passando a constar o que deveriam observar e realizar nas visitas que fizessem nas escolas de seu círculo: observar o procedimento do professor se tem boa ou má opinião na localidade; verificar se é zeloso nos cumprimentos de seus deveres; observar a capacidade das casas das escolas e suas condições de higiene; saber

³⁵ As cidades que passaram a compor o 1º Círculo Literário foram: Ouro Preto, Mariana, Piranga, Santa Bárbara, Itabira, Queluz, Entre Rios, Bom Fim, Ponte Nova, Manhuassú, Itapetecica e Santo Antônio do Monte.

o número de alunos matriculados e a frequência média das escolas comprovando a exatidão dos mapas apresentados; constatar o aproveitamento dos alunos; conferir se os livros de matrícula, pontos, exames e mobília da escola estavam devidamente preenchidos; observar o método e disciplina adotados pelo professor. E, quando passou a existir os conselhos paroquiais deveria presidir o de sua paróquia.

As funções designadas ao Inspetor de Comarca passaram a ter um maior detalhamento, principalmente, sobre o que deveriam fiscalizar nas escolas. A averiguação da conduta do professor se dava na somatória de sua atuação em sala de aula e de sua vida particular e social (BARRA, 2005). Existia também uma maior preocupação referente aos livros e métodos adotados pelo professor, além de já ser presente a preocupação com o espaço em que funcionava a escola influenciada pelos preceitos higiênicos.

A presença desse sujeito mais próximo das escolas demonstra que “a designação do responsável pela inspeção escolar compõe a estratégia descentralizante de levar o controle fiscalizador até a localidade onde se erigia uma escola” (BARRA, 2005, p.49). No topo da hierarquia estava o Presidente de Província seguida da figura do Inspetor Geral passando pelo Inspetor de Círculo, Delegado paroquial até chegar à base onde se encontrava o professor e sua escola. O Inspetor de Círculo, porém, não estava tão próximo das escolas de sua jurisdição tanto quanto os Delegados/Inspetores Paroquiais, pois os Inspetores de Comarca não estavam presentes em todas as localidades de seu Círculo.

Esses sujeitos, por habitarem nas cidades sede de Comarca, poderiam estabelecer maior contato com os professores e Delegado/Inspetores Paroquiais da cidade em que residiam. Diferente daquelas cidades em que fazendo parte do mesmo círculo precisavam de um tempo maior para receberem ordens vindas da Inspetoria Geral como também para solucionar dúvidas e resolver problemas tanto no exercício das funções dos delegados como dos professores. Na documentação analisada, a atuação destes sujeitos referia-se a ser o elo entre delegados, professores e Inspetoria Geral na denúncia de condutas erradas de professores, consulta para esclarecimentos e presidência de exames de professores.

Foi através de algumas dessas correspondências que observamos as mudanças de sede dos Círculos a que Itabira pertenceu. Em 1873, quando o professor substituto de Itabira, Augusto Olimpio de Castro, foi denunciado por ter condutas imorais, a correspondência entre denúncia e solução do caso foi de no mínimo quatro meses já que

o primeiro ofício encontrado é de janeiro e revela que o professor continuava a *praticar publicamente atos de immoralidade*, ou seja, já havia ocorrido a denúncia em outro ofício. Por ser professor substituto, ou seja, sem estabilidade maior no cargo, foi demitido em abril daquele ano. A correspondência se deu entre o Delegado de Itabira Emerenciano Julio S.Thiago para o Inspetor do 22º Circulo Antonio Augusto de Oliveira, residente em Conceição, e deste para a Inspeção desta para a Secretaria da Presidência fazendo o caminho contrário com a resolução da demissão em abril de 1873. (SG-979)

Já no ano seguinte, a correspondência entre o Inspetor de Comarca com seus subordinados e a Inspeção Geral tinha como ponto de ligação a cidade de Santa Bárbara, pois o Inspetor era o Cap. Francisco de Paula Rabello Horta permanecendo a sede desse círculo até o ano de 1880 quando faleceu. Isso demonstra que por mais que a legislação tenha colocado como critério de zoneamento a divisão por Comarcas nem sempre ela era seguida, pois como mencionamos anteriormente Santa Bárbara deixou de fazer parte da Comarca de Piracicava em 1878.

Grande parte da documentação referentes à estes inspetores diz respeito a indicações de nomes de pessoas para ocuparem os cargos de Delegados ou Inspetores paroquiais, sobre início das atividades de professores de seus Círculos e esclarecimentos sobre suas atribuições, dos delegados ou professores. Em relatório apresentado ao presidente Jose Maria Correia, o Diretor Geral Firmino Antonio de Sousa opina sobre a atuação tanto dos Inspetores dos Círculos como dos Delegados

Que os actuaes Inspetores de Círculos litterarios e Delegados da Instrução Pública, (...) em geral esforço-se por bem cumprir os seus deveres; mas nem todos comprehendem perfeitamente o exercicio das attribuições que lhes são conferidos por lei, apesar das repetida (sic) instrucções que sobre tal assumpto tenho expedido para o que não pouco concorre a renovação continua e quasi diaria que se dá no pessoal encarregado da instrucção do ensino. (18/11/1869; SP-1325)

Pela fala anterior o pessoal encarregado da fiscalização não sabia das atribuições que lhe competiam e tal desconhecimento era provocado pela rotatividade de pessoas nesses cargos. Os inspetores eram ainda em alguns momentos requisitados para darem opinião sobre certos assuntos. É o que podemos perceber do ofício dirigido ao presidente da província, Domingos d' Andrade Figueiredo, em 23 de março de 1869

Sobre a conveniencia de restabelecerem-se nas escolas publicas da Provincia os castigos phisicos proscritos pelo Regulamento nº 56, mandei ouvir, como VEx^a ordenou-me, a todos os Inspetores de

Circulo, e destes só me responderão até a presente data os dos 2º, 3º, 4º, 6º, 12º, 18º, 21º e 22º Círculos Litterarios.

Os inspetores dos 2º, 4º e 21º opinão contra a adopção d'aquelles castigos, sendo-lhe porem favoráveis as opiniões de todos os outros.(...) (SP-1322)

Neste officio, o importante a destacar é como grande parte dos Inspectores Literários não responderam à consulta do Inspector Geral. A correspondência entre estes sujeitos era fundamental para que o governo pudesse ter controle sobre o que ocorria nas escolas das diversas localidades mineiras. Ao não responderem a um officio de seu superior não estavam cumprindo uma das funções de seu cargo, o que com certeza ocasionava problemas no andamento administrativo do órgão de fiscalização, sobretudo ser um descumprimento das hierarquias que se tentava estabelecer. Importante frisar que o Inspector do 6º Círculo, que compreendia a cidade de Itabira, o Inspector Caetano Augusto da Gama Cerqueira foi um dos poucos Inspectores que responderam ao officio do Inspector geral.

Sempre tendo em vista que esses cargos deveriam ser ocupados por pessoas *de reconhecido merito, prudencia, moralidade, e intelligencia* o papel destes inspetores era indicar tais pessoas a partir da sugestão dos Delegados Paroquiais. As Câmaras municipais eram importantes para a indicação desses sujeitos

Illmº Senr

A bem de [ileg].-se vagas que actualmente sidão no quadro da Instrucção Publica deste Circulo, e para que eu possa saptisfaser exigencia superior: rogo a VCª a graça de indicar-me nomes nomes de cidadãos habilitados a occuparem os cargos de Delegados e suplentes das diferentes freguesias dessa cidade, o que espero de VSª com a possível brevidade. Deus Guarde a VSª Cidade da Conceição do Serro 17 de Novembro de 1871

Illmº Senr Antonio de Araujo DD Presidente da Camara Municipal da Cidade da Itabira

O Inspector Municipal do 22º Circulo Literario

Antonio Augusto de Oliveira (AMF, Caixa 23, 1870-1871)

Na descentralização da fiscalização em que o Estado buscava estar o mais próximo possível da escola e do professor, em toda a província, ele contava também com a figura dos Delegados ou Inspectores paroquiais que deveriam necessariamente residir nas localidades em que eram designados para atuarem nesse cargo. É o que percebemos quando em 5 de agosto de 1865 o inspetor paroquial de Joanésia Felicíssimo Jose Pereira, foi exonerado do cargo por não residir na sede da escola e nomeado para o cargo João José Dias (SP-1123).

Esses sujeitos deveriam zelar pela observância das prescrições legais pelos professores. Suas funções eram visitar mensalmente as escolas de sua localidade; receber e dar informações ao Diretor ou Inspetor Geral; fazer mapas das escolas e enviá-los em prazos determinados por lei ao Diretor/Inspetor Geral; dar certificados de freqüência aos professores; repreender os professores quando não cumpriam suas obrigações, se a escola possuía asseio; verificar se os alunos freqüentavam regularmente as aulas; observar se os professores em sua vida profissional e particular tinham conduta moralizada; inventariar a mobília das escolas; comunicar o dia em que os professores entraram em exercício ou fecharam a escola; presidir o Conselho Paroquial entre outras (Leis e Regulamentos de 1860 a 1883).

No que diz respeito ao funcionamento desse Conselho na cidade de Itabira, não conseguimos nenhum indício de que o mesmo tenha funcionado. Pela fala do segundo vice-presidente, Sant'Anna, até aquela data (1883), apenas um Conselho Paroquial havia funcionado. No ano seguinte, noventa e um Conselhos Paroquiais já estavam organizados, mas não sabemos se dentre estes estava incluído o da cidade de Itabira do Matto Dentro.

Ao realizarem as visitas nas escolas esses sujeitos deveriam constar em ata sua visita, registrada em livro próprio. Localizamos atas de visitas das escolas das freguesias de Antônio Dias Abaixo e Sant'Anna do Alfié compreendidas entre os anos de 1882 e 1883. As escolas visitadas pelo Delegado Literário Capitão Antonio Antunes Lopes foram as do sexo masculino e feminino de Antônio Dias Abaixo regidas pelos professores Antônio Avelino dos Passos e Senhorinha Gomide Sanches. Em Alfié, o Delegado Literário, Tenente Joaquim Ferreira Torres, visitou as escolas do sexo feminino e masculino; a primeira, sob os cuidados da professora Leopoldina Rosa da Silveira e a segunda, do professor interino Manoel Paulino de Barros Júnior.

Estas atas seguem um mesmo padrão constando a data da visita, nome da escola visitada seguida de uma breve informação sobre o Delegado ter examinado o livro de ponto e de matrícula e de ter indagado se o professor estava seguindo as disposições legais. Somente a ata do professor interino de Alfié fugiu um pouco deste padrão. Vejamos como foi redigida a ata sobre a atuação deste professor

Aos desenove dias do mes de janeiro do anno de um mil oitocentos e oitenta e tres, presente o cidadão Tenente Joaquim Ferreira Torres Delegado da Inspectoria da Instrucção Publica n'esta Parochia, depois de examinar os livros do poncto diario e matricula, de indagar se erão observadas todas as disposições do regimento interno, achou que a aula ia optimamente, bem divididas as classes, bom methodo de

ensino o do Professor, e que os meninos se achão muito adiantados; havendo grande falta de livros para os alumnos pobres e concludo ordenando que eu ,Manoel Paulino de Barros Junior, Professor interino da respectiva eschola lavrasse a presente acta, e della extrahisse uma copia, e que a mesma, por intermedio do Inspector da Comarca, fosse enviada a Inspectoria Geral da Instrucção Publica. Eu, Manoel Paulino de Barros Junior, a fiz e subscrevos.

O Delegado
Joaq.m Ferr.a Torres
(IP3/4 cx 14 P 12 doc 2)

O interessante desta ata são os elogios dados ao desempenho do professor e relacioná-lo com quem era, ou melhor, de quem era filho. Esse professor era filho do ex-Delegado Literário Manoel Paulino de Barros que atuou nesse cargo por nove anos. Este professor foi, durante o período em que seu pai era delegado, examinador por três vezes das escolas desta localidade. Se a nomeação dos delegados estava ligado a questões políticas, cargos ocupados por pessoas influentes das localidades, a nomeação dos professores interinos também estava ligada a esses condicionantes. Os vínculos que os mesmos possuíam e de que famílias pertenciam poderiam influenciar inclusive na hora de avaliar o seu trabalho como podemos inferir do documento citado anteriormente.

Optamos por não realizar uma descrição exaustiva dos sujeitos que ocuparam esses cargos no município. Deste modo, abordaremos sobre as demais funções ocupadas pelos mesmos na medida em que elas exemplificam o perfil dos mesmos.

Na sede da cidade foram identificados onze Delegados/Inspetores Paroquiais que atuaram na freguesia de Itabira ao longo de vinte nove anos. O delegado Napolião Bonaparte exerceu a função de secretário da Câmara durante a década de 1880. O delegado Francisco Justiniano de Carneiro foi vereador entre os anos de 1873 a 1877 também foi eleito para a legislatura de 1883 a 1887 mas não assumiu³⁶. A presença de dois padres Pe. Francisco de A. de Almeida e Olímpio Aug.to Hemetrio sinaliza a ligação à Igreja ao Estado que objetivavam a formação moral e cristã da população. O padre Francisco Ângelo de Almeida também exerceu a função de vereador no município em 1881 cuja legislatura durou apenas um ano.

³⁶ Não pudemos verificar por qual motivo esse sujeito não assumiu o cargo de vereador, poderia tanto ser por motivos pessoais como também por problemas de incompatibilidade tais como: parente também eleito ou por exercer algum cargo como suplente de juiz municipal, juiz de paz etc.

Ao que tudo indica esse cargo era ocupado por pessoas que compunham a elite local e que detinham conhecimentos para além da população em geral. Antônio Camillo de Oliveira de família tradicional da cidade exerceu o cargo de delegado paroquial, não sabemos precisar por quanto tempo. Além desse cargo, era farmacêutico e ocupava o posto de vacinador na cidade.

O delegado José Emerenciano S.Thiago que por mais tempo exerceu esse cargo de 1871 a 1878, além de farmacêutico, foi subdelegado de polícia em 1870 e tenente-coronel da Guarda Nacional³⁷ da cidade de acordo com o Almanak Administrativo de Minas Geraes. Em 1873, era o 2º suplente do Juiz Municipal. Essa descrição das várias atividades desse sujeito busca demonstrar que esse cargo era exercido por pessoas influentes na localidade ou por indicações das mesmas.

A detenção de postos tais como subdelegado, suplentes de juiz municipal eram cargos que não exigiam a formação em Direito. De acordo com Richard Graham (1997, p.87), eram postos não-remunerados e ocupados pelos poderosos das localidades. Da mesma forma, o cargo de Juiz de Paz ou era ocupado pelos grandes proprietários ou por homens de confiança dos mesmos. Eram figuras importantes nas localidades, principalmente devido a seu papel nos momentos das eleições (DOLHNIKOFF, 2003, p.120) Deste modo, os Delegados de instrução da sede da cidade estavam incluídos na elite local ou tinham relações próximas com ela.

Mas a relação entre Delegado e Diretor/Inspetor Geral era uma relação tranqüila? A relação entre esses sujeitos era hierarquicamente estabelecida em que tanto Delegados, Inspetores de Comarca e professores deveriam obedecer às instruções transmitidas pelo Diretor/Inspetor Geral. Essa relação, em que se frisavam as hierarquias estabelecidas, não esteve isenta de tensões.

Retomemos o relatório do Diretor Geral Firmino Antônio de Sousa do ano de 1869, o qual indicou que algumas vezes os sujeitos encarregados da fiscalização extrapolavam suas funções. Foi o desentendimento que aconteceu entre o Delegado de Itabira Manoel Augusto de Sena Brandão e o Diretor Geral Firmino A. de Sousa, o que acabou com seu pedido de demissão no ano de 1869.

³⁷ A Guarda Nacional era uma milícia civil composta por cidadãos das localidades do império brasileiro. Anteriormente a 1850 eram os cargos ocupados através de eleições o que causava descontentamento entre os poderosos locais, pois havia a possibilidade de ser eleitos pessoas que não compunham a elite local. Após essa data os cargos passaram ser nomeados ficando então de fato nas mãos dos poderosos locais. Sobre a Guarda Nacional como peça importante na burocratização do Estado brasileiro ver Fernando Uricoechea (1978), Saldanha (2004) discute o papel da Guarda Nacional na militarização da sociedade a partir da cidade de Mariana.

A escola de ensino elementar de Itabira era regida pelo professor substituto Olímpio Fernandes de Oliveira desde a remoção do seu proprietário em 29 de março de 1869. Sem avisar ao delegado e sem lhe ser concedida a licença necessária³⁸ o professor substituto abandonou as aulas. Para substituí-lo durante sua ausência e antes de sofrer qualquer tipo de sanção foi nomeado outro professor substituto, José Martins Fontes, pelo Inspetor do Círculo, Caetano Augusto da Gama Cerqueira que residia em Ponte Nova. A nomeação do professor, neste caso, cabia ao Inspetor do Círculo, para posterior aprovação da Diretoria, como de fato ocorreu.

Nesse ínterim, o comerciante de molhados Manoel de S. Brandão foi nomeado Delegado Literário do distrito de Itabira. Segundo ele, ao visitar a escola pública regida por José Martins Fontes, a encontrou vazia e ao realizar uma visita à escola particular de Francisco Carolino Rosa esta estava cheia de alunos. Resolveu então exonerar o professor Martins e nomear o professor José Carolino Rosa para a escola pública. Prerrogativa que não lhe cabia, pois, ele só poderia indicar ao Inspetor do Círculo um cidadão para professor, mas não exonerar e nomear.

Essas ações foram feitas no mês de setembro daquele ano. Nesse mesmo mês o professor Olímpio Fernandes de Oliveira foi demitido e de acordo com o regulamento nº56 estava essa cadeira vaga, ocorrendo, por conseguinte, a exoneração do professor substituto. Para a Diretoria Geral, era José Martins Fontes. Mas quem já estava exercendo o magistério era o professor José Carolino Rosa. A residência do Inspetor Geral era em Ponte Nova e a comunicação entre ele e o delegado se tornava morosa, como o mesmo indicou em ofício de 22 de outubro.

Nesse ofício, o Inspetor do Círculo advertiu o delegado Manoel de S. Brandão que procedera irregularmente e mandou cessar imediatamente o exercício do professor José Carolino. Citando o artigo 3º § 17 da lei 1400 de 9 de dezembro de 1867, ressaltou que apenas ao Inspetor de Círculo cabia nomear provisoriamente substitutos aos professores impedidos ou faltosos (SP-1325). Interessante observar que no regulamento nº 56 de 10 de maio de 1867 não existe a figura do Inspetor de Círculo. Este cargo foi criado pela lei 1400, promulgada após esse regulamento.

Manoel Brandão se sentiu ofendido mandando um ofício ao Diretor Geral

³⁸ O caso específico desse professor será abordado no capítulo referente aos professores. Neste momento nos ateremos ao desentendimento entre o Delegado e a Diretoria Geral de Instrução Pública.

Delegacia de Instrucção Pública da Cidade da Itabira 25 d'Outubro de 1869

(...)

De posse do officio de VS com data de 16 do corrente em que me ordena que faça, cessar immediatamente do exercicio da cadeira primaria elementar desta cidade o cidadão Francisco Carolino Rosa nomeado irregularmente por mim dis VS para substituir José Martins Fontes em reposta cumpre-me diser a VS que não nomeei o cidadão Francisco Carolino Roza para substituir o substituto: mas apenas tomei posse da Delegacia indo visitar a escola publica regida pelo substituto Fontes e a particular pelo cidadão Roza, notei (sic) naquella muito poucos meninos e nesta grande numero pelo que attentando as exigências dos Pais de família e ao bem publico e dirigido por autoridade muito competente de conformidade com o artigo 81 § 7º do Regulamento nº 56³⁹ exonerei ao dito substituto Fontes e nomeei para substituir ao professor faltoso o cidadão Francisco Carolino Roza que reunia em si já por experiencia as condições para o desempenho do magistério e elle entrou em exercicio como participei ao Senr Dor Inspector deste districto litterario, como verá VS da copia inclusa. Mais tarde o mesmo Fontes recebeo ordem para deixar de leccionar a qual tambem muito depois me foi tambem communicada nestas circunstancias não estando occupada nenhuma outra cadeira onde a mocidade deste districto recebesse a instrucção primaria e nem havendo em sua proximidade alguma outra para onde os Pais mandassem seos filhos commodamente (...) julguei que como auxiliar de uma administração illustrada e que por conseguinte deve zelar muito directamente pela instrucção da mocidade não devia suspender do exercicio ao substituto que nomeei suppondo bem interpretar assim os sentm.tos da administração que não queria deixar privada do único meio de instrucção primaria gratuita a numerosa mocidade de uma povoação tão grande e importante como esta que tanto concorre para os cofres públicos. Sentindo que este meo modo de pensar não seja compartilhado com VS^a espero comtudo que levará o exposto ao conhecimento do Exmº Governo se assim julgar conveniente para providenciar em bem de ser mantido esse professor em quanto a cadeira não for definitivamente occupada pois do expediente publicado tenho visto casos semelhantes prevenidos mas quando VS^a assim não pense se dignará de aceitar minha demissão uma vez aceitando o cargo tive em vista não as ileg. das formalidades mas sim concorrer com meo fraco contingente para o progresso moral deste Districto, e o meo digno antecessor cumprirá a ordem de VS^a. (...)

(SP-1325).

O delegado Manoel Brandão defendeu que não agira irregularmente já que agira de acordo com o que a lei estabelecia para a sua função. Esperando a anuência de uma

³⁹ Art. 81.º Aos delegados do director geral incumbe: § 7.º Nomear provisoriamente substitutos aos professores impedidos ou faltosos, e submeter as nomeações immediatamente á approvação do director geral.

administração ilustrada pois fizera tudo em prol do *progresso moral* e este, acreditava ser o interesse de quem se dispõe a trabalhar pela instrução, não sendo justo a escola da cidade ficar sem professor. Assim, mesmo tendo sido ordenado que suspendesse as aulas, não o fez porque o que importava era o progresso da localidade, principalmente porque esta contribuía significativamente para os cofres públicos. Mas não parecia que o Diretor Geral possuísse os mesmos sentimentos em relação à instrução por isso pedia que mantivesse o professor no cargo ou queria a sua demissão.

Ele foi demitido. O Diretor geral levou ao conhecimento da presidência o caso e sustentou a sua decisão tendo como amparo a lei 1400 em seu artigo 3º, § 11, o mesmo que o Inspetor do Círculo utilizara para informar ao delegado a sua ação irregular. Interessante a forma como o Diretor Geral Firmino de Sousa descreveu a atitude deste delegado

Este Delegado, porem, ou por que muito se interessasse pelo individuo [Francisco Carolino Rosa] que nomeára, ou por que entendesse que compromettia os seus brios sujeitando-se á lei, tergiversou, declarando-me que já anteriormente tinha ele delegado exonerado o substituto Fontes e nomeado o cidadão Rosa, o que seria ainda maior ilegalidade, si não fosse inexacto, citando disposições do Regulamento nº 56 já revogadas, e terminando por pedir ou a sustentação do seu acto ou a sua exoneração. Exonerei-o por Portaria de 30 de Outubro ultimo e na mesma data officiei ao Inspector do circulo para propor-me que o substitua. (...) (SOUSA, 16/11/1869 ; SP-1325)

Pelos dois ofícios, percebemos que o Delegado sentiu-se ofendido com a decisão da Diretoria Geral de desfazer um ato que realizara, principalmente porque acreditava estar em pleno direito de realizá-lo. É importante observar que o Diretor aponta para um dado que se depreende do ofício do Delegado mesmo sem estar declarada: sua preferência pelo professor Francisco Carolino Rosa.

Quais questões poderiam estar implícitas nesta preferência do Delegado pelo professor Carolino Rosa? Seria alguma rivalidade das outras funções desempenhadas pelos três já que todos eram comerciantes em Itabira? Ou o Delegado acreditava que um professor era realmente mais capacitado que o outro?

O desentendimento que acabou com a demissão do Delegado Manoel Brandão nos indica que questões pessoais poderiam estar vinculadas ao exercício de suas funções, como também, aponta para a dificuldade do governo e seus agentes em nível local de se guiarem pelo que era estabelecido em lei. O regulamento nº 56, promulgado antes da lei 1400, mas ambos em 1867, estavam os dois em pleno vigor no tempo dessa

contenda, possuíam disposições contrárias, o que com certeza ocasionava confusões durante o exercício das funções dos Delegados, por mais que a Diretoria expedisse informações sobre quais ações lhes cabiam. A instituição de um serviço de inspeção não estava isento de controvérsias nem mesmo entre aqueles que eram os agentes do governo incumbidos de zelar pelo bom andamento das escolas públicas, nas mais diversas localidades mineiras.

Por último, falaremos do Delegado Paroquial da sede da freguesia, José Antônio da Silveira Drummond. Figura importante na cidade atuando em várias áreas e ao contrario dos outros delegados tinha uma participação mais efetiva nos negócios da instrução. Entre outras áreas de atuação, era negociante de fazendas secas, presidente da Câmara Municipal em 1870 até 1873⁴⁰ e 1882. Atuava como advogado em Itabira e região, apesar de não ser formado em Direito. Foi deputado provincial por diversas vezes e o único dentre as pessoas que estavam envolvidas na vida política local que conseguimos identificar como pertencendo ao partido liberal.

Esteve no cargo de Delegado de Itabira entre os anos de 1878 até 1880, quando solicitou exoneração do cargo. Também foi Inspetor de Círculo entre agosto de 1883 até o julho de 1884. E em julho de 1889 foi nomeado agora para o cargo de Inspetor Municipal. Em 1865 era esse sujeito diretor do Colégio Itabirano.

A freguesia do Carmo foi uma localidade que também apresentou um número relevante de sujeitos atuando como Delegados. Ao todo, foram identificados nove pessoas nessa função. É preciso notar que esta freguesia apresentou ao longo do período estudado uma grande movimentação de professores que se transferiram para lá e depois pediram remoção ou permuta.

A dificuldade do governo em manter a escola nesta localidade se mostrou tanto pelo número considerável de professores que por ali passaram como para manter pessoas encarregadas da fiscalização das escolas e de seu professor. Evidentemente que o número de inspetores que aí atuaram foi bem menor do que o de professores, mas em relação às outras freguesias – exceção feita para a sede da cidade - foi a localidade em que mais identificamos pessoas atuando neste cargo. O delegado que por mais tempo ficou no cargo foi João Manoel de Oliveira Pinto o qual permaneceu nesse cargo por quatro anos.

⁴⁰ A eleição da 11ª legislatura foi anulada por isso essa Câmara atuou até 1873 e não 1874. In: Almanak Administrativo de Minas Geraes, 1870, p.136.

O próprio caráter desse serviço talvez implicasse pouca permanência já que as atribuições dos delegados não eram poucas retirando desses sujeitos momentos importantes para as suas outras atividades.

A partir de informações sobre quem eram esses sujeitos, obtemos indicativos de que eram pessoas importantes da localidade. O delegado João Alves da Costa e Silva que ficou no cargo por um ano e seis meses era fazendeiro, foi eleito Juiz de Paz por várias vezes (1864, 1870, 1873), Subdelegado em 1873 e Vereador entre os anos de 1869 e 1873.

O delegado Francisco Ribeiro de Macedo era fazendeiro e foi Juiz de Paz por diversas vezes. O delegado Francisco Coelho Jacome, também fazendeiro, apesar de não termos o identificado em outros cargos da freguesia pertencia a uma família importante percebido pelo Almanak Administrativo de Minas Geraes, que tanto os Coelhos como os Jacome eram fazendeiros e ocupavam diversos cargos na localidade comprovando que esses cargos, se não eram ocupados por pessoas importantes das freguesias eram indicações dos mesmos (ALMANAK ADMINISTRATIVO....., 1864,1865,1870, 1873,1874).

Os Inspectores de três freguesias chamaram a nossa atenção: Jose d'Anchieta Teixeira de Miranda da freguesia de São José da Lagoa, Manoel Paulino Barros de Sant'Anna do Alfié e na freguesia de Antônio Dias Abaixo, Antonio Antunes Lopes. O tempo de permanência destes sujeitos nos cargos foi bem maior que dos outros sujeitos que o ocuparam no município. O primeiro ficou no cargo de junho de 1867 a setembro de 1880, ou seja, treze anos. O segundo ficou um tempo menor, mas bem maior que a tendência geral do município – nove anos, de fevereiro de 1870 a maio de 1879. E o último permaneceu no cargo por quinze anos de outubro de 1874 até provavelmente julho de 1889.

O Delegado Jose d'Anchieta T. de Miranda foi eleito vereador em 1865 ficando no cargo até 1869 quando já atuava como Delegado Paroquial. Em 1881, foi novamente eleito vereador para a 13ª legislatura. Fazia parte também da Guarda Nacional ocupando o posto de tenente coronel (ALMANAK ADMINISTRATIVO... 1864 a 1874). Além disso, era também fazendeiro como consta na lista de oficiais da Guarda Nacional de Itabira (PP1/16, cx 38, P.52)

O Delegado Manoel Paulino Barros foi Juiz de Paz por três vezes (1864, 1873 e 1874), vacinador, negociante de fazendas secas e molhadas, suplente de subdelegado

por diversas vezes (1870, 1873,1874) além de fazer parte da Guarda Nacional de Sant'Anna do Alfié (ALMANAK ADMINISTRATIVO... 1864 A 1874).

O Delegado Antonio Antunes Lopes que atuou na freguesia de Antônio Dias Abaixo era capitão da Guarda Nacional, Juiz de Paz (1864, 1865,1873), negociante de fazendas secas e molhadas e possuía engenho de cana (ALMANAK ADMINISTRATIVO... 1864 A 1874).

Comerciantes, fazendeiros, Juizes de Paz, Subdelegados, suplentes de Juiz Municipal, Vereadores. Para os delegados que conseguimos obter informações, essas eram as funções e atividades desenvolvidas por esses sujeitos. Eram pessoas importantes das localidades e a ocupação em cargos como o de subdelegado revela que realmente constituíam uma parcela diferenciada do restante da população, pois para serem designados para esse cargo, não poderiam ser analfabetos (GRAHAM, 1997, p.423-424). Ocupavam esse cargo sem receberem remuneração, como o da inspeção reafirmando mais uma vez o perfil elitista dos ocupantes do cargo de inspeção das escolas mineiras e seu caráter litúrgico (URICOCHEA, 1978).

Esses sujeitos, eram pessoas da elite local, tinham ao menos os rudimentos da leitura e da escrita, mas não podemos afirmar até que ponto a escolaridade desses sujeitos era maior que a das demais pessoas da localidade em que atuavam. Talvez não existissem outras pessoas habilitadas ou mesmo interessadas nessas localidades em exercerem essa função em benefício da instrução pública. No entanto, talvez existisse um real interesse pela escolarização das crianças de suas freguesias acreditando que, ao desempenharem essas funções estariam ajudando na construção e consolidação de uma nação civilizada.

Já para a sede da freguesia da cidade, foram identificadas algumas profissões dos delegados que demandavam um período de escolarização maior como o de farmacêutico e repetindo a tendência identificada nas freguesias também ocupavam postos estratégicos na sociedade local.

Essa característica apontada dos delegados da cidade analisada, sempre foi vista pelos presidentes como um dos problemas da inspeção que sempre se mostrava ineficaz. Apesar das constantes reformulações na legislação, esse ramo da instrução sempre ficava à mercê dos interesses locais dos sujeitos que ocupavam esses cargos

O Inspector Geral não tem outras informações senão as que lhe são ministradas pelos agentes locais, e muitas vezes longe de se inspirarem no interesse da instrução pública, são dictadas pelo patronato e conveniências pessoais. (CHAVES, 1883, p.11)

Por meio das fontes analisadas, indicamos a possível existência de interesses pessoais influenciando na execução dos serviços dos Delegados da cidade de Itabira, principalmente quando percebemos que este cargo era de fato ocupado por pessoas importantes da sociedade local, podendo fazer com que questões políticas e pessoais influenciassem na escolha dos mesmos para os cargos da inspeção pública.

Voltemos para a fala do presidente Antônio Gonçalves Chaves e vejamos a solução que apresenta à Assembléia para esse problema

D'ahi a vantagem de armar o governo de meios de exercer a fiscalização do ensino por agentes directos, escolhidos de preferencia ao magistério superior.

Esta providencia tem ainda o grande resultado de tornar mais efficaz a inspecção dos agentes locaes.

Seria talvez mais proveitoso crear-se em cada uma das circumscripções litterarias das Escolas Normaes uma inspecção confiada a funcionarios que reunissem as precisa condições de aptidão, moralidade e independência; mas este systema traria grandes despesas. (CHAVES, 1883, p.11)

A boa fiscalização dos delegados que atuavam nas localidades para esse governante dependia de um melhor preparo desses indivíduos por meio de uma formação institucionalizada e que atuassem diretamente não só nas escolas públicas, mas também sobre os agentes locais. A defesa de uma formação dos agentes de fiscalização via instituição pode ser relacionada com as mudanças de formação por que estava passando o professorado, de uma formação pela prática por uma via Escola Normal, em que a aquisição de novos conhecimentos eram defendidos e postos como necessários para a atuação dos professores. Para o presidente da província, essa necessidade de maior preparo não se restringia ao professorado, mas deveria ser ainda estendido aos sujeitos encarregados da fiscalização.

Por outro lado, a *independência* desses sujeitos às paixões locais poderia tornar sua atuação na fiscalização mais eficaz. Percebemos aqui a mesma preocupação que o governo central teve com alguns cargos de nível local como juiz municipal, de comarca que, ao serem mandados para trabalharem em locais diferentes daqueles de onde eram nascidos, esperava-se que não fossem influenciados pelos interesses locais em detrimento dos interesses do governo imperial. Foi também uma forma que o Estado procurou para estar presente nos mais diversos e distantes lugares do Império. (Graham, 1997, DOLHNIKOFF, 2003, MATTOS, 1999) O governo provincial propunha também mediante a *independência* dos seus agentes de fiscalização estabelecer uma inspeção

eficiente e estabelecer seu raio de atuação de forma mais concreta em todas as localidades mineiras em um processo de concretização da escolarização da população mineira.

Para o Diretor Geral, João Nepomuceno Kubitschek, apesar de serem esses sujeitos os mais próximos da escola e por isso, prontos a zelarem de forma efetiva pelo bom andamento do ensino e comportamento dos professores, eles não eram devidamente capacitados para a função prejudicando a fiscalização eficiente da escola

(...) pela maior parte não possuem os conhecimentos especiaes, condição essencial para que a inspecção seja profícua e fecunda em resultados (...)

Nas suas visitas á eschola muita cousa há de escapar-lhes á observação, dos atrazados e anachronicos métodos, ainda em voga entre nós, nada poderão ajuizar, e mui provavelmente mais aferrados se mostrarão à rotina do que os mesmos professores.

Nas duas falas, percebemos críticas à não-formação adequada dos agentes de fiscalização que incluíam o não-conhecimento dos novos saberes em circulação; a ligação aos interesses locais tornando-os parciais e, portanto ineficientes e impróprios para o exercício da função. Contudo até o fim do período monárquico foi com esses agentes sem formação e imersos em interesses pessoais e locais que o Estado teve que contar para a vigilância de suas escolas.

A instituição de um órgão administrativo encarregado de gerir sobre os assuntos da instrução esteve diretamente ligada a tentativa de uma maior racionalização do aparato burocrático do Estado por meio do estabelecimento de hierarquias em que todas as questões sobre a instrução da província deveriam passar pela figura do Inspetor Geral buscando coibir práticas não-autorizadas pelo Estado na conformação da escolarização da sociedade. Ao longo do período, as atribuições deste órgão bem como de seus agentes foram sofrendo um processo de ampliação e de refinamento mostrando que ainda o que era permitido estivesse estabelecido em lei, práticas não-autorizadas eram realizadas pelos Delegados/Inspectores locais e pelos professores no exercício de suas funções.

A legislação, reflexo de demandas sociais e de negociações, deixou transparecer a existência de conflitos sobre qual seria a melhor maneira de se expandir a escolarização ao grosso da população como no caso do ensino particular e da obrigatoriedade do ensino. Por outro lado, o ensaio sobre uma crescente racionalização nos assuntos da instrução por meio de uma fiscalização eficiente poderia além de

promover a expansão da escolarização e eliminar ações não desejadas esbarrou em diversas contingências. Esbarrou principalmente nos interesses locais e políticos que seus agentes de inspeção sobrepunham às suas funções.

Como demonstrado anteriormente, os cargos de Delegados/Inspetores Paroquiais eram compostos basicamente pela elite local, detentora de vários outros cargos estratégicos em nível local. Uma das soluções apontada já em fins do período imperial, reflexo das novas necessidades sociais, foi a da formação adequada dos inspetores que mandados para locais diferentes de sua residência primitiva poderiam ficar alheios aos interesses localistas realizando de fato a fiscalização das escolas mineiras e de seus professores.

Estes sujeitos estavam imersos nos interesses locais e a rede de relações que possuíam era importante para que ocupassem cargos locais e também para indicar pessoas para os mesmos relacionados com a instrução ou não. Os examinadores das escolas públicas possuíam uma relação muito estreita com os Delegados e acompanhar as questões presentes para que fossem indicados para esta função é o que trataremos no próximo item.

2.2 Os examinadores das escolas públicas da cidade

A escolarização é um processo que toca e influencia toda a sociedade ao mesmo tempo em que é influenciada por ela, esse movimento de constituição de uma sociedade praticamente sem escola para outra em que paulatinamente a mesma possui centralidade gera tensões mobilizando vários sujeitos para a sua efetivação (FARIA FILHO, 2002). Um grupo de sujeitos, os examinadores, possuía um papel importante neste processo já que deveriam avaliar os progressos da instrução das crianças que freqüentavam as escolas públicas.

Deste modo, na cerimônia do exame das escolas públicas as crianças eram avaliadas e classificadas como também era o momento de avaliação e confirmação das habilidades do professor na prática de seu ofício. Assim mediante um ritual, que é o exame, são estabelecidas hierarquias referentes ao saber que são sancionados ou desqualificados por aqueles que estão no posto de avaliar as aprendizagens dos alunos das escolas.

Os exames escolares, que deveriam ser realizados anualmente nas escolas primárias eram, como indicou Inácio (2003, p.194) um evento “público e solene que

movimentava as vilas e as cidades, mobilizava os professores, os alunos(as), as famílias, as autoridades locais”.

Nosso olhar, neste caso, volta-se para os sujeitos que eram chamados a avaliar a escolarização das crianças que freqüentavam as escolas públicas primárias de Itabira do Matto Dentro. Ainda que por um espaço curto de tempo, o do exame, esses indivíduos representavam juntamente com o presidente do ritual, o Estado educador da população. Desta forma, os sujeitos escolhidos para examinarem os alunos deveriam ser portadores de valores e conhecimentos que os diferenciavam daqueles que foram chamados a avaliar. A escolarização se daria na somatória da inspeção correta das escolas e da dos examinadores no momento do exame. Deste modo, atentar para as questões que definiam a escolha destes sujeitos, implica fazermos emergir mais um aspecto deste processo.

As fontes privilegiadas, neste momento, são as atas de exame das escolas do município que nos fornecem os nomes dos sujeitos que desempenharam tal função. Essa fonte corresponde a cento e trinta e cinco atas das escolas públicas provinciais e compreendem a quase todos os anos da década de 1870⁴¹ e os anos de 1881, 1882 e 1888 das freguesias que compunham o município de Itabira do Matto Dentro. No caso das escolas rurais subvencionadas pela Câmara Municipal, localizamos três atas de exames: duas da escola regida pelo professor Damaso Augusto Campos dos anos de 1885 e 1887⁴² e uma ata da escola rural de Burrinhos, freguesia de Joanésia, do ano de 1887.

Se os exames dos indivíduos que pretendiam exercer o magistério por meio dos concursos públicos foram, em todo o século XIX, tratados com mais minúcia pela legislação, demonstrando a preocupação por parte do governo em instituir um perfil ideal de professor para atuar nas escolas públicas⁴³, a análise da legislação revela que os exames dos alunos destas escolas não tiveram a mesma atenção. Talvez isso tenha ocorrido devido à crença de que bem-selecionado o professor, o funcionamento de sua escola e a formação do aluno estariam assegurados. Deste modo, na legislação, as menções sobre como seria o exame, quem seriam os examinadores, data de ocorrência foram bem sucintas.

A presidência do exame cabia ao Inspetor de Círculo ou Inspetor de comarca nas escolas de sua sede e os Delegados/Inspetores Paroquiais nas escolas de suas freguesias

⁴¹ As atas de exame compreendem os seguintes anos: 1871, 1872, 1874, 1875, 1877, 1878 e 1879.

⁴² Não temos certeza sobre a localização desta escola, em alguns documentos consta como situada em Vista Alegre em outros no Capão de Cima ou ainda na localidade Cedro.

⁴³ Sobre as questões referentes a seleção de professores será tratada no próximo capítulo.

devendo estes nomear os examinadores. O regulamento n° 84 de 1879 e o n° 100 de 1882 detalharam melhor sobre que tipo de exame seriam realizados e a data dos mesmos

Art. 40. Nas escolas primarias elementares começarão os exames no dia 1.º de Dezembro, presididos pelo inspector da comarca nas cidades e villas, e pelos delegados nas freguezias.

Art. 41. Os exames serão, ou de habilitação⁴⁴, para avaliar-se o grão de aproveitamento dos alumnos, ou finaes para serem declarados promptos os que forem approvados em todas as materias obrigatorias. (REGULAMENTO 84, 1879)

Na legislação não havia nenhuma determinação sobre quem seriam os examinadores e quais critérios de escolha para os mesmos. A lei determinava que deveriam ser escolhidos pelos agentes encarregados da inspeção nas localidades mineiras. O código de posturas da cidade do ano de 1883 em que estabelece os critérios para a subvenção de escolas rurais não faz nenhuma menção aos exames dos alunos destas escolas.

Desta forma, uma série de fatores poderia influenciar na escolha dos mesmos. A partir disso, nos colocamos algumas questões: a escolha dos examinadores das escolas foi baseada no conhecimento e formação do indivíduo? Ela era realizada a partir do círculo de convivência dos responsáveis pela inspeção? É o que pretendemos perceber pelos nomes indicados para serem examinadores das escolas públicas de Itabira do Matto Dentro.

De início, é preciso considerar que o impedimento ou a vacância do cargo de Inspetor/Delegado Paroquial não impossibilitava a realização do exame pois esses poderiam ser presididos na falta do agente de inspeção pelo Juiz de Paz, subdelegado ou o pároco da localidade. Já nas escolas rurais, a presidência da cerimônia ficava a cargo de um vereador ou destas pessoas acima indicadas.

As dez horas do dia 1 de Dezembro do anno de 1879, na escola publica da parochia do Carmo, sob a presidencia do cidadão João Bernardino da Motta, Subdelegado de Policia em exercicio, servindo

⁴⁴ A partir das atas de exames pudemos perceber que independente da data de entrada do aluno na escola ele participava do exame final sendo deste modo, considerado como um exame de habilitação para perceber o seu adiantamento, como podemos perceber no seguinte excerto da ata do exame realizado na primeira escola do sexo feminino da sede da cidade em 1875: (...) começarão os exames; e não tendo a mesma professora dado alumna alguma por prompta, forão questionadas as dos nomes Maria Luisa de Oliveira, e Maria da Conceição Gomes, que forão appresentadas como as mais adiantadas; e responderão soffrivelmente, doutrina christã, e fiserão com mais, ou menos dificuldade as quatro operações arithmeticas, e nas demais materias pouco progresso appresentarão.

As demais, em relação ao tempo, falhas, grão de intelligencia e idade mostrarão algum aproveitamento, principalm.e em escripta e leitura do que para constar se lavrou a presente acta que vai assignada pelo presid.e do acto e examiadores. (...) (IP3/4 cx 14, Pc 03, doc.16).

de Delegado d'instrução por ainda não ter tomado posse o Delegado nomeado (...) (IP3/4 cx 14,Pc 10, doc.20)

Ou ainda

Acta de exame = Aos 19 de Dezembro de 1885 no lugar denominado Vista Alegre onde funciona a escola regida pelo abaixo assignado [Damaso Augusto Campos], compareceo o Presidente do exame = o vereador Emilio Ferreira de Novaes e o examinador Pe Thomaz Agnino Oliveira Barbosa (...) (AMF, caixa 30)

Esses exames ocorriam nas casas em que se localizavam as escolas das freguesias. Nas escolas que estavam situadas na sede da cidade os exames ocorriam sempre na Câmara Municipal. O dia de exame deveria ser um acontecimento nas localidades devido ao seu carácter formal em que pessoas estranhas ao dia a dia da escola se dirigiam para elas com o fim de avaliar os alunos. O professor seria naquele momento também avaliado, pois o bom andamento de seus alunos significava a boa execução de seus serviços.

A indicação das pessoas que exerceriam a função de examinadores, cabia ao presidente do ato. Logo, as freguesias que mais tiveram pessoas ocupando o cargo de presidente da cerimônia foram também as localidades em que mais contabilizamos pessoas diferentes na função de examinadores. Desta forma, destacamos a freguesia de Itabira, do Carmo e de Sant'Anna dos Ferros. As freguesias de Antônio Dias Abaixo, São Jose da Lagoa e Sant'Anna do Alfié que apontamos como aquelas que tiveram os mesmos delegados por vários anos⁴⁵ apenas Alfié apresentou um número maior de diferentes sujeitos ocupando a função de examinador.

Na freguesia de Antônio Dias Abaixo, nos quinze anos que Antonio Antunes Lopes esteve no cargo de Delegado, de 1874 a 1889, os sujeitos que estiveram na função de avaliar os alunos das escolas do sexo feminino e masculino da localidade foram praticamente os mesmos: Jose Antonio de Brito e Reginaldo de Barros Araújo. O examinador Jose Antonio de Brito era professor aposentado, sabemos que atuou na freguesia de Sant'Anna do Alfié como professor entre os anos de 1860 a 1866 quando se aposentou. Já Reginaldo de Barros Araújo a única informação que conseguimos é de que no ano de 1870 ele era subdelegado em Antonio Dias Abaixo. Apenas nos exames do ano de 1888 tiveram a participação de examinadores diferentes.

⁴⁵ Jose d'Anchieta T. Miranda ficou no cargo de delegado em São Jose da Lagoa por treze anos, Manoel Paulino Barros em Sant'Anna do Alfié por nove anos e Antonio Antunes Lopes foi delegado de Antonio Dias Abaixo por quinze anos.

Enquanto esteve ocupando o cargo de Delegado Paroquial de Sant'Anna do Alfié por nove anos, de 1870 a 1879, Manoel Paulino Barros convidou para servirem de examinadores da escola do sexo masculino da localidade sete indivíduos diferentes. Localizamos sete atas de exame e é apenas a partir de 1877 que também localizamos atas da escola feminina, embora essa já existisse desde de 1873.

Destes sujeitos, Joaquim Ferreira Torres e Manoel Paulino de Barros Junior participaram três vezes dos exames. O primeiro, além de fazendeiro e comerciante, também ocupou o cargo de Juiz de Paz e subdelegado em 1864 e em 1870 foi novamente Juiz de Paz. O último, como indica o nome, era filho do Delegado e foi professor interino da escola do sexo masculino desta localidade no ano de 1882. Em 1872, consta que estava matriculado no Colégio do Caraça, dois anos após o encontramos exercendo a função de examinador em Sant'Anna do Alfié (ALMANAK ADMINISTRATIVO...1864, 1865, 1870; ANDRADE, 2000, p.185).

O Delegado de São José da Lagoa por treze anos (1867 a 1880), Jose d'Anchieta Teixeira de Miranda, na escolha de quem seriam os examinadores das escolas do sexo feminino e masculino recorreu a dez pessoas diferentes, apesar de duas pessoas estarem presentes em vários anos. Foram localizadas atas de nove exames que tiveram sob a presidência deste Delegado. Destas, oito vezes o professor público aposentado Gabriel Fernandes de Mello esteve no papel de examinador. Jose Conrado de Miranda esteve presente como examinador em cinco exames. Jose Conrado era fazendeiro, 1º Juiz de Paz em 1870 e suplente do subdelegado no mesmo ano (ALMANAK ADMINISTRATIVO... 1870; BAPTISTA FILHO, 1992, p.422).

Interessante perceber que, ao mudar o Delegado ou o presidente da cerimônia, na maioria das vezes as pessoas que serviam de examinadoras também mudavam. Algumas apareciam em diversos exames, independente da pessoa que estava ocupando o cargo de Delegado ou de presidente do ato, outras eram convidadas apenas quando uma determinada pessoa estava exercendo essa função. Nas escolas de ensino primário elementar e superior do sexo masculino e a de ensino elementar do sexo feminino de Itabira, apenas Julio da Costa Lage participou de exames em que diferentes sujeitos eram delegados ou presidente da cerimônia. Julio da Costa Lage fez o ensino secundário no Colégio do Caraça e foi diretor do Colégio Itabirano que existiu durante alguns anos na cidade.

Em Sant'Anna dos Ferros, apenas o examinador Joaquim Lucas Coelho exerceu essa função em exames em que quatro pessoas diferentes ocupavam o cargo de

Delegado Paroquial ou presidente do ato. Joaquim Lucas Coelho examinou D. Maria do Carmo Soares quando concorreu a vaga de professora da cadeira do sexo feminino desta localidade. Joaquim Lucas Coelho foi professor em Sete Cachoeiras, distrito de Joanésia.

Na freguesia do Carmo, conforme as atas localizadas, identificamos a presença de seis sujeitos distintos ocupando o cargo de Delegado Paroquial ou de presidente do exame. Em todas as atas, os nomes dos examinadores não se repetem quando a pessoa encarregada de presidir o exame mudava. Um destes examinadores foi João Alves da Costa e Silva que atuou no exame da escola do sexo masculino em 1875, era fazendeiro, juiz de paz, subdelegado e também exerceu a função de delegado literário.

Desta maneira, as relações sociais entre os indivíduos pesavam na escolha das pessoas que iriam constituir o quadro de examinadores. O exame pode ser visto como um momento de sociabilidade entre os sujeitos, ainda que momentâneo, de estabelecer ou reforçar laços entre os indivíduos: entre examinador e presidente do ato, entre os próprios examinadores e entre professor e examinadores e presidente do ato. Podemos, a partir destas colocações, indicar que a escolha dos examinadores estava relacionada com o círculo de convivência dos delegados paroquiais ou das pessoas encarregadas de presidirem o ato.

E as pessoas que participaram de vários exames, independentemente da pessoa que ocupava o cargo de presidente do ato? Essas pessoas possuíam relações mais amplas na sociedade local o que justificaria a sua presença em vários exames. Não podemos aqui afirmar que isso ocorresse apenas pelos conhecimentos que essas pessoas possuíam. Pelas informações já apontadas, esses sujeitos eram em sua maioria pessoas que ocupavam cargos tais como o de Juiz de Paz, subdelegado, escrivão. Para ocuparem tais cargos, a legislação e o próprio ofício exigia que soubessem ao menos ler e escrever. Muitos eram fazendeiros e/ou comerciantes e alguns também eram vereadores.

A partir disso não podemos afirmar que a escolha recorrente a certos indivíduos recaísse apenas nos conhecimentos que os mesmos possuíam. Entre os examinadores apontados anteriormente, alguns eram professores ou haviam estudado no Colégio do Caraça. Mas e os outros indivíduos de quem não temos certeza sobre a sua escolaridade? A escolha recorrente a esses sujeitos esteve relacionada a outras questões como a de pertencer ao mesmo círculo de relações que os presidentes dos exames.

A escolaridade também fazia parte dos critérios de escolha dos examinadores, pois foi possível identificar que alguns possuíam uma formação específica e não apenas

o saber ler e escrever. Esses sujeitos eram professores, padres, ex-alunos do Caraça e bacharéis em Direito. Vejamos como se deu a presença destes sujeitos nos exames das escolas de Itabira.

A presença de padres nos exames não foi significativa como esperávamos, pois o pároco deveria ser o guia moral e religioso da população e deveria auxiliar na escolarização das crianças mineiras. Na Quadro 6, visualizamos as localidades que tiveram a presença de párocos entre seus examinadores

QUADRO 6 – LOCALIDADES QUE TIVERAM PADRES COMO EXAMINADORES			
Localidade	Pároco	Tipo de escola	Data exame
Sant'Anna do Alfié	Pe. Antonio Fernandes de Lellis	Sexo masculino	1872, 1875
Dionisio	Pe. Antonio Fernandes de Lellis	Sexo masculino	1882
Itabira	Reverendo José Antonio Braga	Sexo masculino elementar e superior	1875
Itabira	Pe. Francisco Ângelo de Almeida	Sexo masculino elementar e superior e 1ª e 2ª cadeira sexo feminino	1879
Joanésia	Vigário Francisco ferreira Torres	Sexo masculino	1874
São José da Lagoa	Vigário João Álvares Miz da Costa	Sexo masculino	1871
Santa Maria	Vigário José Martins	Sexo masculino	1879
Vista Alegre/Capão de Cima/Cedro(?)	Pe. Thomaz Agnino Oliveira Barbosa	Escola rural sexo masculino	1885

Fonte: APM.

O padre Antônio Fernandes de Lellis participou de exames tanto em Sant'Anna do Alfié e Dionísio, provavelmente, por ser a última um antigo distrito de Alfié antes de se tornar freguesia. Interessante observar que o padre Francisco Ângelo de Almeida além de examinador também foi delegado paroquial entre 1880 e 1882, além de ter sido participante da vida política atuando como vereador em 1881⁴⁶.

A relação entre a Igreja e o Estado, no período monárquico, sempre foi próxima, o que não excluía a presença de tensões nessa relação. A religião católica era a religião oficial do Estado e seus agentes eram considerados como funcionários do último e “além de representantes da Coroa, mais que da Igreja, ajudavam a identificar a monarquia com a religião.” (PINTO, 2005, p.66). Deste modo, a Igreja brasileira no período monárquico, mantinha ténues relações com Roma, seguindo muito mais as

⁴⁶ Esse pároco também foi vereador várias vezes após a proclamação da República.

ordens do monarca. Contudo, esta posição não era a única dentro da Igreja, pois havia correntes que defendiam que a Igreja deveria seguir as ordens vindas de Roma, o que ocasionou a chamada “questão religiosa” em que dois bispos se negaram a reconhecer as prerrogativas imperiais.

De acordo com Pinto (2005) seguindo as reflexões de Beozzo, o clero era considerado como a elite intelectual; participava ativamente dos movimentos sociais e da política, isso até perder espaço para os bacharéis que passaram a ser formados no Brasil com a criação das duas faculdades de Direito em São Paulo e Olinda. Os salários dos padres eram mesquinhos, o que fazia que eles se envolvessem em várias outras atividades. No que diz respeito à formação do clero, as exigências não eram grandes e durante todo o período, tentou-se uma reforma na formação sacerdotal por meio de uma formação via seminários. No que diz respeito à formação religiosa da população

o próprio clero em 1853, propõe nas Constituições Sinodais da Bahia que a doutrina cristã deveria ser considerada uma das partes principais, cuja difusão deveria ser uma obrigação dos professores de primeiras letras considerando, portanto, que a educação religiosa era ‘matéria de aula’, e, como tal, da competência do Governo. (...) tal fato aponta para uma das estratégias da Igreja em intervir na instrução da população compartilhando com o Estado o dever da catequese. (PINTO, 2005, p.76)

Tanto a Igreja como o Estado se colocavam como responsáveis pela formação moral e religiosa da população. Principalmente após a “questão religiosa”, a Igreja buscou estabelecer uma relação mais próxima com Roma, mas o período foi caracterizado pela não necessidade de formação por meio do seminário.

Assim, os padres que serviram como examinadores nas escolas públicas de Itabira do Matto Dentro eram sujeitos que possuíam conhecimentos tanto religiosos como ao menos os rudimentos do ler, escrever e contar. Além disso, tanto como os Juízes de Paz e subdelegados eram pessoas importantes nas localidades em que atuavam. Eram responsáveis também pela formação moral e religiosa da população, assim como o Estado também o era por meio do ensino da religião mediante suas escolas. Ainda que a formação destes padres tenha se dado mais pela prática que da formação via institucional, não podemos deixar de considerar que eram pessoas que detinham saberes específicos para além do grosso da população.

No quadro a seguir, visualizamos a formação e área de atuação de outros examinadores que possuíam uma formação específica e que atuaram na freguesia de Itabira.

QUADRO 7 - EXAMINADORES COM FORMAÇÃO ESPECÍFICA

Nome	Formação/área de atuação
José Antônio da Silveira Drummond	Advogado prático, inspetor literário, comerciante, vereador, deputado provincial, diretor do Colégio Itabirano.
Major Francisco de Assis Moraes	Promotor público
Júlio da Costa Lage	Formado pelo Colégio do Caraça; diretor do Colégio Itabirano
João Baptista Carvalho Drummond	Advogado formado, juiz em diversas comarcas, vereador, deputado provincial.
João de Deos Sampaio	Formado pelo Colégio Caraça
José Martins de Oliveira Furst	Professor normalista formado na Escola Normal de Sabará

Fontes: Andrade, 2000; Almanak Administrativo.... 1864, 1865, 1873; Atlas de Itabira, 2006.

Excetuando o major Francisco de Assis Moraes e o professor normalista José Martins de Oliveira Furst, afirmamos que todos os outros sujeitos faziam parte de famílias tradicionais da cidade. De acordo com Andrade (2000, p.60), o Colégio do Caraça exerceu forte influência sobre certo segmento da sociedade itabirana já que grande parte dos alunos que lá estudaram era oriunda desta cidade. As famílias tradicionais mandavam seus filhos para estudarem lá, em sua maioria famílias de fazendeiros, negociantes etc. Grande parte dos ex-alunos do Caraça, ao retornarem para Itabira, se dedicavam as mesmas ocupações que seus pais; eram “herdeiros e continuadores dos negócios familiares” e aqueles que após a formação no Caraça continuavam os estudos de grau superior, a autora identificou que “mesmo atuando como profissionais liberais, esses bacharéis não se afastaram inteiramente dos encargos patrimoniais.” (ANDRADE, 2000, p.64-65). No que diz respeito à formação que o Colégio do Caraça proporcionava

O traço marcadamente característico da educação caracense está naquilo que os textos lazaristas denominam e enfatizam recorrentemente: a formação moral, centrada mais nas virtudes que nos saberes. A formação moral, somada à aquisição de uma cultura geral, contemplava não somente os objetivos do curso de preparatórios oferecido pelo Colégio mas, sobretudo, uma espécie de propedêutica à vida pública. Essa educação decorativa classificava os que a haviam recebido e simbolizava, antes de tudo, a marca de uma distinção social evidente. Um dos seus fins (...) era a formação do

homem educado, do bacharel dotado de uma cultura humanística clássica e, em resumo, do futuro dirigente. (ANDRADE, 2000, p.156)

José Antonio da Silveira Drummond era advogado prático, pois não era formado. Membro de uma família tradicional, dentro de seu campo de atuação esteve ligado não só à política local e provincial atuando também em diversas áreas ligadas à educação.

O Major Francisco de Assis Moraes e João Baptista Carvalho Drummond eram formados em Direito. Sobre o primeiro não conseguimos maiores informações. Já o segundo nasceu em São José da Lagoa e era filho do farmacêutico e alferes da Guarda Nacional, José de Carvalho Abreu. Seu professor do ensino primário foi Gabriel Fernandes de Mello e, em 1867, formou-se em Direito em São Paulo (BAPTISTA FILHO, 1992, p. 139).

Estas presenças reforçam a tese de que a criação das duas escolas de Direito no período imperial esteve diretamente ligada à própria organização do Estado na necessidade de formar pessoas para a sua direção, além de dar uma formação comum para os sujeitos que seriam recrutados pela burocracia estatal. Adorno (1988, p.141) chama atenção para esse fato de que as escolas de Direito – em São Paulo e Olinda, “foram criadas efetivamente para atender às necessidades burocráticas do Estado Nacional em emergência. Nesse sentido, privilegiou-se a formação política, em lugar de uma formação exclusivamente jurídica.” Assim, a formação destes sujeitos ocorreu basicamente fora da sala de aula em que os jornais acadêmicos foram o local privilegiado para a formação jurídico-política dos mesmos. Para Adorno, a Escola de Direito de São Paulo “moralizou o universo da política ao formar uma *intelligentzia* capaz de se pôr à frente dos negócios públicos e de ocupar os principais postos diretivos do Estado.” (ADORNO, 1988, p.155)

A formação de uma elite dirigente não apenas em nível nacional ou provincial, mas também local. No caso da cidade de Itabira, a formação desta elite foi fornecida por meio do Colégio do Caraça e pelas Escolas de Direito. Além de deterem cargos locais importantes, estes sujeitos pertenciam a uma parcela privilegiada da sociedade e que deveriam por meio de suas ações ajudarem na consolidação do Estado. Ao desempenharem a função de examinadores demonstravam compartilhar desse projeto via instrução da população.

Por meio de informações sobre atividades desenvolvidas e sobre a formação dos examinadores, percebemos que eram pessoas pertencentes a uma parcela restrita da sociedade itabirana. Detinham cargos estratégicos tais como os de Juiz de Paz, subdelegado, vereadores e deputados provinciais e dentre as atividades produtivas eram na maioria comerciantes e/ou fazendeiros.

Alguns possuíam uma escolarização maior tais como os ex-alunos do Caraça e os bacharéis em Direito. Para aqueles indivíduos que não pudemos identificar a formação escolar, os cargos ocupados apontam que possuíam ao menos o domínio do ler, escrever e contar. Já para o caso dos párocos, advogados e ex-alunos do Caraça possuíam comprovadamente saberes específicos que os colocavam em um lugar diferenciado do restante da população.

A presença de professores no papel de examinadores, também, foi identificada. No universo de 98 professores que atuaram em Itabira, 23 docentes, ou seja 23.47% do total, também serviram de examinadores. Alguns atuaram nessa função na mesma localidade em que lecionavam, outros atuaram como examinadores em localidades diferentes.

Como a movimentação desses sujeitos na função de examinadores não se restringiu à localidade de atuação e terem sido convidados para essa função, alguns e não outros reforçam a existência de uma rede de relações determinantes na escolha de quem seriam os examinadores das escolas primárias. Por meio de vários fatores tais como conhecimento específico, cargo ocupado, atividade desenvolvida e laços de amizade se entrelaçavam fazendo a escolha recair sobre certos indivíduos e não em outros. Destes 23 professores que atuaram como examinadores, onze exerceram essa função em localidades diferentes daquelas que atuavam como professores, ainda que alguns tenham se transferido posteriormente para a localidade do exame a fim de exercerem o trabalho docente.

Quatro professoras exerceram a função de examinadoras em um universo de dezesseis mulheres atuando como professoras públicas. Apenas na freguesia de Sant'Anna dos Ferros houve a participação de três mulheres examinadoras da escola do sexo feminino, que não eram professoras públicas o que não descarta a possibilidade de serem professoras particulares.

A partir desta constatação, algumas perguntas se colocam: as escolas do sexo feminino do município tiveram a participação efetiva de mulheres como examinadoras? As que eram professoras participaram dos exames independente do tipo de escola (se

feminina ou masculina)? As funções das mulheres nos exames eram as mesmas dos homens?

A participação das mulheres nos exames para o concurso de professoras fazia parte da prescrição legal, já que seriam elas que avaliariam os conteúdos referentes ao sexo tais como bordado e costura. Assim, a participação das mesmas era bem restrita, pois não incluíam a avaliação dos demais conteúdos exigidos por lei nos exames dos professores. Algumas vezes, os exames para o cargo de professoras não contavam com a presença de examinadoras.

Nos exames dos alunos das escolas públicas, ainda que fizesse parte o ensino do bordado e da costura nas escolas femininas, a legislação não definiu que houvesse a necessidade de uma mulher para avaliar este “conteúdo”. A freguesia de Sant’Anna dos Ferros, contou com a presença de três mulheres que não eram professoras públicas, em três exames distintos cuja atribuição nos mesmos restringiu-se a avaliar as alunas na aprendizagem dos bordados e da costura.

Elas eram Salvina Ferreira Maia, examinadora em 1874; D. Amélia Leopoldina Soares, em 1875, e Amélia Augusta dos Reis, em 1879. E, claramente, percebe-se para que seria a participação das mesmas na cerimônia

As onse horas do dia tres de Dezembro de um mil oito centos e setenta e nove, na escola publica d’instrucção primaria do sexo feminino d’esta Parochia de Sant’Anna dos Ferros sob a presidencia do cidadão Francisco de Assis Santos, juis de Pas do primeiro anno na falta do Delegado Parochial, e presentes 36 alumnas, os cidadãos Cláudio Rodrigues Lima, Elisario Augusto Soares e **D. Amélia Augusta dos Reis**, nomeados de conformidade com o Regulamento interno para servirem de examinadores, **esta para os trabalhos de agulha** e aquelles para as outras materias;(…)[grifo nosso] (IP3/4 cx 14 p.10 doc 16).

Logo, a participação destas mulheres, que não eram professoras públicas, nos exames restringia-se às escolas do sexo feminino e a “matéria” *trabalhos de agulha*. Os exames que ocorreram nesta escola nos demais anos que encontramos as atas de exame – 1877, 1878 e 1882 não tiveram a presença de mulheres. Apenas os Delegados Literários Olympio Fernandes de Oliveira e Francisco de Assis Santos preocuparam-se em convidar mulheres para o exame. Isso demonstra uma sensibilidade para a questão? Ou para estes homens, apenas as mulheres poderiam de fato avaliar os *trabalhos de agulha*, pois era uma coisa restrita ao universo feminino?

De qualquer forma, os chamados *trabalhos de agulha* poderiam ser avaliados por qualquer pessoa, independente do sexo já que não havia a participação efetiva das mesmas nos exames. Ou, por outro lado, podemos também pensar que eles nem mesmo chegassem a ser avaliados nos exames das escolas femininas.

A partir destas considerações também nos perguntamos se eram efetivamente ensinados os *trabalhos de agulha* nas escolas. Nas atas há um silenciamento sobre essa matéria. Várias atas das escolas do sexo feminino do município não fazem menção a eles. Por outro lado lidar com as prendas domésticas era vista como uma atividade naturalmente feminina; era desnecessário referir-se a ela. Acreditamos que esse silenciamento estava diretamente ligado ao papel e às funções estabelecidas socialmente as mulheres no século XIX.

Na ata abaixo podemos perceber a ausência de mulheres nos exames. Essa ata se refere à escola do sexo feminino da freguesia de Parahyba do Matto Dentro regida pela professora Adelina Ribeiro da Silva

As dez horas do dia dous do mez de Dezembro de mil oitocentos e oitenta e um na escola publica da Parochia da Parayba de matto-dentro sob a presidencia do cidadão Francisco Noberto da Costa Lage, Delegado da Inspectoria Geral da Instrucção Publica e presentes vinte e duas alumnas, os cidadãos Domingos Ignacio de Oliveira Torres e Antonio Marciano de Paula Ferreira nomeados de conformidade com o regimento interno para servirem de examinadores (...) (IP3/4 cx 14 P.13 doc 26)

Já a ata da 2ª cadeira do sexo feminino da sede da cidade, regida pela professora D. Manuella de Oliveira Furst, revela a percepção de que os *trabalhos de agulha* não estariam entre os conteúdos prescritos em lei

Aos tres dias do mez de Agosto de mil oito centos e oitenta e oito nesta cidade da Itabira de Matto Dentro Comarca do Piracicaba, em a sala da Camara Municipal, presente o Delegado Litterario, cidadão Adolpho Horacio da Fonseca Cruz e os examinadores nomeados, o Professor Publico de instrucção primaria da segunda cadeira do sexo masculino cidadão Jose Augusto Gonçalves, a Professora Publica de instrucção primaria da primeira cadeira do sexo feminino D. Ricardina Hermenegilda Hemetria e Jose Barnabé Alves Ferreira, e sendo ahy comparecêo a Professora da segunda cadeira de instrucção primaria do sexo feminino D.Manoella de Oliveira Furst com suas alumnas em numero de trinta e seis, 36; procedendo os examinadores os exames, de conformidade com o regulamento vigente, isto é, em Grammatica Portuguesa, Arithemtica, leitura, moral e religião(...) (IP3/4 cx 14 P. 14 doc. 4) [grifo nosso]

Nesse exame, houve a participação de uma professora e dentre as matérias apontadas como exigidas em lei os *trabalhos de agulha* não foram incluídos ainda que estipulados em lei (Regulamento 100, art.44, p. 100). Diferente do apontado para as três mulheres que não eram do magistério público e atuaram como examinadoras, as professoras D. Ricardina e D. Manuella cujas escolas localizavam-se na sede da cidade atuaram nos exames como avaliadoras de todos os conteúdos da escola primária. Mesmo assim, a participação destas duas professoras restringiu-se às escolas do sexo feminino, não atuaram nas escolas do sexo masculino da cidade.

A professora D. Amelia Procópio Gonsalves de Godoy atuava na escola do sexo feminino da freguesia do Carmo. E no ano de 1888, atuou como examinadora da escola do sexo masculino da localidade. No mesmo ano também foi examinadora da escola do sexo masculino do distrito de Gorduras pertencente à freguesia do Carmo. Neste ano, os três professores das escolas do Carmo e de Gorduras revezaram entre si no papel de examinadores entre suas escolas.

No caso da professora D. Amelia P. G. Godoy, é importante ressaltar que além de ter sido examinadora em escolas para o sexo masculino, ela ainda teve que se deslocar de uma localidade para outra que, mesmo pertencendo a freguesia do Carmo, poderia ser um impedimento para outras mulheres revelando uma circulação desta professora para cumprir funções relacionadas com o seu ofício.

A professora Adelina Ribeiro da Silva da escola do sexo feminino da freguesia de Joanésia/Parayba do Matto Dentro foi examinadora da escola do sexo masculino desta localidade regida pelo professor Antonio Marciano de Paula Ferreira no ano de 1881. Neste ano, estes dois professores também se revezaram na função de examinadores de suas escolas.

No caso das professoras que atuaram como examinadoras, ainda que tenham tido uma participação bastante restrita, sua atuação não se restringiu aos conteúdos ligados ao sexo feminino. No caso das professoras da freguesia do Carmo e de Joanésia isso fica claro já que examinaram alunos das escolas do sexo masculino. Apesar da crescente entrada de mulheres no magistério, em fins do século XIX, e a presença de discursos favoráveis à atuação das mesmas no magistério, para o caso de Itabira, a presença delas como professoras foi pequena dentro do universo de professores que passaram pela cidade. Ainda que seja pequeno este número, devemos destacar a entrada das mesmas em funções públicas.

Por outro lado, esta pequena presença das mesmas em funções ou cargos ainda que ligados à instrução revela a própria dificuldade da sociedade em assimilar que as mulheres poderiam desempenhar papéis outros que não estivessem diretamente ligados aos atributos conferidos ao universo feminino.

A presença destas mulheres - sejam elas professoras ou não, nas cerimônias de exame das escolas públicas, por ser bastante diminuta, indica que possuíam características que as distinguiam das demais mulheres das freguesias da cidade. No caso das examinadoras que não eram professoras públicas, o conhecimento em trabalhos de agulha provavelmente foi determinante na escolha das mesmas, aliado ao fato de também provavelmente pertencer ao círculo de relações dos presidentes da cerimônia.

As professoras-examinadoras além de serem escolhidas pela profissão que desempenhavam, as boas relações com o presidente do ato e na sociedade local, também podem ter influenciado no convite dirigido a elas. A professora D. Manuella de Oliveira Furst, casada com o negociante, subdelegado e escrivão José Martins Fontes e parente do comerciante Alfred Furst indica o pertencimento social desta professora que pode ter ajudado na escolha para ser examinadora.

Apesar de ser estabelecido em lei a data certa de ocorrerem os exames das escolas públicas, algumas vezes, elas ou não ocorriam na data correta ou nem mesmo aconteciam. A vacância do cargo de Delegado Paroquial poderia também algumas vezes dificultar a realização do exame:

Declaração

Tendo o Illm.o Senr Francisco Ribeiro de Macedo Lima, 4 Juis de Pas em exercicio nesta freguesia, designado o dia um do corrente mes para exames, dos alumnos desta escola, de conformidade com o regulamento n 84, e não tendo sido possivel proceder-se os referidos exames no dia designado, por não ter comparecido o referido Senr Juis de Pas, Presidente do acto na falta de Delegado da Instrucção Publica, o professor tomou a deliberação de convidar os alumnos para comparecerem-se hoje, a ver se terião lugar esses exames; entretanto, tendo-se comparecido hoje vinte e dous alumnos, os cidadãos Antonio Thomaz dos Reis e João Manoel de Oliveira Pinto = examinadores, menos o respectivo presidente do acto, e havendo os examinadores o esperado até ás dose horas e quinse minutos da tarde, forão por fim commigo de parecer que se desperrassem os alumnos, começando a gosar das ferias de amanhã em diante, até que a authority competente tome novas deliberações a respeito. E para constar assignamos a presente.

Aula publica da freguesia do Carmo da Itabira 2 de Dezembro de 1882.

O Professor = Rodolpho da C.ta Guim.es
O examinador = João Manoel d'Ol.e P.to
Antonio Thomaz dos Reis
Assistentes
Manoel Petronilho de Mir.da
Pedro Gomes d'Oliveira
João Dias Coelho (IP3/4 cx 14 P. 13 doc. 27)

Ainda que o professor tenha tentado realizar o exame, marcando ele mesmo uma nova data, o não-comparecimento do Juiz de Paz da freguesia impossibilitou a sua realização. A solução foi dar férias aos alunos sem que tivesse ocorrido o exame de final do ano. A declaração enviada para a Inspetoria Geral serviu como uma justificativa de que Rodolpho da Costa Guimarães não cumpriu com o seu dever por motivos que iam além de sua competência. A assinatura de mais três sujeitos, além dos dois que eram os examinadores, serviria também para avaliar e reforçar a veracidade dos motivos alegados pelo professor, principalmente quando vemos pela assinatura que um era um antigo delegado literário: Manoel Petronilho de Miranda. Pedro Gomes de Oliveira já fora examinador em 1872 e já havia ocupado o cargo de Juiz de Paz do Carmo. Além disso, provavelmente esses dois sujeitos compareceram ao exame para assistir a ele demonstrando a participação da sociedade nos exames das escolas públicas.

Pela declaração apresentada anteriormente, foi o professor e não o Juiz de Paz, quem marcou nova data para o exame. O que nos fez indagar sobre a influência que o professor poderia ter sobre as questões referentes ao exame de sua escola. Se foi o professor Rodolpho quem marcou a nova data para o exame, não poderia ter ele também escolhido as pessoas que serviriam de examinadores na sua escola?

Por meio da identificação dos examinadores das escolas de Itabira, quais conhecimentos possuíam, que cargos e atividades desenvolviam, percebemos que, mesmo que a legislação não determinasse quem seriam essas pessoas, as escolhas dos presidentes da cerimônia se realizavam a partir da combinação de vários fatores: conhecimento/formação, cargo e atividade ocupada na sociedade local e pertencimento a sua rede de relações.

Esses examinadores, levando-se em conta as informações sobre os cargos que ocupavam, pareciam possuir mais do que os rudimentos da leitura e da escrita, condições prescritas em lei para ocupar o cargo de Subdelegado, por exemplo.

A formação e o conhecimento que possuíam também foram um fator que determinou no convite de alguns sujeitos. Estes, além de ocuparem os cargos de Juiz de

Paz, subdelegado, vereador, deputado provincial, possuíam uma escolarização comprovadamente maior, pois eram pessoas com o ensino secundário e superior. Os padres, ainda que não possuíssem uma escolarização maior, eram como os demais portadores de conhecimentos específicos.

De um modo geral, ao olharmos para o conjunto de pessoas que atuaram como examinadores, eram pessoas que desempenhavam papéis importantes nas localidades e pertenciam a um parcela restrita da sociedade Itabirana.

Os professores que atuaram como examinadores indicam, da mesma forma, a existência de vários fatores determinantes para a escolha dos examinadores. Ao atuarem em localidades diferentes de onde atuavam como professores, indicam que as redes de relações dos mesmos não se circunscreviam ao local em que lecionavam.

A presença de mulheres foi bastante diminuta, mas indica a abertura de novas funções a serem desempenhadas pelas mesmas. A atuação de mulheres como examinadoras que não eram professoras públicas se restringiu apenas a avaliar os trabalhos de agulha das alunas. Já as professoras públicas, quando eram examinadoras, avaliavam os/as alunos/as em todos os conteúdos compreendidos em lei, exceto em alguns casos para os trabalhos de agulha. Ainda assim, em alguns momentos os exames não ocorriam pela falta do presidente da cerimônia.

A composição do exame vista a partir da escolha dos examinadores das escolas da cidade revela que esta não ocorria apenas baseada nos conhecimentos e na formação dos indivíduos. A rede de relações que o presidente do ato possuía, a posição dos sujeitos na sociedade local foram também determinantes no convite para aqueles sujeitos chamados a avaliar os alunos das escolas primárias deste município.

Inspetores e examinadores juntamente com os professores eram sujeitos que representavam o Estado Educador na implantação da instrução pública na sociedade. Portanto, o Estado, também, procurou definir quem seriam os professores públicos e controlar a sua prática docente. Deter sobre estas questões é o assunto do próximo capítulo.

3 OS PROFESSORES DE ITABIRA DO MATTO DENTRO: SELEÇÃO, FORMAÇÃO, CIRCULAÇÃO E TENSÕES

Neste capítulo, serão abordadas questões relativas ao recrutamento, à seleção e à formação dos professores públicos por meio das determinações postas pelo Estado. A criação de hierarquias dentro do corpo de professores trouxe inflexões para as suas carreiras e gerou uma intensa movimentação dos mesmos pelas freguesias da cidade e da província. Compreender estas questões e as possíveis tensões existentes no exercício docente nos ajuda a compreender tanto como Estado e professores definiram os rumos de suas carreiras profissionais.

3.1 Recrutamento, seleção e formação de professores

A crescente intervenção por parte do governo nas formas de recrutamento, seleção e formação de professores foi mais um dos tópicos que sempre esteve presente no horizonte de preocupações da elite governante e esteve diretamente ligada ao movimento de afirmação do Estado, cuja necessidade era de formar a idéia de nacionalidade e gerar, na população, o sentimento de pertencimento a uma nação.

António Nóvoa afirma que o movimento de estatização da escola iniciado, no século XVIII, esteve diretamente ligado à emergência e afirmação dos Estados Nacionais. Este movimento pode ser descrito em “três grandes etapas”: a emergência do sistema escolar caracterizado pela concorrência entre a Igreja e o Estado; o progressivo controle do Estado sobre a educação formal e, por último, a progressiva autonomização da instituição educativa ao lado da diminuição de seu controle por outras instituições (NOVOA, 1991,p.116/117).

De acordo com Shueler (2002, p.02), a escola passou, no século XIX, a ganhar uma centralidade política, tornando-se o ponto de contato entre o público e o privado, em uma tentativa de estabelecer laços mais estreitos entre o mundo do Governo e o da casa. No decorrer do período, os tradicionais espaços de educação e instrução vão pouco a pouco perdendo espaço para uma escola dirigida e controlada pelo governo.

Desta forma, o Estado buscou estabelecer critérios de seleção e recrutamento de seus professores que visavam a uma homogenização interna do grupo de professores públicos e, a partir da definição do processo de recrutamento destes profissionais, ele

definiu, legalmente, os que estariam aptos a exercer o ofício docente garantindo a renovação de seu quadro, além de colocá-los a serviço do projeto de constituição e manutenção do Estado monárquico. Assim, o processo de profissionalização dos docentes “é fortemente carregada de uma *intencionalidade política*. Os docentes são portadores de *mensagens* e se alinham em torno de *ideais nacionais*” (NÓVOA, 1991, p.122).

A escola pública seria deste modo, um instrumento de definição dos lugares sociais em que os professores tiveram um papel importante. Para Nóvoa (1991, p.123),

os docentes são investidos de um imenso poder: de agora em diante, eles detêm as chaves da ascensão (e estagnação social). Isso os coloca no cruzamento de interesses e aspirações sócio-econômicas frequentemente contraditórias: funcionários do Estado e agentes de reprodução da ordem social dominante, eles também personificam as esperanças de mobilidade social de diferentes camadas da população.

Encarregados de ajudar na constituição e manutenção do Estado, a partir da constituição de uma legislação educacional, vislumbramos como o Estado buscou imprimir uma concepção de instrução e de profissionais que ele queria ter em seu quadro. Este processo não esteve isento de tensões que podem ser vislumbradas no grande número de leis que foram produzidas durante todo o Oitocentos. Segundo Faria Filho (2000, p.138) isso foi

Fator devedor do pouco tempo que os presidentes de província permaneciam no cargo e da fragilidade das Assembléias Provinciais, que acabou por dar lugar a uma cultura administrativa que muito pouco prezava a continuidade das políticas, sendo as ‘reformas dos serviços de instrução’ quase sempre consideradas e mostradas em relatórios pelos administradores como um grande feito político-administrativo.

Para Gondra (2004), isso se deu a partir da instauração do ato adicional de 1834 que delegou às províncias a gerência sobre a instrução, originando deste modo nas províncias brasileiras uma *cultura da reforma* no mesmo movimento apontado pelo referido autor. Mesmo com essa multiplicidade de leis referentes à instrução, elas próprias demarcam o esforço empreendido pelo Estado de estabelecer um mínimo de diretrizes na constituição da escola e nos sujeitos que estavam a ela ligados.

Portanto, a compreensão das maneiras como o Estado buscou gerir o recrutamento, seleção e formação de seus docentes possibilitam apreender a forma mesmo como a escola foi se constituindo, o profissional que ela almejava, e também que população buscava se construir para a nação brasileira. Baseada em noções como

ordem, progresso e civilização, a figura do professor, nos discursos, aparece com uma certa centralidade considerado como o primeiro funcionário do Estado

Nos tempos modernos, Exm^o Sr., em que a felicidade de uma Nação dependem da instrução e educação popular, (...) em que o tempo na sua marcha civilisadora fez d'elles uma necessidade social, um elemento de ordem e progresso para todos, não pode ser taxado de exaggeração aquele que considerar o mestre escola como o primeiro funcionario do estado. (ALVIM & BRETAS & ANDRADE, 1865, p. 28).⁴⁷

No período monárquico, o governo contou com formas distintas para recrutar, selecionar e formar seu quadro de professores. O concurso público foi a maneira mais comum de selecionar e formar aqueles que seriam os encarregados de instruir a população. Contudo, durante alguns momentos, como ocorreu na primeira metade do século XIX (de 1840 a 1842 e 1846 a 1854), em Minas Gerais, o Estado também contou com a formação de professores via escola normal, o que ocorreu na primeira metade do século XIX em Minas Gerais com a Escola Normal de Ouro Preto (ROSA, 2004; GOUVÊA & ROSA, 2000). Após esse período, a província só teria escolas normais novamente a partir da década de 1870 fazendo com que existissem a partir de então duas formas distintas de recrutamento, seleção e formação dos docentes mineiros.

Importante destacar que neste período, a par de existirem duas maneiras de recrutar e selecionar professores, os exames públicos foram a maneira mais usual em relação a uma formação via instituição. Entender de que maneira ocorria o recrutamento, seleção e formação dos docentes mineiros e que atuaram em Itabira do Matto Dentro é o objetivo deste item.

O recrutamento dos professores se dava por meio de concursos públicos em que o pretendente ao magistério necessitava comprovar sua capacidade moral e intelectual para o exercício docente. Para a comprovação de sua idoneidade moral, o aspirante ao cargo deveria apresentar atestados do pároco, subdelegado e juiz de paz da localidade em que residia. Quanto à capacidade intelectual esta seria confirmada por meio de um exame composto de uma prova escrita e outra oral (Regulamento nº 49, artigos 15, 23 e 24, 1860).

⁴⁷ O presente trecho faz parte de um relatório encomendado pelo presidente da província Pedro de A . Cerqueira leite para avaliar o estado da instrução pública na província de Minas Gerais e que se encontra anexado ao relatório que o mesmo apresentou à Assembléia legislativa no ano de 1865. A comissão encarregada de dar o parecer foi composta por José Cesário de Faria Alvim, Rodrigo Jose Ferreira Bretãs e Ovídio João Paulo de Andrade.

A exigência de que os aspirantes ao cargo de magistério público prestassem um exame é uma prática que já vinha desde o período colonial quando o governo português instituiu uma série de mecanismos na tentativa de controlar o processo de escolarização e, por conseqüência de seus professores, seja em Portugal como em seus domínios de além mar (SILVA, 2002). Para Pinto (2005), a prática de concursos de professores foi uma maneira pela qual o Estado buscou gerir o perfil de professor que almejava, desta forma atentar para quais regras regia o concurso, quais conhecimentos eram exigidos aos candidatos nos possibilita apreender um pouco do ideal de professor que a província de Minas Gerais almejava possuir.

Assim, a legislação é uma referência importante para verificar que tipo de profissional o governo pretendia ter em seus quadros, visto ser o campo legal um espaço de negociação e de convergência de interesses distintos, tanto os demandados pela elite governante como aqueles demandados pela sociedade (FARIA FILHO, 1998). Além disso, a própria constituição de todo um aparato referente à instrução não significou apenas a promulgação de leis, mas fez parte ainda da necessidade de gerir esse próprio corpo burocrático que passou a contar com um número cada vez maior de funcionários (FARIA FILHO, 2003, p.83)

Para o período que ora analisamos, percebemos como Pinto (2005) para o caso da Corte, que o concurso para provimento de cadeiras era composto de várias etapas. A comprovação da idoneidade moral, maioridade legal fazia parte do momento inicial do concurso. Neste momento, o candidato deveria exhibir as seguintes provas para o Inspetor Geral: atestado de maioridade legal a partir da certidão de nascimento ou documento produzido por autoridade competente e o atestado de moralidade mediante folha corrida com prazo nunca menor de sessenta dias e os atestados do vigário, Juiz de Paz e subdelegado do local em que residia (Regulamento nº 56, 1867).

Para Miguel Arroyo (1985, p.24) esses atestados de boa conduta poderiam ser produzidos por algum amigo do pretendente ao cargo, contudo eles revelam o ideal que a sociedade projetava sobre o que era ser um bom professor. E, mais ainda, essa imagem tinha que ser constituída junto ao poder público e junto à população, se o indivíduo queria ser aceito como candidato ao magistério público durante todo o tempo de exercício de sua profissão. Era necessário ao candidato comprovar sua moralidade e seu bom desempenho como chefe de família se quisesse ser aceito como educador da mocidade local e como funcionário do governo. Como aponta Arroyo (1985) era essa

uma representação não-gratuita já que dizia respeito à vontade do indivíduo de viver do ofício de ensinar aos filhos de outras pessoas.

Esses atestados, contudo, não davam garantia nem sobre a vida pregressa nem posterior dos candidatos no que diz respeito a condutas moralmente corretas, principalmente porque vários professores eram denunciados por terem conduta imoral. A apresentação dos atestados de moralidade não garantia por si a boa conduta dos sujeitos em sociedade.

Nessa primeira etapa do concurso os atestados apresentados pelos candidatos assinados pelo pároco, subdelegado, Juiz de Paz e algumas outras autoridades locais abonavam a conduta moral do(a) candidato(a) e sua maioridade legal. Importante frisar que no caso das candidatas às escolas públicas, além dos documentos referentes à moralidade e maioridade, era necessário que apresentassem se casadas, a certidão de casamento; se viúvas, a de óbito do marido; se solteiras, comprovação de que morava em companhia dos pais e que esses eram moralmente irrepreensíveis e, se separadas a sentença que julgou a anulação do casamento para ser avaliado o motivo que a originou. Vejamos o atestado apresentado pelo candidato a escola de Sant'Anna dos Ferros:

Atesto que o senhor Cláudio Rodrigues Lima tem se applicado as letras em Sabará; e ultimamente havendo seos pais fixado residência neste lugar sempre tenho visto este moço em companhia dos mesmos, como bom filho, e obediente, sendo este procedimento a melhor prova de sua conducta. O referido he verdade eu o affirmo em fé de Parocho. Santa Anna dos Ferros aos 10 de março de 1870. O Vigário Evencio Antonio Rodrigues Pinto. (SP-1372)

Vejamos esse outro da candidatada a cadeira do sexo feminino também da freguesia de Ferros:

Camillo de Lellis Ferreira cidadão Brasileiro Cap. De G. Nacional e Juiz de Paz deste Districto de Sant'Anna dos Ferros. // Districto de Sant'Anna do Ferros.

Attesto sob o juramento de meo cargo que a Senr^a D. Maria do Carmo Soares d'Andrade moradora deste Arraial é casada, vive em companhia de seo esposo, é dotada de virtudes mais recomendáveis a socied.e e a Profissão a que se dedica do Magistério d'Instrução publica. E por este me ser pedido, e ser verdade a passo de boa vontade.e. Ferros, 18 de Agosto de 1873. Camillo Lelis Ferr^a

Pelos atestados mencionados anteriormente, percebermos que ambos os professores já exerciam particularmente o magistério e na possibilidade de tornarem-se professores públicos tiveram que seguir as regras impostas pelo governo, além disso, podemos dizer, seguindo as considerações de Arroyo (1985) de que, mesmo que os

assinantes dos referidos atestados fizessem parte do círculo de amizade dos aspirantes ao cargo de professor público, os atestados funcionavam como uma comprovação dessa imagem que tanto a sociedade local como a que o Estado determinavam como ideal de um(a) professor(a) moralmente correto(a).

Alguns professores na comprovação de sua boa moralidade apresentavam documentos além daqueles exigidos por lei. Seria isso um reforço na comprovação de sua idoneidade, sobretudo, pode indicar o círculo de convivência do(a) candidato(a). É o caso por exemplo, da candidata à segunda cadeira do sexo feminino de Itabira, Manoella de Oliveira Furst, que apresentou os atestados exigidos por lei e ainda acrescentou os do juiz de direito da Comarca de Piracicava e do promotor público da Comarca. (IP1/2 cx13, p.2/3)

Ao tornar-se vaga uma cadeira de instrução, o governo expedia editais estabelecendo o prazo de 60 dias ou três meses para que os candidatos se apresentassem com as provas de idoneidade moral e maioria legal. A inscrição poderia ser feita tanto junto ao Inspetor Geral na capital da província quanto ao Inspetor de Comarca da sede do círculo literário. Findo esse prazo, aparecendo candidato era marcado o dia do exame público.

O exame público constava de prova escrita e oral. Por meio dos conteúdos exigidos nesse exame, detectamos também o ideal de professor que o governo almejava em seus quadros. Em um momento em que inexistia escola normal ou que ela ainda não tinha uma participação efetiva na formação dos professores da província, apesar de sempre defendida como necessária, o concurso público foi uma maneira de construir e demarcar o perfil desse profissional.

A prova oral ao que tudo indica poderia definir se o candidato seria aprovado ou não já que, mesmo ao cometer erros na prova escrita, teria a defesa oral como momento de corrigi-los. É o caso do professor José Teixeira da Fonseca que pediu transferência da escola de ensino primário elementar de Cocaes para a de ensino primário superior de Itabira. Apesar de ter cometido erros de ortografia e *alguns de calculo* o Diretor Geral indicou a aprovação de seu exame já que, *as provas oraes forão satisfactorias* (SP-1340, p.78). Assim, “o parecer final é o resultante de uma combinatória dos elementos presentes nas provas escrita e oral. Essa última, sem deixar grandes vestígios, alterava o próprio julgamento da escrita.” (PINTO, 2005, p.131-132).

Ainda como última etapa do concurso para professor, eram enviados pelo Inspetor Geral de Instrução Pública, todos documentos: atestados, prova escrita, ata do

exame ao presidente de província que poderia aceitar ou não a nomeação do(s) candidato(s). Nessa documentação, quando o candidato era aprovado nos exames, o Inspetor Geral sugeria pela aprovação da nomeação do aspirante ao cargo ficando entretanto a decisão final a cargo do presidente. Isso demarca a centralização em mãos do agente de confiança do governo geral em que a aprovação de todo e qualquer ato administrativo na província deveria passar por ele.

É o que constatamos no ofício que o Inspetor Geral Firmino Antonio de Sousa enviou ao governo quando da seleção do professor Cláudio Rodrigues Lima para a cadeira de Sant'Anna dos Ferros

Directoria da Instrucção Publica da Província de Minas Geraes //
Ouro Preto 1º de junho de 1870.

Illmº Exmº Senr

Tenho a honra de passar as mãos de V Excª os papeis relativos ao exame a que foi submetido perante esta Directoria o cidadão Cláudio Rodrigues Lima, oppositor á cadeira d'Instrucção primaria elementar da freguesia de Sant'Anna dos Ferros. E com quanto se note nas provas escriptas alguns erros de orthographia e analyse grammatical, como o seu exame oral foi satisfactorio, entendo que o referido candidato se acha no caso de ser provido na cadeira que pretende, e assim o proponho a V.Excª.

(...)

Firmino Antonio de Sousa (SP-1372)

E em que lugares esses exames eram realizados? O local de realização trazia algum tipo de inflexão na realização desses concursos?

Sobre o local de realização do exame do concurso público, o artigo 11 regulamento nº 49 de 1860 determina que o mesmo possa ser realizado tanto na capital da província quanto em qualquer outro local que o governo assim determinasse. Se realizados na capital, seriam presididos pelo presidente de província; nas cidades, pelos inspetores municipais ou seus suplentes, cabendo a eles a nomeação de dois examinadores. No caso de uma candidata, o artigo 14 determinava que deveria ser nomeada uma mulher para avaliar os trabalhos de agulha e economia doméstica. Nesse caso havendo uma professora fosse essa de preferência a nomeada.⁴⁸

A formação adequada dos professores sempre esteve presente nos discursos dos presidentes de província. A falta de uma escola normal que os capacitasse adequadamente, as exigências mínimas para o candidato ao magistério originaram

⁴⁸ Para o caso de exame para as cadeiras de ensino secundário esse regulamento deixa claro em seu artigo 19 capítulo 2º que os examinadores seriam de preferência os professores da matéria para a qual se estava realizado o concurso.

muitas críticas; essas questões foram apontadas como um dos empecilhos para o bom andamento da instrução pública. Para Joaquim Jose Sant'Anna

O conjunto das materias que a legislação em vigor exige dos candidatos ao professorado é tão resumido que ninguém ha, a não ser analfabeto, que não se julgue habilitado a aspirar uma cadeira. (SANT'ANNA, p. 10, 1866).

Uma das formas de sanar esse problema seria a instituição de uma escola normal, o que só viria a se concretizar seis anos mais tarde. Assim, uma das maneiras encontradas foi estabelecer a exigência de que os exames fossem realizados somente em Ouro Preto. É o que o projeto do regulamento nº 56 prescreve. Contudo, ao passar pela Assembléia Legislativa Provincial, essa determinação foi suprimida. Isso reflete tanto a divergência de entendimento do ideal de recrutamento e seleção dos professores como também indica que os deputados conhecedores da realidade da província percebiam a dificuldade para o provimento das escolas primárias se todos os candidatos tivessem que se deslocar para a capital de Minas Gerais.

O regulamento 62 de 1872, o nº 84 de 1879 e nº o 100 de 1883 foram promulgados em um momento em que já existiam novamente na província escolas normais. Deste modo, os exames seriam nas cidades sedes dos círculos literários e estas eram determinadas pela existência da escola normal na localidade. No caso de ser na capital da província, os mesmos eram presididos pelo Inspetor Geral que nomeava dois examinadores. Nas demais localidades, o presidente do exame era o Inspetor de Comarca que também designava os dois examinadores entre os professores das escolas normais.

Em todas as leis, é importante ressaltar que se demarca a necessidade de uma mulher para avaliar os trabalhos de agulhas das candidatas ao magistério feminino. Tomando como base a legislação, o que se percebe é que a mulher, quando na função de examinadora, era apenas para avaliar os trabalhos de agulha. Aos homens examinadores caberia a avaliação dos demais conteúdos.

Da mesma forma, é importante atentar que a partir da década de 1870, com o ressurgimento das escolas normais, os candidatos que tenham passado pela escola normal estavam desobrigados a prestar exame público.

A candidata D. Maria do Carmo Soares d'Andrade, candidata à cadeira do sexo feminino de Ferros, prestou seu exame em Ferros já que o pároco dessa localidade era o inspetor suplente da Comarca do Piracicava. O exame de D. Maria do Carmo contou

com a presença de dois examinadores: o professor Cláudio Rodrigues Lima e Joaquim Lucas Coelho⁴⁹ não contando com a presença de uma mulher para avaliar os trabalhos de agulha da candidata.

Em alguns casos, a candidata apresentava um atestado de uma professora já habilitada, comprovando que a candidata em questão possuía o domínio sobre os trabalhos de agulha como é o caso da professora D. Manuella de Oliveira Furst. Embora não tenhamos localizado suas provas, encontramos os atestados exigidos por lei e dentre eles um da professora Ana Carolina da S. Bessa constatando sua habilidade com os trabalhos de agulha (IP-1/2 cx 13, p.2-3). No caso da professora D. Maria do Carmo⁵⁰, localizamos todos os documentos sobre seu concurso, entretanto, entre os atestados apresentados por ela, não consta nenhum de alguma professora ou mulher referendando seu domínio com os trabalhos de agulha e como já assinalado na ata de exame também não consta a presença de uma mulher para avaliá-la nessa matéria.

Assim, embora o Estado buscasse por meio do concurso selecionar o tipo de professor que queria em seus quadros e determinasse em lei quais regras deveriam ser seguidas nem sempre o prescrito era o que fato acontecia no momento dos exames.

Cabe, agora, nos perguntarmos quais eram os conhecimentos exigidos por lei que os candidatos ao magistério deveriam apresentar no momento do exame. O primeiro aspecto que depreende das normas que regiam quais conhecimentos os candidatos deveriam possuir é em relação aos conteúdos que compunham o currículo das escolas primárias. Esta correlação faz com que tenhamos em mente quais eram os conhecimentos que o Estado naquele momento acreditava ser necessário para a instrução da população.

Deste modo, se na lei 1064 e no regulamento nº 49 de 1860⁵¹ os conhecimentos transmitidos pela escola versavam sobre a leitura, escrita, contabilidade das quatro operações aritméticas, pesos e medidas, valores monetários do Brasil, doutrina cristã e noções de deveres morais e de civildade. Eram esses conhecimentos que os candidatos

⁴⁹ Joaquim Lucas Coelho foi examinador da professora D. Maria do Carmo em 1873 e como vimos durante toda a década de 1870 o encontramos sempre presente como examinador dos alunos das escolas primárias de Sant'Anna dos Ferros, na década de 1880 como professor no distrito de Sete Cachoeiras da freguesia de Joanésia.

⁵⁰ Em um livro de memórias sobre a cidade de Ferros, datado de 1939, assim foi descrito esta professora: "professora aposentada, typo de matrona mineira, respeitada e acatada pela cidade inteira. Seu nome era um simbolo." (COELHO, 1939, p.63)

⁵¹ O ensino era dividido em dois graus para a escola primária, o que a lei e o regulamento de 1860 suprimem ao estabelecer que todas as escolas primárias passassem a ter a partir de então apenas um grau de ensino.

ao cargo de professores públicos deveriam possuir, os mesmos exigidos pelo regulamento nº 56 de 1867. A partir do regulamento nº 62 de 1872, os conteúdos dos exames além de versarem sobre as matérias que constituíam o ensino da escola primária houve também a exigência de que os futuros professores demonstrassem ter conhecimento sobre métodos de ensino. Esse aspecto sinaliza a existência de novos conteúdos que estavam sendo repassados nas escolas normais e que passaram também a ser exigidos pelos candidatos no momento do concurso público (GOUVÊA & ROSA, 2000, p.23).

Importante ressaltar que em todos os regulamentos, quando das alterações sobre os conteúdos do ensino, era permitido que os professores já em exercício pudessem também gozar das vantagens que a nova lei apresentava. Para tanto, deviam prestar novo exame para as matérias acrescidas dentro de um prazo estipulado pela lei.

Tais exigências demonstram que o Estado buscava no âmbito administrativo garantir que as mudanças ocorridas nos atos legislativos no que se refere a novos conteúdos, que faziam parte daqueles ministrados nas escolas normais fossem também incluídos na prática docente dos professores que estavam em atividade.

O mesmo não ocorria no Município da Corte, nesse período, já que ainda que a escola normal de lá estivesse contemplando novos saberes no seu currículo, as exigências nos exames de professores continuaram os mesmos desde o ano de 1854 quando da implantação da Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária daquele local. (PINTO, 2005, p. 134)

O regulamento nº 62 de 1872 apresenta algumas alterações no que diz respeito ao ensino primário público na província mineira. O ensino foi dividido em entrâncias⁵², passando a existir três tipos de escolas: as de primeira, segunda e terceira entrância. As de primeira, seriam aquelas que estavam localizadas em freguesias e distritos; as de segunda entrância, as que se localizavam nas sedes de municípios e as de terceira aquelas existentes nas cabeças de comarcas⁵³. O destaque nesse regulamento se dá pela considerável ampliação de conteúdos a serem ensinados nas escolas primárias mineiras. Isso, com certeza, estava correlacionado com a criação das escolas normais que passaram a contemplar mais conteúdos na formação dos professores via institucional e

⁵² Entrância: categoria das circunscrições judiciárias de um Estado ou tribunal.

⁵³ O artigo 26 deste regulamento condiciona como frequência mínima para a existência da escola de 1ª entrância vinte alunos e quinze alunas. Para a escola ser considerada de segunda entrância deveria ter uma frequência de no mínimo de 40 alunos e 30 alunas, já a de terceira entrância deveria apresentar uma frequência mínima de 50 alunos e 40 alunas.

também nos concursos dos professores que não passaram pela escola normal já que precisavam prestar novos exames, se quisessem ter os direitos garantidos pela nova lei.

As matérias do ensino primário passaram a ser os seguintes: A primeira parte, considerada obrigatória era: Instrução moral e religiosa, leitura e escripta., noções praticas de grammatica portugueza, principios elementares de arithmetica e suas operações fundamentaes em numeros inteiros e decimaes, noções praticas de do systema métrico. Já a segunda, parte cuja grande parte dos conteúdos eram considerados facultativos temos: Elementos da historia e geographia do Brazil, principalmente da provincia de Minas, desenvolvimento da arithmetica e suas applicações, estudo mais desenvolvido do systema métrico, leitura dos Evangelhos e noticia da historia sagrada, leitura da Constituição politica do império, noções de geometria, desenho linear noções de musica (Regulamento nº 62, art 38, 1872).

Já o regulamento nº 84 de 1879 elimina as escolas por entrâncias voltando com divisão em dois graus de ensino proposta pela lei nº 13 de 1835. As matérias do ensino das escolas primárias sofrem também uma redução, eliminando a leitura da Constituição política do Império e noções de música. Destaca-se a contínua inclusão de trabalhos de agulha como matéria para as escolas do sexo feminino e também para o exame das candidatas ao magistério.

Por meio da legislação, identificamos como eram recrutados os professores para o magistério público e quais regras e etapas deveriam cumprir para conseguirem o cargo. O Estado buscou pela via legal classificar e controlar os sujeitos que buscavam trabalhar como professores. Durante o período que não existiam escolas normais na província, o concurso público aliado à inspeção foi uma das estratégias estabelecidas pelo governo para controlar, ou ao menos tentar controlar seus funcionários, pois, como apontamos nem todas as regras eram seguidas; não impedia entretanto que o candidato conseguisse a sua aprovação como é o caso da professora D. Maria do Carmo.

Outro ponto referente ao recrutamento e seleção dos professores que chamou a atenção foi a restrição imposta pelo Estado de que aqueles que se dedicassem ao magistério público não poderiam exercer algumas atividades tais como cargos provincial e geral e não poderiam ter *negócios estranhos ao magistério*. Se essa prerrogativa passou a constar nas leis, podemos deduzir que vários professores se ocupavam de outros afazeres que não o magistério, prejudicavam deste modo, a condução de suas aulas.

A prerrogativa de que os professores públicos estivessem ocupados apenas em assuntos ligados à instrução, também, faz parte deste movimento de profissionalização dos docentes como servidores públicos, como indicado por Nóvoa (1991). O controle sobre as atividades do professor inseria-se dentro do jogo político em que o Estado e as elites dirigentes procuravam a garantia de que a escola seria um espaço de “integração política e social”. (NÓVOA, 1991, p.124)

Para o caso do Brasil e da província de Minas Gerais, além de conceber a escola como um local de integração, ela também era vista como local de aprender e cumprir as hierarquias sociais de uma sociedade baseada no trabalho escravo. Assegurar que professores, como formadores de uma parte considerável desta população, ajudassem a reforçar as hierarquias existentes e não a questionassem fez com que o Estado buscasse impor mecanismos de controle sobre as atividades dos mesmos.

Essa prerrogativa, muitas vezes, acabou por forçar que os sujeitos fizessem escolhas sobre quais atividades queriam se dedicar. Muitos devem ter sido os que optaram por outra ocupação abandonando o magistério público, outros tentaram negociar junto ao governo o exercício de duas atividades incompatíveis, como Santos (2007, p.59) identificou na cidade de Sabará, mas também existiram aqueles que optaram por exercerem somente a docência pública em detrimento de outras atividades.

O regulamento nº 56, de 1867, em seu artigo 98, assinala que o professor público só poderia exercer cargos administrativos com a autorização do Diretor Geral que poderia negá-la caso essa atividade prejudicasse o exercício docente. Já o artigo 100 proíbe que os professores exerçam qualquer atividade comercial ou industrial seja ela temporária ou permanente. O regulamento nº 62 de 1872 no artigo 92 § 5º impede que os professores tenham qualquer emprego provincial ou geral e no § 6º o exercício de profissão comercial ou industrial. Restrições reafirmadas no regulamento nº 84 de 1879. O regulamento nº 100 de 1883 aumenta a restrição, ao vedar ao professor público de exercer cargos geral, provincial e também municipal.

O que se percebe ao longo do período é uma tentativa por parte do Estado em restringir as possibilidades de que os professores públicos exercessem qualquer outra atividade dedicando-se apenas à docência.

No Quadro 8 indicamos os sujeitos que atuaram como professores públicos juntamente com outros ramos. Na coluna denominada Ocupação 1 está descrita a atividade destes sujeitos como docentes e na coluna Ocupação 2 estão relacionadas as outras atividades que os mesmos desenvolveram ou cargos que ocuparam.

QUADRO 8 - ATIVIDADES DIFERENTES DO MAGISTÉRIO EM QUE PROFESSORES SE ENVOLVERAM

Nome	Ocupação 1	Ocupação 2	Observação
Francisco Carolino Rosa	❖ Professor particular em Itabira ❖ Professor público interino em Itabira	Negociante de secos e molhados em Itabira	Encontramos informações que esse professor após 1889 ainda continuava a atuar como professor particular
José Lúcio da Circuncisão Ottoni	Professor público vitalício em Sant'Anna dos Ferros	Negociante de secos e molhados em Sant'Anna dos Ferros e Itabira	Deixou de ser professor em 1857 quando foi eleito vereador
Jose Martins Fontes	Professor substituto em Itabira	Negociante, escrivão do Júri em Itabira.	
Antonio Thomaz dos Reis	Professor público na freguesia do Carmo	Feitor em Itabira	
José Augusto Gonçalves	Professor público em Itabira	Aferidor do município e advogado	
Jose Lourenço Estanislau	Professor público em Itabira	Contador e distribuidor do município	
José Antônio de Brito	Professor público em Sant'Anna do Alfíe	Juiz de Paz em Antônio Dias Abaixo	
Gabriel Fernandes de Mello	Professor público vitalício de São José da Lagoa	Juiz de paz em São José da Lagoa	
Olympio Fernandes de Oliveira	Professor público substituto em Itabira	Vacinador em Sant'Anna dos Ferros	
Theodorico Pereira Rodrigues	Professor interino em Sant'Anna do Alfíe e Antônio Dias Abaixo	Juiz de Paz em Parayba do Matto Dentro	

Fontes: Almanak Administrativo de Minas Geraes anos: 1864, 1865, 1870, 1873, 1874; MF caixa 22; APM.

O professor de Sant'Anna dos Ferros, Lúcio José da Circuncisão Ottoni, em 1838, já era professor vitalício quando foi demitido a pedido em 1857, obtendo aposentadoria referente ao tempo de exercício no ano de 1881. Desde o ano de 1853, existe referência sobre seu negócio em Ferros e no ano de 1857 foi eleito para vereador de Itabira. Provavelmente, sua demissão se deve a esse fato que aliado ao negócio que já possuía, provavelmente dificultava conciliar com o exercício do magistério essas várias atividades. Interessante ressaltar que na lista de reserva da Guarda Nacional de 1851 a profissão que consta do professor Lúcio é de negociante e é na parte de observações que consta que também era professor de primeiras letras. Talvez a renda advinda do magistério não fosse fundamental para a sua manutenção, pois optou por deixá-la ao

passo que até o ano de 1873 existem referências sobre seu comércio agora situado em Itabira (ALMANK ADMINISTRATIVO..., 1864; 1865;1873).

O professor Carolino Rosa e José Martins Fontes exerceram esporadicamente o magistério público. O primeiro, além de negociante também era professor particular até após a Proclamação da República. Já o segundo dedicou-se esporadicamente à docência pública dedicando-se depois de 1869 às funções de escrivão do júri e negociante.

O professor José Augusto Gonçalves dedicou-se além do magistério público, à função de aferidor em 1873 e advogado em 1876. O primeiro cargo era municipal, portanto, não havia neste período restrição para que esse professor o exercesse. Como também não havia impedimento para que atuasse como advogado.⁵⁴

Jose Lourenço Estanislau, além de professor, foi contador e distribuidor em Itabira juntamente no ano de 1864 e 1865, momento que não havia restrição de exercer outras atividades com o magistério. O mesmo ocorreu com Gabriel Fernandes de Mello que foi Juiz de Paz em São José da Lagoa em 1865 juntamente com o ofício de professor (ALMANAK ADMINISTRATIVO 1864, 1865).

Curiosamente, José Antonio de Brito era professor em Sant'Anna do Alfié e 3º Juiz de Paz em Antônio Dias Abaixo, no ano de 1864. Mesmo que essas duas localidades não ficassem muito distantes uma da outra: uma légua (6.600 metros) como esse sujeito poderia exercer duas funções em localidades diferentes?

Pode ser que nos dias que precisasse atuar como Juiz de Paz deixasse de dar aula. A falta ao serviço parece ter ocorrido com certa frequência, pois em 1865, o governo soltou uma circular em que solicitava aos Inspectores Municipais da província que tomassem cuidado com esse fato fazendo com que os professores sentissem *que não o podem fazer sem licença concebida pelo Govº*.(SP-1123, p.115v, 1865).

O caso mais interessante é o do professor Antônio Thomaz dos Reis que largou uma ocupação para se dedicar somente ao magistério. De acordo com a lista de reservas da Guarda Nacional de Itabira do ano de 1851, Antonio Thomaz dos Reis com vinte e cinco anos de idade, era casado possuía como renda anual 200\$000 reis e exercia a profissão de feitor (PP 1/16 cx 38, p. 56).

Em 1868, ele já atuava como professor em Itambé do Matto Dentro. A passagem realizada por este sujeito entre a profissão de feitor para a de professor é bastante

⁵⁴ Não sabemos se esse sujeito era formado em Direito, entretanto pelo Almanak Administrativo de Minas Geraes ao se referir sobre os advogados existentes em Itabira do Matto Dentro informa dois tipos: os formados e os provisionados. Assim o professor José Augusto Gonçalves poderia ter uma provisão para atuar como advogado mesmo sem ser formado.

interessante. Para Nóvoa (1991, p.126), fatores ligados à crença difundida que a instrução era um fator de progresso fizeram com que a profissão docente fosse vista como um fator de progresso social. Ser professor primário era livrar-se de outras ocupações marcadas pelo excesso de esforço físico. No caso deste professor, a ocupação que exercia era marcada pela violência.

De acordo com o *Dicionário Histórico Brasil Colônia e Império*, feitor era o sujeito encarregado de supervisionar os trabalhos de uma fazenda, cuidando do bom funcionamento e da organização interna do empreendimento, além disso, poderia castigar os escravos por faltas que estes cometessem (BOTELHO & REIS, 2003, p.76-77). Era uma espécie de braço direito do senhor na organização dos trabalhos na fazenda, o espelho de um sistema condenado pelos escravos e por parte da população, além de ser uma profissão que era marcada socialmente pela violência.

Para o caso do professor Antônio Thomaz, deixar de ser feitor para ser professor primário além de, ser uma forma de “promoção social” também foi o abandono de uma ocupação socialmente negativa. Este sujeito encarnou “as esperanças de mobilidade social de diferentes camadas da população.” (NÓVOA, 1991, p.123) Ou ao menos daquelas que estavam diretamente relacionadas com o trabalho escravo.

A violência, ao que parece não deixou de fazer parte da prática docente deste professor, como se percebe na denúncia feita pelo jornal *O Jequitinhonha* de Diamantina, no ano de 1868. Este jornal fez uma denúncia sobre sua atuação dizendo que o mesmo estava castigando rigorosamente os alunos que freqüentavam sua escola quando estes assumiam ser liberais (MUNIZ, 2003, p. 266-267). Seriam resquícios de sua antiga profissão que reflorescia em sua prática docente? Em 1873, pediu e obteve transferência para a escola da freguesia do Carmo. Teria sido por motivos políticos que este professor pediu transferência de Itambé? Ser professor também não significou deixar para trás tensões em sua atuação, como veremos mais à frente no processo disciplinar e judicial que sofreu entre os anos de 1874 e 1878, quando era professor do Carmo.

O município de Itabira do Matto Dentro contava também com escolas subvencionadas pelo poder público local. Os professores subvencionados eram selecionados da mesma forma que os professores públicos provinciais? Quais as regras que a câmara municipal criou para a seleção desses professores? Eram esses professores considerados funcionários públicos ou particulares?

As regras de recrutamento e seleção dos professores que atuaram na zona rural de Itabira eram geridas em seu código de posturas. Desde o ano de 1881, com a resolução 2717 de 1880, a câmara municipal passou a subvencionar escolas em seu município, mas somente em suas posturas do ano de 1883, a questão das escolas subvencionadas foram tratadas.

O espaço de dois anos entre o início das subvenções e sua regulação legal indica o tempo de aprendizagem e de verificação sobre a necessidade de uma regulação para a subvenção como forma de melhor gerência.

Provavelmente, a resolução 2717 de 1880 não tenha sido suficiente para regular as escolas subvencionadas de Itabira, principalmente porque essa resolução era para toda a província e o Código de Posturas adequado às realidades de cada cidade, ainda que vários temas nele abordados se repetissem nas posturas de várias cidades mineiras.

De acordo com Gonçalves Neto (2007, p.3), a legislação educacional produzida pelas Câmaras Municipais é importante na medida em que nos dão a ver o ideal de escola que os “locais” queriam construir. Reflexo das representações de grupos sociais que detêm o poder na localidade, a legislação ainda que não dê conta da dinâmica interior da escola, possibilita a percepção das “representações articuladas pelos grupos de poder que têm interesse e poder de decisão sobre os destinos da escola”.

Assim, as escolas subvencionadas entre os anos de 1881 e 1882 foram regidas pela resolução 2717 juntamente com a legislação educacional da província e, a partir de 1883, passou a ter também as posturas da cidade para a sua regulamentação expressando que tipo de professor o poder local queria ter em seus quadros.

Pela resolução de 1880, no que diz respeito aos professores, as Câmaras poderiam contratar ou nomear os professores (Resolução nº 2717, art.11 § 1º, 1880), não havendo nenhuma outra determinação sobre forma de recrutamento e seleção de professores. Já o Código de Posturas, cujas alterações foram aprovadas em 1883, estabelece critérios mais definidos sobre recrutamento e seleção dos professores subvencionados quais sejam: atestados de idoneidade moral e de maioridade e prova oral e escrita perante dois examinadores escolhidos pela Câmara. Ou seja, os critérios são os mesmos exigidos pelo governo provincial para o recrutamento de professores públicos.

Como podemos considerar esses docentes, públicos, particulares ou em vias de se tornarem públicos como os considera Werle (2005)? Para a Câmara Municipal, os professores subvencionados por ela eram professores públicos e eram regidos pelas

mesmas leis que os professores públicos provinciais. Essa foi a resposta que a Câmara deu à consulta do professor Damaso Augusto de Paula Campos quando indagou sobre qual lei que o regia e se o mesmo era professor público pois precisava saber quais eram seus direitos

Certifico que o supp.e Damaso Augusto de Paula Campos em virtude do que dispõe o art. 11 da resolução nº2717 de 18 de 10brº de 1880 foi pela C.M nomeado professor público effectivo de primeiras letras e que esta sujeito às exigências do reg. nº 84 e q goza dos privilegios pelo menos concedidos aos professores publicos com o ordenado de 200\$000 ano que por estou juramento e entrou em exercicio no dia 16 de fevereiro deste anno. Do que dou fé (AHCMI, 11/07/1881, caixa 28, 1881/1882)

Esse professor foi um dos primeiros cuja escola foi subvencionada pela municipalidade; por isso a Câmara ainda tomava como parâmetro a resolução de 1880, o mesmo foi nomeado e não teve que prestar nenhum tipo de exame. Pode ser que a comprovação de sua capacidade tanto moral quanto intelectual fosse abonada por já exercer o magistério particularmente. Pelo menos é o que podemos perceber quando a Câmara passou a subvencionar as primeiras escolas rurais.

Indico que na forma do art. 11 da Resolução provincial nº 2717 de 18 10brº p.p. a Camara auxilie com a quantia de 120\$000 anuais, a professora particular de primeiras letras do lugar denominado Fome D. Ana Fernandes Madeira, com a condição de aceitar em sua escola de 15 a 30 meninos pobres.// S.S 7 de Abril de 1881
O vereador Joaquim Custódio Martins da Costa (AHCMI, caixa 28 1881/1882)

Nesta indicação do vereador Joaquim Custódio Martins da Costa, consta um fato novo que não estava estabelecido na resolução 2717: que a professora para receber a subvenção deveria aceitar de 15 a 30 meninos pobres em sua escola. Estaria neste caso a Câmara se pautando pela legislação provincial? O governo provincial sempre condicionou a ajuda pecuniária às escolas particulares mediante a aceitação de um número mínimo de crianças pobres, quase sempre dez crianças.⁵⁵

Ao mudar a forma de recrutamento pelo Código de Posturas, a municipalidade passou a exigir que os professores, para serem subvencionados, prestassem exame. Não foi possível, entretanto, localizar nenhuma documentação referente aos exames realizados com esses professores.

⁵⁵ Em toda a legislação provincial do período analisado era estipulada a subvenção de escolas ou colégios particulares pelo Estado mediante a aceitação de meninos pobres.

Todavia, o poder local seja de início nomeando seus professores seja depois instituindo o exame, lidou com esses sujeitos como funcionários públicos com deveres e direitos iguais àqueles do governo provincial. Localizamos onze professores que atuaram nas escolas rurais subvencionadas em Itabira, nove homens e duas mulheres.

O recrutamento e a seleção dos professores mineiros por meio dos concursos públicos foi uma das maneiras que o Estado buscou formar um ideal de docente para ocupar seus quadros. Mediante tal mecanismo e outros, buscou demarcar quem seriam os propagadores da instrução junto à população; criou diversos mecanismos de contenção desse corpo como a restrição de se exercer o magistério público com outras atividades forçando que alguns abandonassem o magistério, o exercessem apenas pontualmente ou, ainda, conseguiu atrair alguns para a docência em detrimento de outras ocupações.

Esses mecanismos estavam intrinsecamente ligados a formação desse professorado, em um momento em que não existia escola normal ou que a mesma não possuía grande influência na formação desses professores, a exigência dos concursos públicos e os atestados de boa conduta serviram como forma de abalizar quem seriam os formadores das crianças da província.

3.2 Formação artesanal e formação institucional de professores

O que discutimos até o momento diz respeito à forma como o Estado, no plano legal, buscou recrutar e selecionar seus professores. Mas como esses professores se preparavam para exercerem o magistério, já que durante um bom período não existiam escolas normais e mesmo após a sua reabertura em 1872, a cidade de Itabira só contou com dois professores normalistas em suas escolas?

A formação desses professores era uma *aprendizagem pela prática*, em que as ferramentas necessárias da profissão eram adquiridas pelos aprendizes nas escolas de outros professores. Para Vilela (2003) essa formação era marcada pelo imprevisto quando comparada com a formação que as escolas normais disponibilizavam. Shueler (2002, p.207/208) aponta que a formação pela prática não se restringia ao ensinar a ler, escrever e contar. Por esse exercício cotidiano, o jovem professor era educado também por meio do ver – ao visualizar a prática do professor - em que aprendia os preceitos morais, de conduta e comportamentos sociais exigidos por aqueles que exerciam o

ofício de ensinar. Essa formação não se baseava em manuais e livros era aprendida no exercício prático da profissão.

Heloísa Villela (2001, p.100-101), ao analisar a passagem de uma formação pela prática para uma formação via institucional no Rio de Janeiro, mostrou que essa passagem estava ligada a um novo estatuto dos docentes. Seguindo as indicações de Nóvoa afirma que a constituição dos professores em corpo profissional esteve diretamente ligada ao controle que o Estado passou a exercer sobre esses indivíduos e se este instituiu formas de seleção por concursos, controle por meio da inspeção, também buscou instituir meios de formação a esse corpo de profissionais.

Entretanto, a formação desses sujeitos pela via institucional foi um processo marcado por rupturas sem um *continuum* no decorrer do século XIX, assim o Estado lançou mão de outros mecanismos quando não existiam escolas normais para a formação de seu professorado, como foi o caso dos concursos públicos.

Outro aspecto referente a essa *aprendizagem pela prática* diz respeito a ser um aprendizado familiar. Para o caso da Corte, Schueler (2002, p.212) encontrou claras evidências a esse respeito, principalmente por ser autorizado legalmente de que filhos de professores teriam preferência para o cargo de adjuntos. Isso não ocorreu em Minas Gerais, pelo menos no plano legal, mas encontramos pistas que nos indicam que o ofício de professor era em alguns casos uma profissão familiar.

A freguesia de São José da Lagoa tinha como professor público Gabriel Fernandes de Mello que obteve sua nomeação para essa localidade em 1846 onde atuou até o ano de 1863 quando se aposentou. A existência de alguns outros professores que atuaram nessa mesma localidade e em outras de Minas com o mesmo sobrenome do professor Gabriel indica ser essa uma família de professores primários.

Mariano Fernandes de Mello foi professor interino em São José da Lagoa, no ano de 1864, logo após a aposentadoria do professor Gabriel, e em 1870, Fernando Fernandes de Mello também atuou como interino. Baptista Filho (1992, p.133) em seu livro de memória da localidade em que utiliza alguns documentos para a construção de uma possível história local informa que Fernando F. de Mello era professor particular em São José da Lagoa onde se encontra sepultado.

Aureliano Fernandes de Mello foi professor em Sant'Anna – Morro do Chapéu e no ano de 1880 permutou com o professor do distrito de Macuco pertencente a freguesia do Carmo a sua cadeira.

O professor Camillo Fernandes de Mello no ano de 1878 atuava na Paróquia do Amparo do Rio São João (IP-3/4, cx 14, p.07, doc.29). Por meio das fontes encontradas e consultadas, não foi possível estabelecer o grau de parentesco entre esses sujeitos, mas o sobrenome em comum e atuação de todos em Itabira do Matto Dentro, exceto o professor Camillo F. de Mello, indicam que esses professores eram de uma mesma família e que a aprendizagem e reprodução do ofício ocorreu no próprio seio familiar.

O professor normalista José Martins de Oliveira Furst que atuou na freguesia de Itabira revela por outro lado o próprio processo de transformação pela qual a formação docente estava passando em fins do século XIX, a de uma formação pela prática e a emergência de uma formação institucional. Sua mãe era professora da segunda cadeira do sexo feminino de Itabira, Manuella de Oliveira Furst. Já seu pai, José Martins Fontes, escrivão do júri e negociante foi identificado como professor substituto da primeira escola primária do sexo masculino de Itabira no ano de 1869 (AMF, ALMANAK ADMINISTRATIVO... 1872, IP-16 e 42).

De acordo com as informações encontradas sobre o professor José Martins de Oliveira Furst, na Escola Normal de Sabará⁵⁶, o mesmo iniciou seus estudos no ano de 1886 com vinte dois anos de idade, se formando no ano seguinte. O curso da escola normal era totalizado em três anos e a permanência de José Martins de O. Furst na escola durante o período de apenas um ano indica que o mesmo já exercia o magistério, antes de se tornar professor normalista parece ter lecionado particularmente e a partir de 1888 passou a atuar no magistério público.

Logo, ainda que houvesse todo um discurso em detrimento da formação tradicional de professores como apontado por Vilella (2003, p.4) na conformação de um novo *ethos* que se daria pela formação via escola normal com a aquisição de “saberes próprios da profissão em contraposição a improvisação, à aprendizagem pela imitação” o Estado não desconsiderou a formação anterior dos professores que adentravam na escola normal, posto que se já atuava como professor, o tempo de permanência na escola seria menor que o daqueles que ainda não haviam se iniciado na carreira docente.

Por ser filho de professora, o professor normalista Jose Martins de Oliveira Furst foi iniciado nos “segredos” da profissão no seio familiar, complementando depois sua formação pela Escola Normal de Sabará. Índícios dos novos tempos em que se passou a exigir dos professores conhecimentos específicos sobre métodos, novos conteúdos sem

⁵⁶ Agradeço a Agda Conti que forneceu as informações referentes aos dois professores normalistas que atuaram em Itabira do Matto Dentro e que estudaram na Escola Normal de Sabará.

falar das vantagens salariais, pois o professor normalista possuía um salário maior do que aqueles que não eram normalistas.

A partir da década de 1870 com o (re)surgimento das escolas normais na província, a legislação passa a distinguir aqueles professores que nelas estudaram daqueles que continuaram a ser formados pela prática, ainda que esses para poderem ter direito às vantagens da lei, deveriam se adequar às exigências; esses docentes passaram a pertencer à categoria de professores não-normalistas.

Já os professores normalistas, poderiam ser nomeados para qualquer escola sem a necessidade de prestarem exame público, pois a passagem pela escola normal comprovadamente os dotava de conhecimentos e habilidades exigidos como necessários para o exercício docente.

Miguel Arroyo (1985, p.47) identifica que essa distinção entre professor normalista e não-normalista gerou uma desqualificação para aqueles que eram professores não-normalistas, pois o Estado passou a desvalorizar o saber nascido no ofício valorizando em contrapartida o formal, a titulação, o rito, pagando mais pelo título e não a qualificação adquirida e comprovada no trabalho. Entretanto, essa desqualificação por parte do Estado se deu paulatinamente.

Outra forma de configuração do corpo de profissionais mineiros se deu por meio de hierarquias dentro do próprio corpo de funcionários, classificados em vitalícios, efetivos, interinos/provisórios e substitutos. A hierarquização e distinção entre os professores ocasionaram uma intensa circulação dos mesmos dentro da província e de Itabira como trouxe outras inflexões no exercício do magistério. É o que trataremos a seguir.

3.3 Caracterização dos(as) professores(as) da cidade.

Neste momento iremos realizar uma caracterização dos professores que atuaram na cidade de Itabira do Matto Dentro levando em conta as hierarquias criadas pelo Estado na distinção entre professores vitalícios, efetivos, interinos/provisórios e substitutos o que poderia causar uma movimentação destes professores pelas freguesias da cidade e da província.

O pertencimento à categoria interinos, provisórios e substitutos se dava quando o professor não era o “dono” da cadeira e quase sempre ficava no cargo por um período

determinado de tempo, o que fazia com que algumas vezes aparecessem em mais de uma localidade como professor interino ou substituto.

Foram identificados 98 professores públicos provinciais, 82 homens e dezesseis mulheres, que atuaram no município de Itabira do Matto Dentro, independente da categoria a que pertenciam⁵⁷. Existia uma hierarquia entre essas categorias, os professores poderiam ter o estatuto de vitalícios desde que tivessem no mínimo cinco anos de exercício de magistério e não poderiam ser demitidos salvo se imposta a pena de perda de emprego e por incapacidade física ou moral judicialmente declaradas (Regulamento nº 56,1867; Regulamento nº 62, 1872; Regulamento nº 84,1879; Regulamento nº 100, 1882). Somente a lei 1064 de 1860 que estipulou um mínimo de dez anos para conseguir a vitaliciedade.

Os professores efetivos ou *nomeados definitivamente* eram aqueles que haviam prestado concurso público e, podemos dizer, possuíam uma certa estabilidade nos cargos que ocupavam. Vários nomes de professores constavam apenas como nomeados e pela documentação analisada, não se pode confirmar que esses professores faziam parte da categoria efetivos. Desta forma, trabalhamos com esse grupo, em alguns momentos, separadamente.

Já as categorias interino, substituto e provisório são as categorias que menos estabilidade ofereciam aos professores, pois poderiam ser demitidos a qualquer momento. Os substitutos eram designados para suprir as faltas eventuais de professores, já os interinos ou provisórios ocupavam a cadeira quando a mesma estava vaga. Estes poderiam ser nomeados sem prestar concurso podendo tornar efetivos mediante o concurso público (Lei nº 1064,1860; Regulamento nº56, 1867; Regulamento nº 62, 1872; Regulamento nº 84,1879; Regulamento nº 100, 1882).

No gráfico 4 visualizamos em quais categorias os professores públicos que atuaram em Itabira do Matto Dentro se encontravam⁵⁸.

⁵⁷ Neste cálculo não estamos incluindo dois professores que parecem ter atuado só particularmente em Sant'Anna dos Ferros e nem os professores subvencionados pela câmara de Itabira.

⁵⁸ Para todos os cálculos trabalhamos apenas com os professores cuja categoria a que pertenciam estavam declaradas na documentação. Aqueles professores que em um primeiro momento aparecem em uma categoria e depois em outra foram contabilizados nas duas já que refletem um momento específico dentro de sua vida profissional.

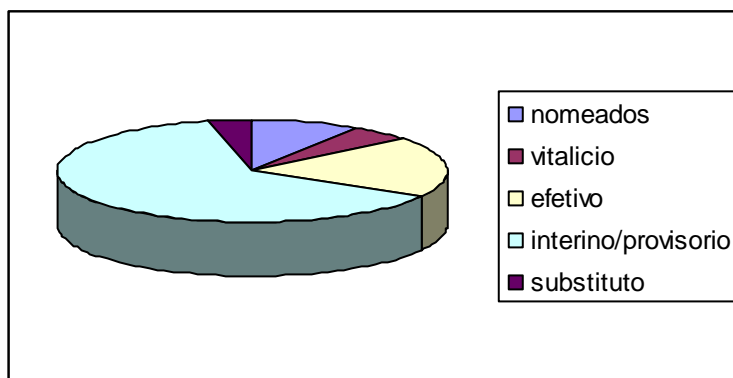


Gráfico 4: Categoria dos professores públicos de Itabira do Mato Dentro.

Fonte: APM

Os vitalícios perfaziam apenas 3.06% dos professores, os efetivos 11.22% do total de professores enquanto os nomeados 5.10%. Ao agruparmos efetivos e nomeados, supondo que estes eram efetivos temos 14.28% dos professores que gozavam de uma certa estabilidade em seus empregos. A maioria dos professores enquadrava-se na categoria provisórios e interinos 36.73% do total de professores e apenas 2.04% foram professores substitutos.

As três últimas categorias indicam para esses professores uma mesma situação: a da provisoriedade no cargo. Trabalhamos com a categoria substituto em separado pois apesar de que os professores nessa situação não tenham estabilidade como os provisórios e interinos, a substituição se dava por um período mais ou menos determinado de tempo, quando o professor da escola se ausentava por algum motivo. Já os professores provisórios ou interinos assumiam a docência quando a cadeira encontrava-se vaga.

Ao agruparmos estes dados, levando em conta os professores que estavam em uma categoria mais estável e aqueles com cargos instáveis temos que 38.77% dos professores do município estavam em situação provisória e 19.38% com cargos que lhes garantiam certa estabilidade⁵⁹.

Assim, dentre os professores cujas categorias foram identificadas, a presença de professores provisórios, interinos e substitutos atuando no município foi maior que aqueles que possuíam mais estabilidade em suas funções.

No que diz respeito à distinção de gênero entre os professores temos a seguinte situação: 16.49% dos docentes eram professoras enquanto 84.53% eram professores,

⁵⁹ Para não realizarmos uma análise incoerente fizemos a opção de trabalhar somente com os professores cujas categorias estavam claramente expressas, ainda que para alguns professores pudéssemos inferir a que categoria pertenciam.

revelando que, no município de Itabira do Matto Dentro, a presença de homens atuando no magistério foi muito maior do que de mulheres no período analisado.

Por meio dos livros de registros dos professores, sabemos em qual ano começou a atuar na cidade embora não haja essa informação para todos os professores localizados, a partir da data mais antiga referente a cada um deles buscamos estabelecer quando começou a atuar na docência pública da cidade. Embora alguns professores apareçam mais de uma vez em localidades distintas eles só foram contabilizados uma vez levando-se em conta a data mais antiga sobre sua carreira docente.

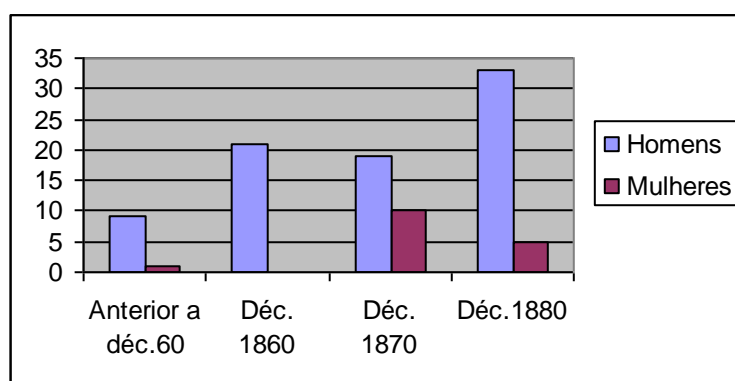


Gráfico 5: Entrada de Homens e Mulheres no magistério em Itabira do Matto Dentro.

Fonte: APM

Interessante perceber o movimento de crescimento do número de professores ao decorrer do tempo. Nas décadas anteriores a 1860 existiam poucas escolas públicas no município de Itabira; apenas nove professores atuaram na cidade antes dos anos de 1860. Apenas uma professora atuava no magistério público em Itabira do Matto Dentro na década de 1860, a professora Francisca Róis Pereira que começou a atuar em 1847 aposentando-se em 1871 quando foi substituída por D. Ricardina Hermenegilda Hemetria. Assim, na década de 1860 não ocorreu a entrada de nenhuma professora para o magistério.

A década de 1860 teve uma entrada e movimentação de professores maior, e 21 sujeitos passaram a lecionar tanto esporadicamente (interinos/provisórios/substitutos) como de forma efetiva.

A década de 1870 foi o período em que mais entraram mulheres para a docência pública: dez mulheres, foi o período em que mais se criaram escolas destinadas ao

público feminino, o que ocasionou a entrada dessas mulheres para o magistério público. Em relação aos professores, dezenove indivíduos se dedicaram ao magistério público.

O período que mais mulheres entraram para o magistério foi nos anos de 1870, já na década seguinte, cinco mulheres entraram para o magistério. Nesse período 32 professores passaram pelas escolas públicas de Itabira também foi o período em que o município passou a contar com mais escolas públicas como vimos no primeiro capítulo.

Apesar de não podermos assegurar que estes professores tenham começado a exercer o magistério apenas nos anos da década de 1880, os dados revelam a forte presença de homens na docência pública.

É preciso destacar que essas professoras pelas fontes consultadas não eram professoras normalistas indicando que a entrada das mulheres no magistério nesta cidade não esteve ligada ao ressurgimento das escolas normais na província.

Para o caso de Itabira do Matto Dentro, este processo deve ser analisado na busca de informações sobre os demais espaços ocupados pelas mulheres e outros espaços de formação que não a escola normal que aliados à crescente crença na figura da mulher, como dotada naturalmente para o magistério, propagado pelo governo juntamente com aos discursos médico-higienistas do período favoreceram a crescente presença de mulheres no magistério (FARIA FILHO *et al*, 2004).

Mesmo que dentro do universo pesquisado, o número de mulheres no magistério não seja preponderante, frisamos a importância de atentarmos para essa crescente entrada das mesmas no magistério público e como ela foi ocorrendo ao longo do período analisado.

No próximo item, analisaremos as outras formas de circulação dos sujeitos que estavam também condicionadas às categorias ora apresentadas. A possível existência de tensões a partir desta movimentação e do próprio exercício docente, também serão objeto de análise.

3.4 Circulação e tensões no exercício do magistério

Ao identificarmos os professores e professoras que atuaram em Itabira do Matto Dentro, chamou nossa atenção a grande movimentação e circulação desses sujeitos para o exercício do magistério tanto dentro da província quanto de forma mais circunscrita dentro de Itabira e suas freguesias e distritos. O rodízio desses sujeitos nas escolas de Itabira se dava de maneiras diversas: devido a categoria à que pertenciam, como

apontado, por ordem do Estado ou por pedido dos mesmos e para exercerem funções distintas do exercício docente mas relacionadas à instrução.

As questões sobre as categorias dos professores já foram abordadas e como ela ocasionava a movimentação dos professores será tratada mais a frente. Outra movimentação referia-se a professores que eram transferidos *a bem do serviço público* além daqueles professores efetivos que queriam ser transferidos de uma localidade para outra. A documentação analisada apresenta dois tipos de nomenclatura para esse tipo de movimentação: remoção e permuta. A remoção, ao que tudo indica, ocorria quando o governo decidia mudar o professor ou quando esse solicitava a sua transferência para alguma cadeira vaga.

Já a permuta dizia respeito à decisão de dois professores que, de comum acordo solicitavam ao governo a mudança de localidade entre si para o exercício do magistério. Uma série de regras marca essas formas de movimentação tais como remoção só para cadeira de grau ou entrância igual ou inferior, remoção *a bem do serviço público* só com anuência do Conselho Director, criado pelo regulamento nº 100 de 1883, e para a mesma circunscrição literária. O regulamento nº84 de 1879 abole as remoções *a bem do serviço público*, pois estas só poderiam ocorrer a pedido do professor. Essas medidas reguladoras, cujas oscilações refletem as tensões na estruturação da instrução pública mineira, não impediram a movimentação intensa destes sujeitos.

Por fim, outra movimentação percebida foi a presença de sujeitos que em uma dada localidade eram professores, em outra, apareciam como inspetores literários e/ou também como examinadores das escolas primárias.

E quanto à permuta e remoção de professores, que aspectos estavam ligados a esta questão? Existia algum tensionamento quando o Estado *a bem do serviço público* decidia transferir o professor de localidade? E a permuta entre os professores estaria ela condicionada a que tipos de interesses dos mesmos? Essas são algumas das perguntas que conduzirão nossa análise nesse momento.

No que se refere às transferências *a bem do serviço público* ou *por conveniência do ensino*, a legislação não deixa claro o que estas expressões na verdade querem dizer. Pela movimentação de professores poderemos ter indícios sobre o significado desta ação realizada pelo governo provincial.

Dos noventa e oito professores que atuaram na cidade, 49 (50%) foram removidos para Itabira, permutaram cadeiras entre si ou se transferiram para outro local⁶⁰.

TABELA 5: MOVIMENTAÇÃO DOS PROFESSORES QUE ATUARAM EM ITABIRA DO MATTO DENTRO – 1860-1889

Tipo de transferência	Número de casos	Percentual
Remoções <i>a bem do serviço público</i> ou por <i>conveniência do ensino</i>	5	10.20%
Remoções a pedido dos professores	35	71.43%
Permuta de cadeiras	9	18.37%

Fonte: APM.

Pela tabela 5 percebemos que grande parte dos professores solicitou remoção para localidades do município e destes locais para outros, seja dentro do município ou fora deste. As remoções realizadas pelo governo foram bem pequenas se comparadas com as que os professores puderam escolher em que localidades iriam atuar. As permutas dentro do universo de transferências foi também pequeno devido ao fato de que para a permuta dois professores deveriam estar de comum acordo para que ocorresse a troca do local de atuação. No caso das remoções, essas se davam quando uma cadeira se encontrava vaga facilitando a movimentação desses sujeitos.

Algumas localidades do município se destacaram por terem um número expressivo de professores que foram transferidos e/ou se transferiram para outra localidade. Dentre estas, destacamos a freguesia do Carmo, Joanésia e Santa Maria com as seguintes porcentagens de professores que foram removidos: 61.53% tanto Carmo e Joanésia; 57.14% Santa Maria.

As freguesias de Joanésia e Carmo sempre enfrentaram dificuldades para manterem suas escolas funcionando. Nas duas localidades, as cadeiras foram suprimidas em momentos diferentes, seja por falta de frequência, seja por ser uma freguesia pouco populosa. Por outro lado, talvez essas localidades não eram muito atrativas para a permanência dos professores que se transferiam para elas como forma de saírem de lugares mais distantes da província, pedindo nova transferência na primeira oportunidade que aparecia.

⁶⁰ Nesta contabilização alguns foram contabilizados mais de uma vez já que, em momentos distintos utilizaram-se das duas formas de movimentação.

A escola de Santa Maria foi criada somente na década de setenta do oitocentos ao contrário das outras freguesias cujas cadeiras foram criadas na década de 1840, podemos fazer a mesma inferência para essa localidade. Caracterizamos essas localidades como locais de passagem em que os professores para lá se dirigiam com vistas a ficarem mais próximos dos lugares em que verdadeiramente queriam atuar.

Esta intensa movimentação dos professores nos leva a refletir sobre a “o lugar que seus membros ocupam nas relações de produção e do papel que eles jogam na manutenção da ordem social” (NÓVOA, 1991, p.123). O Estado buscou definir e controlar o exercício dos docentes, mas estes, protagonistas históricos, foram importantes definidores na construção de suas carreiras profissionais.

Com certeza a circulação por diversas localidades, às vezes por curtíssimo espaço de tempo, trouxe implicações para o andamento dessas escolas, mas os professores por meio das remoções e permutas definiram os caminhos de suas atuações profissionais.

Vejamos alguns exemplos. Na freguesia de Antônio Dias Abaixo, Theodorico Pereira Rodrigues aparece como professor provisório em 1866. Já no ano seguinte, esse mesmo sujeito se encontra na freguesia de Sant’Anna do Alfié também como professor provisório. Em 1874, Theodorico Pereira Rodrigues esteve atuando como examinador da escola primária do sexo masculino de Joanésia/Parayba do Matto Dentro e, em 1879 e 1882⁶¹ o encontramos como delegado literário dessa mesma localidade. Esse sujeito circulou por três localidades diferentes atuando em diversas funções relacionadas com a instrução pública.

A rede de relações de Theodorico P. Rodrigues incluía várias localidades fazendo com fosse indicado pelo Delegado literário dos dois locais como professor provisório e também fosse indicado, depois, para Delegado, função exercida por pessoas respeitáveis das localidades. Isso nos leva a indagar também sobre a formação desse sujeito, em que outras áreas o mesmo atuava além daquelas relacionadas ao magistério. Não conseguimos encontrar mais informações sobre esse sujeito, as quais nos ajudassem a estabelecer sua rede de sociabilidade e familiar esclarecendo um pouco mais sobre a sua atuação e circulação no magistério público.

⁶¹ As atas de exame não compreendem todo o período da década de 1870 e 1880. No livro de registro de inspetores não consta o nome desse professor como delegado, mas ele aparece nas atas como juiz de paz presidindo o exame na falta do delegado em 1879 e depois 1882 como delegado suplente na ata de exame daquele ano.

O professor Zacharias Pereira dos Reis ao ser transferido *a bem do serviço público* causou a movimentação de outros professores de várias outras localidades.

A movimentação se inicia com o professor Domingos Frederico Pinto que desde 1879 atuava no distrito de Sete Cachoeiras, freguesia de Parayba do Matto Dentro, removido a pedido da freguesia de Cuiethé. Em 12 de maio de 1882, Domingos F. Pinto foi removido por conveniência do ensino para Dores de Guanhões passando a atuar, em Sete Cachoeiras, o professor Zacharias Pereira vindo de Dores de Guanhões.

Em agosto deste mesmo ano, o professor Zacharias foi novamente removido por conveniência do ensino para Cabeça do Boi e o professor desta localidade, Manoel Joaquim Soares, passou a atuar em Sete Cachoeiras. Não sabemos para que localidade se dirigiu o professor Zacharias, após ter estado em Cabeça do Boi, mas a sua saída fez com que Manoel Joaquim Soares, em 1884, permutasse a cadeira de Sete Cachoeiras pela a da Cabeça do Boi com o professor que lá estava atuando, Joaquim Lucas Coelho.

Na documentação analisada, não foi possível detectar qualquer tipo de tensão que possa ter ocorrido no exercício docente desses sujeitos, todavia essa movimentação dá indícios da existência de uma tensão: o professor Zacharias Pereira dos Reis parece ter sido o causador dessa intensa movimentação já que o mesmo foi removido por conveniência do ensino ao menos duas vezes, como pudemos detectar, mas provavelmente foi novamente removido ou demitido porque a última informação que possuímos é de sua transferência para Cabeça do Boi. O professor que lá atuava provavelmente, não teve escolha ao ser transferido para Sete Cachoeiras, por isso quando em 1884, o professor Zacharias não mais lá atuava, entrou em acordo com o novo professor de cabeça do Boi e permutaram entre si as cadeiras das duas localidades.

Seria o professor Zacharias apadrinhado por alguém para conseguir transferências entre diversas localidades em um curto espaço de tempo? Seria a sua atuação como professor que o desabonava frente a sociedade local fazendo com que fosse transferido rapidamente entre uma localidade e outra? Seria a sua conduta na vida social que o desabonava frente à sociedade? A remoção que o governo impôs a esse professor era de caráter punitivo?

São questões que ajudariam a entender o que as remoções *a bem do serviço público* ou *por conveniência do ensino* queriam dizer na verdade, entretanto, pelas fontes localizadas e consultadas, não percebemos o que essas transferências significavam. Elas apontam, porém, para a existência de tensões no exercício do magistério público.

Na sede da cidade, o professor efetivo Jose Lourenço Estanislau, atuava na escola primária superior do sexo masculino. Mesmo não sendo possível determinar o ano em que começou a atuar na cidade, em 25 de fevereiro de 1865 foi transferido a bem do serviço público para uma localidade não-identificada. A resistência do mesmo em aceitar sua transferência demonstra que esse tipo de ação do Estado não foi bem vista pelo professor.

Palácio 11 de Abril de 1865. Em solução a consulta que VS. Dirigime em officio de 4 do corrente, tenho a diser-lhe que tendo procedido irregularmente o professor Jose Lourenço Estanisláo, continuando , a pesar de intimado de sua remoção, a leccionar na escola dessa cidade, não lhe poderm ser abonados vencimentos algum desde o dia da intimação em diante por que seria isso premiar um acto irregular e de despreito a seos superiores, cumprindo antes que VS reprehenda por tal procedimento. (...) (SP1123, p.51v e 52)

O professor Jose Lourenço Estanislau, apesar de ter sido transferido em fevereiro de 1865, no mês de Abril ainda continuava atuando em Itabira como depreendemos do ofício do presidente da província Pedro d'Alcantara Cerqueira Leite para o inspetor municipal de Itabira.

Os professores que não pertenciam à localidade precisavam de um tempo para estabelecer vínculos e ganhar a confiança de pais e alunos; esse processo demandava tempo. Poderia também estar satisfeito de viver e atuar na localidade, contudo por uma determinação legal, era transferido para outro lugar. E se esse professor fosse da localidade pior seria ainda transferência imposta. A remoção *a bem do serviço do Estado* tinha um caráter marcadamente punitivo? Ao transferir um professor que apresentava problemas em sua vida profissional e pessoal o punia retirando-o da localidade e para isso era necessário deslocar outro professor que não apresentava problemas em sua atuação?

Ao transferir este professor para outro local, o governo provincial não transferiu outro para atuar na escola de Itabira, que ficou a cargo de professores interinos até o ano de 1870, quando o professor o professor José Teixeira da Fonseca se transfere para a cidade. A transferência realizada pelo Estado poderia também ser uma maneira de satisfazer interesses pessoais e ou políticos? Escolas de certas localidades, por sua importância política ou econômica, tinham preferência em ter suas escolas funcionando em detrimento de outras?

A legislação não é clara sobre o que significa a remoção *a bem do serviço público*, pelos anteriores não foi possível determinar também o que elas significavam

realmente, mas deixam transparecer a existência de possíveis conflitos e interesses na condução da carreira dos professores públicos.

As remoções a pedido ocorreram em número bem maior daquelas realizadas pelo governo provincial, apesar de algumas localidades de Itabira terem tido mais professores removidos, na presente análise, estamos levando em conta todas as freguesias da cidade. Em geral essas remoções ocorriam quando a escola de alguma localidade vagava e o professor solicitava a sua transferência para a mesma.

Este é o caso da escola primária superior de Itabira que de 1865 a 1870 foi ocupada por diversos professores interinos e nos concursos para provimento da mesma não aparecia nenhum candidato interessado em ocupá-la. Em 1870, o professor Jose Teixeira da Fonseca que atuava em Cocaes (freguesia de Santa Bárbara) solicitou a sua remoção para a escola de Itabira e os argumentos utilizados pela inspetoria para aprovação do ato pelo presidente da província foram além da habilitação do professor; para regê-la, a mesma já ter ido a concurso por duas vezes e não ter aparecido nenhum candidato interessado.

A escola de Cocaes era primária elementar, já a de Itabira superior, ou seja, para o professor Jose Teixeira da Fonseca, a mudança de localidade significava um aumento na renda já que o salário desses professores era condicionado ao tipo de escola em que atuavam. Não foi possível localizar os documentos referentes à prova do concurso deste professor o que indicaria o local em que morava antes de atuar em Cocaes, mas essa localidade era relativamente perto de Itabira o que provavelmente não significou um problema para a sua transferência.

Se ao vagar uma cadeira a mesma era posta em concurso, o não queria dizer que aparecessem candidatos para ela. Durante todo o período analisado, as fontes consultadas apontam para as dificuldades enfrentadas pelo Estado em prover certas cadeiras seja pela falta de pessoas interessadas e/ou habilitadas ou talvez pela própria localização geográfica dentro da província de Minas Gerais, o que pode ser percebido pela frequência de professores interinos, provisórios ou substitutos.

No entanto, essa movimentação de sujeitos entre as localidades mineiras em constantes pedidos de remoção e permuta indicam que algumas vezes a localização em um ponto mais distante da província ou do lugar em que cresceu e/ou sempre trabalhou não impediu que prestassem concurso para as mesmas, pois existia a possibilidade de, ao vagar uma escola mais próxima de onde se queria atuar, pedir remoção. Ou se a

escola em que tinha interesse de atuar estivesse ocupada, poderia entrar em negociação com o professor regente e ambos permutarem entre si as cadeiras.

O professor Manoel Maria Antunes, por exemplo, atuou no distrito da Chapada, freguesia do Carmo. Veio transferido de Novo Arraial em 1883, no ano de 1886 a seu pedido foi removido para Santa Rita pertencente à capital da província. O professor Francisco de Paula Alves circulou por várias localidades mineiras; vejamos como se deu a sua movimentação: em 1867, foi reintegrado ao magistério designado para atuar em Sant'Anna do Alfíe; a bem do serviço público foi removido para Rio São Francisco em 1869. No ano seguinte, estava atuando em São Miguel e nesse mesmo ano permuta com o professor Pedro Affonso de Azevedo Barros de São José da Lagoa a sua cadeira. Nessa localidade, o professor Francisco de Paula Alves atuou durante dez anos, quando novamente solicita remoção para a escola de Bateas.

Em treze anos de magistério esse professor passou por cinco localidades diferentes em Minas Gerais, essa intensa movimentação pode indicar conflitos em sua atuação como professor ou em sua conduta social, mas também pode indicar que o mesmo nesses treze anos de magistério sempre atuava em localidades diferentes daquelas em que queria trabalhar.

Dando continuidade a sua circulação por Minas e Itabira, em 1886, Francisco de Paula Alves foi indicado pelo vereador José Antônio da Silveira Drummond e aceito pelos demais membros da Câmara Municipal para atuar como professor da escola rural subvencionada pelo município em Ferreiras, localidade pertencente a Sant'Anna dos Ferros. Indicando mais uma vez que o círculo de relações sociais desse sujeito era bastante amplo. (ACMI, 1886, p.108)

Além desses professores terem realizado uma imensa movimentação entre algumas localidades de Itabira e também na província, alguns desses sujeitos além de circularem como professores, também se movimentaram para atuarem em funções ligadas à instrução, mas que não diziam respeito necessariamente ao exercício do magistério. Vejamos quem foram e que funções desempenharam.

QUADRO 9 - FUNÇÕES RELACIONADAS A INSTRUÇÃO DESENVOLVIDAS POR PROFESSORES EM LOCALIDADES DIFERENTES DE ONDE LECIONAVAM

Nome	Função	Localidade	Data
José João Damasceno	Examinador escola pública	Antônio Dias Abaixo	1871
		Itabira	1875
	Professor público	S.A. do Alfié Itabira	1877 1882
Olimpio Fernandes de Oliveira	Professor público	Itabira	1869
	Delegado Literário	S. A. dos Ferros	1871 a 1875
Joaquim Lucas Coelho	Examinador escola pública	S.A. dos Ferros	1871, 1872, 1874, 1875, 1877 a 1879
		Examinador concurso público de professores	S.A. dos Ferros
	Professor público	Sete Cachoeiras/Joanésia	1884
José Antônio de Brito	Professor público	S.A. do Alfié	1860-1866
	Examinador escola pública	Antônio Dias Abaixo	1871, 1872, 1874, 1875, 1877 a 1879 e 1882.

Fonte: APM.

O professor José João Damasceno, antes de encontrarmos referência sobre sua atuação como professor público, já havia participado como examinador em Antônio Dias Abaixo em 1871 e Itabira em 1875, indicando que sua rede de relações se dava em três lugares distintos do município. Já Joaquim Lucas Coelho, além de professor em Sete Cahoeiras/Joanésia, foi examinador do concurso público de professor e de alunos das escolas públicas de Ferros.

O fato dos dois professores Olímpio Fernandes de Oliveira e Theodorico Pereira Rodrigues desempenharem também a função de Delegados Literários indica que as redes de relações que possuíam incluíam pessoas que estavam à frente de cargos e postos importantes da sociedade local já que os Delegados Literários tinham que ser pessoas distintas da localidade ou menos indicações destas.

A movimentação desses professores indica, possivelmente, que já se circulavam por estes locais estabelecendo laços com diversos sujeitos de tais localidades, que

acabavam por fazer com que fossem convidados a desempenharem funções referentes à instrução posteriormente.

Finalmente, deteremos nosso olhar para as mulheres que atuaram como professoras no município e que, ao contrário do que imaginávamos, também utilizaram do direito de pedirem remoção ou permutarem as cadeiras entre si. Ainda que o número destas seja pequeno comparado ao dos professores, pensar que em uma sociedade conservadora onde o lugar social aceito para a mulher restringia-se ao lar, essas professoras, ao exercerem o magistério e ainda circularem por entre localidades mineiras, conseguiram, dentro do universo de possibilidades que tinham, instituir um lugar diferenciado na sociedade mineira do oitocentos⁶².

O trânsito entre o espaço privado e público sempre esteve mais aberto para as mulheres das camadas populares que precisavam trabalhar tais como as doceiras, quitandeiras (FIGUEIREDO, 2000). Algumas desempenhavam atividades necessárias para a sua sobrevivência, mas que eram realizadas no espaço da casa tais como as costureiras, fiandeiras e aquelas envolvidas com o trabalho agrícola. Ainda que existissem mulheres circulando no espaço público das cidades mineiras, esta circulação não esteve ausente de tensões, pois a visão predominante era a de que as mulheres deveriam ser mantidas na segurança de suas casas.

Em um universo de 49 professores que pediram remoção, foram removidos e permutaram cadeiras, cinco professoras utilizaram deste direito o que é um número bastante baixo quando comparados aos quarenta e quatro (89.79%) dos professores que também utilizaram deste direito. Mas no universo de dezesseis professoras que atuaram em Itabira, cinco casos de remoção ou permuta é um número significativo.

Quanto às remoções a pedido e feitas pelo governo apenas três mulheres utilizaram desta prerrogativa. Destas, apenas um caso, o da professora D. Maria da Glória F. da Cruz, não conseguimos identificar se foi ela quem pediu remoção ou se esta foi realizada pelo Estado. Para as permutas, duas professoras lançaram mão deste direito para se transferirem de localidade. No quadro a seguir indicamos os nomes das professoras que se movimentaram por Itabira e por Minas para o exercício do magistério.

⁶²Léa Paixão (1991), ao analisar a trajetórias de professoras mineiras, que iniciaram sua carreira antes da década de 40 do século XX, aponta para a dificuldade que estas mulheres tinham em se deslocarem das cidades em que viviam e atuavam para fazerem o curso de Aperfeiçoamento na capital de Minas Gerais. Se existia esta dificuldade de locomoção de mulheres sozinhas podemos dizer que esta seria então ainda mais complicada para as professoras no século XIX.

QUADRO 10 - MOVIMENTAÇÃO DE PROFESSORAS PELAS FREGUESIAS DE MINAS E DE ITABIRA DO MATTO DENTRO

Nome	Lugar de Origem	Lugar de destino	Tipo de transferência	Data
D. Josephina Augusta Drumond	Córregos	Dionísio/Itabira	Removida a pedido	22 de dezembro de 1882
D. Maria da Glória Fonseca da Cruz	Conceição da Boa Vista	Carmo/Itabira	..	15 de outubro de 1883
	Carmo/Itabira	Santa Maria/Itabira	Removida a pedido	15 de novembro de 1885
D. Leopoldina Rosa da Silveira	Sant'Anna Alfíe	do Antônio Abaixo	Dias Permuta	21 de dezembro de 1889
D. Senhorinha Gomide Sanches	Antônio Abaixo	Dias Sant'Anna Alfíe	do Permuta	21 de dezembro de 1889

Fonte: APM.

No quadro anterior, percebemos que embora a entrada de mulheres no magistério público na cidade tenha ocorrido de forma mais significativa na década de 1870, foi a partir da década seguinte que elas utilizaram o direito de pedirem remoção e de permutarem entre si as cadeiras. No entanto, a movimentação dos professores se fez presente durante todo o período analisado.

As demissões e suspensões também eram uma maneira do Estado tentar controlar seus docentes. Apesar do número de demissões e suspensões de professores não serem significativos dentro do universo de professores que atuaram na cidade, essas ocorrências levam a perceber outros tensionamentos no exercício docente.

As demissões poderiam ocorrer por de duas maneiras, por meio de pedido do professor ou realizada por determinação do governo. Estas demissões possuíam um caráter punitivo, quando o professor não atuava de acordo com as regras estabelecidas era então demitido. Ainda assim, estas demissões ocorriam de maneira diferenciada quando o professor era efetivo e quando era provisório, interino ou substituto

Dos noventa e oito professores que atuaram em Itabira onze (11.22%) foram demitidos seja a pedido ou por determinação do governo. Do universo total de docentes três (3.09%) foram suspensos.

Entre os casos de demissão a pedido, o mais curioso é o do professor Evaristo Alves Jardim que exerceu a atividade docente por menos de um mês. Nomeado interinamente para a escola de Palmital, freguesia de Itabira, em 14 de março de 1888, em 10 de abril do mesmo ano era exonerado do cargo a seu pedido.

As demissões realizadas pelo Estado podem indicar por um lado sanção em relação a alguma ação dos professores com a qual não concordava como pode estar ligada à categoria que o professor pertencia, pois ao ser interino/provisório ou substituto, poderia ser demitido a qualquer momento. Os três casos de professores que foram demitidos pelo governo todos estavam ligados a algum tipo de sanção. Vejamos um caso:

O professor Olimpio Fernandes de Oliveira atuava na sede da cidade na escola primária elementar, o que parece entre os anos de 1865 a 1868 em 1869; foi submetido a processo disciplinar e imposta a pena de perda de cadeira por abandoná-la.

Em ofício de 22 de maio de 1869, o Diretor Geral de Instrução pública de Minas Gerais Firmino Antonio de Souza pede a Presidência a demissão do professor Olimpio Fernandes de Oliveira por ter abandonado a escola sem permissão (SP-1323). Em resposta, o governo pede a Inspeção primeiramente observar o regulamento nº56 em seu artigo 71 e seus §⁶³ para realizar a pena de perda de cadeira dentro da lei (SP-1323, 26/05/1869).

Em ofício de 10 do mês seguinte, esse mesmo Inspetor comunica à Presidência que envia incluso o ofício do mencionado professor em que solicita três meses de licença para tratar de seus negócios, mas que não acredita ser bom atender já que desde seis de janeiro do mesmo ano, o prof. Olympio encontra-se ausente do magistério e o

⁶³ O artigo 71 e seus parágrafos do regulamento nº 56 diz o seguinte:

Art. 71.º Para a imposição da pena de perda da cadeira, se observará seguinte:

§ 1.º Apresentada ao director geral, participação official, denuncia particular ou official, ou conhecendo elle que deve ter applicação esta pena, ouvindo sobre a accusação as autoridades locais, de ordem do presidente da provincia, determinará ao accusado, que em dia e hora determinados, com o prazo que será regulado na razão da distancia, a 4 legoas por dia, se apresente na repartição da directoria geral, para responder sobre a accusação, que lhe será communicada com a ordem de comparecimento.

§ 2.º No dia aprazado, presentes o director geral e secretario da directoria, procederá o mesmo director a interrogatorio do accusado, que será escripto pelo secretario e por aquelle assignado.

§ 3.º Logo depois do interrogatorio, poderá o accusado apresentar a sua defeza escripta, e os documentos que quizer para comproval-a.

§ 4.º Organizado o processo com as peças de accusação, informações das autoridades locais, interrogatorio do accusado, sua defeza e documentos, o director geral, fazendo o seu relatório sobre o mesmo processo, e dando o seu parecer, favoravel ou infenso ao accusado, remetterá tudo ao presidente da provincia.

§ 5.º Em presença do processo, o presidente da provincia resolverá, por acto administrativo, a condemnação ou absolvição, ficando archivado na secretaria do governo o processo, e communicado o acto ao director geral e ao inspector da thesouraria, para que desde logo tenha os devidos effectos.

artigo 32 §6º do regulamento nº 52 não permite que o empregado tenha mais de tres meses de licença senão por motivo de moléstia. Informa ainda que em mesma data intimou o referido professor para responder a processo disciplinar (SP-1323). Nesta primeira troca de correspondência já percebemos que Presidência e Diretoria Geral estavam se guiando no caso desse professor por disposições legais diferentes já que para amparar legalmente suas decisões, um cita o regulamento nº 52 e o outro o regulamento nº 56.

Em junho de 1869, o Diretor Geral responde em ofício a uma série de perguntas feitas pela Presidência sobre o caso. Além das informações já passadas, o Diretor informa que a cadeira de instrução primária de Itabira está sendo regida por um professor substituto e que de acordo com o Inspetor do 6º Circulo Literário, o mesmo tem as habilitações necessárias.⁶⁴ Em despacho, no mesmo ofício, a Presidência solicita a informação sobre a categoria a que esse professor pertencia, ou seja, se era *interino e se esta nos termos de ser demittido independente do processo* (SP-1323, 16/06/1869). A solicitação dessa informação confirma a instabilidade dos professores que eram interinos ou provisórios.

O professor Olimpio Fernandes de Oliveira foi demitido por abandono de cadeira, em outro ofício de julho de 1869, conseguimos perceber o motivo da ausência desse professor na escola em que atuava além contradizer as informações de ofícios anteriores

(...)

A cadeira da Itabira não esta vaga. O professor Olimpio Fernandes retirou-se com licença p^a a Diamt^a; ali abriu uma botica e excedendo a d^a licença VEx^a mandou submete-lo a processo q não esta findo, pelo q diz a Directoria. (...) (SP-1323, 22/07/1869).

Esse professor retirou-se de Itabira com ou sem licença para resolver seus negócios? Não podemos dizer, porém fica claro que o professor Olimpio Fernandes além do magistério, também se envolvia com outras atividades.

Na possibilidade de estabelecer um negócio que poderia lhe dar maior renda, não hesitou em deixar o magistério, contudo, não abriu mão de uma vez do magistério já que o pedido de licença era uma maneira de resguardar seu emprego se algo desse errado. Provavelmente, as coisas podem não ter saído da maneira que ele esperava

⁶⁴ O provimento interino dessa escola gerou um conflito entre o Inspetor Paroquial e a Directoria Geral o como foi abordado no capítulo dois.

porque no ano seguinte esse sujeito estava em Sant'Anna dos Ferros atuando então como Inspetor literário.

Outro professor demitido foi o Augusto Olimpio de Castro que, além de ser professor substituto, o que já lhe dava certa instabilidade ao cargo, sua conduta moral não encaixava com o perfil de professor ideal, ou seja, bom cristão dedicado à família e moralmente correto. Após ser repreendido pelo inspetor do 22º Circulo Literário Antonio Augusto d'Oliveira e pelo Delegado Literário da cidade, Emerenciano Julio S.Thiago, persistiu em sua forma de viver e acabou por ser demitido. Vejamos quais ações realizadas por esse professor que batiam de frente com a imagem de professor construída pela sociedade e pelo governo

Illmº Snr continuando o professor substituto da cadeira de instrucção elemental desta cidade Augusto Olimpio de Castro a praticar publicamente actos de immoralidade e de escandalo aponto(sic) de ter sido por vezes espancado em casa de mulheres de má vida sendo elle casado e tendo família; obriga-me a reiterar a V.Sª o pedido de sua substituição que deverá ser decretada immediatamente a menos q não se queira perpetuar o escândalo e dar-se máos exemplos aos meninos que frequentão a referida escola. Tivesse autoridæ para o suspender que a muito o teria feito, visto terem sido improficuas todas as minhas admoestações. Deos Gurade a VSª – Cidade da Itabira 6 de janeiro de 1873 – Illmº Senr Antonio Augusto de Oliveira M.D Inspector do 22º Circulo Litterario – O Delegado Emerenciano Julio S.Thiago -

Este professor, ao *praticar publicamente actos de immoralidade e de escândalo* mesmo sendo casado e com filhos, perdendo o controle sobre suas ações chegando ao ponto de ser *espancado em casa de mulheres de má vida*, não respeitou os vários aspectos que faziam parte de sua função, pois a moralidade do professor

relacionava-se à totalidade dos aspectos de sua personalidade – incluindo a sua conduta moral e familiar e sexual, os seus hábitos de vestir e de falar, os seus gestos , os seus comportamentos na vida pública (...) para além da sua apresentação e da sua inserção na vida social da comunidade, do atendimento aos requisitos exigidos para o exercício da docência e da obediência às normas e aos regulamentos estatais. (SCHUELER, 2002, p.188).

Se a demissão de professores estava diretamente ligada ao crescente controle do tipo de profissional que o Estado queria em seus quadros e por seguinte dizia respeito também à formação desses sujeitos a pena de suspensão também foi um mecanismo que o governo lançou mão para tentar ter controle sobre as ações dos professores. Na cidade de Itabira do Matto Dentro, localizamos apenas três professores que sofreram esse tipo de sanção. O professor Antônio Domingues dos Reis que atuou em Cuiethé e foi

suspensão em 1859, Fortunato da Silva Menezes professor em Joanésia, suspensão em 1864 e Antonio Thomaz dos Reis, professor da freguesia do Carmo e cujos processos se iniciaram em 1874.

O professor Antonio Thomaz dos Reis que atuou no Carmo e antes de se tornar professor exerceu a função de feitor sofreu pena de suspensão por abandono de cadeira. Após deixar de exercer o magistério, solicitou à Inspetoria Geral que a partir do dia 23 de maio de 1874 lhe fosse concedida licença por 60 dias com seu ordenado devido à epidemia da bexiga que grassava uma localidade muito próxima ao local em que lecionava, abandonando junto com a população a freguesia do Carmo. Ao pedir informações sobre esse fato ao Juiz de Direito e Inspetor da Comarca do Piracicava cuja sede era naquele momento na cidade de Conceição⁶⁵, foi repassado à Inspetoria que não havia nenhuma epidemia, que o mesmo já havia abandonado a cadeira antes mesmo de ser concedida a licença.

A justificativa do professor Antonio T. Reis não foi considerada a partir dessas informações recebidas pelo governo e o mesmo foi levado a processo disciplinar e penal por crime de responsabilidade. Esses fatos ocorreram entre os meses de junho a agosto de 1874 e naquele momento, a Inspetoria Geral estava sendo dirigida pelo Inspetor Geral interino Antonio d'Assis Miz o que é importante ressaltar para entender o desenrolar desse processo contra o prof. Antonio T. Reis (SG-980, 16/06/1874; PP1/42 cx19, Pc.26; SG-980, 19/08/1874; IP2/2 cx.12, doc.03).

A Câmara de Itabira naquele ano mobilizou-se em relação a essa epidemia que ocorreu na freguesia do Carmo. Em sessão extraordinária de 18 de junho de 1874, os vereadores discutiram quais medidas tomar contra a bexiga que grassava no Carmo e como fazer para que a mesma não chegasse até a sede da cidade. Nessa sessão, foi anunciado que o governo já estava ciente dessa epidemia e consignava a Câmara uma verba de 200\$000 para ajudar aos indigentes doentes do Carmo (ACMI, p.60, 1874).

Em ofício à Presidência, datado de 3 de novembro de 1874, o Inspetor Geral Camillo da Cunha e Figueredo já havia reassumido o seu posto e fez ver ao presidente da província João Antonio de Araújo Freitas Henriques que a esse professor não cabia a pena de suspensão, já que de acordo com a legislação em vigor somente após a

⁶⁵ A cidade de Conceição era relativamente próxima de Itabira do Matto Dentro. Encontramos indícios, que a escola do Carmo além de ser freqüentada pelas crianças locais atendia também crianças de Itambé, freguesia de Conceição.

reincidência por três vezes de abandono de cadeira era que se poderia aplicar esse tipo de pena.

A sanção a esse professor seria primeiramente de admoestação e multa o que para fazer isso não seria necessário instaurar um processo disciplinar. Além de assinalar que os documentos apresentados por esse mesmo professor corroboram que naquela localidade realmente havia tido a epidemia da bexiga. Não caberia assim o processo disciplinar, mas se depreende que, mesmo com a epidemia e a fuga de todos os habitantes do Carmo esse professor deveria sofrer sanções por ter deixado a escola sem autorização e se dirigido para Itabira (SG-981, 3/11/1874).

Antonio Thomaz dos Reis, além de sofrer processo disciplinar como consta no livro de registro de professores, também sofreu processo penal por crime de responsabilidade. Ainda que tenha ficado comprovada a ilegalidade da instauração do processo disciplinar e, portanto, o processo penal também não poderia ter tido lugar em sessão da Câmara de 1876, o escrivão do júri Jose Martins Fontes solicita o pagamento de metade das custas pelo processo de responsabilidade contra o professor Antonio Thomaz dos Reis (ACMI, p.171v, 17/11/1876). Não localizamos os atestados apresentados pelo professor que poderiam nos indicar as redes de relações que o mesmo possuía.

O caso desse professor nos aponta algumas questões. Como a dificuldade do Estado em aplicar corretamente a lei que ele próprio instituiu não sabendo, por exemplo, em que norma jurídica se pautar em decorrência da própria profusão de leis sobre a instrução. Demonstra também a dificuldade que ele tinha em conseguir estabelecer comunicação com seus agentes em nível local.

A organização administrativa do aparelho do Estado se fazia sem comunicação entre seus diversos órgãos, é o que o caso do professor Thomaz aponta, já que existiam órgãos do governo que possuíam conhecimento sobre o que estava ocorrendo em Itabira enquanto outros não, como é o caso da Inspeção Geral de Instrução Pública que precisou que alguns moradores da cidade confirmassem o caso da epidemia.

Ao pensarmos na rede de relações do professor na cidade, esta talvez tivesse laços mais tênues, pois mesmo com a apresentação de atestados que comprovavam a veracidade de suas alegações, elas não foram suficientes para impedir que o mesmo fosse processado judicialmente.

As tensões não se deram apenas entre governo provincial e professores. Identificamos um pequeno conflito entre um professor público provincial e o governo

local. Esse caso é elucidativo das redes de relações que um professor poderia estabelecer na localidade em que atuava.

O professor José Augusto Gonçalves iniciou suas atividades na escola primária elementar de 3º entrância⁶⁶ de Itabira, no ano de 1873 (IP 1/42, cx 15 P.58). Sem maiores informações sobre seu processo de seleção para professor público e sem conseguir identificar se era natural da cidade, a intensa atuação desse sujeito em diversos espaços da cidade indica que, se não era de Itabira ao menos conseguiu estabelecer fortes vínculos com os sujeitos dessa localidade. Primeiramente, vejamos em que espaços além da escola o professor José Augusto esteve inserido.

Esse sujeito conseguiu estabelecer relações com pessoas importantes da cidade além de ser considerado pelos governantes locais como homem respeitável. Em 1873, foi indicado para ser o aferidor municipal ⁶⁷ (ACMI, 1873, p.5). No ano seguinte participou de uma comissão nomeada pela Câmara para orçar concertos necessários na cidade (ACMI, 1874, p.76). No ano de 1876, esse professor atuou como advogado pois solicita o pagamento de custas do processo que venceu defendendo um preso pobre.⁶⁸ (ACMI, 1876, p.167). Todas essas atividades não eram incompatíveis com o cargo de professor público.

Não podemos afirmar que esse professor somente tenha agido de acordo com o que estava prescrito em lei, contudo era cauteloso e sua movimentação por outros cargos/funções se deu no limite das prescrições legais.

Em fevereiro de 1881, José Augusto Gonçalves encaminha um ofício para a câmara solicitando a sala que se localiza na parte de baixo do antigo sobrado que pertenceu ao Barão de Alfié e que agora pertencia ao poder público local. Essa sala seria grande e arejada, ideal para funcionar sua escola enquanto a Câmara não precisasse dela. A sala em que funcionavam suas aulas era pequena para comportar o número de alunos que a freqüentavam, de 50 a 60 alunos. Para comprovar a veracidade do que relatava, dizia que o Delegado de Instrução pública poderia confirmar essas informações

⁶⁶ Escolas localizadas em cabeças de comarcas de acordo com o regulamento nº 62 de 1872.

⁶⁷ Pessoa responsável por marcar com exatidão os pesos e a medidas.

⁶⁸ Ao que parece no campo do direito diferente do que ocorreu no século XIX em relação ao campo médico em que várias estratégias foram criadas para demarcar esse campo científico criando entre outras coisas a restrição de que somente aqueles formados através das faculdades de medicina poderiam exercer a profissão médica detectamos além desse professor outro indivíduo em Itabira – José Silveira Drumond que embora não formado atuava na cidade como advogado. Sobre a configuração do saber médico no Brasil no século XIX ver Gondra (2004)

já que o mesmo era membro da Câmara, o vereador Pe. Francisco Ângelo de Almeida.⁶⁹ (Caixa 28, 1881-1882).

A Câmara e seu presidente consentiram em alugar, não sabemos por qual valor, a sala que se localizava na parte de baixo do sobrado. Durante um tempo, ao que parece, o professor utilizou-se do salão sem ter moradores no sobrado. Sem conseguirmos precisar a data, o sobrado foi alugado para Jose João Gama por 10\$000 e ambos inquilinos dividiram os espaços do sobrado sem maiores problemas. Provavelmente, em 1883, o sobrado foi alugado pelo mesmo valor a Manoel Moreira Pinto.

Manoel Moreira Pinto no momento de alugar o Sobrado não se opôs que o salão estivesse ocupado, mas no mês de outubro de 1883 dirigiu à Câmara uma reclamação. Acompanhemos quais foram as reclamações de Manoel Moreira Pinto:

Illm° Snrs

Tendo allugado a casa pertencente a esta Illm^a Camara pela quantia de 10:000 mil reis mensaes acha-se tambem na mesma casa o Proffessor Jose Augusto Gonçalves ocupando duas salas com aula para os seus alumnos e como não posso pagar o aluguel para só parte da casa venho pois pedir a VVSS.es o batimento de 3:000 mensaes pois so sirvo de parte da casa estando duas salas ocupadas pelo Proffessor desde que para la fui, allegando o mesmo estar com permissão dessa Illm^a câmara, e desde já declaro a VVSS.as que não continuarei na casa se a minha justa reclamação não for attendida, pois alluguei a cada tôda e estou até hoje soffrendo privação dessas duas salas.// Deus Guarde a VVSS^a// Itabira outubro 9 de 1883// Illm° Snr Presidente e mais vereadores da m.m^a Câmara// Manoel Moreira Pinto.⁷⁰(caixa 29)

Os vereadores⁷¹ concordaram com a petição de Manoel Moreira Pinto e lançaram a diferença de 3\$000 para que o professor José Augusto pagasse retroativamente o valor de 21\$000, ou seja, de sete meses em que ambos dividiram os cômodos do sobrado. Vendo que seu pedido foi aceito Manoel Moreira alega novamente à Câmara que tendo alugado a casa, o professor José Augusto não poderia

⁶⁹ A câmara em sua 13^a legislatura era composta no ano de 1881 pelos seguintes cidadãos: Custódio Martins da Costa – Presidente, João Alves de Castilho, Padre Francisco Ângelo de Almeida, Antonio José Rosa, Antônio Gonçalves de Assis Couto, Joaquim Custodio Martins da Costa, Adolfo Horacio da Fonseca Cruz, José de Anxietia Teixeira Mirand, Teófilo M. C. Drummond – não tomou posse.

⁷⁰ As fontes sobre esse caso dizem respeito a rascunhos das pautas de discussão dos vereadores. Como a maioria não tem data, referenciamos os documentos através da numeração das caixas em que se encontram.

⁷¹ A Câmara de Itabira naquele momento era composta pelos seguintes cidadãos: José Antônio da Silveira Drummond – Presidente, José Moreira da Silva, Custódio Martins da Costa, Francisco Valeriano Lage, Prudêncio Joaquim da Silva, Emilio Teixeira de Novaes, Tomas Aquino Oliveira Barbosa, Teófilo Costa Lage.

permanecer na mesma, o que a Câmara novamente concordou solicitando ao professor que, além de pagar a diferença dos aluguéis, entregasse as chaves do salão que ocupava.

Este professor se mostrou tenazmente contrário a qualquer investida da Câmara dizendo que não pagaria valor algum e muito menos devolveria as chaves do salão. Iniciou aí uma intensa movimentação dos vereadores cobrando do procurador da Câmara que recebesse tanto os aluguéis atrasados e as chaves e o professor José Augusto Gonçalves sempre se recusando a fazer qualquer uma das coisas (caixa 29, 1882-1883).

Em meio a essa pequena confusão em que a Câmara queria receber o dinheiro e a sala de volta e o professor José Augusto do outro lado se recusando, o poder local resolveu vender o sobrado que pertencera ao Barão de Alfié. Este foi vendido em 11 de outubro de 1884, para o médico Domingos Martins Guerra (ACMI, 1884, p.52v), ao que parece amigo do professor. Em 1874, esse médico reuniu pessoas importantes de Itabira e amigos para organizarem uma fábrica de tecidos na cidade e o nome do professor José Augusto consta na ata da reunião (GUERRA & MOTA, 2007, p.154).

Pode ser que esse professor tenha continuado a lecionar no salão do sobrado e ao que parece não pagou a diferença dos aluguéis à Câmara, porque em sessão de 12 de abril de 1885, o vereador Francisco Valeriano Lage pedia que fosse demitido o procurador da Câmara Joaquim Roberto da Costa Lage que não cumpriu seus deveres “(...)deixando que funcionasse sem contracto ou sem requer o despejo legal contra o mesmo Proffessor que por tempo illimitado usou e abusou [ileg.] commodos da casa que pertencia a mesma Câmara (...)” (ACMI,1885 p. 83v, 84).

Importante ressaltar que em Gorduras/Carmo, localizamos um professor chamado José Moreira Pinto. Seriam parentes e Manoel queria a sala para alugá-la para seu parente professor? Ou seria ele também um professor particular interessado na sala do Sobrado?

Neste pequeno conflito, o novo inquilino do sobrado Manoel Moreira Pinto se sentiu realmente lesado por não poder usufruir das salas que ficavam na parte de baixo do sobrado seja para estabelecer algum negócio ou quem sabe abrir sua escola particular? Lançou mãos de algumas estratégias junto à Câmara para realizar o seu intento e mesmo que essa tenha ficado a favor de Manoel Moreira Pinto, a teimosia do professor José Augusto impediu que tanto a Câmara como Manoel Moreira conseguissem o que queriam.

Teria o professor José Augusto contado com a anuência de algumas pessoas? Todos os Delegados Paroquiais e de Círculo estavam entre os vereadores da Câmara Municipal. Quem eram eles? Foram Delegados Paroquiais entre 1881a 1884 foram sucessivamente Rve.do Pe. Francisco de Ângelo de Almeida, João Alves Castilho e Franc Justiniano de Carneiro. Os Inspectores do círculo foram: Custódio Martins da Costa e José Antônio da Silveira Drummond (IP-24, IP-40; IP-48). Será que esses sujeitos como representantes da Câmara e da Inspeção de Instrução Pública tentaram por outros meios persuadir o professor José Augusto para pagar o aluguel e devolver a sala? Não podemos responder a essa pergunta, mas o que fica claro é que independente de qualquer pressão que José Augusto Gonçalves possa ter sofrido, teimou em continuar em utilizar-se da sala que pertencera a Câmara de Itabira.

Nessa parte, procuramos desvendar um pouco do perfil do professorado que atuou no município de Itabira do Matto Dentro durante o oitocentos. A maioria dos docentes que aqui atuaram eram do sexo masculino; grande parte dos professores se enquadravam nas categorias interino/provisório e substitutos demonstrando a dificuldade que o governo teve, ao longo do período, de recrutar de maneira permanente os professores.

O governo se por um lado instituiu deveres aos docentes, também garantiu mediante leis alguns benefícios; alguns destes diziam respeito a poderem pedir remoção para as cadeiras que se encontrassem vagas ou permutarem entre si as cadeiras. Os professores que passaram por Itabira utilizaram bastante desta prerrogativa, mais das remoções do que das permutas realizando deste modo uma intensa circulação por entre as localidades do município e também por outras da província mineira.

Entretanto, o processo de estabelecimento de novas regras na gestão do exercício do magistério não foi livre de tensões. O próprio governo instituiu um tipo de punição por meio da remoção aquelas que eram realizadas *a bem do serviço público*; estabeleceu também penas de advertência, suspensão e demissão quando o professor não cumpria seus deveres e fugia dos valores demarcados aos professores públicos: o de serem moralmente irrepreensíveis e bons pais de família.

O professor deveria ser moralmente correto já que cabia a ele instruir as crianças mineiras. Em sua prática cotidiana, o professor criou mecanismos de controle das aulas e das aprendizagens das crianças que lhe deram uma nova identidade: a de criança escolarizada, acompanhar como estas crianças foram submetidas aos imperativos escolares é o tópico do próximo capítulo.

4 OS ALUNOS DAS ESCOLAS DE ITABIRA DO MATTO DENTRO

As ações empreendidas pelo Estado na configuração da instrução pública em Minas Gerais objetivavam a formação das crianças e jovens mineiros. Deste modo, a escola ganha neste discurso um papel importante, senão central na formação daqueles que seriam os construtores de uma nação civilizada e ordeira.

No entanto, o processo de submetimento destas crianças aos certames escolares não esteve isento de dificuldades, várias questões estiveram presentes na possibilidade de freqüência ou não das mesmas à escola. Dentro desta, a instituição de categorias pedagógicas também foi agregada a de aluno e que, com certeza, trouxe implicações na vida dos sujeitos que, mesmo que por pouco tempo, passaram pelos bancos da escola. As possibilidades de freqüência à escola e como as crianças do município foram apreendidas pelos professores é o assunto que iremos nos deter neste capítulo.

4.1 Condições sociais dos alunos das escolas públicas de Itabira do Matto Dentro

Estudiosos como Fonseca (2007) e Veiga (2003) têm demonstrado que a escola mineira do século XIX era constituída em sua maioria por crianças mestiças. Ao deslocarem o olhar e indicarem que a restrição de freqüência nas escolas públicas se fazia aos cativos e não aos mestiços, estes autores vêm demonstrando que para um melhor entendimento da escola e de seus sujeitos é necessário não colocar a escola isolada da sociedade em que está inserida.

Estes estudos demonstram a necessidade de pensarmos as crianças como sujeitos históricos e possuidores de diferentes pertencimentos sociais em contraponto a uma categoria universal de criança

as formas de apreensão das diferentes infâncias tinham em vista não apenas o momento cronológico do indivíduo, mas sua identidade étnica, de gênero, grupo social. A definição de infância não assume um significado unívoco, remetido exclusivamente à faixa etária. A identidade infantil constrói-se associada à condição social da infância, à inserção da criança num grupo social, étnico e de gênero que se superpõe à condição geracional. (GOUVÊA, 2004a, p.205)

Deste modo, é necessário a problematização destas questões, principalmente, quando direcionamos nosso olhar para a criança mineira que se encontrava na escola pública do século XIX. Veiga (2005) aponta que, sendo a população mineira

oitocentista mestiça, o Estado não poderia restringir a frequência da população negra e mestiça nas escolas. A restrição de frequência às escolas, neste caso, referia-se às crianças escravas, incluídas no grupo de pessoas que eram consideradas como não-cidadãs.

Em período anterior à lei de 1835, momento em que foi interdita a presença de crianças escravas nas escolas públicas, a autora conseguiu identificar nos mapas de frequência das escolas públicas mineiras a presença de escravos. Deste modo, esta exclusão “esteve associada a uma nova organização social que reconhecia os direitos da população à escola, desde que livre” (VEIGA, 2005, p.95).

O desaparecimento de informações sobre a cor dos alunos nos mapas de frequência, também após a lei de 1835, estava ligado à condição de que a escolarização deveria ocorrer independente da cor do sujeito, pois essa seria uma das maneiras de se constituir uma nação civilizada. Como destacou Veiga (2005, p.96/97), a ampliação da escolarização estava ligada à necessidade de desfazer-se da cor que “pressupunha uma homogeneização cultural, essa deve ser refletida no quadro de uma população mestiça, ou seja, dos hábitos e costumes mestiços.”

O Estado também restringiu a presença de outras crianças nas escolas públicas, além das escravas. Os regulamentos nº 49 de 1860, o de nº 56 de 1867 em seus artigos 56 e 92 § 3º sucessivamente assim delimitam o público das escolas públicas

Art. 92.º Nos regimentos e instrucções que na fórmula estatuida no presente regulamento tem de ser expedidos pela directoria, geral, se respeitarão as seguintes disposições.

§ 3.º Não serão admittidos á matricula e á frequencia nas escolas:

- 1.º Os meninos que padecerem molestias contagiosas.
- 2.º Os que não tiverem sido vaccinados.
- 3.º Os escravos.

A partir do regulamento nº 64 de 1872, a legislação passa também a restringir a entrada de crianças ou jovens a partir de certa idade. Em 1872, crianças menores de 5 anos não poderiam frequentar a escola pública e nos regulamentos nº 84 de 1879 e nº 100 de 1883, a interdição recai sobre as crianças menores de 5 anos de idade e os jovens maiores de 14 anos de idade.

Deste modo, legislação ao longo do período buscou demarcar o público da escola pública e, a partir da década de 1870, de forma mais clara buscou delimitar este público também a partir da idade (GOUVÊA, 2004, p.282).

Compartilhando com Veiga, sobre a constatação de que não se pode fazer uma ligação direta entre perfil étnico-racial com condição social, buscamos alguns indícios que pudessem fornecer a condição tanto étnico-racial tais como a condição social dos alunos das escolas públicas e subvencionadas de Itabira, pistas estas localizadas em informações presentes nas atas de exames das escolas públicas e nos mapas de frequência.

Fonseca (2007, p.69) em seu estudo indica que a questão de gênero pode algumas vezes ser associada à questão da raça. Assim, os nomes das mulheres brancas apareciam nos registros, por ele consultado, sempre acompanhados da designação “Dona”, mesmo para designar crianças. A partir das atas de exames das escolas de Itabira, obtemos os nomes de algumas das crianças⁷² que freqüentavam as escolas públicas. Em algumas atas de exame identificamos algumas alunas designadas como Donas.

Por ser um diferenciador de raça, e ao aparecer de maneira pontual nas atas de exames, acreditamos que provavelmente existiam outras questões que determinavam o uso da palavra “Dona”. Estaria ela caindo em desuso? Ou o lugar social da família da criança passou a ter uma importância maior?

Isso pôde ser percebido por meio do sobrenome de uma aluna parente da professora, que não foi designada como “Dona”. Na ata de exame da segunda cadeira do sexo feminino de Itabira regida pela professora D. Manuella de Oliveira Furst, cujo exame do ano de 1888, os examinadores *forão de parecer que se achava nas condições de ser aprovada plenamente a alumna Alice Augusta de Oliveira Furst.* (IP3/4 cx 14 P. 14 doc. 4)

Seria essa professora negra, para que a designação “Dona” não fosse utilizada na nomeação da aluna? Não podemos descartar esta possibilidade, pois a existência de professores e professoras negros foi identificado por viajantes, como bem demonstrou Fonseca (2007).

De quarenta e uma atas de escolas públicas para o sexo feminino da cidade e freguesias apenas três atas, uma da sede da cidade e duas da freguesia de Ferros, foram localizadas alunas que constavam a designação “Dona”. A primeira era regida pela

⁷² Por meio das atas não é possível obter os nomes de todos os alunos ou alunas que freqüentavam a escola. Algumas trazem apenas os nomes dos alunos ou alunas que foram aprovados ou reprovados, outras apenas dos mais adiantados. A informação mais precisa é sobre o número de crianças que participaram do exame, o que também não indica o número real de crianças que freqüentavam a escola durante o ano.

professora D. Ricardina H. Hemetria e localizava-se na sede da cidade. A ata de 1873, consta que D. Manoella Alves dos Santos fora aprovada plenamente. Em 1878, a aluna D. Ilidia Hemetria também concluiu seu curso primário (IP3/4 cx 13 P.20 doc 19; IP3/4 cx 14 P.07 doc 13.)

Na freguesia de Sant'Anna dos Ferros, nas atas de exames dos anos de 1874 e 1882, aparecerem em cada uma, nome de uma aluna acompanhado da designação "Dona". Interessante recordar que a freguesia de Sant'Anna dos Ferros foi o local em que conseguimos identificar que a população era majoritariamente mestiça. Neste caso, seriam apenas as duas alunas brancas a freqüentarem a escola? Ou teria aí neste caso, questões sociais também influenciando na designação de "Dona"?

De todo modo, não houve uma presença marcante desta designação juntamente com os nomes das alunas que freqüentavam as escolas públicas de Itabira do Matto Dentro.

Sobre a condição social dos alunos presentes nas escolas públicas Veiga (2003, p.184) aponta para "uma presença inquietante de crianças pobres" na documentação por ela examinada. Neste caso, a ampliação da escolarização com vistas a formar cidadãos úteis, a sociedade esbarrou na precariedade das escolas públicas e na baixa freqüência ou infreqüência das crianças, originadas por motivos diversos: precariedade material, necessidade de trabalhar para ajudar na manutenção da família, longa distância entre escola e a casa do aluno, fechamento de escolas dentre outras. Viana (2006) também aponta para esta "presença inquietante" de crianças pobres e as dificuldades materiais das famílias mineiras para o envio de seus filhos à escola ou a sua freqüência assídua.

A partir de incentivos como a remessa de materiais tais como papel, tinta, criação de caixas escolares, incentivo à população para a doação de casas de escola dentre outros, o Estado objetivava possibilitar que as crianças pobres pudessem freqüentar a escola. Mesmo que desde 1872 tenha se retomado a lei de obrigatoriedade, a infreqüência ou a freqüência irregular dos alunos sempre esteve presente no horizonte de preocupações das elites dirigentes.

Para as crianças que não eram pobres, a possibilidade de estudarem por meio do ensino doméstico ou particular colocava estas crianças em um lugar diferenciado daquelas que não possuíam condições mínimas para poderem freqüentar a escola.

As famílias com melhores condições econômicas de Itabira do Matto Dentro provavelmente ensinavam seus filhos por meio do ensino doméstico ou particular. Com a criação do Colégio Providência em Mariana, no ano de 1849, as meninas das famílias

itabiranas eram lá educadas como indicou Muniz (2003, p.196) que encontrou um grande número de matrículas de meninas procedentes de Mariana, Ouro Preto e Itabira do Matto Dentro. Andrade (2000) também identificou uma forte presença de alunos itabiranos estudando no Colégio do Caraça.

Um aspecto comum entre estes dois trabalhos diz respeito ao alto custo que as famílias deveriam desembolsar para a educação dos filhos e filhas nestes estabelecimentos. Os filhos da elite local eram deste modo, em sua maioria, instruídos e educados em colégios particulares. Ainda sim, foi possível identificar um aluno que estudou na primeira escola do sexo masculino de 2º grau de Itabira e que continuou seus estudos no Colégio do Caraça. O nome de Fellipe Antônio Gonçalves Junior consta nas atas de exame da escola regida pelo professor José Teixeira da Fonseca, dos anos de 1873 e 1874, ano em que foi aprovado. Três anos depois – 1877, Fellipe consta como matriculado no Colégio do Caraça. Seu pai, Fellipe Antônio Gonçalves era comerciante e no ano de 1865 foi eleito vereador da cidade. A presença de Fellipe A. Gonçalves Júnior indica que poderiam existir nas escolas públicas não apenas crianças pobres.

Já para as crianças realmente pobres, uma série de empecilhos relacionados às condições materiais das famílias dificultavam a freqüência das mesmas à escola. Outros tempos sociais, como o do trabalho, batiam de frente com um novo tempo que se instaurava na sociedade e que precisava se afirmar frente aos demais – o tempo da escola, o tempo da criança aprender. Deste modo, juntamente apareciam dois problemas que a escola deveria enfrentar: a falta de condições materiais dos alunos e a afirmação do tempo da escola frente aos outros tempos sociais (FARIA FILHO, 2007).

A partir das atas de exame foi identificado que correntemente os progressos dos alunos estavam condicionados a sua freqüência à escola. Nas escolas do sexo feminino apesar desta questão aparecer, ela não foi tão recorrente como nas escolas do sexo masculino. A pouca freqüência dos alunos era motivada pela *carestia dos viveres*, epidemias como o sarampo, grande distancia entre a casa dos alunos e a escola e também as chuvas que ocasionavam a cheia dos rios.

O professor Antônio Camillo de Lelles assim justifica a pouca freqüência dos alunos a sua escola

Que quatro estão atrasados devido isto a falta de frequencia que involutariamente tem se dado em consecuencia da fome que tem acassado esta freguezia especialmente nos mezes de Agosto, 7brº, outubro, Novembro e Dezembro que o recurço da pobreza tem sido

andarem pelos mattos em demanda de caça fructas, e raizes para a sua mantença. (IP3/4 cx 13 P.20 doc 18)

Ainda que o professor possa ter carregado na tinta para justificar o pouco adiantamento de alguns de seus alunos, o relato anterior indica para a precariedade que muitas famílias passavam, principalmente em alguns meses dos anos em que não lhes restava outra alternativa que *andarem pelos mattos em demanda de caça de fructas, e raizes para a sua mantença*. Importante frisar que a freguesia de Cuiethé, localizada no Vale do Rio Doce, enfrentava dificuldades para fazer chegar mantimentos e até mesmo correspondências oficiais.

Já a escola da freguesia de Santa Maria, regida pelo professor Francisco Fernandes Vieira, enfrentava outros problemas para manter a freqüência dos alunos em sua escola

entendemos que elles achão-se com grande adiantamento em vista das falhas de cada um delles; uns pela privação de passagem do Rio Tanque, nos tempos em que elle se conserva cheio e tambem pela distancia em que mora seis Kylometros e outros menos; causa pela qual seus pais não os conservão na escola quando vão lendo, escrevendo e contando as quatro operações fundamentaes, outros nem isso esperão. (IP3/4 cx 14 p.05 doc 15)

Questões de ordem da natureza aliados à carestia e distância entre casa e escola influenciavam na pouca freqüência desses alunos. No excerto mencionado anteriormente, ainda identificamos também uma prática que parece ter sido comum: a de deixar a criança na escola somente o tempo de aprender os rudimentos da leitura e da escrita, demonstrando que a relação entre a família e a escola se dava de maneira ativa (VIANA, 2006).

Outros ainda deixavam de freqüentar a escola por precisarem trabalhar e, ao aprenderem minimamente os conhecimentos que os ajudariam no seu trabalho, abandonavam a escola. No exame do ano de 1877, da primeira escola do sexo masculino de Sant'Anna dos Ferros regida por Cláudio Rodrigues Lima, tendo como presidente do exame o Cap. Camillo de Lelis Ferreira e como examinadores José Felicíssimo de Castro Guimarães e Joaquim Lucas Coelho, o referido professor fez um pedido que foi acatado pelos examinadores

Pelo Professor foi pedido ser inserido, o alumno Sebastião Antonio da Silva que sahio prompto antes do presente exame, nesta acta, que os examinadores dessem os seos pareceres a respeito; e sendo

deferido pelo Presi.e do acto, o examinador José Felicissimo de Castro Guimaraes informou se achar o m.mo alumno prompto nas materias do ensino porq se achava em sua casa como caixeiro. (IP3/4 cx 14 p.05 doc 3).

Para os examinadores, mesmo que o aluno não tivesse passado pelos exames, ao exercer a função de caixeiro mostrava que o mesmo já estava habilitado para exercer atividades que demandavam a leitura, a escrita e o cálculo. Se o exercício da atividade de caixeiro era suficiente para os examinadores considerarem que o aluno Sebastião já havia concluído o ensino primário, assim não entendeu o pessoal da Inspeção Geral de Instrução que contabilizou na folha da cópia da ata que no exame daquele ano na primeira escola do sexo masculino de Ferros não havia nenhum aluno pronto.

O aumento de escolas na província, iniciado na década de 1870, e de forma mais sensível na seguinte, parecia que não estava dando os resultados esperados pelo Estado. Continuava a ser anunciada nos relatórios dos Presidentes de província e nos dos Inspectores Gerais a constatação de não se ter certeza do número de alunos a freqüentar as escolas, de que o aumento do número de escolas não estava acarretando um aumento na freqüência ainda que a lei de obrigatoriedade estivesse em vigor

Não me é possível determinar o numero de alumnos que actualmente frequenta nossas escolas publicas: a secretaria prossegue no exame dos mappas, em numero eleva-se a cerca de 4000, e só com vagar se poderá se precisar o facto da frequencia, que é de uma importancia capital para se chegar ao conhecimento exacto do desenvolvimento que vae tendo o ensino e dos progressos que no espirito publico vae fazendo o amor pela instrucção. Todavia, dos dados estatísticos colligidos por meus antecessores se depreheende quanto vão sendo lentos, morosos, desanimadores, esses progressos. Ao augmento das novas cadeiras não tem correspondido o accresimo proporcional no numero de alumnos frequentes. (VALLADÃO, 1887, p.8).

Uma das formas que o Estado buscou para se assegurar da presença real dos alunos nas escolas foi por meio da confecção de mapas gerais de freqüência das escolas públicas. Estes mapas, produzidos na década de 1880, informam sobre a matrícula, a freqüência e o número de alunos aprovados nas escolas mineiras. Neles, visualizamos dados para vinte e oito escolas do sexo masculino e dez do sexo feminino⁷³, de Itabira, entre os anos de 1881 a 1889.

Importante ressaltar que os mapas de freqüência deveriam ser enviados pelos professores à Inspeção trimestralmente e que a matrícula de alunos era aberta durante todo o ano. Este fator, com certeza, determinava que em alguns períodos dos anos as

⁷³ Como apontado no capítulo 1, durante o período foram criadas quarenta e duas escolas públicas.

escolas recebessem um número maior de matrícula e de freqüência dos alunos, influenciados talvez pelas atividades desenvolvidas por suas famílias quando, por exemplo, em tempo de plantio e colheita, momento em que as famílias precisavam de mais braços para o trabalho.

Estes dados servem de indicativo da movimentação entre matrícula, freqüência e alunos prontos da cidade. Nos nove anos, levando-se em conta estas trinta e oito escolas públicas foram matriculadas 34.124 crianças destas, 13.719 – 40.20% tiveram uma freqüência efetiva. Entre as crianças que freqüentaram a escola apenas 452 (3.29%) constaram como prontas⁷⁴ durante todo o período.

Os dados acima apontam para uma freqüência não muito baixa nas escolas, independentemente do sexo da criança; por outro lado, o número de crianças que foram consideradas como prontas foi bastante diminuto. Em relação aos dados apresentados pelo Recenseamento de 1872, o número de crianças nas escolas públicas sofreu um aumento significativo.

Neste caso, estamos trabalhando com os dados fornecidos pelo Recenseamento para todo o município e não por freguesias. Deste modo, em 1872, de 5.384 crianças, 4.658 não a freqüentavam e apenas 726 (13.49%) freqüentavam a escola enquanto que no fim da década de 1880, a freqüência na escola ficou em torno de 40.20%. Obviamente que, o número de escolas nos anos 1880 teve um acréscimo considerável e várias localidades rurais passaram a ter escola pública, o que ajudou no aumento do número de crianças na escola. Tendo em vista os problemas que estes números possam apresentar, pode-se indicar um aumento na freqüência de crianças nas escolas públicas da cidade de Itabira.

O número de escolas para o sexo masculino existentes no município era consideravelmente maior que o de escolas para o sexo feminino. Como estes dados apresentam-se quando leva-se em conta se a escola é do sexo masculino e do sexo feminino, estão visualizados na Tabela 6.

⁷⁴ Na documentação analisada era utilizada a denominação pronta e não aprovada, como o aluno ou aluna poderiam ser considerados como prontos pelo professor mas não terem sido aprovados nos exames optamos por utilizar a denominação “pronto” mesmo tendo em vista que alguns eram aprovados e concluíram o ensino primário.

TABELA 6 - MATRÍCULA, FREQUÊNCIA E APROVAÇÃO POR TIPO DE ESCOLA

	Matrícula	%	Frequência	%	Alunos prontos	%
Sexo masculino	25.387	74.39	9.218	27.01	306	3.32
Sexo feminino	8.737	25.60	4.501	13.19	146	3.24

Fonte: APM.

Existiam dezoito escolas do sexo masculino a mais que escolas femininas. Refletindo sobre este número maior de escolas, o número total de matrículas nessas escolas foi bem maior que nas escolas do sexo feminino. Esta proporção diminui um pouco quando se refere à frequência, ainda que esta fosse maior que a das escolas femininas, ela não era tão considerável quando se toma por base o número de matrículas.

Para o cálculo de alunos que foram considerados como prontos, estamos levando em conta o número de alunos frequentes nas escolas e não o número de crianças que eram matriculadas nas escolas do município. Nos dois tipos de escola, o número de alunos considerados prontos, no período em questão, foi baixo, quando comparado ao número de crianças que frequentavam a escola.

O baixo índice de aprovação nas escolas, como também o menor índice de frequência em relação à matrícula apontam para as diversas dificuldades de permanência das crianças nas escolas. Por outro lado, o aumento do número de crianças nas escolas apontam tanto para o esforço das famílias em enviarem seus filhos para a escolas como a crescente presença da escola como o local privilegiado para a instrução de seus filhos.

4.3 A trajetória escolar dos alunos a partir dos mapas de frequência das escolas subvencionadas de Itabira do Matto Dentro

A produção da condição de aluno no processo de ampliação da escolarização para a população esteve ligada a diversos fatores. Para Veiga (2005, p.78)

Os diferentes saberes em profusão a partir de meados do século XIX sistematizaram uma nova condição de ser criança e ter infância, e para isso diferentes normas se inscreveram no corpo da criança: ser bem comportada, obedecer, brincar, vestir roupas adequadas, frequentar a escola, ser um bom aluno etc. Por meio da escola

universalizou-se a faixa etária atribuída ao tempo da infância, bem como uma nova maneira de as crianças se estabelecerem no mundo: como aluno(s).

Esta nova condição de aluno gestada por professores e demais agentes da instrução pública pode ser percebida por meio das informações contidas nos mapas de frequência de suas escolas. Estes mapas produzidos cumpriam dois objetivos: o de assegurar o pagamento do salário e o controle administrativo referente à frequência às escolas e, portanto, a possibilidade de sua manutenção.

A partir da produção destes mapas

Os mestres instalam práticas de classificação, ordenamento e hierarquização dos saberes e dos sujeitos escolares. Constroem identidades ao trabalho docente e à infância escolarizada, agindo de maneira a normatizar o exercício profissional e o aluno. Acumulam o passado e desenham o presente. (VIDAL, 2007, p.7)

Como apontado por Veiga (2005, p.92) desde o regulamento nº 3 de 1835 foi proposto um modelo de mapa em que deveria constar: nome do aluno, filiação, idade. A partir de 1860, com o regulamento nº 49 foi apresentado um novo modelo constando um campo para comportamento e outro para observações. Todos os mapas de frequência localizados foram confeccionados à mão, embora como a autora indicou já existissem mapas em papel impresso.

Vidal (2007) indica que, na produção destes mapas, os professores estavam seguindo determinações burocráticas ao mesmo tempo em que criavam uma racionalidade administrativa da escola, pedagógica do ensino e identitária do aluno; além disso, produziam sistemas de inclusão e exclusão.

A autora identificou cinco conjuntos de dispositivos existentes na confecção de tais mapas, que podem ajudar a analisar os mapas produzidos por professores que atuaram em Itabira. São eles:

1. **Contabilidade:** identificados na contabilização de alunos frequentes e na numeração vinda na primeira coluna dos mapas;
2. **Identificação:** especificação do nome da criança, idade;
3. **Gestão:** registro do dia da matrícula, faltas dos alunos indicando o trabalho docente com cada um e as interrupções;
4. **Avaliação pedagógica:** percebida por meio do campo aproveitamento;
5. **Avaliação social e comportamental:** percebida no campo comportamento.

Os mapas de freqüência encontrados referem-se às seguintes escolas subvencionadas: Escola de S.S. dos Ferreiras, freguesia de Sant'Anna dos Ferros do ano de 1885, regida pelo professor Herculano José Soares; Escola do Córrego do Burrinho, freguesia de Joanésia, regida pelo professor Manoel Lopes Ribeiro, referentes ao quarto trimestre de 1885 e segundo trimestre de 1887; Escola do Ribeirão do Caratinga, freguesia de Joanésia, sem referência de ano e trimestre, regida pelo professor Joaquim José de Almeida; Escola da Fome, freguesia de Santa Maria, regida pela professora D. Anna Fernandes Madeira, referente ao quarto trimestre de 1881.

Apenas para a escola rural, regida pelo professor Damaso Augusto de Paula, foram localizados mapas que compreendem desde o ano que passou a ser subvencionada sua escola – 1881 até o ano de 1888, quando se pediu e foi aceito o fechamento de sua escola. Os mapas de freqüência também confeccionados trimestralmente localizados não correspondem a todos os trimestres de 1881 a 1888, faltam os mapas do 1º, 2º e 3º de 1882; os do 2º e 4º trimestres de 1884; os do 2º, 3º e 4º de 1885; os do 1º, 2º, 3º trimestres de 1886; o do 1º trimestre de 1887.

Como os mapas de freqüência da escola regida pelo professor Damaso são em maior número, optamos por realizar a análise dos mapas dessa escola (anexos III e IV). Importante frisar que esta foi a única escola subvencionada em que não foi possível determinar em que freguesia estava localizada. Em documentos diversos ela aparece como localizada em três localidades diferentes: Cedro, Capão e Pouso Alegre. Apesar destas três localidades serem próximas uma das outras não foi possível identificar a freguesia que fazia parte.

Os mapas localizados, entretanto, não seguiam um padrão. Aqueles confeccionados entre os anos de 1881 a 1884 possuíam os seguintes campos: nome, idade, data da matrícula, conhecimento de leitura, escrita e cálculo no início da matrícula e no final do trimestre, comportamento, inteligência, freqüência, total de freqüência, observações. No mapa de 1885 não constam os campos comportamento e inteligência. O de 1886 não possui os campos conhecimento de leitura, escrita e cálculo no início da matrícula e no final do trimestre e os de 1887 e 1888 o grau ou estado de instrução.

É importante destacar, como apontou Veiga (2005) que a produção da idéia de aluno juntamente com as novas categorias que vão sendo agregadas a ela tais como as relacionadas a inteligência, comportamento, trouxeram implicações para a vida familiar e da criança que passou a ter parte de sua identidade criada pelo Estado e pelo professor.

Na tabela a seguir constam as matrículas levando-se em conta o número de meninos e meninas e o número de alunos aprovados em exame ou que foram considerados pelo professor como prontos para o exame.

TABELA 7 - MATRÍCULAS DA ESCOLA RURAL DO PROF. DAMASO A. P. CAMPOS				
Ano	Total meninos	Total meninas	Total matrícula	Alunos considerados prontos⁷⁵
1881	21	4	25	0
1882	29	0	29	0
1883	33	0	33	3
1884	26	----	26	----
1885	23	----	23	----
1886	26	0	26	2
1887	24	4	28	1
1888	19	5	24	0

Fonte: AMF.

O número de matrículas nesta escola não excedia a quarenta alunos, diferente das escolas públicas provinciais que, em alguns momentos, poderia ter uma matrícula de mais de cinquenta alunos⁷⁶.

Como as escolas subvencionadas estavam localizadas em zonas rurais provavelmente o público que se destinava a atender não estava tão concentrado, o que poderia não ocorrer com as escolas públicas provinciais.

Além disso, por estarem em zona rural, as dificuldades que os alunos das escolas públicas enfrentavam para poderem deslocar até a escola, necessidade de trabalhar e a pobreza poderiam ser para os alunos das escolas rurais bem maiores ainda. Não foi possível localizar nenhuma referência sobre dificuldades que estas crianças possam ter enfrentado para poderem freqüentar a escola, mesmo assim estas dificuldades podem ter existido e terem sido muitas, devido aos fatores já expostos.

Como já indicado, estas escolas eram reguladas tanto pela legislação provincial quanto pelo Código de posturas da cidade. Anteriormente ao Código de Posturas de 1883, as escolas subvencionadas possuíam como regulação a resolução 2717 de 1881 e o regulamento nº 84 que estava em vigor.

⁷⁵ Em apenas um mapa encontramos a informação de que um aluno havia sido aprovado no exame, em todos os outros mapas consta apenas a informação “prompto”.

⁷⁶ Para citar alguns exemplos: a escola do sexo feminino de São José da Lagoa que no 4º trimestre de 1881 teve 75 meninas matriculadas; a do sexo masculino de Dionísio que em todos os semestres deste mesmo ano nunca teve matrícula inferior a 60 alunos.

O parágrafo 2º, do artigo 11, determinava que a subsistência destas escolas dependiam da frequência marcada no regulamento nº 84. Este, no artigo 28, definia que a frequência nas escolas públicas seria de no mínimo vinte alunos para as escolas do sexo masculino e de quinze alunas para as escolas do sexo feminino.

Em 1883, com a adição no Código de Posturas sobre as escolas rurais subvencionadas, o artigo 152 definia como frequência mínima para estas escolas o número de doze alunos. Neste momento, já estava em vigor o regulamento nº 100 que estipulava como frequência mínima nas escolas públicas o mesmo número mínimo de alunos que o regulamento nº 84.

Deste modo, a frequência para as escolas rurais subvencionadas pela Câmara Municipal teve dois tratamentos distintos: o primeiro de 1881 até 1883, em que a frequência das escolas deveria seguir a estipulada pela legislação provincial e, o segundo de 1883 em diante, quando estas escolas poderiam ter uma frequência mínima de doze alunos.

A frequência legal dessas escolas teria sido estipulada em um número menor que as das escolas públicas porque eram localizadas em zonas rurais em que não haveria tanto crianças em idade escolar para a frequentarem? Mas e as escolas públicas criadas nos anos 1880 que estavam localizadas em zonas rurais não enfrentariam o mesmo problema? Apesar destas escolas terem a legislação provincial como parâmetro para a sua regulação, elas também possuíam especificidades demandadas talvez por sua localização.

A Tabela 7, apesar de apresentar apenas o número de matrícula, esta foi calculada a partir dos mapas de frequência, demonstrando que, ao menos nessa escola, a frequência mínima tanto quando regida pelo regulamento nº 84, tanto quando pelo Código de Posturas de 1883, sempre alcançou o mínimo exigido em lei.

O Código de Posturas não tratou da idade que as crianças deveriam ter para poderem frequentar a escola. Neste caso, o que regulava a idade escolar não era Código de Posturas, mas a legislação provincial. Para o período em que estas escolas foram subvencionadas pela Câmara, dois regulamentos estiveram em vigor, no regulamento nº 84 de 1879, a frequência obrigatória, dentro de certos limites, nas escolas era de 7 a 12 anos de idade. No regulamento nº 100 de 1883, esta faixa etária foi mantida para o caso dos meninos e, para as meninas seria de 6 a 11 anos de idade. Nos dois textos legais, a escola poderia ser frequentada por crianças de 6 a 14 anos de idade.

Foram contabilizadas 109 crianças que se matricularam na escola rural regida pelo professor Damaso A. P. Campos. Destas 100 eram meninos e nove eram meninas⁷⁷. Na Tabela 8 estão apresentados o número total de crianças, com a idade correspondente no ato da matrícula.

TABELA 8 - NÚMERO DE CRIANÇAS POR IDADE MATRICULADAS NA ESCOLA RURAL DO PROFESSOR DAMASO A. DE PAULA CAMPOS

	6 anos	7 anos	8 anos	9 anos	10 anos	11 anos	12 anos	13 anos	14 anos	15 anos	16 anos	Total por idade
Meninos	2	11	13	10	12	16	21	6	6	1	2	100
Meninas	-	2	-	1	2*	4	-	-	-	-	-	09

Fonte: AMF. * Uma mesma aluna foi computada pelo professor duas vezes como tendo 10 anos de idade e outras duas vezes como tendo 8 anos de idade.

A concentração de matrícula foi entre as idades de 10 anos a 12 anos. De 7 a 10 anos de idade também houve um número maior de crianças matriculadas. Apenas duas crianças possuíam 6 anos, a idade mínima estipulada em lei para a frequência em escolas públicas.

A idade limite para a frequência era de 14 anos e apenas 3 jovens se matricularam após esta idade limite. Isso demonstra que a escola primária era o local de aprendizagem da infância; os jovens maiores de quatorze anos, provavelmente, já se encontravam trabalhando (GOUVÊA, 2004, p.280). Já as meninas, cuja presença foi expressivamente menor, a idade de matrícula das mesmas se concentrou entre os 7 e 11 anos de idade.

Interessante observar que a maior concentração de matrícula ocorreu entre os 10 anos e 12 anos de idade, idades limites para a frequência obrigatória nas escolas. Seria esta uma maneira que os pais, que relutavam em mandar seus filhos para a escola ou não poderiam prescindir do serviço de seus filhos, encontraram de manterem seus filhos pelo menor tempo possível na escola, mandando-os apenas por um ou dois anos, já que após os doze anos a frequência já não seria obrigatória?

Em uma sociedade em processo de escolarização, a escola introduziu a concepção de tempo determinado, trazendo também novos espaços e tempos para a vivência da infância levando seus efeitos para outras instituições como a família, pois “essa deveria reordenar a distribuição do tempo da criança, de forma que o adaptasse às

⁷⁷ Nos mapas de frequência localizados das outras escolas subvencionadas apenas na escola regida pela professora D. Anna Fernandes Madeira foi localizada a presença de uma menina frequentando a escola. Em todas as outras constam apenas nomes de meninos.

exigências do tempo escolar.” (GOUVÊA, 2004, p.279) Além das dificuldades já apontadas anteriormente, para a manutenção da frequência nas escolas a reordenação dos vários tempos que faziam parte da vida familiar e da criança também se fez presente.

Ainda em relação as idades estipuladas como aquelas em que a criança deveria frequentar a escola, Gouvêa (2004, p.282) indica que não havia níveis internos quanto à capacidade de aprendizagem dos alunos, pois inexistia uma relação entre rendimento escolar e idade.

A partir das atas de exame das escolas públicas, verificamos que, em alguns momentos, os examinadores faziam a ligação entre idade, frequência e tempo de matrícula

forão estes argüidos collectivamente pelos examinadores, depois do que declararão o presidente do acto e os examinadores que todos se achavão com grande adiantamento, segundo a idade, tempo e frecuencia. (IP3/4 cx 14, P.14, doc.6)

Em outros momentos, a idade não era considerada para o progresso escolar do aluno, mas a frequência e tempo de matrícula

Em seguida e englobadam.te forão examinadas ás de mais alumnas, e forão os examinadores de parecer q se achão com bastante adiantamento oito, em relação ao tempo de frequência e sette m.s atrasadas.(IP3/4 cx 14, P.08, doc.03)

Deste modo, ainda que não houvesse claramente determinado níveis de aprendizagem de acordo com a idade, em alguns momentos, a idade dos alunos era levada em conta no tempo que levava para aprender. De todo modo, o que predominou foi o foco na figura do aluno sob “sua capacidade e empenho em aprender e na frequência cotidiana à escola. A sua identidade geracional aparece subsumida à identidade de aluno, categoria a partir da qual se operava a percepção de sua individualidade.” (GOUVÊA, 2004, p.283).

Nos mapas de frequência visualizamos informações sobre o progresso escolar a partir de três categorias: conhecimento na matrícula, no final do trimestre e inteligência.

Na primeira era informado se o aluno já possuía algum conhecimento de leitura, escrita e contas. O professor Damaso utilizava das seguintes palavras para o preenchimento deste campo: *nada; já tinha principio, atrazado, lia suffrivelmente e pouco.*

Para informar sobre o progresso do aluno, ao fim de um trimestre, o professor Damaso utilizou mais palavras para definir o progresso dos alunos, dentre estas as mais utilizadas foram: *principio de leitura e escrita, atrasado, adiantado e principio*.

O campo Inteligência era definido a partir das palavras: *pouco, boa, ótima, ruim, muita e alguma*. De acordo com Gouvêa (2004, p.284), a inteligência do aluno, registrada nos mapas de frequência era compreendida como uma habilidade inata, intrínseca a pessoa, o que fazia com que o tempo na escola dependesse apenas do “exercício do ofício do aluno”.

Além disso, havia o campo para informações sobre o comportamento do aluno que era classificado como *bom* ou *ruim*.

Estas categorias que Vidal (2007) designou de avaliação pedagógica, social e comportamental buscavam dar visibilidade a cada aluno. Nestas, também segundo Gouvêa (2004a, p.213)

O indivíduo era apreendido no interior de uma teia de significados, segundo os quais suas ações eram compreendidas e avaliadas, significados relacionados à especificidade da instituição escolar e sua função social ao longo do período: transmitir a instrução elementar e garantir a educação moral.

Estas implicações ficam mais claras à medida que acompanhamos um pouco a trajetória de alguns alunos na escola rural do prof. Damaso A. P. Campos. Como os alunos foram aprendidos pelo professor pode ser percebida, a partir da análise sobre a idade de matrícula, aprendizagem, tempo de permanência na escola e, por meio das categorias inteligência, comportamento e conhecimento na matrícula e no final do trimestre.

Nossa proposta é seguir um pouco das possibilidades de análise dos mapas de frequência como indicado por Vidal (2007). Deste modo, não nos deteremos especificamente sobre as diversas minúcias que compunham o ensino do ler, escrever e contar⁷⁸.

O aluno Emilio Petronilho da Silva foi matriculado na escola aos 12 anos de idade em 16 de fevereiro de 1881. Ao começar a freqüentar a escola *lia suffrivelmente* e ao final do trimestre *so falta praticar em contas*. No segundo trimestre *lia corrente*, no terceiro estava *adiantado* e no último estava *prompto*. Para o professor a inteligência deste aluno sempre foi classificada como *boa* ou *optima*.

⁷⁸ Sobre o ensino de primeiras letras na província de Minas Gerais na primeira metade do século XIX ver INACIO (2001).

Emílio Petronilho da Silva frequentou a escola por um ano. Não sabemos se nesse ano houve exame nesta escola, mas no ano seguinte este aluno já não aparece mais nos mapas de frequência da escola.

O tempo de permanência e aprendizagem do aluno Antônio Domingues de Souza chamou a atenção. Ele foi matriculado com 11 anos de idade na escola no dia 23 de novembro de 1881, ou seja, no segundo mês do último trimestre daquele ano. Ao ser matriculado o aluno *lia soffrivel* e no fim deste mesmo trimestre já podia sair da escola como o professor informou no campo de observações do mapa. A frequência deste aluno nos dois meses foi de apenas 14 dias. Pode ser que ao se matricular, já possuísse os conhecimentos da leitura e da escrita e o professor como forma de valorizar o seu trabalho indicou no mapa que este aluno *lia soffrivel*.

Além destes dois alunos, mais outros dois ficaram prontos no ano de 1881: Joaquim Matheus de Sza e Jose Gregório Dias, ambos com 12 anos de idade, ambos com bom comportamento e ótima inteligência. O primeiro já tinha iniciado suas aprendizagens e o segundo nada sabia no ato da matrícula.

A finalização dos conteúdos do ensino primário destes quatro alunos no ano de 1881 sugere que estes alunos provavelmente já vinham sendo instruídos, talvez pelo próprio professor Damaso. Como já foi apontado, a escola rural regida pelo professor Damaso foi uma das primeiras a receberem subvenção da Câmara Municipal. As primeiras escolas foram convidadas para receberem a subvenção, o que indica que este professor já atuava particularmente.

Ao lecionar particularmente talvez não necessitasse ter este controle, a partir dos mapas, sobre a frequência de seus alunos à aula. Essa transição entre professor particular para público fez com que *na estratégia da escrita* começasse a ter que seguir as determinações postas pelo Estado para aqueles que se dedicavam ao magistério público.

Ao datar nos mapas de frequência a matrícula do aluno a partir de 1881 e não em ano anterior, pode ter sido considerado como um marco para o referido professor como o momento em que deixava de ser professor particular para se tornar um professor público.

Acompanhemos a trajetória de outros alunos. O aluno Álvaro Roiz de Moraes foi matriculado com a idade de 8 anos no dia 16 de fevereiro de 1881. Entrou na escola já possuindo algum conhecimento, pois o professor informou no mapa que *ja tinha principio*, ao fim do primeiro trimestre o aluno Álvaro Roiz possuía *principio de leitura*

e escripta. Foi classificado pelo professor como um aluno de *pouca* inteligência e de *bom* comportamento.

No início do segundo trimestre, este mesmo aluno não sabia nada e ao fim do trimestre ele estava *atrazado*. Continuava a ter um *bom* comportamento e foi considerado pelo professor com *boa* inteligência. No semestre seguinte, com nove anos de idade ele *lia suffrivel* continuando a ter *bom* comportamento e *boa* inteligência. No último semestre de 1881, o aluno Álvaro só faltava aprender a contar.

Para o ano de 1882, só foi localizado o mapa referente ao quarto trimestre, neste o progresso do aluno foi classificado como bom. Já no ano de 1883, com informações sobre o progresso do aluno do segundo trimestre em diante encontra-se que no segundo trimestre ele *lê e escreve bem*, no terceiro *esta prompto* e no quarto *conta, lê e escreve*.

No que se refere à categoria comportamento ele sempre foi classificada como *bom*. Já para a inteligência, primeiro a inteligência de Álvaro Roiz foi classificada como *ruim*, depois *pouca* e por fim, *boa*.

Como não havia uma divisão interna relativa aos conteúdos apresentados ao aluno, não se estabelecia uma relação entre idade e rendimento escolar em que o foco estava direcionado à capacidade individual da criança em aprender, a oscilação na classificação da inteligência de Álvaro Roiz parece estar ligada às dificuldades em que o mesmo foi apresentando à medida que novos conteúdos lhe eram apresentados.

Este aluno ficou na escola por três anos, de 1881 a 1883. Não sabemos se neste ano houve exame na escola ou o aluno a deixou de freqüentar por já saber ler, escrever e contar.

Emilio Lino Martins, matriculado em 1881 com 10 anos, freqüentou a escola por apenas um ano, mas ao final do ano não estava ainda pronto nas matérias. Ao iniciar a freqüência à escola, Emílio Lino Martins não possuía nenhum conhecimento e, ao final do primeiro trimestre estava aprendendo a ler. Neste momento foi considerado pelo professor como tendo *pouca* inteligência.

No segundo trimestre, sua aprendizagem foi considerada pelo professor como *atrasada*, entretanto, possuía uma *ótima* inteligência. Nos dois outros trimestres, a informação é de que Emílio Lino lia de maneira razoável. A inteligência desse aluno foi classificada primeiro como *ótima*, depois como *muita* e, por fim como *boa*. Em relação ao seu comportamento apenas no último trimestre foi considerada como *ruim*.

Inicialmente acreditávamos que para o professor poderia existir uma relação entre comportamento e inteligência de tal forma que se o aluno que não possuísse um bom

comportamento seria considerado como de pouca inteligência. Contudo, na análise das categorias apresentadas percebemos que, a categoria comportamento ainda que trouxesse para as crianças um novo componente em sua identidade mostrava-se independente em relação às aprendizagens e à inteligência do aluno.

A capacidade individual do aluno parece ter sido determinante para o seu progresso na escola. Por outro lado, por ter ficado apenas um ano na escola, e ao final desse ano ao saber ler de maneira razoável, pode ter sido considerado como suficiente para sua família deixando então de freqüentar a escola. Sem deixar de mencionar a possível existência de dificuldades para a freqüência deste aluno a escola.

A dificuldade de freqüentar a escola, seja ela de ordem material, condições naturais ou de grande distância a ser percorrida entre a casa e a escola fazia com que algumas crianças ficassem um tempo mínimo na escola. Como pode ser o caso também do aluno Joaquim Ribeiro dos Santos, matriculado com 10 anos de idade em março de 1881, permaneceu na escola por apenas quatro meses: mês de março e abril e depois junho e julho.

Acompanhemos agora um pouco da trajetória escolar das meninas que freqüentaram a escola rural do prof. Damaso. De 1881 a 1888 passaram por esta escola nove meninas. A presença de meninas nesta escola ocorreu em dois momentos: primeiro no ano de 1881 e depois só entrariam meninas para estudar no ano de 1887 e 1888.

No ano de 1881 foram matriculadas quatro meninas cujas idades variaram de 7 a 11 anos:

QUADRO 11 - RELAÇÃO DAS MENINAS MATRICULADAS EM 1881 NA ESCOLA RURAL DO PROFESSOR DAMASO A. DE PAULA CAMPOS

Nome	Data matrícula	Idade na data da matrícula
Maria Luiza da Silva	14 de março	8 ou 10 (?)
Maria Joana Roiz	14 de março	7
Deolinda Maria de Jesus	25 de setembro	11
Ricardina Maria de Jesus	26 de setembro	10

Fonte: AMF

A aluna Maria Luiza da Silva foi computada como tendo 8 anos de idade no segundo e terceiro trimestre enquanto que no primeiro e quatro foi apontada como tendo 10 anos de idade. Se foi um erro de registro ou não se sabia ao certo a idade da menina, não foi possível verificar.

Deolinda foi matriculada no dia 25 de setembro e Ricardina um dia depois. No entanto, o nome de Deolinda constava no mapa do terceiro trimestre enquanto o de

Ricardina só a partir do quarto trimestre. Esta última, apesar de ter sido matriculada em setembro, provavelmente, passou a frequentar a escola apenas no mês seguinte.

Em relação ao ano de 1882 foi localizado apenas o mapa de frequência do último trimestre. Deste modo, não se sabe até que período estas meninas frequentaram a escola. Diferente dos casos já relatados a avaliação do professor Damaso em relação a tais meninas não se diferenciou muito.

QUADRO 12 - AVALIAÇÃO AO LONGO DO ANO DE 1881 DAS ALUNAS FEITA PELO PROFESSOR DAMASO

1º Trimestre				2º Trimestre				3º trimestre				4º trimestre				
Matricula	Fim trimestre	Inteligência	Comportamento	Matricula	Fim trimestre	Inteligência	Comportamento	Matricula	Fim trimestre	Inteligência	Comportamento	Matricula	Fim trimestre	Inteligência	Comportamento	
Maria Luiza da Silva	:	atrasada	boa	Bom	Nada sabia	atrasada	boa	bom	..	atrasada	boa	bom	Nada	atrasada	boa	bom
Maria Joana Roiz	:	atrasada	ruim	Bom	Nada sabia	atrasada	pouca	bom	..	atrasada	boa	bom	Nada	atrasada	boa	bom
Deolinda Maria de Jesus	:	:	:	:	Nada sabia	Nada sabe	boa	bom	Nada	atrasada	boa	Ruim
Ricardina Maria de Jesus	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	Nada	atrasada	boa	ruim

Fonte: AMF.

Segundo a avaliação do professor Damaso, nenhuma das alunas matriculadas apresentou um bom progresso nas aprendizagens. Todas entraram sem terem algum conhecimento e sempre ao final do trimestre estavam atrasadas em relação aos conteúdos apresentados.

Pelo Quadro 12, visualizamos que a classificação da inteligência da aluna não se fazia de forma mecânica em relação a sua capacidade de assimilação dos conteúdos

apresentados. Todas estavam sempre atrasadas em relação aos conteúdos ministrados, mas apenas a aluna Maria Joana Roiz foi considerada em dois momentos como possuindo uma inteligência ruim ou com pouca inteligência.

Assim, outras questões estavam entrando na avaliação do professor para classificar suas alunas em relação à inteligência. Ao que parece, a aluna já ter conhecimento ao se matricular não estava influenciando nesta avaliação, o comportamento também não. Quais critérios este professor utilizava além do que era aprendido pelos alunos?

Essa questão aponta que, na formação de sua experiência como professor criou critérios para a avaliação dos alunos que não podem ser percebidos através dos mapas de frequência. São *fazeres ordinários* presentes em sua prática profissional que, no entanto estão envoltos em silêncio, quase não deixando vestígios. (CHARTIER, 2000)

Esta escola só receberia novamente meninas no ano de 1887. Neste ano foram matriculadas quatro meninas:

QUADRO 13 - Meninas matriculadas no ano de 1887		
Nome	Data matrícula	Idade na data da matrícula
Maria Magdalena Rosa	31 de janeiro	11
Maria Raymunda de Jesus	31 de janeiro	11
Aleuina Pia Rosa	31 de janeiro	9
Heudalina Maria de Jesus	14 de junho	11

Fonte: AMF.

A avaliação do professor em relação a estas meninas seguiu os mesmos critérios que utilizou para avaliar suas alunas matriculadas no ano de 1881? Nos mapas do ano de 1887 e 1888, o professor Damaso apenas informa o grau de instrução de seus alunos. Os campos inteligência, comportamento e conhecimento no início do trimestre foram suprimidos.

Seria para o professor, após alguns anos de prática, desnecessário avaliar seus alunos em relação à inteligência e ao comportamento? Ou para ele, a relação entre aprendizagens apresentadas e inteligência seria um critério já natural não carecendo dar este tipo de informação?

Apesar de não termos informações sobre os conhecimentos destas alunas quando se matricularam na escola pelo quadro seguinte percebemos que a maneira como o professor Damaso avaliou estas alunas não parece ter seguido o mesmo padrão que as alunas do ano de 1881.

QUADRO 14 - GRAU DE INSTRUÇÃO DAS ALUNAS EM 1887 E 1888

	1887				1888			
	1º trimest.	2º trimest.	3º trimest.	4º trimest.	1º trimest.	2º trimest.	3º trimest.	4º trimest.
Maria Magdalena Rosa	..	Sabe alguma coisa	Adiantada	Adiantada	Lê, escreve, três operações	Adiantada	Adiantada	Adiantada*
Maria Raymunda de Jesus	..	Sabe alguma coisa	Adiantada	Adiantada	Lê, escreve, três operações	Adiantada
Aleuina Pia Rosa Heudalina Maria de Jesus	..	Atrasada	Atrasada	Atrasada	Atrasada	Atrasada	Atrasada	Atrasada*
	..	Atrasada	Atrasada	Atrasada	Lê e escreve bem	Adiantada	Adiantada	..

Fonte: AMF. *Apesar destas duas alunas não terem freqüência no quarto trimestre o professor as avaliou em relação às aprendizagens apresentadas.

Em dois anos de freqüência à escola, a aluna Aleuina sempre foi avaliada como atrasada pelo professor. Das quatro alunas, Aleuina era a mais nova, seu atraso estava relacionado a sua idade?

As alunas Maria Raymunda e Heudalina seguiram um movimento já identificado tanto nesta escola, como nas escolas públicas: ao adquirirem o conhecimento da leitura, da escrita e algumas vezes das operações numéricas, saíam da escola sem finalizar o ensino primário.

Acompanhamos a freqüência destas meninas na escola para percebermos se a freqüência estaria influenciando na avaliação do professor quanto aos progressos das alunas.

TABELA 9 - TOTAL DE FREQUÊNCIA DAS ALUNAS POR TRIMESTRE EM 1887 E 1888

	1887				1888			
	1º trimest.	2º trimest.	3º trimest.	4º trimest.	1º trimest.	2º trimest.	3º trimest.	4º trimest.
Maria Magdalena	..	46	13	42	35	48	2	0
Maria Rosa	..	47	0	25	5	47
Raymunda de Jesus	..	10	12	26	36	40	9	0
Aleuina Pia Rosa	..	9	15	30	10	48
Heudalina Maria de Jesus								

Fonte: AMF.

Apenas no segundo trimestre de 1887 a frequência à escola da aluna Aleuina se diferenciou das outras duas as quais foram matriculadas no mesmo dia e mês que os dela, em janeiro de 1887. No entanto, sua frequência foi menor que a da aluna Heudalina que foi matriculada no último mês do segundo trimestre.

Neste caso, a frequência a escola da aluna Aleuina foi menor que a das outras alunas, teria a sua menor frequência à ocasionado o seu atraso em relação às aprendizagens? Nos demais semestres, a frequência de Aleuina ficou de modo geral parecida com a das outras alunas. A avaliação do professor sobre a pouca aprendizagem desta aluna estava, portanto, relacionada a outros fatores que não a da frequência.

A aluna Maria Raymunda, no primeiro trimestre de 1888, ao adquirir o conhecimento da leitura, da escrita e do cálculo frequentou a escola por mais um trimestre, abandonando depois a escola sem esperar o exame de final do ano. O mesmo fez Heudalina que, ao saber *ler e escrever bem*, frequentou a escola por mais um trimestre e a abandonou a escola. Maria Magdalena e Aleuina ao que tudo indica eram irmãs ou parente. As duas alunas deixaram de frequentar a escola juntas no último trimestre de 1888. No terceiro trimestre, a frequência de ambas a escola foi bastante pequena.

Estas quatro meninas que frequentaram a escola durante o ano de 1887 e parte do ano de 1888 saíram da escola sem concluir o ensino primário. Algumas saíram com mais conhecimentos como Maria Magdalena e Maria Raymunda. Aleuina deixou de ir à escola sem que pudéssemos indicar o que havia aprendido, pois sempre apareceu nos mapas de frequência como atrasada.

A nona e última menina a freqüentar a escola rural, regida pelo professor Damaso, foi Anna Mathildes que foi matriculada na escola com sete anos de idade e a freqüentou apenas no segundo semestre de 1888 abandonando-a depois.

Ao acompanharmos alguns alunos que freqüentaram a escola rural do professor Damaso A.P.Campos, percebemos como os modos de classificação dos alunos foram sendo criadas por este professor. Em relação ao tempo de aprendizagem, não havia um tempo delimitado como aquele necessário para as aprendizagens pelos alunos (GOUVÊA, 2004; INÁCIO, 2003). Este poderia ser mais longo ou mais curto dependendo de diversos fatores: os conhecimentos que alunos e/ou suas famílias consideravam como necessários e, ao aprendê-los, saíam ou eram retirados da escola, questões de ordem material, dificuldades de locomoção, presença de outras alunas na escola. Este tempo de permanência na escola também era influenciado pela capacidade individual de cada criança na assimilação dos conteúdos ensinados, o que não significava a aprendizagem de todos os conteúdos da escola primária, como demonstramos.

Em relação à presença pontual de meninas na referida escola, pudemos demonstrar que o projeto de escolarização estava voltado mais para a população masculina que feminina. A presença de meninas na escola também não se dava de maneira isolada. Quando havia uma menina matriculada, sempre existia uma ou mais meninas para fazer companhia.

A dificuldade de locomoção entre o espaço da casa para o da escola também se fazia presente para as mulheres que se dedicavam ao magistério como demonstramos quando tratamos das professoras que atuaram no município de Itabira. Mesmo sem podermos estabelecer relações de parentesco entre as meninas ou entre estas e os alunos que freqüentaram a escola, percebemos que era a presença de uma determinava a presença de outras. Deste modo, a saída de uma aluna significava a saída de outras alunas da escola.

A determinação em lei, de uma idade ideal para a freqüência na escola, também passou por algumas oscilações, até o estabelecimento de uma idade limite de entrada na escola. No caso, das escolas subvencionadas de Itabira, a entrada dos alunos na escola se deu de forma mais efetiva em relação à idade, entre os sete e doze anos, com destaque para os onze e doze anos, idades limites para a freqüência obrigatória na escola. A presença de um número maior de crianças entre esta faixa etária, na escola, em contraponto à matrícula pontual de alunos entre 13 e 16 anos demonstra que a escola

era um espaço voltado para a formação de crianças, já que os jovens acima desta idade provavelmente já estavam inseridos no mundo do trabalho.

As crianças mineiras, mestiças em sua maioria, enfrentaram algumas dificuldades para permanecerem efetivamente na escola, o que pode ser percebido no pequeno número tanto de frequência como de alunos considerados prontos em relação ao número de matrículas. Questões de ordem material, condições naturais e de concepção do que era necessário aprender na escola determinou o tempo de permanência das crianças nas escolas.

A criança além de seu pertencimento quanto ao gênero, etnia e condição social passou também a ser identificada como aluno. Ao se transformar em aluno, também passou a ser designada como aluno inteligente ou não, bem comportado ou não, trazendo uma nova forma de se identificar e ser identificado: o de ter sido uma criança escolarizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação, buscamos compreender como o processo de escolarização ocorreu na cidade de Itabira do Matto Dentro a partir do ano de 1860, momento em que a legislação educacional passou a prescrever a criação de escolas nas freguesias mineiras independente do número de habitantes livres. Essa medida possibilitou a expansão da escolarização na sociedade de maneira mais concreta, pois vários locais poderiam ter escolas públicas, o que as leis anteriores não permitiam.

Esta medida ainda assim possuía seus limites, percebidos na reafirmação desta disposição na década de 1880 e também pela restrição de que estas escolas só seriam efetivadas com a oferta de uma casa pela população local para o funcionamento da escola. Entretanto, mesmo com estas restrições, acompanhamos na cidade de Itabira do Matto Dentro o aumento, ao longo do período de análise, de escolas para atender à população local.

O aumento do número de escolas foi possibilitado também pela entrada da Câmara Municipal na oferta de escolas para a população a partir da década de 1880. Estas escolas eram subvencionadas e estavam localizadas em zonas rurais das freguesias que pertenciam à cidade, possibilitando o acesso à escola de uma parcela da população em locais nos quais inexistiam escolas públicas criadas pela província.

A criação legal de escolas pelo Estado é o primeiro movimento que possibilita a expansão da escolarização na sociedade e, como a escola nunca se encontra isolada do espaço em que está inserida, identificamos como se compunha a sociedade itabirana em diversos aspectos: perfil étnico-racial, condição jurídica, atividades desenvolvidas, quem sabia ler e escrever e a quantidade de crianças que se encontravam na escola.

Nesta perspectiva, a população da cidade foi identificada como mestiça em sua maioria, independente da condição jurídica da mesma. A atividade em que a população se envolvia era em sua maioria voltada para a agricultura. A pequena parcela de pessoas envolvidas com as profissões liberais, os que eram proprietários e alguns comerciantes eram as pessoas que estavam envolvidas diretamente na vida política da cidade e foram identificados em diversas atividades relacionadas com a instrução, seja como inspetores ou examinadores das escolas públicas da cidade.

O contingente populacional que detinha o conhecimento da leitura e da escrita era bastante restrito; indicava que estas pessoas possuíam um lugar diferenciado na sociedade local e entre estas, os professores das escolas públicas estavam incluídos.

Neste contingente populacional, quem sabia ler e escrever o número de homens com este conhecimento era maior que o de mulheres, o que comprova que o projeto de escolarização posto a cabo pelo Estado, de início, voltava-se mais para a população masculina mineira.

A presença de escravos que sabiam ler e escrever, também pôde ser identificada ainda que este número fosse pequeno em relação ao número de escravos na cidade. É importante destacar esta presença revelando que o acesso à instrução poderia se dar em diversos espaços que não apenas nas escolas públicas.

A presença de crianças que freqüentavam a escola na cidade era bastante diminuto em relação ao número de crianças existentes que estavam em idade de freqüentá-la. No período de realização do Recenseamento de 1872, já vigorava novamente na província a lei de obrigatoriedade que determinava a freqüência obrigatória das crianças à escola a partir de critérios que a lei estabelecia como aqueles que deveriam ser passíveis desta lei.

Identificamos que entre as décadas de 1870 e 1880 da mesma forma que houve um aumento no número de escolas criadas na cidade, também, a presença das crianças nas mesmas teve um aumento. Apesar de o número de crianças freqüentes e que concluíam o ensino primário sempre era menor que o número de matriculados, não podemos deixar de frisar este aumento do número de freqüência.

A diminuta presença de crianças nas escolas da cidade num primeiro momento e a freqüência sempre irregular apontam para as dificuldades de execução da lei de obrigatoriedade e a existência de outras questões que impediam a presença efetiva das crianças nas escolas. Contudo, a criação de escolas na cidade não deixou de ocorrer durante todo o período de análise.

Durante todo o século XIX, o Estado criou quarenta e duas escolas na cidade e até o ano de 1889, mesmo que algumas freguesias tenham deixado de fazer parte de Itabira, quase todas essas escolas estavam em funcionamento. As particularidades de cada freguesia da cidade, seja no perfil étnico-racial, ou número de habitantes foram percebidas também na criação das escolas públicas, ao longo do século XIX. Algumas freguesias da cidade tiveram um número maior de escolas, tanto as criadas pela província como as subvencionadas.

O processo de criação das escolas revela também como o Estado estabelecia as prioridades na instituição das mesmas. Assim, dois movimentos podem ser percebidos:

o primeiro diz respeito à localização das escolas e o outro sobre a que público se destinavam as escolas.

O movimento de criação de escolas era direcionado das zonas mais urbanas para as zonas rurais. Logo, a década de 1880 foi o período em que a escolas criadas na cidade estavam todas localizadas nas zonas rurais das freguesias uma vez que nas sedes já existiam escolas. As destinadas ao público masculino sempre eram criadas antes das escolas voltadas para o sexo feminino e foi na década de 1870 que o Estado criou a maioria das escolas do sexo feminino da cidade.

As escolas rurais subvencionadas pelo poder local, a partir da década de 1880, estavam como o nome já indica presente nas zonas rurais de algumas freguesias da cidade. Durante o período de análise, nove escolas foram subvencionadas pelo poder local e eram regidas tanto pelas leis provinciais como pelo Código de Posturas da cidade.

A pequena presença de crianças nas escolas, como identificado na década de 1870, não significou, no entanto, que a população não se manifestasse a favor da escolarização de seus filhos. O interesse da mesma pôde ser percebido na existência de escolas particulares, na criação de uma Sociedade para ajudar às crianças pobres, no oferecimento de casas para sediar a escola, na manifestação da população sobre quem eles julgavam ser um bom professor para os seus filhos.

Por meio da prerrogativa de que a escolarização da sociedade deveria ser encaminhada pelo Estado, este buscou não apenas criar escolas, mas criou também um órgão específico, a Inspeção Geral de Instrução Pública, que no estabelecimento de hierarquias se encarregou do controle das atividades da instrução pública. O Inspetor Geral, abaixo apenas do presidente de província, deveria ser isento das questões pessoais e políticas das escolas e dos professores, além de gerenciar a expansão da escolarização, de modo que esta fosse implementada de acordo com o que o Estado considerava como legal.

Este órgão ampliou suas atividades ao longo do período, detalhando melhor quais deveriam ser as atividades desenvolvidas pelos agentes de inspeção e na criação de diversos setores que deveriam se responsabilizar por aspectos específicos da instrução pública.

A existência de conflitos dentro da elite governante pôde ser percebida nas tensões sobre a intervenção ou não do Estado no ensino particular e no estabelecimento ou não da lei da obrigatoriedade. Uma das dificuldades apontadas nos discursos dos

governantes foi a não-formação adequada dos agentes de inspeção e que submersos em seus interesses não cumpriam devidamente as suas funções.

Os cargos de fiscalização da cidade de Itabira, eram compostos basicamente pela elite local, detentora de vários outros cargos estratégicos em nível local. Uma das soluções apontada, já em fins do período imperial, reflexo das novas necessidades sociais, foi a da formação adequada dos inspetores que mandados para locais diferentes de sua residência primitiva poderiam ficar alheios aos interesses localistas realizando de fato a fiscalização das escolas mineiras e de seus professores.

A proposta de analisar quem eram os examinadores das escolas públicas da cidade foi a de apontar quais questões poderiam estar envolvidas na escolha desses sujeitos, além de destacar a importância que tais sujeitos tinham na confirmação da escolarização das crianças mineiras já que representavam o Estado Educador na avaliação dos progressos da instrução.

Ao identificarmos esses sujeitos, qual formação possuíam, que cargos ocupavam na sociedade local, indicamos a existência de uma confluência destes fatores na escolha dos mesmos. Além destes fatores o que mais se destacou foi que, as relações dos mesmos com o presidente da cerimônia eram definidores para que fossem chamados para servirem de examinadores, neste caso, indicamos a existência de uma rede de sociabilidade em funcionamento. Ao contrário dos exames dos professores que foram alvo de atenção do Estado, não existiam regras para a composição da banca examinadora dos alunos das escolas públicas, o que fazia que a rede de relações dos sujeitos fosse determinante na composição da banca.

Aqueles que foram chamados para a função de examinadores eram subdelegados de polícia, vereadores, Juizes de Paz, o que não indica a escolarização que possuíam, ao menos indicava que eram pessoas importantes das freguesias e ao menos sabiam ler e escrever. Alguns examinadores possuíam uma escolarização maior, pois eram ex-estudantes do Colégio do Caraça, bacharéis em Direito, farmacêuticos e padres e que além de também ocuparem os cargos anteriormente descritos eram sujeitos portadores de conhecimentos específicos diferentes do restante da população.

Ainda que possuíssem tais formações ou ocupassem cargos estratégicos na sociedade local, esses sujeitos eram chamados para a função quando uma determinada pessoa estava ocupando o cargo de inspetor paroquial, por isso raros foram os sujeitos que participaram de exames que possuíam pessoas diferentes como presidente da cerimônia, o que corrobora com a assertiva de que pertencer à rede de relações do

presidente do ato era determinante na escolha de quem seriam os examinadores das escolas públicas.

Devido a este fator, constatamos que nem todos os professores eram chamados para essa função. Os professores que foram examinadores possuíam relações com os Inspectores não apenas de uma freguesia da cidade, pois alguns exerceram esta função em locais diferentes daquele em que lecionavam.

No que diz respeito à composição do sexo dos examinadores, a presença masculina era majoritária, mesmo nas escolas do sexo feminino. Apenas na freguesia de Sant'Anna dos Ferros mulheres que não eram professoras públicas, serviram de examinadoras e a função das mesmas foi de apenas avaliar o conteúdo específico da escola feminina: os trabalhos de agulha.

As professoras examinadoras já participaram dos exames avaliando todos os conteúdos da escola primária. A presença de mulheres na função de examinadoras, mesmo sendo pequena, revela a abertura de novas funções a serem desempenhadas pelas mesmas na sociedade.

A ação do Estado pode também ser percebida no controle que o mesmo buscou exercer sobre a seleção e formação dos sujeitos que se dedicavam ao magistério público. Como formadores de opinião, esses sujeitos deveriam ser portadores dos ideais nacionais e na ajuda do Estado de confirmação dos lugares sociais das pessoas.

A homogeneização do grupo de professores colocava-se, deste modo, fundamental e o concurso público foi a maneira mais usual de alcançar este objetivo, por meio de uma série de regras que deveriam ser seguidas. Com a apresentação de atestados de maioria e de moralidade, o(a) candidato(a) tencionava comprovar que era uma pessoa idônea para exercer o magistério público. A prova de capacidade composta de uma prova escrita e oral objetiva comprovar a capacidade profissional do(a) candidato(a) e por meio das fontes examinadas, a prova oral revelou ter um papel definidor nos rumos dos exames.

O Estado passou a restringir cada vez mais que os professores se dedicassem a outras atividades que não fossem o magistério fazendo com que alguns deixassem a docência pública; houve aqueles que optaram por exercer o magistério público de maneira pontual e, ainda, os que optaram por exercer o magistério em detrimento de outras atividades.

A partir da década de 1870, com o ressurgimento das escolas normais na província, se iniciou uma distinção entre professores que eram normalistas e não

normalistas em uma paulatina desqualificação daqueles professores que não haviam passado pela escola normal. Os professores normalistas, além de receberem mais, não necessitavam prestar concurso público para lecionarem, pois a passagem pela escola normal era considerada como uma prova de sua capacidade para o exercício do magistério.

Deste modo, criaram-se duas formas de formação de professores: a formação pela prática e a institucional. A formação pela prática, não era baseada em livros, mas no exercício prático das funções docentes. Algumas vezes a família foi o local de aprendizagem deste ofício como demonstramos.

A hierarquização dentro do grupo de professores estabelecida pelo Estado em professores vitalícios, efetivos, interinos, provisórios e substitutos foi causadora de uma intensa movimentação de docentes entre as freguesias de Itabira e também em Minas Gerais. A maioria dos professores que atuaram em Itabira eram interinos, provisórios ou substitutos e estavam enquadrados na categoria definida como sem instabilidade no emprego.

A presença de homens no magistério durante todo o período foi maior que a de mulheres docentes, todavia devemos destacar a progressiva entrada das mesmas no magistério a partir da década de 1870. A presença delas, no caso da cidade em análise, não esteve relacionada com o ressurgimento das escolas normais na província sinalizando a existência de outros condicionantes para a inserção de mulheres na docência, os quais precisam ser melhores analisados.

O Estado, ao estabelecer deveres aos professores, também deu direitos ao grupo, um deles pode ser percebido por meio das permutas e das remoções. Apenas nos casos das remoções a bem do serviço público que o Estado era o condutor da transferência do professor, o que algumas vezes não era bem visto pelos professores que resistiam a esta determinação.

Estas remoções pareciam ter um caráter punitivo apesar da legislação não deixar claro o que significava esta ação. O que indica a necessidade de mais estudos para compreender quais questões estavam em jogo quando o governo determinava mudar um professor de localidade.

As remoções a pedido e as permutas foram bastante utilizadas pelos professores que atuaram na cidade ocasionando também uma intensa movimentação dos mesmos pela província e pelas freguesias da cidade. Ao determinarem em que lugar queriam atuar, esses sujeitos revelaram-se protagonistas na construção de suas carreiras. As

remoções a pedido foram mais utilizadas pelos professores que a permuta já que esta dependia da anuência entre dois sujeitos para mudarem de localidade.

A movimentação dos professores indica que, além da definição dos mesmos na condução de suas carreiras, sinaliza tensões existentes no exercício do magistério e a existência de uma rede de relações dos docentes que não incluía apenas uma freguesia mineira.

Quando no exercício de suas funções, esses sujeitos não obedeciam às regras impostas pelo Estado; eram ou demitidos ou sofriam um processo disciplinar. As demissões eram mais fáceis de ocorrer quando o professor não era nem vitalício ou efetivo, revelando o caráter provisório e instável de diversos professores.

O que se pôde perceber foi que embora o Estado tenha buscado estabelecer vários mecanismos de controle sobre seus funcionários, estes apresentaram várias resistências e puderem muitas vezes definir como seria condução de suas carreiras.

O esforço do Estado em escolarizar a população tinha como alvo as crianças mineiras que passaram a ter uma nova identidade: a de aluno. As famílias e as crianças, além dos vários pertencimentos que já possuíam passaram a ter que lidar com este novo componente.

Questões relacionadas à condição material da família, distância entre a escola e a casa do aluno, necessidade de trabalhar para a manutenção da casa, e também a visão de alunos e famílias sobre o que consideravam necessário aprender determinou o tempo de frequência dos mesmos na escola. Apesar do aumento no número de alunos na escola, essas dificuldades nunca estiveram ausentes. As categorias tais como inteligência, comportamento, criadas pelos agentes do Estado na tentativa de um maior controle sobre as atividades desenvolvidas em sala de aula e também sobre as aprendizagens dos alunos originaram mais componentes na identificação das crianças que foram submetidas aos certames escolares.

A tentativa aqui empreendida de analisar a escolarização da sociedade mineira, tendo como foco uma de suas cidades, aponta para a complexa teia de significados, ações e tensões presentes nesse processo de mudança de uma sociedade quase sem escolas, para outra fortemente escolarizada. Sem pretender dar respostas definitivas sobre esta questão, buscamos apontar a importância de realizarmos uma análise que focalizando espaços menores, possa fazer emergir os significados, as ações e as tensões do movimento de escolarização da sociedade.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do Poder. O Bacharelismo Liberal na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e Educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- ANDRADE, Mariza Guerra. *A Educação exilada*. Colégio do Caraça. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- ANDRADE, Renata Fernandes Maia de. *Organização da instrução na província de Minas Gerais: da legislação aos relatórios dos presidentes (1850-1889)*. Uberlândia/MG: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, 2007. [Dissertação de mestrado].
- ARROYO, Miguel G. *Mestre, Educador, trabalhador: organização do trabalho e profissionalização*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 1985. 218 p. [Tese livre docência].
- BAPTISTA FILHO, José. *Adeus, São José da Lagoa*. Rio de Janeiro: Mergulhar, 1992.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Edição comemorativa dos dois séculos e meio da Capitania de Minas Gerais, 1971.
- BARRA, Valdeniza M. Lopes da. *Briga de vizinhos: um estudo dos processos de constituição da Escola Pública de Instrução Primária na província paulista (1853-1889)*. São Paulo: Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005. [Tese de doutorado].
- BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A Ilustração Brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo: Convívio: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.
- BASTOS, Aureliano Candido Tavares. *Província: estudo sobre a descentralização no Brasil*. Introdução de Antonio José Barbosa. Edição Fac-simile. – Brasília: Senado Federal, 1996. (Coleção Memória Brasileira, n.2). Fac-simile de: Rio de Janeiro: Garnier, 1870.
- BOTELHO, Ângela Vianna & REIS, Liana Maria. *Dicionário Histórico: Brasil Colônia e Império*. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

- BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *População e Nação no Brasil do Século XIX*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1998. [Tese de doutoramento].
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. 2 ed. Ver. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.
- CARVALHO, Teófilo Feu de. *Comarcas e termos: criações*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1922. p.120.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 6º ed. Petrópolis – RJ: 2001.
- . *A escrita da história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CHARTIER, Anne-Marie. Fazeres ordinários da classe: uma proposta para a pesquisa e para a formação. *Educação e Pesquisa*, v. 26, n. 2, jul/dez, 2000. p.157-168.
- COELHO, Sulmar. *Uma cidade perdida no sertão*. (monographia sobre Ferros). Belo Horizonte: Edições Guarany, 1939.
- COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais*. Com estudo histórico da Divisão Territorial e Administrativa. Belo Horizonte, BDMG Cultural, 1997. p. 235.
- DIAS, Maria Oldila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- DOLHNIKOFF, Miriam. O lugar das elites regionais. *Revista USP*, n. 58, junho/agosto, 2003. p.116-133.
- DUARTE, Regina Horta. *Noites Circenses: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.
- ENGRACIA, Júlio. Chorografia mineira: município e comarca de Itabira. *Revista do Archivo Publico Mineiro*. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1898.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de & GONÇALVES, Irlen Antônio. Processo de escolarização e obrigatoriedade escolar: o caso de Minas Gerais (1835-1911). In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.) *A infância e sua educação – materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- . Escolarização e cultura escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios. In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. (org.). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007.

- . Cultura escolar e cultura urbana: perspectivas de pesquisa em história. In: XAVIER, Libânia Nacif. *et al.* (orgs). *Escola, Cultura e saberes*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- , *et al.* A história da feminização do magistério no Brasil: balanço e perspectivas de pesquisa. In: CASASANTA, Ana Maria P. & PASSOS, Mauro (orgs). *A escola e seus atores – educação e profissão docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- . O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de análise. In: FONSECA, Thaís N. de Lima, VEIGA, Cynthia Greive V. (org.). *História e Historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- . Escolarização, culturas e práticas escolares no Brasil: elementos teórico-metodológicos de um programa de pesquisa. In: LOPES, Alice C. & MACEDO, Elizabeth.(org.). *Disciplinas e integração curricular: história e políticas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- , & VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. n. 14, mai/jun/jul/ago, 2000. p.19-34.
- . Instrução Elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta T. , FARIA FILHO, Luciano M. de, VEIGA, Cynthia G. *500 anos de Educação no Brasil*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- , *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na primeira República*. Passo Fundo: UPF, 2000.
- . A legislação escolar como fonte para a história da educação: uma tentativa de interpretação. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.) *Educação, modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.
- . Estado, cultura e escolarização em Minas Gerais no século XIX. In: VIDAL, Diana G. & SOUZA, Maria Cecília C. C. (org.). *A memória e a sombra: a escola brasileira entre o Império e a República*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- FERREIRA, Diva. *Memórias: Itabira – Minas*. Belo Horizonte: O Lutador, 1999.
- FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: DEL PRIORE, Mary. (org.) *História das mulheres no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 443-481
- FONSECA, Marcus Vinicius. *A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil*. Bragança Paulista/SP: EDUSF, 2002.

----. *Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas do século XIX*. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2007.

FRANCO, Maria Sylvia de C. *Homens Livres na ordem escravocrata*. 4. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

GONÇALVES, João Luiz Traverso. *A geografia da imprensa em Minas Gerais no século XIX: uma conexão com as redes de cidades da província*. Belo Horizonte: IGC/UFMG, 2001. [Dissertação de mestrado].

GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Cultura escolar e Legislação em Minas Gerais: o município de Uberabinha no início da República*. 2007. Texto impresso.

----- . Organização do ensino público no final do século XIX: o processo legislativo em Uberabinha, MG. Disponível em www.histedbr.fae.unicamp.br/art19_15.pdf. Acesso em 15/12/2007.

GONDRA, José G. & LEMOS, Daniel C. Poderes da assinatura: abaixo-assinados como fonte para a história da Educação Brasileira. In: ROCHA, Heloisa Helena P. (org.) *Personagens, estratégias e saberes na construção da escola brasileira*. Bragança Paulista: editora Universidade São Francisco, 2006. v.1 p. 189-206.

GONDRA, José. *Artes de Civilizar*. Medicina, Higiene e Educação Escolar na Corte Imperial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

----. *A instrução inspecionada: formulação, implantação e funcionamento da Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária da Corte (1854-1863)*. Projeto de pesquisa.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. & ROSA, Walquiria Miranda. A Escola Normal em Minas Gerais. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de: PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. (org.). *Lições de Minas: 70 anos da Secretária de educação*. Belo Horizonte: Secretária do Estado de Educação de Minas Gerais, 2000, p. 18-31.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. Meninas nas salas de aula: dilemas da escolarização feminina no século XIX. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.) *A infância e sua educação – materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil)*. Belo Horizonte: Autentica, 2004a.

----- . Tempos de aprender: a produção histórica da idade escolar. *Revista brasileira de História da Educação*, n. 8 jul/dez, 2004.

----- . A escolarização da “meninice” nas Minas Oitocentistas: a individualização do aluno. In: FONSECA, Thaís N. de Lima, VEIGA, Cynthia Greive V. (org.). *História e Historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 1997.

GUERRA, Santos de Souza & MOTA, Myriam Becho. *A identidade do espaço rural Itabirano: percursos novos em caminhos antigos*. Itabira: FUNCESI, 2007.

HALFELD, H. G. F.; TSCHUDI, J.J.Von. *A província brasileira de Minas Gerais*. Trad. Myriam Ávila; ensaio crítico, notas e revisão da trad. de Roberto Borges Martins. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998.

----- . WGANER, f. Mapa da Província de Minas Gerais (1855). In: *A província brasileira de Minas Gerais*. Trad. Myriam Ávila; ensaio crítico, notas e revisão da trad. de Roberto Borges Martins. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998.

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no Império brasileiro*. SP: Grijalbo, Editora da USP, 1972.

HAMILTON, DAVID. Notas de lugar nenhum: sobre os primórdios da escolarização moderna. *Revista Brasileira de História da Educação*. n. 1, jan/jun, 2001.

IGLESIAS, Francisco. *Política econômica do governo provincial mineiro (1835-1889)*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional do Livro, 1958.

----- . Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio B. de. (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. t.2, v.2.

INÁCIO, Marcilaine Soares. *O Processo de escolarização e o ensino de primeiras letras em Minas Gerais (1825-1852)*. 2003, 221f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2003.

JINZENJI, Mônica Yumi. *A escolarização da infância pobre nos discursos educacionais em circulação em Minas Gerais (1825-1846)* Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2002. [Dissertação de mestrado].

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo, no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary. (org.) *História das mulheres no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 443-481.

MACHADO, Maria Cristina G. *Rui Barbosa: pensamento e ação: uma análise do projeto modernizador para a sociedade brasileira com base na questão educacional*. Campinas/SP: Autores Associados; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002.

MACHADO, Roberto, *et al.* *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MAGALHAES, Cristiane Maria. *Mundos do capital e do Trabalho: a construção da paisagem fabril itabirana. (1874-1930)*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2006. [Dissertação de mestrado]

MARTINS, Maria do Carmo Salazar & LIMA, Mauricio Antônio de Castro & SILVA, Helenice C. Cruz da. População de Minas Gerais na segunda metade do séc.XIX: novas evidências. *X Seminário sobre a economia mineira*. Diamantina, 2002. Disponível em www.cedeplar.ufmg.br. Acesso em 15/04/2007.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar. Fontes para o estudo da Província de Minas Gerais. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *et al.* *História Quantitativa e Serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: ANPUH – MG, 2001.

----. Anotações sobre a organização administrativa da Província de Minas Gerais. *Anais do VI Seminário sobre a economia mineira*. Diamantina, 1992, CEDEPLAR/FACE/UFMG. p. 13-28

MATA, Sérgio da. *Chão de Deus: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais XVIII-XIX*. Berlin: Wis. Verl. Berlin, 2002.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru/SP: EDUSC, 2002.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981. v.1.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema. A Formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. A fisionomia das cidades mineradoras. Texto para discussão n.163. CEDEPLAR/UFMG, 2001.

----. Gênese e estrutura da cidade mineradora. Texto para discussão n. 164. CEDEPLAR/UFMG, 2001a.

- MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. *O Ensino em Minas Gerais no tempo do Império*. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, 1959.
- MUNFORD, Lewis. *A cultura das cidades*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1961.
- MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Mineiras trabalhando em silêncio: subjetividade e experiência no “fazer-se” das professoras de Minas no século XIX. *Pro-Posições*, v..9, n. 01, março de 1998.
- . *Um toque de gênero: história e educação em Minas Gerais (1835-1892)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília/FINATEC, 2003.
- NASCIMENTO, Cecília Vieira do. *O Sexo Feminino em campanha pela emancipação da mulher (1872/1874)*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2004. [Dissertação de mestrado]
- NÓVOA, Antônio. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. *Teoria & Educação*, n. 4, 1991. p. 109-139
- PAIVA, Clotilde A., BOTELHO, Tarcísio R. População e espaço no século XIX mineiro: algumas evidências de dinâmicas diferenciadas. *Anais Seminário sobre a economia mineira*. Diamantina: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1995, v. 1, p.87-108.
- PAIXÃO, Léa Pinheiro. *Trajetórias escolares e profissionais de Professoras primárias mineiras que iniciaram carreira antes de 1940*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 1991. [Tese para concurso de professor titular].
- PINTO, Inára de Almeida Garcia. *Certame de Atletas Vigorosos/as: Uma análise dos processos de seleção de professores/as no século XIX (1855-1863)*. Rio de Janeiro: Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005. [Dissertação de Mestrado].
- REIS, Liana Maria. Municipalidade, Poder e controle social: o confronto entre ordem pública e ordem privada nas Minas Gerais do século XIX. *Anais do Colóquio de Estudos Históricos Brasil-Portugal*. Belo Horizonte: PUC-Minas, 1994. p. 175-184.
- RESENDE, Fernanda M. & FARIA FILHO, Luciano Mendes. História da política educacional em Minas Gerais no século XIX: os relatórios dos presidentes de província. *Revista Brasileira de História da educação*. Campinas, n.2, p.81-115. jul/dez. 2001.
- REVEL, Jacques. Conhecimento do território, produção do território: França, séculos XIII-XIX. In: *A invenção do cotidiano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- RODARTE, Mário Marcos Sampaio. *O caso das Minas que não se esgotaram: a pertinácia do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana das Minas*

Gerais oitocentista. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1999. [Dissertação de mestrado]

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: veredas*. 10.ed. Rio de Janeiro: J.Olympio, 1976.

ROSA, Walquíria Miranda. Representações da profissão docente em Minas Gerais (1825-1852) In: GOUVÊA, Maria Cristina S.de, & VAGO, Tarcísio Mauro. (org.) *História da Educação: histórias de escolarização*. Belo Horizonte: Horta Grande, 2004.

RUGIU, Antônio Santoni. *Nostalgia do mestre artesão*. Tradução de Maria de Lourdes Menon. Campinas/SP: Autores Associados, 1998.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas Províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Trad. Regina Regis Junqueira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

SALDANHA, Flávio Henrique Dias. *Os oficiais do povo: a Guarda Nacional em Minas Gerais Oitocentista, 1831-1850*. Franca/SP: Faculdade de História, Direito e Serviço Social da UNESP, 2004. [Dissertação de mestrado].

SANTOS, Marileide Lopes dos. *Educação, assistência e sociabilidade: o governo dos pobres em Sabará/MG (1832-1860)*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2007. [Dissertação de Mestrado].

SHUELER, Alessandra Frota Martinez. *Forma e culturas escolares na cidade do Rio de Janeiro: representações, experiências e profissionalização em escolas públicas primárias (1870-1890)*. Niterói/RJ: Faculdade de Educação da Universidade Fluminense, 2002. [Tese de doutorado]

SILVA, Diana de Cássia. *O processo de escolarização no termo de Mariana: 1772-1835*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2004. [Dissertação de Mestrado].

SILVA, José Joaquim. *Tratado de geografia Descritiva especial da Província de Minas Gerais*. Introdução de Oswaldo Bueno Amorim Filho. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997.

SOUZA, José Moreira de. *Cidade: momentos e processos. Serro e Diamantina na formação do Norte Mineiro no século XIX*. São Paulo: Marco Zero, 1993.

THOMPSON, E.P. *Senhores e Caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

- TORRES, João Camillo de Oliveira. *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Lemi; Brasília: INL, 1980. 3 ed. v.2.
- URICOCHEA, Fernando. *O Minotauro brasileiro: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro; São Paulo: DIFEL, 1978.
- VARELA, Julia, ALVAREZ-URIA. A maquinaria escolar. *Teoria & Educação*. n. 6, 1992. p. 68-96
- VEIGA, Cynthia Greive. A produção da infância nas operações escriturísticas da administração da instrução elementar no século XIX. *Revista brasileira de História da Educação*, n. 9 jan/jun, 2005.
- . Estratégias discursivas para a educação em Minas Gerais no século XIX. In: VIDAL, Diana G. & SOUZA, Maria Cecília C. C. (org.). *A memória e a sombra: a escola brasileira entre o Império e a República*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- . *História social da infância: crianças pobres, negras e mestiças na institucionalização da instrução pública elementar em Minas Gerais (1835-1906)*. Relatório de pesquisa, 2003.
- VIANA, Fabiana da Silva. *Relações entre governo, escola e família no processo de institucionalização da instrução pública elementar em Minas Gerais (1820-1840)*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2006. [Dissertação de mestrado]
- VICENT, Guy. LAHIRE, Bernard. THIN, Daniel. Sobre a história da forma escolar. In: *Educação em Revista*. Belo Horizonte. n. 3, jun, 2001. p. 7-47.
- VIDAL, Diana Gonçalves. *Mapas de frequência de primeiras letras: fontes para uma história da escolarização e do trabalho docente em São Paulo na primeira metade do século XIX*. 2007. Texto impresso
- VILLELA, Heloisa de O.S. Do artesanato à profissão: saberes de normalistas no Brasil do século XIX. Trabalho apresentado na 26ª Reunião anual da ANPED, 2003. Disponível em www.anped.org.br/reunioes/26/trabalhos/heloisadeoliveiravilela.rtf. Acesso em 02/11/2007.
- . O mestre-escola e a professora. IN: LOPES, Eliane Marta T. , FARIA FILHO, Luciano M. de, VEIGA, Cynthia G. *500 anos de Educação no Brasil*. 2 Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- WERLE, Flávia Obino Corrêa. *O nacional e o local: ingerência e permeabilidade na educação brasileira*. Bragança Paulista: Editora Universidade São Francisco, 2005.

FONTES

❖ Fontes Manuscritas

Arquivo Público Mineiro

Fundo Instrução Pública – IP:

- Mapas e listas (aulas, posses, matrículas e frequência de alunos e funcionários).

IP-03 1869-1887	IP-39 1881-1883
IP-07 1868-1893	IP-40 1880 -1883
IP-08 1836-1882	IP-42 1877-1887
IP-09 1831-1881	IP-43 1877-1887
IP-11 1844 -1874	IP-46 1883-1884
IP-12 1854-1874	IP-47 1883-1886
IP-16 1868-1871	IP-48 1883-1885
IP-17 1868-1875	IP-54 1885-1890
IP-19 1868-1893	IP-68 1882-1883
IP-09 1831-1881	IP-70 1883
IP-22 1849-1888	IP-72 1883
IP-24 1861-1898	IP-76 1888
IP-25 1872-1874	IP-168 1872-1881
IP-27 1872-1874	IP-174 1880 -1881
IP-29 1869-1893	IP-175 1880-1881
IP-30 1854-1894	IP-178 1885 -1888
IP-32 1854-1887	IP-181 1880
IP-33 1861-1887	IP-190 1878- 1888
IP-38 1871-1887	

Correspondências recebidas Círculos Literários: IP-1/2 caixas: 3,13

Correspondência expedida Círculos Literários: IP-2/2 caixa 12

Documentação interna. Atas de exame e visitas: IP3/4 caixas 13 e 14

Documentação interna. Portarias: IP-3/1 caixa 01

Documentação interna. Provas e pareceres: IP3/3 caixa 01

Documentação interna. Diversos: IP-3/5 caixa 04

Fundo Seção Provincial – SP

➤ Relação de ofícios dirigidos ao Governo. Directoria Geral da Instrução Pública: SP-1388; SP-1228; SP-1340; SP-1322 - 1869; SP-1323 - 1869; SP- 1324 - 1869; SP-1325 – 1869; SP-1370; SP- 1371 – 1870; SP-1372 – 1870; SP-1373 - 1870; SP- 1374 - 1870; SP- 1375 - 1870 ; SP-1123 – 1865-1867; SP-1199 - 1867;

➤ Relação de ofícios expedidos pelo Governo. Directoria Geral da Instrução Pública:
SP-1227 – 1867/1871; SP-1224 – 1867/1870.

➤ Termo de juramento de posse de professores:
SP-1229

Fundo Secretária do Governo – SG

➤ Correspondência recebida referente a Instrução Pública:
SG-981 - 1874;
SG-978 - 1872;
SG-984 1875;
SG-979 - 1873;
SG-980 - 1874,
SG-981 - 1874;
SG-979 - 1873,

➤ Correspondência expedida referente a Instrução Pública:
SG-990 - 1876;
SG-988 - 1876.

Fundo Presidência da Província

Correspondência recebida. Guarda Nacional. PP -1/16, caixa 38

Correspondência recebida. Instrução Pública. PP- 1/42, caixas: 17, 19 e 22.

Correspondência recebida. Câmaras Municipais. PP- 1/33, caixa 93

Museu do Ferro de Itabira*Fundo Câmara Municipal*

Correspondências recebidas, expedidas e rascunhos das pautas das sessões da Câmara:

Caixas: 18 1860/1861; 19 1862/ 1863; 21 1866; 22 1867; 23 1870/1871; 1ª caixa 24 1873/1874; 2ª caixa 24 1873/1874; 28 1881/1882; 29 1882/1883; 30 1885/1887; 31 1888/1889.

Livros de Atas da Câmara Municipal de Itabira do Matto Dentro: 06/1861 a 17/01/1867; de 07/07/1873 a 18/04/1878 e de 04/01/1884 a 19/02/1889.

❖ Fontes impressas

BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil, 25 de março de 1824.

-----. Lei imperial de 1º de outubro de 1828.

-----. Lei 16, de 12 de agosto de 1834 (Ato Adicional).

-----. Recenseamento de 1872⁷⁹.

MARTINS, Antonio de Assis. *Almanak administrativo civil e industrial da Província de Minas Geraes*. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1864. Rolo 01 e 02, gaveta G-7.

-----. *Almanak administrativo civil e industrial da Província de Minas Geraes*. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1865. Rolo 01 e 02, gaveta G-7.

-----. *Almanak administrativo civil e industrial da Província de Minas Geraes*. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1870.

-----. *Almanak administrativo civil e industrial da Província de Minas Geraes*. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1873.

-----. *Almanak administrativo civil e industrial da Província de Minas Geraes*. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1874.

MARTINS, Marcelo Pinheiro. *Atlas de Itabira*. Itabira: Prefeitura Municipal de Itabira, 2006.

MINAS GERAIS. Instrução Pública. Lei n.1064 de 04 de outubro de 1860. *Livro das Leis Mineiras*.

-----. Instrução Pública. Regulamento n. 49 de 04 de outubro de 1860 da lei n. 1064. *Livro das Leis Mineiras*.

-----. Instrução Pública. Regulamento n. 56 de 10 de maio de 1867. *Livro das Leis Mineiras*.

⁷⁹ Disponível em www.cebrap.org.br

- , Instrução Pública. Lei n.1400 de 09 de dezembro de 1867. *Livro das Leis Mineiras.*
- , Instrução Pública. Lei n. 1769 de 04 de abril de 1871. *Livro das Leis Mineiras.*
- , Instrução Pública. Regulamento n. 60 de 26 de abril de 1871 da lei n. 1769. *Livro das Leis Mineiras*
- , Instrução Pública. Regulamento n. 62 de 11 de abril de 1872 da lei n. 1769. *Livro das Leis Mineiras.*
- , Instrução Pública. Lei 1876 de 15 de julho de 1872. *Livro das Leis Mineiras.*
- , Instrução Pública. Lei 1828 de 19 de julho de 1872. *Livro das Leis Mineiras.*
- , Instrução Pública. Lei 1977 de 10 de novembro de 1873. *Livro das Leis Mineiras.*
- , Instrução Pública. Lei 2037 de 1º de dezembro de 1873. *Livro das Leis Mineiras*
- , Instrução Pública. Lei 2163 de 19 de novembro de 1875. *Livro das Leis Mineiras.*
- , Instrução Pública. Lei 2164 de 20 de novembro de 1875. *Livro das Leis Mineiras.*
- , Instrução Pública. Lei 2215 de 3 de junho de 1876. *Livro das Leis Mineiras.*
- , Instrução Pública. Lei 2390 de 13 de outubro de 1877. *Livro das Leis Mineiras.*
- , Instrução Pública. Lei 2395 de 13 de setembro de 1877. *Livro das Leis Mineiras.*
- , Lei 2420 de 5 de novembro de 1877. *Livro das Leis Mineiras.*
- , Instrução Pública. Lei 2478 de 9 de novembro de 1878. *Livro das Leis Mineiras.*
- , Instrução Pública. Regulamento n. 84 de 21 de março de 1879 da lei n. 2476. *Livro das Leis Mineiras*
- , Instrução Pública. Lei 2568 de 3 de janeiro de 1880. *Livro das Leis Mineiras.*
- , Instrução Pública. Lei 2721 de 18 de dezembro de 1880. *Livro das Leis Mineiras.*
- , Resolução n. 2717 de 18 de dezembro de 1880. *Livro das Leis Mineiras.*
- , Instrução Pública. Lei 2823 de 22 de outubro de 1881. *Livro das Leis Mineiras.*
- , Instrução Pública. Lei 2847 de 25 de outubro de 1881. *Livro das Leis Mineiras.*
- , Lei 2848 de 25 de outubro de 1881. *Livro das Leis Mineiras.*
- , Instrução Pública. Lei 2875 de 20 de setembro de 1882. *Livro das Leis Mineiras.*
- , Lei 2876 de 20 de setembro de 1882. *Livro das Leis Mineiras.*
- , Instrução Pública. Lei 2940 de 23 de setembro de 1882. *Livro das Leis Mineiras.*
- , Instrução Pública. Lei 2945 de 23 de setembro de 1882. *Livro das Leis Mineiras.*
- , Instrução Pública. Lei 3038 de 20 de outubro de 1882. *Livro das Leis Mineiras.*
- , Instrução Pública. Lei 2892 de 6 de novembro de 1882. *Livro das Leis Mineiras.*
- , Resolução n. 3179 de 6 de outubro de 1883. *Livro das Leis Mineiras.*

-----. Instrução Pública. Regulamento n. 100 de 19 de junho de 1883 da n. 2892. *Livro das Leis Mineiras*.

-----. Instrução Pública. Lei 3721 de 13 de agosto de 1889. *Livro das Leis Mineiras*.

-----. MOTTA, Vicente Pires da (Presidente da Província). *Relatório que apresentou á Assembléa legislativa de Minas Geraes*. Ouro Preto: Typografia do Bem Publico, 1860⁸⁰.

-----. MOTTA, Vicente Pires da (Presidente da Província). *Relatório que apresentou á Assembléa legislativa de Minas Geraes*. Ouro Preto: Typografia Provincial, 1861.

-----. MOTTA, Joaquim Camillo Teixeira da (Vice-presidente da Província). *Relatório que apresentou á Assembléa legislativa de Minas Geraes*. Ouro Preto: Typografia Provincial, 1862.

-----. SOARES, João Crispiano (Presidente da Província). *Relatório que apresentou á Assembléa legislativa de Minas Geraes*. Ouro Preto: Typografia Provincial, 1863.

-----. BOTELHO, Fidelis de Andrade (Vice-presidente) *Relatório que apresentou por ocasião de lhe passar a administração João Crispino Soares..* Ouro Preto: Typografia do Minas Geraes, 1864.

-----. LEITE, Pedro de Alcantara Cerqueira Leite (Presidente da Província). *Relatório que apresentou á Assembléa legislativa de Minas Geraes*. Ouro Preto: Typografia Provincial, 1865.

-----. SANT'ANNA, Joaquim Jose de (Vice-presidente da Província). *Relatório que apresentou á Assembléa legislativa de Minas Geraes*. Ouro Preto: Typografia Provincial, 1866.

-----. MARINHO, Joaquim Saldanha. (Presidente da Província) *Relatório que apresentou ao vice-presidente Elias Pinto de Carvalho*. Typografia Perseverança, 1867.

-----. FIGUEIRA, Domingos de Andrade (Presidente da Província). *Relatório que apresentou ao 1º vice-presidente Manoel Teixeira de Souza*. Ouro Preto: Typografia de J.F. de Paula Castro, 1868.

-----. SOUZA, José da Costa Machado de (Presidente da Província). *Relatório que apresentou á Assembléa legislativa de Minas Geraes*. Ouro Preto: Typografia de J.F. de Paula Castro, 1868.

⁸⁰ Falas e relatórios disponíveis em <http://www.crl.edu/content/brazil/mina.htm>

----- . BENEVIDES, Jose Maria Correa de Sá e (Presidente da Província). *Relatório que apresentou á Assembléa legislativa de Minas Geraes em 1869*. Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1870.

----- . SOUZA, Manoel Teixeira de (Presidente da Província). *Relatório que apresentou por ocasião de lhe passar a administração ao vice-presidente da Provincia José Maria Correa de Sá e Benevides* . Ouro Preto: Typographia do Minas Geraes, 1870.

----- . BRETAS, Agostinho José Ferreira (Vice-presidente da Província). *Relatório que apresentou á Assembléa legislativa de Minas Geraes em 1869*. Rio de Janeiro: Typographia Provincial, 1870.

----- . CARVALHO, Antonio Luiz Affonso de (Presidente da Província). *Relatório que apresentou á Assembléa legislativa de Minas Geraes*. Ouro Preto: Typografia de J.F. de Paula Castro, 1871.

----- . PORTELLA, Joaquim Pire Machado (Presidente da Província) *Relatório que apresentou por ocasião de lhe passar a administração ao vice-presidente da Provincia Francisco Leite da Costa Belem*. Ouro Preto: manuscrito, 1872.

----- . BELÉM, Francisco Leite da Costa (Vice-presidente) *Relatório que apresentou por ocasião de lhe passar a administração ao Presidente da Provincia Joaquim Floriano de Godoy*. Ouro Preto: Typografia de J.F. de Paula Castro, 1872.

----- . GODOY, Joaquim Floriano (Presidente da Província). *Relatório que apresentou por ocasião de lhe passar a administração ao Vice-presidente da Provincia Francisco Leite da Costa Belem*. Ouro Preto: Typografia de J.F. de Paula Castro, 1873.

----- . LISBOA, Venancio José de Oliveira (Presidente da Província). *Relatório que apresentou á Assembléa legislativa de Minas Geraes*. Ouro Preto: Typografia de J.F. de Paula Castro, 1873.

----- . BELÉM, Francisco Leite da Costa (Vice-presidente) *Relatorio dirigida á Assembléa Legislativa de Minas Geraes*. Ouro Preto: Typografia de J.F. de Paula Castro, 1874.

----- . BELÉM, Francisco Leite da Costa (Vice-presidente)) *Relatório que apresentou por ocasião de lhe passar a administração a João Antonio de Araújo Freitas Henrique*. Ouro Preto: Typografia de J.F. de Paula Castro, 1875.

----- . BARRA, Barão Villa da (Presidente da Província) *Relatório que apresentou á Assembléa legislativa de Minas Geraes*. Ouro Preto: Typografia de J.F. de Paula Castro, 1876.

-----. CAMARGOS, Barão de (Vice-presidente)) *Relatório que apresentou por ocasião de lhe passar a administração ao Barão Villa da Barra em 1876*. Ouro Preto: Typografia de J.F. de Paula Castro, 1877.

-----. CAMARGOS, Barão de (Vice-presidente)) *Relatório que apresentou por ocasião de lhe passar a administração a João Capistrano Bandeira de Mello*. Ouro Preto: Typografia de J.F. de Paula Castro, 1877.

-----. MELLO, João Capistrano Bandeira de (Presidente da Província). *Relatório que apresentou á Assembléa legislativa de Minas Geraes*. Ouro Preto: Typografia de J.F. de Paula Castro, 1877.

-----. LOBO, Francisco de Paula da Silveira (Presidente da Província) *Relatório que apresentou por ocasião de lhe passar a administração a Elias Pinto de Carvalho*. Ouro Preto: Typografia Jose Egydio da Silva Campos, 1878.

-----. LOBO, Francisco de Paula da Silveira (Presidente da Província) *Relatório que apresentou á Assembléa legislativa de Minas Geraes*. Ouro Preto: Typografia da Actualidade, 1878.

-----. LOBO, Francisco de Paula da Silveira (Presidente da Província) *Relatório que apresentou por ocasião de lhe passar a administração ao vice-presidente Joaquim José de Sant'Anna*. Ouro Preto: Typografia da Actualidade, 1878.

-----. SANT'ANNA, Joaquim José de (Vice-presidente) *Relatório que apresentou por ocasião de lhe passar a administração a Manoel José Gomes Relello Horta*. Ouro Preto: Typografia da Actualidade, 1879.

HORTA, Manoel Jose Gomes Rebello (Presidente da Província) *Relatório que apresentou á Assembléa legislativa de Minas Geraes*. Ouro Preto: Typografia da Actualidade, 1879.

-----. HORTA, Manoel Jose Gomes Rebello (Presidente da Província). *Relatório que apresentou por ocasião de lhe passar a administração ao Vice-presidente da Provincia Jose Joaquim de Santanna*. Ouro Preto: Typografia de J.F. de Paula Castro, 1879.

-----. SANTANNA, Jose Joaquim de (Vice-presidente da Província). *Relatório que apresentou por ocasião de lhe passar a administração ao Vice-presidente da Provincia Graciliano Aristidesdo Prado Pimentel*. Ouro Preto: Typografia de J.F. de Paula Castro, 1880.

- . SANTANNA, Jose Joaquim de (Vice-presidente da Província). *Falla que dirigiu á Assembléa Legislativa de Minas Geraes*. Ouro Preto: Typografia da Actualidade, 1880.
- . VASCONCELLOS, João Florentino de Meira Rebello (Presidente da Província). *Relatório que apresentou por ocasião de lhe passar a administração ao Vice-presidente da Provincia Jose Francisco Netto*. Ouro Preto: Typografia da Actualidade, 1881.
- . SANTANNA, Jose Joaquim de (Vice-presidente da Província). *Relatório que apresentou por ocasião de lhe passar a administração ao Presidente da Provincia João Florentino de Meira de Vasconcellos.*. Ouro Preto: Typografia da Actualidade, 1881.
- . OTTONI, Theophilo (Presidente da Província). *Relatório que apresentou por ocasião de lhe passar a administração ao Vice-presidente da Provincia Jose Joaquim Jose de Sant'Anna.*. Ouro Preto: Typografia de Carlos Andrade, 1882.
- . OTTONI, Theophilo (Presidente da Província). *Falla que dirigiu á Assembléa Legislativa de Minas Geraes*. Ouro Preto: Typografia de Carlos Andrade, 1882.
- . CHAVES, Antonio Gonçalves. (Presidente da Província). *Falla que dirigiu á Assembléa Legislativa de Minas Geraes*. Ouro Preto: Typografia ?, 1883.
- . CHAVES, Antonio Gonçalves. (Presidente da Província). *Falla que dirigiu á Assembléa Legislativa de Minas Geraes*. Ouro Preto: Typografia do Liberal Mineiro, 1884.
- . CASTRO, Olegario Herculano d'Aquino e (Presidente da Província). *Relatório que apresentou por ocasião de lhe passar a administração ao Vice-presidente da Provincia Jose Antonio Alves de Brito*. Ouro Preto: Typografia do Liberal Mineiro, 1885.
- . PORTELLA, Joaquim Pire Machado (Presidente da Província). *Relatório que apresentou por ocasião de lhe passar a administração ao Vice-presidente da Provincia Antonio Teixeira de Souza Magalhães*. Ouro Preto: Typografia do Liberal Mineiro, 1886.
- . LEMOS, Francisco de Faria (Presidente da Província). *Relatorio que dirigiu á Assembléa Legislativa de Minas Geraes*. Ouro Preto: Typografia do Vinte de Agosto, 1886.
- . MAGALHAES, Antonio Teixeira de Souza (Vice-presidente da Província). *Relatório que apresentou por ocasião de lhe passar a administração ao presidente da*

Provincia Francisco de Faria Lemos. Ouro Preto: Typografia de J.F. de Paula Castro, 1887.

-----, FIGUEIREDO, Carlos Augusto de Oliveira. *Falla que dirigiu á Assembléa Legislativa de Minas Geraes.* Ouro Preto: Typografia de J.F. de Paula Castro, 1887.

-----, BARBOSA, Luiz Eugenio Horta. *Relatório que apresentou por ocasião de lhe passar a administração ao vice-presidente da Provincia Antonio Teixeira de Souza Magalhaes.* Ouro Preto: Typografia de J.F. de Paula Castro, 1887.

-----, CARMARGOS, Barão de. (Vice-presidente da Província). *Relatório que apresentou por ocasião de lhe passar a administração ao Presidente da Província Antonio Gonçalves Ferreira.* Ouro Preto: manuscrito, 1888.

-----, BARBOSA, Luiz Eugenio Horta *Falla que dirigiu á Assembléa Legislativa de Minas Geraes.* Ouro Preto: Typografia de J.F. de Paula Castro, 1888.

-----, CARMARGOS, Barão de. (Vice-presidente da Província). *Falla que dirigiu á Assembléa Legislativa de Minas Geraes.* Ouro Preto: Typografia de J.F. de Paula Castro, 1889.

ANEXO I

Resolução nº 2717 de 18 de dezembro de 1880 – Orça a receita e fixa a despesa de diversas Camaras para o ano financeiro de 1881.

O cônego Joaquim Jose de Sant'Anna, commendado da ordem de Christo e Vice Presidente da Província de Minas Geraes: faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembléia Legislativa Provincial, sobre proposta das camaras municipaes abaixo declaradas decretou a resolução seguinte:

(...)

Disposições permanentes

Art. 11 – Ficam autorizadas as Câmaras municipaes a estabelecer escolas de instrucção primaria, ou auxiliar as existentes em seus municipios.

§ 1º Os professores para estas escolas serão contratados ou nomeados, e seus vencimentos fixados pelas Câmaras, como convier a seus municipios, cumprindo-lhes igualmente regular o ensino e inspeccional-o.

§ 2º Confeccionarão as Câmaras uma estatística do ensino a seu cargo, e farão exposição sobre o aproveitamento dos alumnos, methodo e condições de ensino e balanço da respectiva despesa, para ser tudo annualmente apresentado a Assembléia Legislativa Provincial, dependendo a continuação das escolas da frequencia marcada no regulamento nº 84.

§ 3º Para os fins d'esta lei, ficam as Camaras autorisadas a fazer as necessárias despesas, devendo nos futuros orçamentos propor verbas para estes serviços.

§ 4º Si em virtude da frequencia das escolas municipaes, tornar-se conveniente a suppressão da respectiva escola provincial, a importância que com esta despendia a província reverterá em favor do cofre municipal.

(...)

Joaquim José de Sant'Anna

Para V.Ex ver

Anacleto Queiroga Martins Pereira a fez

Sellada e publicada nesta secretaria aos 30 de dezembro de 1880.

Camillo Augusto Maria de Brito.

In: MINAS GERAIS. Resolução n. 2717 de 18 de dezembro de 1880. *Livro das Leis Mineiras*.

ANEXO II**Resolução nº 3179 6 outubro de 1883 – Aprovação do Código de Posturas da cidade de Itabira do Matto Dentro**

(...)

Titulo 7º

Sobre as escolas ruraes

Capitulo 1º

Art. 147 – A câmara subvencionará tantas escolas ruraes, quantas permitta o estado suas finanças.

Art. 148 – Para ser subvencionado o professor rural, é indispensável que tenha:

§ 1º Maioridade legal.

§ 2º Moralidade.

§ 3º Capacidade profissional.

Art. 149 – As provas destas condições serão exhibidas ante a camara, da seguinte forma:

§ 1º a maioridade legal por certidão de idade, ou sendo impossivel obtel-a, por justificação de idade, produzida ante a autoridade competente.

§ 2º a de moralidade por atestações do vigario da freguesia, onde resida e dos respectivos juizes de paz.

§ 3º a de capacidade profissional por exame oral e escripto, onde o presidente da camara, servindo de examinadores duas pessoas nomeadas pelo mesmo presidente.

Art. 150 – Não poderá ser professor rural o individuo que tiver soffrido pena de galés ou condemnação judicial por furto, roubo, estellionato, banca rota, rapto, adultério ou por qualquer crime offensivo á moral publica ou á religião do estado.

Art. 151 – A subvenção será de cem mil réis a duzentos mil réis, a arbítrio da camara, em relação á frequencia e adiantamento dos alumnos.

Art. 152 – 1º A frequencia será legal será de doze alumnos.

2º Os feriados serão regulados pelos das escolas publicas.

Art. 153 – Os professores ruraes levarão ao conhecimento da câmara, por meio de um mappa circumstanciando, o resultado do seu ensino e isto farão em todos os trimestres.

Art. 154 – Os vensimentos dos professores serão pagos por trimestre.

Art. 155 – Á camara compete:

1º Suspender a subvenção ás escolas, que não tiverem a frequencia legal.

2º Tomar conhecimento das faltas e irregularidades dos professores, sujeitos ás penas de admoestações, reprehensão, multa e suspensão da subvenção.

3º Conceder aos professores licença, até oitos dias, com ordenado, e até trinta dias sem vencimento algum.

4º Mandar proceder a exame nas salas para escolas, exigindo que sejam vastas, arejadas e salubres.

Art. 156 – Os castigos aos alumnos serão só aquelles que permittirem os regulamentos da instrucção publica, salvo autorisação dos paes ou tutores.

(...).

In: MINAS GERAIS. Resolução n. 3179 de 6 de outubro de 1883. *Livro das Leis Mineiras*.

ANEXO III

Mapa da escola regida pelo professor Damaso Augusto Paula Campos – 3º trimestre de 1881.

Mapa de 3.º trimestre da escola regida pelo Professor Damaso Augusto de Paula Campos

N.º	Nome	idade	dia	mês	ano	Na matrícula	Se firm de 3.º trimestre	Classe	Frequência			Total	
									Julho	Agosto	Setembro		
1	Alcides Roy de Moura	9	17	Junho	1881	Madacahin	Le Suffreal	Prim	Boa	15	14	16	45
2	Anteo Baptista da Costa	9	4	Junho	"	"	Almas	"	"	20	22	21	63
3	Acacio Reis da Costa	7	4	"	"	"	"	"	"	19	23	21	63
4	Paulina Maria de Jesus	11	26	Junho	"	Nada se sabe	Nada se sabe	"	Boa	0		3	3
5	Emilia Sabino da Silva	11	17	Junho	"	"	Almas	"	Boa	13	18	14	45
6	Emilia Lins Martins	10	17	"	"	"	Le Suffreal	"	Boa	12	18	16	46
7	Emilia Teixeira de Lenc	9	"	"	"	"	Almas	"	Boa	18	19	14	51
8	José Roberto da Silva Lage	10	"	"	"	"	Le Suffreal	Prim	Boa	19	11	15	52
9	José Mathias de G.	13	"	"	"	Principa	Almas	Dem	Boa	14	20	20	54
10	José Gregório Dias	12	"	"	"	"	"	"	"	21	20	19	60
11	Francisco Luiz Teixeira	11	"	"	"	"	Almas	"	"	17	19	15	50
12	José Luiz Teixeira	10	"	"	"	"	Le Suffreal	"	"	11	21	16	45
13	José Summo Reis	11	"	"	"	"	"	"	"	16	22	20	58
14	José Reis de Rêto	9	"	"	"	"	"	"	"	20	23	20	63
15	Araceli Gomes Reis	10	"	"	"	"	"	Prim	Boa	5	13	4	22
16	José Antonio Dias	11	21	Junho	"	"	Almas	Dem	Boa	15	18	14	47
17	José Maria Reis de Souza	12	"	"	"	"	"	"	Boa	13	9	9	31
18	José Baptista da Costa	9	2	Junho	"	"	"	"	"	15	16	9	40
19	Maria Luiza da S.	8	14	Junho	"	"	"	"	"	17	17	12	46
20	Maria Francisca Reis	7	"	"	"	"	"	"	"	16	15	11	42
21	Helena da Silva Reis	7	2	Junho	"	"	"	Prim	Boa	15	16	4	35
22	Raymundo José Lenc	13	17	Junho	"	"	Le Suffreal	Dem	"	12	19	14	45
23	Raymundo Gonçalves Lenc	9	11	"	"	"	Almas	"	Boa	22	18	15	55

O Professor
Damaso Augusto de Paula Campos

ANEXO IV

Mapa da escola regida pelo professor Damaso Augusto Paula Campos – 4º trimestre de 1887.

4.º Trimestre de 1887
Mapa da escola rural regida pelo professor Damaso Augusto Paula Campos

N.º	Nomes	Idade	Graudestruturação	Frequencia				Numero de frequencias	Nota da sala	Observações
				1.ª	2.ª	3.ª	4.ª			
1	Antonio de Paula Lopes	14	Alimentado	1	0	0	1			
2	" Carlos Pereira	16	Nota	0	0	0	0			
3	" Elise Pereira	16	Atrasado	0	0	0	0			
4	" Vicente de Paula	9	"	16	11	11	38	1		
5	Americo Rosa de Oliveira	8	"	13	13	11	47	2		
6	Alfredo Ly Mau	11	"	11	0	0	11			
7	Marta Lopes dos Santos	11	"	18	18	8	32			
8	José da Cruz dos Santos	12	"	0	0	0	0			
9	João dos Santos Rosa	16	Alimentado	12	1	0	13			
10	" " Ribeiro	16	Atrasado	0	0	0	0			
11	" Evangelista do Santos	11	"	10	5	0	15			
12	" Elise de Sousa	9	"	11	8	10	29			
13	" José João dos Santos	11	Proprio	10	11	0	21			
14	" Claudio	15	Atrasado	0	0	0	0			
15	" Hector dos Santos	9	"	8	11	2	21			
16	Elizinho de Sousa e Silva	6	Alimentado	19	10	10	49	3		
17	Agostinho do Carmo	16	Atrasado	0	0	0	0			
18	Cláudio de Sousa	9	"	11	11	8	30			
19	Maria Magdalena Rosa	11	Alimentado	20	11	8	49	1		
20	" Nazimaria de Jesus	11	"	16	4	2	22			
21	Isabelina Maria	11	"	20	8	2	30			

Damaso Augusto de Paula Campos